Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/04/2013 a 30/04/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Com pressão de movimentos, Incra retoma assistência técnica em Alagoas. Rafael Soriano – Site do MST. 01/04/2013 13

Conab conclui estudo sobre alternativas de transporte para o Nordeste. Mônica Simões – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 01/04/2013..... 14

Em início de plantio de trigo, Paraná vê área crescente em 2013. Roberto Samora – O Globo, País. 01/04/2013 15

USDA derruba mercados de grãos. Gerson Freitas Jr – Valor Econômico, Empresas. 01/04/2013..... 16

No dia 22 ocorre no STF audiência pública sobre queimadas em canaviais – Valor Econômico, Empresas. 01/04/2013 17

Dilma anuncia medidas contra seca em ritmo de campanha. Luiza Damé – O Globo, País. 02/04/2013 17

Tempo favorece safra de café do Brasil e também qualidade—Somar. Roberto Samora – O Globo, Economia. 02/04/2013..... 20

Governo zera IOF em crédito para máquinas, energia e tecnologia. Azelma Rodrigues – Valor Econômico, Brasil. 02/04/2013..... 22

Exportação mundial de café recua 11,3% em fevereiro, segundo a OIC. Carine Ferreira – Valor Econômico, Brasil. 02/04/2013 22

Preço do milho cai 12,5% em dois pregões em Chicago. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Empresas. 02/04/2013 23

Por que a Monsanto é tão detestada? – Site do MST. 03/04/2013..... 23

ENTREVISTA-BNDES prevê salto em desembolsos para fertilizantes. Sabrina Lorenzi – O Globo, País. 03/04/2013..... 26

Cortador de cana sobrevive à mecanização. Fabiana Batista – Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013 27

Informa reduz previsão de safra de soja do Brasil; eleva milho. Julie Ingwersen e Christine Stebbins – O Globo, País. 03/04/2013..... 29

Demora na reintegração de posse de áreas invadidas agrava quadro de insegurança jurídica – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), Assuntos fundiários. 03/04/2013..... 30

Conab inicia fiscalização do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/04/2013 31

Com máquinas, diminui rendimento de canaviais - Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013..... 32

Blairo Maggi propõe 'rito sumário' para terminais graneleiros – O Globo, País. 04/04/2013..... 33

Vendas internas de máquinas agrícolas cresceram quase 30%. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013 35

Canadá e Rússia dominam reservas – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013 36

Suíça Vitol começará a operar com grãos. Javier Blas – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013 36

PF investiga extração ilegal de madeira em reserva no MA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013 37

Cenário adverso para produção de potássio. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013 38

Julgamento de trio acusado de matar extrativistas é retomado no PA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013 40

Absolvição de acusado de matar casal de ativistas gera revolta no Pará. Kátia Brasil – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013 42

Ministra cobra punição para acusados de matar extrativistas no PA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013 42

Nota Oficial – Julgamento do assassinato de líderes extrativistas no Pará – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/04/2013 44

MP pede novo júri para acusado de mandar matar casal de extrativistas. Cleide Carvalho – O Globo, País. 05/04/2013 45

Escravos domésticos e rurais em disputa. Maria Cristina Fernandes – Valor Econômico, Política. 05/04/2013 47

Verde Potash aguarda licença para exploração em MG. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 05/04/2013 49

Governo envia Força Nacional para obras de Jirau e Santo Antônio – Folha de São Paulo, Mercado. 05/04/2013 50

Na contramão da modernidade. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 06/04/2013 51

Doenças aumentam crise no setor da laranja em SP. Daniela Santos – Folha de São Paulo, Cotidiano. 07/04/2013 53

Liberação de agrotóxicos sob pressão de empresas foi irregular, diz Procuradoria. Reynaldo Turollo Jr – Site do MST. 08/04/2013 54

Crime no Pará: juiz foi parcial, dizem movimentos sociais – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 08/04/2013 54

CSN é multada em R$ 35 milhões por doação de terreno contaminado – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 08/04/2013 59

Entidades acusam 'parcialidade' de juiz em julgamento de extrativistas. Evandro Corrêa – O Globo, País. 08/04/2013 59

Alimentos perdem fôlego e analistas projetam recuo do IPCA para 0,50%. Arícia Martins – Valor Econômico, Brasil. 09/04/2013..... 60

Para banco, estoques e menor risco geopolítico derrubam matéria-prima. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 09/04/2013..... 62

Polpa de tomate importada da China é mais barata que a feita no Brasil. Fabiano Maisonnave e Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 09/04/2013..... 63

Agrotóxico é liberado mesmo sem consentimento da Anvisa e Ibama. Lígia Formenti – Site do MST. 10/04/2013..... 64

Ruralistas querem suspender demarcação de terras indígenas – Site do MST. 10/04/2013..... 65

Estoques de soja e milho dos EUA ficam abaixo da expectativa – O Globo, Economia. 10/04/2013..... 66

USDA reduz estimativa de exportação de soja do Brasil – O Globo, Economia. 10/04/2013..... 66

Incra/MS vai investir cerca de R$ 4,5 milhões em assistência técnica rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/04/2013 67

Bancada ruralista aprova convocação para ministra explicar demarcações. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Mercado. 10/04/2013..... 67

Instalados comitês de Gestão Estratégica e de Governança Financeira do Terra Forte – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/04/2013..... 69

Queda na oferta de laranja nos EUA pode beneficiar Brasil—Cepea. Laiz de Souza – O Globo, Economia. 11/04/2013..... 70

Incra promove capacitação sobre alternativas produtivas para futuros assentamentos no Alto Sertão Sergipano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/04/2013..... 70

Assim como o tomate, cebola é descaminhada na Tríplice Fronteira. Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo, Mercado. 12/04/2013..... 71

Vilão da inflação, em 13 dias, buscas no Google com a palavra tomate crescem 525%. Sérgio Vieira – O Globo, Economia. 12/04/2013 72

Shell e Basf irão pagar indenização por contaminação em fábrica de agrotóxicos. Anali Dupré e Stefano Wrobleski – Site do MST. 11/04/2013..... 73

Brasil tenta corrigir erros do passado com índios xavantes em MT. Caroline Stauffer – Folha de São Paulo, Poder. 12/04/2013..... 76

Cimi repudia Criação de Comissão Especial Sobre PEC 215/00 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 12/04/2013..... 81

Juíza concede reintegração para fazendeiro acusado de matar indígena – Folha de São Paulo, Poder. 12/04/2013 82

Famasul cobra do Ministério da Justiça atuação para conter violência no Campo – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 13/04/2013 83

Produtor rural é morto por indígenas em Mato Grosso do Sul – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 13/04/2013 84

PM é assassinado com flechada e golpes de facão em MS. Paulo Yafusso – O Globo, País. 13/04/2013 84

Apocalipse 2013. Kátia Abreu - Folha de São Paulo, Mercado. 13/04/2013 85

Requião vê 'canalhice' de Globo e Veja na cobertura sobre os portos. Roberto Requião – Carta Maior, Política. 13/04/2013 87

São Desidério sonha em ver ferrovia ativa. Nelson Barros Neto – Folha de São Paulo, Mercado. 14/04/2013 98

Em 10 anos, programa de cisternas fez menos da metade do que prometeu. Letícia Lins – O Globo, País. 14/04/2013 99

Bispos vetam projeto sobre questão agrária. José Maria Mayrink – O Estado de São Paulo, Notícias. 15/04/2013 101

Falta de rotas alternativas agrava desabastecimento – O Estado de São Paulo, Economia. 15/04/2013 102

Líder do MST promete bloqueio em estradas em protesto por massacre. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013 102

Bancada ruralista pressiona para tirar poderes da Funai e criar uma CPI. Karine Melo – Site do MST. 15/04/2013 104

Sementes transgênicas da Monsanto na Índia provocam suicídio de agricultores. Vandana Shiva – Site do MST. 15/04/2013 106

Sem terra denunciam 'chuva tóxica' lançada por aviões de fazendeiros no PA. Carlos Madeiro – Site do MST. 15/04/2013 109

Grupo Santa Bárbara usa pistolagem e aplicação de veneno contra acampamentos de sem terra no sudeste do Pará – Site da Comissão Pastoral da terra (CPT). 15/04/2013 111

Membros do MST deixam sede de órgão do governo do DF – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013 112

Prefeitos de Mato Grosso do Sul farão mobilização contra ações da Funai – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 16/04/2013 112

MST ocupa Ministério da Fazenda em Porto Alegre – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013 113

Procuradoria pede condenação de ex-dirigentes do Incra por improbidade – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013..... 115

Supervisores de assentamentos definem estratégias de atuação no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013 116

Feira da Economia Solidária expõe produtos da reforma agrária no Extremo Sul da Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013..... 117

Alerj fará audiência pública sobre uso de agrotóxicos no estado – O Globo, Rio. 16/04/2013..... 118

MST protesta por assentamento em todo o País. José Maria Tomazela e Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013 118

MST bloqueia rodovia do MS em protesto contra violência. João Naves de Oliveira – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013..... 119

MPF pede condenação de ex-dirigentes do Incra. Fausto Macedo – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013..... 119

Em Porto Alegre, Via Campesina protesta no Incra. Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013..... 121

MST acampa na frente do Incra da BA. Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Notícias. 16/04/2013..... 121

Câmara debate sobre uma das principais culturas da Agricultura Familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/04/2013..... 122

Seminário 10 Anos de Políticas para Agricultura Familiar – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 16/04/2013..... 123

Conflitos agrários e impunidade serão debatidos no Senado. Gisele Barbieri – Site do MST. 16/04/2013..... 124

MST invade canal auxiliar da transposição do São Francisco no Ceará. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013 126

MP DOS PORTOS: empresários apoiam desenvolvimento do Brasil – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 17/04/2013 127

MP dos portos vai garantir investimentos privados e ampliar competitividade do setor produtivo – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 17/04/2013..... 128

Indústria, serviços ou agronegócio? Lidia Goldeinstein – O Estado de São Paulo, Economia. 17/04/2013..... 129

MST faz protesto em várias cidades em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás – O Globo, País. 17/04/2013..... 131

Leitor do CE pede união contra nova seca no Nordeste. Paulo Roberto Girão Lessa – Folha de São Paulo, Painel do leitor. 17/04/2013 133

Leitor lembra massacre de sem-terra ocorrido no Pará em 1996. José Orestes Merola de Carvalho – Folha de São Paulo, Painel do leitor. 17/04/2013..... 133

MST fecha rodovias em 10 Estados e protesta em Brasília. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013 133

MST bloqueia 12 pontos de rodovias de PE. Angela Lacerda – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013..... 134

MST faz ações em memória das vítimas de Carajás. Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013..... 135

Sem-terra deflagram 'abril vermelho' em nove Estados. José Maria Tomazela, Elder Ogliari, Tiago Décimo, Lauriberto Braga e João Naves de Oliveira – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013..... 136

MST ocupa sede de órgão federal em Fortaleza. Lauriberto Braga – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013..... 137

MST fecha rodovias em dez Estados pelo 'abril vermelho'. José Maria Tomazela e Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013 137

Incra recebe lideranças de movimentos sociais em todo o Brasil – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/04/2013 138

Violência e impunidade contra trabalhadores do campo persiste. Iris Pacheco – Site do MST. 17/04/2013..... 140

MST cobra Incra e Inea para destravar licenciamento ambiental no RJ. Alan Tygel – Site do MST. 17/04/2013 142

Vale é alvo de protestos no Rio no dia nacional da luta pela Reforma Agrária – Site do MST. 17/04/2013..... 144

Manifesto pela manutenção da prisão do comandante do Massacre de Eldorado do Carajás – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/04/2013 144

MST bloqueia estradas no PR em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás – Folha de São Paulo, Poder. 17/04/2013..... 146

Arrumar o futuro. Carlos Alberto Sardenberg – O Globo, Opinião. 18/04/2013..... 147

Presidente da CNA defende ampliação da cobertura do seguro rural – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Econômicos. 18/04/2013 149

Para debatedores na CDH, modelo econômico gera conflitos no campo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/04/2013 151

Pronera apoiou a formação de cerca de 500 mil assentados no País em 15 anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013 152

Trigo trouxe remuneração 48% maior aos produtores do Paraná – O Globo, Economia. 18/04/2013 154

Portos do Rio, de Santos e de Vitória começam a operar 24h. Danilo Fariello – O Globo, Economia. 18/04/2013 155

PEC sobre terra indígena é alvo de críticas em comissão no Senado. Maria Carolina Marcello – O Globo, País. 18/04/2013 156

MST faz oitava ocupação em Pernambuco. Angela Lacerda – O Estado de São Paulo, Política. 18/04/2013 157

Negociação na Câmara vai colocar ruralistas e índios frente a frente – O Globo, País. 18/04/2013 158

MS: Incra e entidades debatem políticas públicas para quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013 158

MDA e Incra recebem pauta reivindicatória de trabalhadores rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013 159

Latifúndios pagam apenas 0,04% do total de impostos do país. Sarah Fernandes – Site do MST. 18/04/2013 160

Audiência pública debate conflitos no campo no Dia da Mundial da Luta Camponesa – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/04/2013 162

Índios protestam em frente ao Palácio do Planalto. Bruno Peres – Valor Econômico, Política. 18/04/2013 163

Em MS, 45 mil guaranis-caiovás e 100 mil fazendeiros vivem iminência de conflito armado. Germano Oliveira – O Globo, País. 18/04/2013 164

Acordo disponibiliza mais de R$ 70 milhões em assistência técnica para povos indígenas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/04/2013 165

Minas Gerais: Incra inicia regularização quilombola em parceria com o estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/04/2013 166

Valor da produção de café deve cair 32% neste ano – O Globo, Economia. 19/04/2013 166

Relator alerta para pressão de empresários. Danilo Fariello – O Globo, Economia. 19/04/2013 167

Combate ao trabalho infantil fica estagnado. Gisele Paulino – Valor Econômico, Legislação. 19/04/2013 168

Conflitos no Campo Brasil 2012 destaca aumento dos conflitos de terra e da violência no campo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 19/04/2013 170

MST faz audiência com Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Riquieli Capitani – Site do MST. 19/04/2013 171

‘Portos 24 horas’ enfrenta resistência de trabalhadores. Lino Rodrigues e Nice de Paula – O Globo, Economia. 19/04/2013 171

Carros-pipa federais contra seca têm água contaminada. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 20/04/2013 173

‘Não faltam recursos, mas gestão’. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013 174

Brasil eleva venda de açúcar em 69% no ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 20/04/2013 175

Projeto de reflorestamento e cultivo tocado por 20 países africanos tenta evitar desertificação. Jeronimo Giorgi – Folha de São Paulo, Mundo. 20/04/2013 176

No vale tudo das estradas, acidentes e desperdícios. Henrique Gomes Batista e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013 178

Caos do campo ao porto. Henrique Gomes Batista e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013 180

Governo quer concessão para hidrovias. Danilo Fariello, Geralda Doca e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013 181

Amigos do monopólio. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 20/04/2013 182

No porto, grão vira moeda na ‘cracolândia da soja’. Henrique Gomes Batista – O Globo, Economia. 21/04/2013 184

Em Paty do Alferes, capital fluminense da produção do tomate, a alta do preço não afetou o comércio. Roberto Kaz – O Globo, Rio. 21/04/2013 186

Capacitação incentiva acesso de assentados da reforma agrária ao PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/04/2013 189

Filas em Santos e Paranaguá fazem soja ser escoada por Rio Grande – Folha de São Paulo, Mercado. 22/04/2013 189

Brasil, uma potência da soja de mãos atadas. Danielle Nogueira e Henrique Gomes Batista – O Globo, Economia. 22/04/2013 190

ANÁLISE-Vício por soja na Argentina prejudica produtores. Hugh Bronstein – O Globo, Economia. 22/04/2013 192

Dilma vai criar agência para dar assistência técnica rural. Catarina Alencastro – O Globo, Economia. 22/04/2013 194

Auditoria investiga grampo na Vale. Paola de Moura – Valor Econômico, Brasil. 23/04/2013 195

Grupo de mulheres baianas ganha estabilidade com vendas para o PAA e Pnae – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/04/2013 197

Aumento dos conflitos de terra, assassinatos e conflitos pela água são destaque do relatório anual da CPT – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/04/2013 ... 198

Diretor do MDA apresenta experiência brasileira na agricultura familiar em seminário na França – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/04/2013 199

Latifúndio mata 24% a mais em 2012, aponta relatório da CPT. Étore Medeiros – Site do MST. 23/04/2013 200

Embrapa, passado e futuro. Maurício Lopes e Eliseu Alves – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/04/2013 202

Giro no Congresso Nacional. Dener Giovanini – O Estado de São Paulo, Blogs. 24/04/2013 204

Ministro apresenta políticas públicas do MDA a novos servidores do Incra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013 205

MST ocupa mais um latifúndio improdutivo em Pernambuco. Ramiro Olivier – Site do MST. 24/04/2013 206

Mais Alimentos será destaque na maior feira agrícola da América Latina – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013 207

Movimentos denunciam que nova secretaria oficializa grilagem de terras – Site do MST. 24/04/2013 208

Comissão Mista aprova parecer sobre MP dos Portos – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 24/04/2013 211

CNA alerta: proibição da queima da palha da cana poderá causar forte desemprego – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cana-de-açúcar. 24/04/2013 213

Governo Dilma vai criar agência para assistência rural em maio. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 24/04/2013 214

CMN adia reunião sobre preços mínimos do café – O Globo, Economia. 25/04/2013 215

Agricultores do PAA lançam livro de receitas com produtos caiçaras em Itanhaém (SP) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/04/2013 216

Agora a bola está com a Veracel – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/04/2013 217

Mais de três mil famílias catarinenses serão beneficiadas com assistência técnica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013 218

Incra e CUT iniciam parceria para comercialização de produtos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013 220

Plano Brasil Sem Miséria integra políticas públicas no Alto Solimões – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013 220

Produção mundial de milho deve crescer 10% em 13/14—IGC. Nigel Hunt – O Globo, Economia. 25/04/2013..... 221

Incra faz parceria com sindicatos para a comercialização de produtos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/04/2013..... 222

PE: Assentamento Edmilson Araújo completa um ano e se destaca na produção de frutas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2013..... 223

Minha Casa, Minha Vida Rural é apresentado pelo Incra na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2013 224

Fazendeiro é condenado a cinco anos por trabalho escravo – Site do MST. 26/04/2013..... 225

Conab compra mais 20 mil t de milho para atender municípios da Sudene. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/04/2013..... 226

Conab negocia 100% da oferta para frete de milho para o NE. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/04/2013..... 226

MP investigará espionagem da Vale sobre movimentos sociais. Wilson Tosta e Mônica Giaretti – Site do MST. 26/04/2013..... 227

Nova diretoria da CONTAG reafirma compromisso de lutar por mais conquistas para a categoria – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/04/2013..... 228

Frete do milho sobe 20% entre fevereiro e março, diz estudo – O Globo, Economia. 26/04/2013..... 231

Ministro agenda reuniões para debater reivindicações do Grito da Terra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/04/2013..... 232

Um sequestro estatístico. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior. 28/04/2013 233

MPF processa 19 pessoas por venda ilegal de lotes em MS – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2013..... 236

Investimentos do Pronera no Amazonas proporcionam educação a 5,3 mil alunos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013 237

Prefeitos do Rio de Janeiro conhecem ações do Incra e do MDA – Site do Instituto Nacional de Colonização e Refoma Agrária (INCRA). 29/04/2013..... 238

Produtores do MS e PR pedem respeito à produção – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 29/04/2013..... 239

Ministro defende criação de políticas que atendam todo o setor agrícola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013..... 239

PF prende secretários do Meio Ambiente do RS e de Porto Alegre – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 29/04/2013 240

Seca está entre os temas centrais do Grito da Terra Pernambuco 2013 - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/04/2013 . 241

Justiça bloqueia bens de ex-chefe do Incra em SP. Fausto Macedo – O Estado de São Paulo, Política. 30/04/2013..... 242

BRF vê inflação preocupante e mercado retraído. Alda do Amaral Rocha e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 30/04/2013..... 242

Pepe Vargas marca reunião para conversar sobre pauta de reivindicações da Fetraf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2013..... 244

Produção de café em assentamento na Bahia deve chegar a oito mil sacas este ano – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2013 244

Ministro Pepe Vargas recebe pauta com reivindicações da Fetraf – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013 245

Incra, Conaq, Seppir e Secretaria-Geral da Presidência realizam seminário sobre Convenção 169 da OIT – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013..... 246

Incra prepara Edital para contratar relatórios antropológicos no Maranhão – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013..... 247

Com pressão de movimentos, Incra retoma assistência técnica em Alagoas. Rafael Soriano – Site do MST. 01/04/2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) retoma nesta segunda-feira (1/04), em convênio com entidades prestadoras de serviço para trabalhadores rurais, o processo de assistência técnica e extensão rural (Ater).

O programa deve atender 112 assentamentos de reforma agrária e 5,5 mil famílias assentadas em todo o estado. A primeira atividade será um seminário, realizado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, uma das entidades contratadas para execução da Ater.

A assistência técnica executada pelo Incra é regida pela Política Nacional de Ater (PNATER) e está inserida no Programa Nacional de Ater (pronater).

Essas políticas públicas serão discutidas no seminário, a se realizar a partir das 9h, localizado no Centro Zumbi, assentamento Milton Santos, Povoado Ouricuri, Atalaia.

"Antes de dar início às visitas aos lotes e técnicas de acompanhamento, é fundamental nos apropriarmos dos fundamentos da Ater, horizontalidade, diálogo e outros conceitos que sustentam essas práticas", analisa Franqueline Terto, assistente social do Centro Zumbi.

Após mais de um ano sem convênios de assistência técnica, em decorrência de um vácuo entre o convênio que se encerrou em 2011 e o atual e da demora na seleção de novas entidades para a modalidade Ater, finalmente as famílias assentadas de Alagoas receberão acompanhamento para o desenvolvimento sócio-econômico e produtivo de seus territórios.

"A espera foi cansativa e deixou muitas famílias sem as necessárias condições de produção", avalia Franqueline.

De acordo com ela, "a continuidade de uma eficiente assistência técnica se faz necessária uma vez que assentamentos, embora tendo acessado determinadas políticas públicas (fomento, crédito habitação, investimento, custeio, assistência técnica) ainda demonstram um grau de desenvolvimento social e produtivo que podem ser mais potencializados.

"Faz-se necessário a implementação de um programa de fomento técnico-produtivo e comercial com a intencionalidade de engendrar um processo de desenvolvimento de assentamentos rurais, inserindo estes espaços rurais na dinâmica local e regional", avalia.

As equipes de Ater trabalharão em todas as regiões do estado, compostas por técnicos em meio ambiente e em agropecuária, engenheiros ambientais e agrônomos, assistentes sociais e agentes administrativos. Além do Centro Zumbi, foram ainda contratadas no mês de março as entidades Naturagro, CPT e Coates para execução da Ater em Alagoas.

Conab conclui estudo sobre alternativas de transporte para o Nordeste. Mônica Simões – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 01/04/2013

O modo rodoviário ainda é a forma mais barata de transporte da produção agrícola do Centro-Oeste para os estados do Nordeste do país. Essa é a conclusão de um recente estudo da Conab sobre a logística de escoamento de estoques públicos para atender a Região Nordeste, que vem sofrendo com a seca.

O estudo demonstra que o transporte multimodal, com a utilização conjunta dos modos rodoviários, hidroviários e de cabotagem, ainda é muito caro no Brasil, se comparado ao rodoviário. Um exemplo é o custo de deslocamento de milho do MT e GO para os estados nordestinos. Pelo modo rodoviário, a Conab paga, em média, cerca de R$ 370,00 por tonelada. "Caso utilizássemos o sistema multimodal, entre Mato Grosso e Bahia o valor seria de quase R$ 700,00 por tonelada", explica o Superintendente de Logística Operacional da Conab, Carlos Eduardo Tavares.

Segundo Tavares, outra alternativa analisada foi a utilização da multimodalidade rodo-cabotagem-rodo entre a zona de produção do Paraná e Bahia, que apresentou valor superior a R$ 650,00 por tonelada. "Os números demonstram que as grandes distâncias rodoviárias, necessárias para alcançar roteiros onde são utilizados veículos de grande porte (hidrovia, ferrovia, marítima), acarretam elevados custos logísticos totais", completa.

Outro fator que torna o modo rodoviário mais atrativo é o nível de serviço oferecido. Basicamente, o tempo do caminhão no percurso de origem é de 3 a 6 dias, enquanto no sistema multimodal, pela necessidade de consolidação das cargas (descarregar vários caminhões para encher um navio), pela distância a ser percorrida em veículos de baixa velocidade e pelo tempo de descarregamento nos portos, o prazo de remoção chega a 45 dias.

O levantamento aponta que a expansão do crescimento agrícola está se processando para o interior do país, e a ferrovia deveria ser o modo básico de transporte para movimentar estoques públicos da região Centro-Sul para o Nordeste. "Caso a ferrovia Norte-Sul estivesse concluída, teríamos uma alternativa mais eficaz para abastecer o Nordeste", ressalta o superintendente.

Em início de plantio de trigo, Paraná vê área crescente em 2013. Roberto Samora – O Globo, País. 01/04/2013

SÃO PAULO, 1 Abr (Reuters) - O governo do Paraná revisou para cima a sua projeção de plantio de trigo, em estágio inicial no Estado, e provavelmente a área plantada com o cereal este ano será maior em comparação com as primeiras estimativas, disse nesta segunda-feira o coordenador da Divisão de Estatística do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura.

Em estimativa realizada ao final de março, o Deral elevou a previsão para plantio de trigo do Paraná, um dos maiores produtores do cereal do Brasil, para 845,7 mil hectares, ante 825 mil hectares na projeção de fevereiro.

A atual projeção indica uma recuperação de 9 por cento no plantio, na comparação com a safra anterior, quando os produtores paranaenses deixaram de plantar trigo em várias áreas em função do preço abaixo dos custos de produção.

"É capaz de ter mais revisões para cima em relação à estimativa para o trigo. Se o preço do trigo se mantiver, é capaz que área aumente mais no sul do Estado", disse o coordenador de estatísticas do Deral, Carlos Hugo Winckler Godinho.

Neste ano, os preços do trigo tiveram recuperação ante 2012, e isso permite uma maior competição por área com o plantio de milho na segunda safra.

Segundo o agrônomo, o ajuste no plantio em relação à previsão de fevereiro se deveu a um pequeno crescimento do plantio no norte do Estado, em áreas onde houve um atraso na semeadura do milho, além de crescimento maior do que esperado no sul do Estado.

Considerando uma normalidade climática, o Paraná poderia produzir neste ano 2,5 milhões de toneladas de trigo, ou 500 mil toneladas de trigo a mais na comparação com a temporada passada, quando a área foi historicamente pequena e houve adversidade climática, como seca e geada em determinadas áreas.

A safra só não deverá crescer mais neste ano porque há limite na oferta de sementes, acrescentou o agrônomo do Deral.

"O produtor já tinha se programado, ele já fez a aquisição de sementes, as sementes mais demandadas no Estado já estão acabando", disse Godinho.

As cotações do cereal estão mais altas neste ano no Brasil, em função da quebra de safra no Mercosul no ano passado, principalmente, o que até levou o governo brasileiro a isentar de tarifa uma cota de 1 milhão de toneladas para a importação de trigo de fora do bloco comercial sul-americano. Tal medida vigora a partir desta segunda-feira, até julho.

O preço do trigo pago ao produto do Paraná no ano está um pouco abaixo de 40 reais por saca em média no Estado, ante 28,60 reais por saca na média do ano passado, segundo dados do Deral.

Apesar do estímulo para plantar, o Paraná ainda está distante dos mais de 1 milhão de hectares que semeou anteriormente.

Com a área atual, o Estado ainda pode produzir menos trigo que o Rio Grande do Sul este ano. Fala-se que os gaúchos poderão plantar o mesmo patamar de 900 mil hectares de 2012 ou até aumentar a área, segundo o agrônomo do Deral.

"É bem provável que passem a gente, a não ser que aconteça como no ano passado", disse Godinho, referindo-se a problemas climáticos para safra do Rio Grande do Sul, que levaram o Estado a produzir menos que o Paraná, algo em torno de 1,8 milhão de toneladas.

USDA derruba mercados de grãos. Gerson Freitas Jr – Valor Econômico, Empresas. 01/04/2013

O mercado de grãos levou um baque na quinta-feira ao se deparar com as últimas estimativas oficiais do governo americano para os estoques domésticos. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o volume armazenado de milho, trigo e soja em 1º de março era significativamente maior do que o projetado pelos analistas de tradings e corretoras. Um sinal de que a produção da safra 2012/13, castigada pela seca, pode ter sido maior do que se pensava.

Só os estoques de milho ficaram quase 10 milhões de toneladas acima do esperado pelo mercado, embora as 137,2 milhões de toneladas estimadas pelo USDA sejam um volume bem inferior às 153 milhões de toneladas armazenadas um ano antes - um reflexo da expressiva queda da produção na última safra.

Os estoques americanos de soja somavam 27,2 milhões de toneladas em 1º de março, quase 10 milhões a menos do que um ano antes, mas ainda acima do consenso dos analistas (25,7 milhões de toneladas). Já os estoques de trigo foram estimados pelo USDA em 33,58 milhões de toneladas, número que superou não só a média das expectativas (31,76 milhões de toneladas), como o volume armazenado em 1º de março de 2012 (32,63 milhões de toneladas).

A reação do mercado foi praticamente instantânea. Minutos após a divulgação dos números, os futuros de milho atingiram o limite de baixa estabelecido pela bolsa de Chicago- e lá permaneceram até o fechamento. Os contratos com vencimento em maio encerraram em baixa de 5,44%, cotados a US$ 6,9525 por bushel. Com isso, a commodity devolveu praticamente todo o ganho que havia sido acumulado em março em meio às especulações de aperto nos estoques americanos. O mercado futuro de trigo

também amargou perdas expressivas. Os contratos para maio caíram 6,2%, a US$ 6,8775 por bushel. Já a soja recuou 3,3%, a US$ 14,0425 por bushel.

Com a percepção de que a oferta disponível nos Estados Unidos é maior do que se esperava, o mercado reduziu o "prêmio" pago pelos grãos da safra colhida no ano passado, o que vinha sustentando os preços dessas commodities. A tendência é que as cotações sigam pressionadas apenas no curto prazo, até que as atenções se voltem para o desenvolvimento da safra 2013/14, que começa a ser semeada nas próximas semanas. Trata-se de um período no qual o mercado fica particularmente sensível ao clima e a eventuais ameaças à produtividade.

No dia 22 ocorre no STF audiência pública sobre queimadas em canaviais – Valor Econômico, Empresas. 01/04/2013

No próximo dia 22, será realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) audiência pública sobre queimadas em canaviais, a partir das 14 horas. Um total de 25 expositores, entre representantes de produtores de cana-de-açúcar, de usinas de açúcar e álcool, autoridades na área de saúde e meio ambiente e representantes do poder público, se apresentarão.

A audiência foi convocada em razão do recurso do governo do Estado de São Paulo contra uma lei do município de Paulínia (SP), que proíbe a realização das queimadas para a colheita da cana. O Estado alega que a proibição prejudica as colheitas e contraria a Constituição Estadual. O Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool do Estado de São Paulo (Sifaesp) atua junto ao governo paulista no processo.

Já a Câmara Municipal de Paulínia sustenta que a queimada gera danos à economia local, ao meio ambiente e à saúde da população e trabalhadores rurais.

A audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux. Ele argumentou que a questão ultrapassa os limites jurídicos e demanda uma abordagem técnica e interdisciplinar. Cada expositor terá dez minutos para palestrar.

Dilma anuncia medidas contra seca em ritmo de campanha. Luiza Damé – O Globo, País. 02/04/2013

Pela 6ª vez em 2 meses, ela vai ao Nordeste e agradece pela votação de 2010

FORTALEZA — Cada vez mais presente na Região Nordeste, reduto do presidente do PSB e governador de Pernambuco, Eduardo Campos, seu eventual adversário em 2014, a presidente Dilma Rousseff passou esta terça-feira no Ceará em ritmo intenso de campanha. Mais uma vez, em duas semanas, Dilma gastou muita saliva e prometeu abrir os cofres. Começou sua agenda de compromissos oficiais na reunião da Sudene: cercada de governadores, prefeitos e ministros, prometeu destinar R$ 9 bilhões para medidas

emergenciais de enfrentamento da seca no Nordeste, tida como a mais grave em 50 anos.

Ciceroneada e muito festejada pelo governador Cid Gomes (PSB-CE), que governo e PT veem como aliado numa possível disputa com Campos, Dilma entregou pessoalmente chaves de máquinas a 59 prefeitos cearenses, com direito a fotos, abraços e comemorações efusivas dos beneficiados. No começo da noite, inaugurou uma escola profissionalizante e agradeceu pela votação recebida dos cearenses nas eleições de 2010. Enquanto Cid se esmerou nos elogios a Dilma, coube a Campos e demais governadores fazer duras cobranças para que o anúncio da dinheirama realmente chegue para combater a pior:

— Meu muito obrigada. Aqui neste estado, tive uma das maiores votações para me eleger presidente da República. Sou presidente de todos os brasileiros, mas eu me sinto muito, muito mesmo, presidente de todos os cearenses — disse ela, com a voz rouca, no terceiro discurso do dia.

Dilma elogia Ciro, irmão de Cid

Nos últimos dois meses, foi a sexta visita de Dilma ao Nordeste. Nos três eventos desta terça-feira, ela deixou clara a sua preferência pela família Gomes: frisou a parceria com o governador e disse que os projetos hídricos do governo federal foram idealizados por Ciro Gomes (irmão de Cid), quando ele foi ministro da Integração Nacional, no governo do ex-presidente Lula, também lembrado por Dilma nos três eventos.

Cid comemorou as medidas e elogiou efusivamente a ação de Dilma, dizendo que nenhum outro presidente fez tanto pelo Nordeste quanto ela.

— Praticamente todas as nossas demandas foram atendidas, e algumas num grau até maior do que o esperado — disse Cid, sem provocar qualquer reação dos outros governadores.

Embora do mesmo partido, Campos destoou:

— A nossa disposição é fazer isso de maneira solidária, antes que comece o jogo de empurrar o problema um para cima do outro. Daqui a pouco, o prefeito vai para a praça pública, já que para o ano tem eleição, e vai dizer: "Estamos aqui abandonados por conta disso, ninguém faz nada, só fazem se reunir". Aí o governador diz: "Eu tenho o dinheiro, mas não consigo tirar porque não tem isso, não tenho tal papel". Ou seja, esse passo aqui, dessa reunião em Fortaleza, de ir vencendo as burocracias, de ir buscar o fundo a fundo, de ir fazer.

Após a reunião da Sudene, a Petrobras confirmou a implantação da refinaria Premium II no Ceará, um investimento de US$ 11 bilhões, o maior do século, segundo Cid. E Dilma anunciou mais um pacote de R$ 600 milhões de obras contra a seca no Ceará, além de dois empreendimentos em Fortaleza: a construção da ponte do Rio Cocó e a implantação de um centro de preparação e treinamento de atletas.

Medidas contra a seca

Na reunião da Sudene, Dilma disse que o combate à miséria nas regiões onde há seca amenizam a situação da população.

- As medidas estruturantes, junto com toda a estrutura de proteção social, montada pelo governo do presidente Lula e pelo meu governo, elas explicam porque a cara da miséria nessa região não foi tão acentuada perversamente pela estiagem - disse a presidente, citando a construção de barragens, adutoras e estações elevatórias.

Entre as medidas anunciadas por Dilma está a renegociação da dívida dos agricultores afetados pela seca nos municípios da Sudene com situação de emergência reconhecida pelo governo federal. As parcelas com vencimento entre 2012 e 2014 serão prorrogadas em dez anos, com primeiro pagamento 2015 (agricultura empresarial) e 2016 (agricultura familiar). Os agricultores familiares terão ainda um desconto de 80% pelo pagamento em dia. O governo ampliou a linha de crédito em R$ 350 milhões, o que totaliza R$ 2,75 bilhões.

Na distribuição de água, Dilma disse que serão colocados 6.170 carros-pipa para atendimento dos municípios em situação de emergência, com um custo mensal de R$ 71,5 milhões. O programa está a cargo do Exército, segundo a presidente, para evitar o uso eleitoral da medida. Hoje são 4.746 carros-pipa abastecendo 777 municípios.

A presidente anunciou a ampliação do programa de construção de cisternas. A meta é construir 130 mil unidades até julho e 240 mil até dezembro. No total, serão 750 mil cisternas para consumo até o fim de 2014. Além de 64 mil cisternas de produção até 2014. Entre janeiro de 2011 e março de 2013, o governo entregou 270.611 cisternas para consumo e 12.369 cisternas para produção.

- Assumimos o compromisso de construir 27 mil cisternas de produção e agora acrescentamos mais 40 mil, porque consideramos que as cisternas de produção são estratégicas no momento de iniciar dois processos, que é salvar os rebanhos existentes e nos preparar para ter de fato uma estrutura mais robusta para não ter uma perda de rebanhos a cada seca - disse a presidente.

Governo anuncia força nacional de emergência

O governo também se comprometeu em perfurar e recuperar poços. Serão 20 novos poços profundos de grande vazão, totalizando R$ 40 milhões. Mais 1.100 poços novos e 1.400 poços recuperados pela Codevasf e pelo Dnocs, totalizando R$ 93,3 milhões.

Dilma afirmou que o garantia-safra e o bolsa estiagem serão mantidos enquanto perdurar a seca. Atualmente, 769 mil agricultores recebem o garantia-safra, em 1.015 municípios. Cada família receberá entre R$ 140 e R$ 155, o que representa R$ 85 milhões ao mês. O bolsa estiagem atinge 800 mil agricultores, em 1.311 municípios. Eles recebem R$ 80 por família. A meta do governo é incorporar ao programa 361.586 beneficiários.

A presidente defendeu uma parceria com os governos estaduais para manter o programa de venda subsidiada de milho para alimentação dos rebanhos. Entre abril e maio serão destinadas 340 mil toneladas de milho ao Nordeste. Os estados serão responsáveis pelo transporte e distribuição do milho. De junho de 2012 a março de 2013, o governo federal disponibilizou 370 mil toneladas de milho, beneficiando 113 mil agricultores.

O governo federal vai entregar um conjunto de equipamentos (retroescavadeira, motoniveladora, caminhão-caçamba, caminhão pipa e pá-carregadeira) para 1.415 municípios, um investimento de R$ 2,1 bilhões. A presidente prometeu ainda simplificar o sistema de repasse dos recursos para as áreas atingidas pela seca. Antes da reunião da Sudene, os governadores do Nordeste se reuniram e a principal reclamação foi a burocracia na liberação dos recursos e na implantação das medidas.

- As medidas são necessárias e, em alguns casos, precisam ser ampliadas. Não temos mais pastagens, e os rebanhos estão morrendo. É preciso desburocratizar as ações. Por exemplo, a perfuração de poços está atrasada por causa da burocracia - disse o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB).

O governo federal também anunciou que vai criar uma força nacional de emergência contra a seca, além de um observatório. Ela será coordenada pelo Ministério da Integração Nacional e terá como primeira missão fazer um diagnóstico do abastecimento de água na região afetada. Já o observatório manterá um portal eletrônico com dados dos municípios e das ações do governo federal.

Tempo favorece safra de café do Brasil e também qualidade—Somar. Roberto Samora – O Globo, Economia. 02/04/2013

SÃO PAULO, 2 Abr (Reuters) - O tempo durante todo o verão foi favorável ao desenvolvimento da nova safra de café do Brasil, com a colheita próxima de começar, e os modelos climáticos não indicam chuvas intermitentes nos meses de maio e junho, o que deve proporcionar boa qualidade dos grãos, afirmou a Somar Meteorologia em boletim nesta terça-feira.

"A perspectiva é de uma boa safra este ano, mesmo sendo esse um ano de bianualidade baixa", escreveu o agrometeorologista da Somar, Marco Antônio dos Santos.

"A perspectiva é que haja um grande percentual de grãos de boa qualidade nessa safra, diferentemente dos últimos dois anos."

Chuvas em excesso durante o período de colheita podem afetar a qualidade do café, mas neste ano os modelos climáticos apontam menos riscos de danos, segundo a Somar.

As previsões, inclusive a do Ministério da Agricultura, indicam que o Brasil terá uma safra recorde para um ano de baixa do ciclo bianual do arábica --a safra de café brasileira costuma oscilar de um ano para o outro, mas nos últimos anos essa variação

tem diminuído, com tratos culturais mais adequados, maior utilização de irrigação e novas técnicas de manejo, além de variedades mais produtivas.

A expectativa da Companhia Nacional de Abastecimento, em sua estimativa divulgada em janeiro, é de uma safra 2013/14 de 48,5 milhões de sacas de 60 kg. No último ano de baixa, a produção brasileira de café foi de 43,5 milhões de sacas.

Na safra passada, a de alta no ciclo bianual, o Brasil colheu 50,83 milhões de sacas, segundo a Conab. Entretanto, as chuvas afetaram a qualidade de boa parte da safra passada.

Os futuros do café arábica, variedade que responde por cerca de três quartos da produção do Brasil, têm sido pressionados na bolsa de Nova York, na expectativa da grande safra no Brasil.

Isso fez até o governo autorizar um prazo maior para cafeicultores pagarem seus financiamentos, com o objetivo de ajudar os produtores.

Recentemente, ressaltou a Somar, as chuvas ocorridas sobre boa parte das regiões produtoras de café do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo ajudaram a manter os solos com bons níveis de umidade e consequentemente manter as condições favoráveis ao desenvolvimento das lavouras.

"Em várias lavouras de café do Paraná e da região sul de São Paulo já é possível observar grãos em fase inicial de maturação, e com isso essas chuvas e, principalmente, essa queda nas temperaturas noturnas irão proporcionar melhores condições para o desenvolvimento desses grãos", disse o agrometeorologista.

Mesmo aqueles grãos que ainda não estão na fase de maturação também estão sendo beneficiados por essa pequena queda nas temperaturas noturnas.

A Somar relatou ainda que em alguns cafezais há incidência maior de ataque de pragas, como bicho mineiro e broca. "Porém essas pragas não irão causar danos tão severos à produção, já que os produtores estão conseguindo controlá-las."

Para os próximos dias são esperadas chuvas em boa parte das regiões cafeeiras do Sudeste, uma vez que áreas de instabilidades avançam sobre a região.

"Dessa forma, as condições se manterão favoráveis ao desenvolvimento tanto dos grãos quanto da planta", disse o especialista.

As temperaturas tendem a ficar mais baixas, o que também irá continuar favorecendo o desenvolvimento dos grãos e, principalmente, sua qualidade, acrescentou Santos.

Governo zera IOF em crédito para máquinas, energia e tecnologia. Azelma Rodrigues – Valor Econômico, Brasil. 02/04/2013

O governo editou o Decreto nº 7.975 que reduz a zero a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de financiamento de itens como bens de capital, energia, investimento tecnológico e infraestrutura.

A medida está publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União" e vale a partir de hoje.

O normativo altera o artigo 8º do decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que fixa normas gerais para o IOF em operações de crédito. Pelo novo decreto passa a ter o IOF zerado operação "realizada por instituição financeira, com recursos públicos ou privados, para financiamento de operações destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos, a projetos de engenharia, à inovação tecnológica, e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia e projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo governo federal".

Exportação mundial de café recua 11,3% em fevereiro, segundo a OIC. Carine Ferreira – Valor Econômico, Brasil. 02/04/2013

As exportações mundiais de café totalizaram 8,63 milhões de sacas em fevereiro deste ano, queda de 11,3% sobre as 9,73 milhões de sacas embarcadas no mesmo mês de 2012, segundo informou a Organização Internacional do Café (OIC).

Em fevereiro, o Brasil, o maior exportador mundial da commodity embarcou 2,166 milhões de sacas ante 1,55 milhão de sacas do Vietnã, segundo maior exportador do produto.

Os embarques nos primeiros cinco meses do ano-safra 2012/13, que começou em outubro do ano passado, aumentaram 9,6% sobre igual período da temporada anterior, para 46,49 milhões de sacas.

Nos doze meses encerrados em fevereiro de 2013, as vendas externas de café arábica foram de 66,96 milhões de sacas ante 65,60 milhões no intervalo anterior, aumento de 2,1%. Já as exportações de café robusta tiveram um crescimento ainda maior, de 18,8%, para 46,61 milhões de sacas em relação às 39,22 milhões de sacas na mesma base de comparação. A expansão dos embarques de robusta vem em linha com o maior consumo do grão, usado em "blends" de café torrado e moído com o arábica e principal matéria-prima do café solúvel, principalmente em mercados emergentes.

Preço do milho cai 12,5% em dois pregões em Chicago. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Empresas. 02/04/2013

Em apenas dois dias, os preços internacionais do milho caíram 12,5% e atingiram o patamar mais baixo desde junho na bolsa de Chicago - um reflexo da constatação de que os americanos mantinham mais grãos em seus armazéns em 1º de março do que o mercado imaginava.

Segundo Stefan Tomkiw, analista do Jefferies Bache, fundos liquidaram 75 mil contratos de compra (com os quais apostam na alta dos preços) desde quinta-feira, quando o Departamento de Agricultura dos EUA publicou seu relatório trimestral de estoques. Ilustrando, é como se o mercado tivesse vendido, de uma única vez, 9,5 milhões de toneladas do grão. Ontem, os contratos de milho para julho fecharam a US$ 6,2675, em baixa de 49,25 centavos.

Os preços da soja também voltaram a cair ontem, mas emitiram sinais de que estão perto de um piso. Os contratos para julho fecharam em baixa de 13,25 centavos, cotados a 13,7225 por bushel, menor patamar desde 13 de janeiro.

Segundo Flávia Moura, analista da Newedge USA, os preços devem voltar logo aos níveis observados antes do relatório do USDA. "Embora maiores do que o esperado, os estoques não são grandes. Há espaço para mais exportação dos Estados Unidos, sobretudo com os problemas logísticos no Brasil, mas não em volumes tão grandes".

Por que a Monsanto é tão detestada? – Site do MST. 03/04/2013

Do DW

“Queremos apenas um rótulo”, gritam os manifestantes que marcham em direção à Casa Branca. “Oitenta por cento dos alimentos num supermercado são produzidos com ingredientes geneticamente modificados. Mas essa informação não consta [nas embalagens]“, reclama Megan Westgate, chefe do projeto NONGMO e uma das organizadoras da manifestação em Washington.

Nos Estados Unidos, alimentos produzidos a partir de “organismos geneticamente modificados” – GMO, na sigla em inglês – não precisam trazer essa informação na embalagem.

A caminhada para a Casa Branca e a subsequente manifestação nos arredores do Parque Lafayette são o ponto alto da marcha Rigth2Know – “direito de saber”, em português. Um dos participantes é o alemão Joseph Wilhelm, fundador da rede orgânica Rapunzel. Ele já organizou duas marchas contra os transgênicos na Alemanha. “Fiz todo o caminho de Nova York a Washington a pé”, diz, orgulhoso, ao tirar os sapatos.

Na verdade, Wilhelm gostaria que a marcha tivesse um outro destino: a sede da Monsanto em Saint Louis, no estado do Missouri. Para ele, a empresa é “o símbolo do

desenvolvimento de sementes geneticamente manipuladas". Mas uma marcha até St. Louis chamaria pouca atenção para a questão da rotulagem dos alimentos transgênicos.

A centenária Monsanto foi refundada em 1997 como empresa agrícola. A história dela remonta a 1901. Ao seu passado pertence, entre outras coisas, a fabricação do agente laranja, o famigerado herbicida utilizado pelos militares americanos durante a Guerra do Vietnã. O agente laranja é considerado responsável por graves problemas de saúde de soldados americanos e vietnamitas.

Hoje a Monsanto se apresenta como empresa que desenvolve e vende apenas sementes e produtos agrícolas. Entre eles estão sementes de milho e de algodão resistentes a pragas, lançadas no mercado nos anos 1990.

No caso dessas sementes, "a própria planta produz o veneno", diz Wilhelm. Quando a planta é utilizada para alimentar animais, que, por sua vez, são usados como alimentos por seres humanos, "ingere-se o veneno junto", afirma. A carne de animais alimentados com produtos transgênicos não é rotulada na maioria dos países.

Outro tipo de produto são sementes, por exemplo de colza ou de soja, resistentes aos herbicidas da Monsanto, como o amplamente difundido Roundup. Esse herbicida mata todas as plantas do local onde é aplicado, exceto aquelas geneticamente modificadas pela Monsanto para serem resistentes a ele.

A Monsanto afirma que as sementes transgênicas não são prejudiciais à saúde. "Antes de serem colocadas no mercado, plantas biologicamente modificadas precisam ser submetidas a mais testes e exames do que outros produtos agrícolas" nos Estados Unidos, diz o porta-voz da Monsanto Europa, Mark Buckingham.

Nem todos têm a mesma opinião. "Quando vejo o sistema regulatório para plantas geneticamente modificadas, acredito que seja insuficiente", considera Bill Freese, do Centro para Segurança Alimentar, uma organização sem fins lucrativos dos EUA que defende a agricultura sustentável.

Quando se modifica geneticamente uma planta, cria-se uma mutação, explica Freese. "A partir daí podem surgir defeitos: menor valor nutricional, toxinas em quantidade maior do que as naturalmente presentes, em quantidades pequenas e inofensivas, na planta ou até toxinas completamente novas."

Manifestação anti-Monsanto

Um grande problema dos transgênicos, na sua opinião, são as alergias. Devido à falta de informação nos rótulos dos alimentos, o consumidor não tem como saber posteriormente o que pode ter causado uma reação alérgica.

O presidente do Instituto Millennium de Washington, Hans Rudolf Herren, também alerta para problemas de saúde provenientes de plantas geneticamente modificadas,

especialmente porque, ao contrário das promessas de empresas como a Monsanto, em longo prazo cada vez mais veneno é necessário, afirma.

"Já não basta pulverizar uma vez, pulveriza-se duas vezes e com um verdadeiro coquetel de herbicidas", diz. Segundo ele, isso ocorre porque as ervas daninhas se tornam resistentes ao veneno. Herren as chama de "superervas daninhas".

A favor das sementes geneticamente modificadas usa-se muitas vezes o argumento da luta contra a fome. "Modificações genéticas oferecem a agricultores e consumidores uma ampla gama de possibilidades, impossíveis de serem alcançadas com outros meios", diz Buckingham. Ele cita como exemplo a Índia, afirmando que a colheita de arroz aumentou de 300 quilos por hectare em 2002 para 524 quilos por hectare em 2009.

A ativista indiana Vandana Shiva, vencedora do Prêmio Nobel Alternativo, também participou dos protestos em Washington. Ela luta há anos contra a Monsanto e menciona o relatório O rei dos GMOs está nu, publicado por sua organização Navdanya International em outubro deste ano.

Segundo o documento, a Monsanto prometeria aos agricultores na Índia colheitas muito mais altas do que as citadas por Buckingham e não conseguiria manter essa promessa. Shiva diz que as sementes geneticamente modificadas não aumentaram as colheitas e que a afirmação de que menos químicos são necessários não é verdade.

As críticas concentram-se sobre a Monsanto, porque, segundo Shiva, "95% das sementes de algodão são controladas pela empresa, que possui contratos de licenciamento com 60 empresas de sementes indianas". A própria Monsanto não divulga dados sobre a sua participação em mercados fora dos EUA.

Nos Estados Unidos, segundo a Monsanto, a empresa fornece cerca de um terço das sementes de milho e nove de cada dez campos de soja são cultivados com a tecnologia Roundup Ready, da Monsanto e suas licenciadas.

Como a semente da Monsanto é patenteada, os agricultores só podem utilizá-la para um plantio. Eles não podem reivindicar o direito de guardar uma parte da colheita como semente para o próximo ano, como se faz na agricultura tradicional. Por terem de comprar sementes caras todos os anos, argumenta Shiva, muito agricultores indianos estão altamente endividados. Ela diz que 250 mil fazendeiros se mataram na Índia por causa de dívidas. "A maioria desses suicídios ocorreu em áreas de cultivo de algodão", diz.

Um estudo do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (IFPRI, na sigla em inglês) não conseguiu, porém, identificar uma relação direta entre o cultivo de algodão geneticamente modificado e os suicídios dos agricultores. De acordo com o estudo, houve de fato um aumento da colheita em várias partes da Índia por causa do algodão transgênico. Perdas na colheita – que também foram registradas – foram causadas por secas ou outras condições desfavoráveis.

“Informaremos às pessoas se seus alimentos são geneticamente modificados, pois os norte-americanos devem saber o que estão comprando”, prometera o então candidato à presidência dos EUA Barack Obama em 2007. Entretanto, até agora nada aconteceu nesse sentido.

A responsável pela análise e rotulagem de alimentos nos Estados Unidos é a Food and Drug Administration (FDA), mais especificamente o presidente da área de segurança alimentar. Em 2010, Obama designou um novo nome para o cargo: Michael R. Taylor. Um de seus empregos anteriores foi o de vice-presidente de políticas públicas da Monsanto.

ENTREVISTA-BNDES prevê salto em desembolsos para fertilizantes. Sabrina Lorenzi – O Globo, País. 03/04/2013

RIO DE JANEIRO, 3 Abr (Reuters) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prevê ampliar nos próximos anos em oito vezes os desembolsos para projetos de produção de fertilizantes, um dos setores mais deficitários da economia brasileira e que precisa de novos investimentos para reduzir a dependência externa.

A perspectiva é aumentar os financiamentos para projetos de produção dos três ingredientes básicos utilizados pela indústria de fertilizante --potássio, fosfato e nitrogênio-- da média atual de 250 milhões de reais ao ano para cerca de 2 bilhões de reais em 2015, afirmou em entrevista à Reuters o gerente do BNDES responsável pelos projetos de fertilizantes.

"O BNDES pode e tem tudo para ajudar o governo a estimular este setor", afirmou o gerente de Departamento da Indústria Química, Vinícius Samu, acrescentando que a projeção do aumento se baseia nas necessidades do país e na onda "bem-vinda" de investimentos no setor.

O Brasil é quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China, mas importa mais de 60 por cento de sua demanda por fertilizantes. No caso do potássio, o país é o terceiro maior consumidor e as compras externas correspondem a cerca de 90 por cento da demanda.

Segundo Samu, toda demanda do setor de fertilizantes que chegar ao banco será atendida, desde que cumpridas as exigências e os limites de financiamento, que normalmente variam de 60 a 90 por cento dos investimentos.

Atualmente, o segmento responde por apenas 10 por cento dos desembolsos do BNDES para a indústria química, mas a parcela deverá chegar a 50 por cento em 2015, previu o gerente do BNDES.

Empresas do setor de fertilizantes e do agronegócio se preparam para produzir mais potássio a partir de projetos bilionários e esperam ter financiamento de instituições como o BNDES.

É o caso da Verde Potash, que deve receber licença prévia ambiental neste trimestre para o projeto Cerrado Verde, em Minas Gerais, com potencial de produção de 3 milhões de toneladas anuais a partir de 2019 e investimento total de 6 bilhões de reais. Na primeira fase, a Verde Potash planeja produzir 600 mil toneladas de potássio, com começo de operação em 2015.

A Potássio do Brasil, que tem entre seus sócios o banco de investimento Forbes & Manhattan, pretende começar a produzir, entre 2017 e 2018, de 2 milhões a 4 milhões de toneladas de cloreto de potássio por ano, a partir de uma mina no município de Autazes, em plena floresta Amazônica.

A Vale quer retomar dois projetos de potássio, um em Sergipe e outro no Canadá, para compensar a suspensão de Rio Colorado, na Argentina, que estava entre as prioridades da mineradora até ser considerado alvo de conjuntura econômica desfavorável e incertezas políticas no país vizinho.

A segunda maior mineradora do mundo poderá acelerar Carnalita, no Sergipe, e Kronau, no Canadá, que tinham perdido prioridade devido à necessidade da empresa de enxugar investimentos e focar em ativos principais.

Cortador de cana sobrevive à mecanização. Fabiana Batista – Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013

Franzino e com forte sotaque nordestino, Antônio Francisco Soares conta que quando se mudou de Alagoas para São Paulo, em 2004, já tinha mais de 15 anos de experiência em colher cana-de-açúcar. Na época, a grande "ameaça" que enfrentava para se estabelecer na atividade no campo paulista era a concorrência com os migrantes de Minas Gerais. Ao sinal de qualquer protesto da massa de cortadores, lembra, o fiscal da fazenda dizia: "Olha que a gente busca 400 mineiros para fazer o serviço e manda todos vocês embora".

Os mineiros vinham com tudo, afirma Soares. "Deixavam o couro e levavam o dinheiro. Trabalhavam como doidos, mais até do que o exigido pela usina". Mas as mudanças que tomaram forma nos canaviais nos anos seguintes tiraram do páreo mesmo esses concorrentes, vindos sobretudo do norte mineiro. E a mecanização criou outra lógica nas relações de trabalho nos canaviais.

No ano 2000, quando a produção de cana ocupou 3,8 milhões de hectares na região Centro-Sul do país, as máquinas responderam por 28% da colheita total. Na safra recém-encerrada (2012/13), que ocupou mais de 7 milhões de hectares, o percentual chegou a 85%, de acordo com o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

E, diferentemente do que se imaginava quando a substituição do homem pela máquina se acelerou, não houve uma catástrofe social, ainda que centenas de milhares de pessoas tenham sido afetadas e que a qualificação e a recolocação dos cortadores sejam desafios permanentes e, muitas vezes, frustrantes.

José Giacomo Baccarin, professor do departamento de Economia Rural da Unesp de Jaboticabal, no interior paulista, estima que, no início da década passada, a colheita manual de cana chegou a demandar, no auge das safras, 750 mil pessoas em todo o país, 500 mil no Centro-Sul.

No Nordeste, onde os canaviais estão em áreas mais montanhosas, a mecanização é ínfima e o quadro não mudou muito. Responsável por 10% da produção brasileira, a região ainda conta com cerca de 330 mil trabalhadores na atividade, conforme o Sindaçúcar de Pernambuco.

Mas, no Centro-Sul, os postos de trabalho para os cortadores foram minguando conforme a mecanização avançou, movida, principalmente, por novas exigências sócio-ambientais. Em 2007, quando se intensificou o movimento, Baccarin calcula, com base no Caged/IBGE, que o número de cortadores na região já havia recuado para 284 mil.

"Muitos eram migrantes e, provavelmente, viraram agricultores familiares. A maior parte deve ter ido para a construção civil ou para outros setores de menor exigência de mão de obra qualificada", afirma. E a tendência não mudou. Em 2012, estima o especialista, eram 189 mil.

Uma pequena parte da "catástrofe" esperada foi evitada pelo aumento do número de vagas para outras funções nas usinas. Em 2007, segundo os números de Baccarin, o número de cortadores foi equivalente a 56% do número total de trabalhadores empregados na indústria sucroalcooleira. Em 2012, foram 42%. Mas apenas uma pequena parte.

"O problema é que os cortadores têm escolaridade baixa e, portanto, mais dificuldade de adaptação a outras funções nas usinas e em outros setores. A exceção são as áreas que exigem menor qualificação, como a construção civil, que absorveu muito dessa mão de obra". Ainda assim, deixar um trabalho exaustivo como cortar cana para trás pode ser também uma vantagem social, desde que a opção não seja o desemprego.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul, estima que, dos 80 mil cortadores que suas 190 associadas empregavam em 2007, pelo menos 22,7 mil foram qualificados para novas demandas da indústria, como mecânico e operador de máquinas. E 80% desse total está empregado no próprio segmento, segundo Maria Luiza Barbosa, gerente de sustentabilidade da Unica.

Para Jaelson Ferreira do Nascimento, a safra 2013/14, recém-iniciada, será a primeira como operador de colheitadeira de cana. Mineiro de Montezuma, ele chegou a Valparaíso, no oeste paulista, em 2009, aos 20 anos, e por três safras cortou cana na usina Univalem, da Raízen.

Chegava a ganhar até R$ 1,9 mil com o corte da cana, acima do salário de R$ 1,2 mil que embolsará como operador iniciante de colheitadeira. Mas está animado. "Agora eu posso crescer. Quero fazer o curso de mecânico de colheitadeira", planeja.

Não é fácil. Uma máquina de colher cana pesa cerca de 20 toneladas e custa, em média, R$ 900 mil. Quando quebra, o prejuízo à usina é enorme, já que, por dia, serão 500 toneladas de cana que deixarão de ser colhidas. O mesmo acontece com outras máquinas da operação agrícola. Por essas e outras, ainda hoje o corte da cana pode ser a única solução.

Nascido em Lavínia, a 70 quilômetros de Araçatuba, Aparecido Silva, 52 anos, sempre trabalhou em fazendas de gado naquela área do oeste paulista. Com a chegada da cana, o gado migrou e, para Aparecido, não restou alternativa ao facão.

Há 15 anos é o que ele faz. Na usina onde trabalha (Univalem), todos os anos são abertas turmas de qualificação para operador. Mas Aparecido ficará na operação manual até ela acabar. "Tenho curso de mecânica, fui motorista e tratorista. Mas a cobrança é grande. Se a máquina quebra, a empresa acha que você é o culpado". Ademais, acrescenta ele, o ganho mensal de um cortador (R$ 1,2 mil, em média) equivale ao de um operador iniciante de máquina.

Para Maria Luiza Barbosa, uma das surpresas dessa gigantesca troca de braços por engrenagens é justamente o fato de o trabalho rural, mesmo nas usinas totalmente mecanizadas, não ter acabado. Na unidade onde Aparecido Silva e outros 180 trabalhadores braçais estão empregados, colheita e plantio são 100% mecanizados. Mas há atividades de campo que justificam a manutenção desse quadro de pessoal.

Eles carpem o mato, limpam a terra e abrem os primeiros metros das fileiras de cana madura que serão colhidas em seguida pelas máquinas. Colhem também cana plantada nas curvas onde a máquina não alcança - que estão em desuso com o avanço do plantio mecanizado.

Além disso, ainda há usinas e fornecedores de cana que não assinaram o protocolo agroambiental que antecipa o fim das queimadas para 2014. Portanto, ainda ateiam fogo nos canaviais, contratam mais cortadores e, por lei, têm até 2017 para eliminar essa prática nas áreas mecanizáveis (declive de até 12%).

Baccarin acredita que a mecanização está chegando ao limite no Centro-Sul, e que daqui para frente os impactos no mercado de trabalho tendem a diminuir. "Acredito que será possível mecanizar 90% da área, não mais que isso".

Informa reduz previsão de safra de soja do Brasil; eleva milho. Julie Ingwersen e Christine Stebbins – O Globo, País. 03/04/2013

CHICAGO, 3 Abr (Reuters) - A consultoria agrícola Informa Economics reduziu a sua

previsão de safra de soja do Brasil para 83,25 milhões de toneladas, ante 84,5 milhões de toneladas na estimativa anterior, disseram fontes do mercado nesta quarta-feira.

A Informa, por outro lado, elevou a previsão para a safra de milho do Brasil para 71,95 milhões de toneladas, ante 71,6 milhões anteriormente.

A consultoria também elevou sua previsão para o milho no Argentina, estimando a colheita do grão em 25,3 milhões de toneladas, uma alta ante as 25 milhões vistas anteriormente.

Em relação à soja, a empresa elevou suas estimativas para a safra 2012/13 da Argentina para 52 milhões de toneladas, ante 51 milhões anteriormente.

A Informa elevou sua previsão para a produção chinesa 2013/14 de milho para 213 milhões de toneladas, maior que as 205 milhões estimadas anteriormente. A empresa citou uma alta na expectativa de plantio.

A Informa também elevou sua estimativa para a produção de todos os tipos de trigo na China em 2013/14 para 120 milhões de toneladas, em comparação com 118 milhões anteriormente, e disse que a safra de inverno do país estava, em sua maior parte, em boas condições.

A Informa projetou a produção norte-americana de trigo de inverno dos EUA para 2013/14 em 1,631 bilhão de bushels, incluindo 903 milhões de bushels de trigo duro de inverno, 506 milhões de trigo soft de inverno, e 223 milhões de trigo branco.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) deve divulgar suas primeiras estimativas para a produção da safra 2013/14 em maio. As estimativas atualizadas do órgão sobre a produção da safra mundial saem em 10 de abril.

Demora na reintegração de posse de áreas invadidas agrava quadro de insegurança jurídica – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), Assuntos fundiários. 03/04/2013

A demora no cumprimento das decisões judiciais de reintegração de posse de propriedades rurais invadidas agrava o quadro de insegurança jurídica no País, afastando a entrada de novos investimentos que possibilitariam a expansão do setor agropecuário brasileiro. A avaliação é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, autora do Projeto de Lei 251/10, que define o prazo de 15 dias para os governadores dos Estados e do Distrito Federal cumprirem os mandados judiciais de reintegração de posse de áreas urbanas e rurais invadidas, sob pena de responderem por crime de responsabilidade. A proposta voltou a ser debatida nesta quarta-feira (3/4), em reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado.

Ao defender a matéria, a senadora apresentou dados do Observatório da Insegurança Jurídica no Campo, instrumento criado pela CNA para monitorar as invasões de terra que ocorrem no País. Os dados apontam a morosidade por parte dos governos estaduais para cumprir uma determinação judicial. No Pará, o tempo médio de duração para cumprir um mandado judicial de reintegração de posse de uma área invadida é de 580 dias. A análise dos prazos por município indica um quadro ainda mais caótico. Em Santarém (PA), a demora para concretizar uma desocupação de área invadida é de 965 dias, quase três anos. Em Altamira, também no Pará, esse prazo é de 856 dias. "A sociedade vem assistindo, nos últimos anos, a este desprezo pela autoridade da justiça por parte dos estados, que simplesmente descumprem as ordens por motivações políticas", alertou a senadora.

Segundo a presidente da CNA, esta lentidão afronta o direito de propriedade e prejudica o crescimento da economia do país. Ela citou um estudo do Banco Mundial que coloca o Brasil na 109º posição, em um ranking de 180 países, quando se avalia a garantia do direito de propriedade para atrair investimentos. "Isso é muito grave para um país que se diz democrático e tem uma bela Constituição", afirmou, lembrando que o direito de propriedade está garantido na Carta Magna como cláusula pétrea, que não pode ser modificada.

A senadora reiterou, ainda, sua posição contrária às invasões de terra e prédios públicos por movimentos que ocupam áreas rurais e urbanas ilegalmente para reivindicar a reforma agrária. "O sonho de quem quer terra não pode ser concretizado invadindo o direito do outro. Não defendo essas pessoas, pois elas ferem o direito de propriedade ao praticar o esbulho possessório", justificou.

O projeto tramita na CCJ em caráter terminativo. Se a matéria for aprovada na Comissão e não forem apresentados recursos para apreciação em plenário, seguirá para análise na Câmara dos Deputados.

Conab inicia fiscalização do PAA. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/04/2013

A fim de garantir mais eficiência e efetividade, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passará a ter um plano nacional de fiscalização. Além das ações dos órgãos fiscalizadores do governo, a partir de abril os fiscais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) passarão a inspecionar, periodicamente, o Programa.

"É uma ação que vem ao encontro do que buscamos ao longo desses dez anos da história do PAA: qualificar a gestão, não só da própria Conab como também das organizações sociais que estão na ponta", afirma o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, Sílvio Porto.

Nesta primeira fase, sete estados serão vistoriados: Alagoas, Rondônia, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Espírito Santo. Os fiscais irão verificar se as organizações

fornecedoras estão cumprindo o proposto no projeto, além de averiguar a qualidade dos produtos entregues. As ações também irão contemplar os beneficiários, organizações consumidoras e entidades parceiras.

"A fiscalização também é uma oportunidade para o agricultor aprender que é preciso melhorar a qualidade, adotar melhores métodos de produção, ter mais atenção com relação à higienização, com o manuseio dos produtos", pondera o diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização, João Carlos Bona Garcia.

A capacitação dos profissionais que irão a campo foi organizada pelas superintendências de Fiscalização de Estoques (Sufis) e de Suporte à Agricultura Familiar (Supaf) em duas etapas. Na primeira, realizada em novembro de 2012, foram treinados 30 funcionários da Companhia. Já a segunda fase terminou em março deste ano, contemplando mais 30 fiscais.

"Esse trabalho conjunto entre Sufis e Supaf, que se desdobra nas Superintendências Regionais, é fundamental para que se estabeleça uma confiança ainda maior sobre o Programa", ressalta Sílvio Porto.

A ação integra um conjunto de iniciativas que visa aprimorar os procedimentos operacionais e de controle gerencial do PAA, como acompanhamento e supervisão do programa realizados pelas Superintendências Regionais da Companhia.

Com máquinas, diminui rendimento de canaviais - Valor Econômico, Empresas. 03/04/2013

Uma colheitadeira de cana substitui os braços de 80 a 100 trabalhadores, dependendo da produtividade do cortador. Nos últimos cinco anos, as usinas e fornecedores de cana investiram cerca de R$ 14 bilhões para alavancar a substituição do homem pela máquina, mas, até agora, o resultado não agradou.

A razão é que a mecanização mudou o patamar de produtividade dos canaviais, provocando um declínio sistêmico de rendimento. Produtores com décadas de experiência no setor estão tendo que "reaprender" o manejo da cultura. E, quatro anos depois, o setor está apenas no meio de uma reação, afirma João Guilherme Iglézias, diretor de operações agrícolas da Agroterenas.

A empresa é uma sexagenária em produção cana-de-açúcar e uma das maiores fornecedores da matéria-prima para usinas do país, com 70 mil hectares cultivados. Iglézias conta que a produtividade nos últimos três a quatro anos caiu de 85 toneladas por hectare para 70, sendo que de 8 a 10 toneladas da perda é diretamente atribuída à mecanização. O restante foi efeito do clima. "Tivemos que esquecer tudo o que sabíamos sobre cana e reescrever os manuais de manejo".

Só agora, detalha o executivo, começam a surgir variedades de cana mais adaptadas às máquinas - plantas que "ficam mais em pé" e brotam melhor sob a palha, por exemplo.

O setor testa ainda técnicas para mitigar a compactação do solo e reduzir o volume de impurezas trazido pela colheitadeira para dentro da usina. A falta de mão de obra qualificada para operar as máquinas também é um gargalo.

No ciclo 2013/14, que acabou de começar, a empresa espera produzir 75 toneladas por hectare, ainda distante das 85 do passado. Iglézias espera retomar os níveis históricos em apenas três anos.

Mas a resistência em "rasgar a cartilha" e começar de novo ainda é grande entre os fornecedores de menor porte, também descapitalizados para investir nas máquinas. O produtor Luiz Carlos Tasso Júnior é diretor da Canaoeste, uma associação que representa 2,8 mil fornecedores da matéria-prima espalhados em 80 municípios, entre eles os tradicionais Sertãozinho e Ribeirão Preto (SP). Ele conta que a concentração de açúcar na cana (o chamado ATR) caiu nos últimos anos na região, conhecida por reunir as melhores condições de clima e solo para a cultura. Historicamente, o desempenho médio do ATR na região era de 145 quilos por tonelada, com picos que já superaram os 160 quilos. "Na safra 2012/13, a concentração de ATR caiu a 138 quilos, número que deve se repetir em 2013/14. Não acredito que será possível retomar os níveis históricos, a não ser que haja um avanço significativo na genética da planta", afirma Tasso.

Blairo Maggi propõe 'rito sumário' para terminais graneleiros – O Globo, País. 04/04/2013

O senador Blairo Maggi (PR-MT), cujo nome chegou a ser cotado para representar o PR no ministério antes da escolha de César Borges (PR-BA) para o de Transportes, voltou a criticar o setor de logística e propôs proposta de adoção de um "rito sumário" para terminais graneleiros no país. Ex-governador do Mato Grosso e um dos maiores produtores de soja do país, Maggi apresentou a proposta em discurso no Senado, na quarta-feira.

"Para que possamos minimizar os gargalos existentes, reduzindo o custo Brasil e tendo alternativas na logística de exportação a grãos, proponho um rito sumário para projetos portuários que se encontram em diversas fases de implantação", afirmou. Com a implantação de suas sugestões, o senador acredita que no ano que vem haveria, no próximo ano, mais dez milhões de toneladas de oferta para o transbordo de grãos nas regiões Norte e Nordeste do país.

A proposta do senador consiste em seis medidas e nenhuma delas precisaria de lei. A primeira, estabelecer em 60 dias o prazo máximo para a liberação de financiamentos pelos bancos estatais, especialmente nas operações de Finame, a partir do pedido de enquadramento. Isso tornaria o processo mais rápido, segundo ele.

A segunda seria o governo determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a conclusão de projetos estruturantes, como a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, a duplicação do acesso rodoviário ao Porto de Santarém, a

implantação da BR-080, para que as safras de Mato Grosso possam ter acesso à Ferrovia Norte-Sul e os acessos ferroviários e rodoviários ao Porto de São Francisco do Sul.

O terceiro ponto do que Maggi chama de "pacto entre governo e iniciativa privada" seria a convocação das companhias que têm projetos portuários de terminais graneleiros nas regiões Norte e Nordeste do país a apresentarem exposição dos motivos dos entraves para conseguirem licenças das autarquias federais e dos organismos ambientais, porque muitos projetos, segundo ele, tramitam com "extrema lentidão".

Em quarto lugar está a sugestão de criação de um Comitê Resolutivo, com autonomia concedida pela Presidência da República, para autorizar a implantação de projetos que estão "encalhados". O comitê seria composto por representantes dos ministérios dos Transportes, da Agricultura e do Planejamento, além da Secretaria Especial dos Portos (SEP), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Secretaria do Planejamento da União (SPU).

Em quinto lugar, Maggi propõe a alteração imediata das poligonais dos portos, reduzindo drasticamente sua área, para "flexibilizar" a implantação de projetos em terrenos privados, mas localizados dentro da área do Porto Organizado. Essas poligonais, segundo o senador, foram ampliadas por "contínuas expansões obtidas pelas Companhias Docas, que querem fazer valer por corporativismo o domínio cada vez mais amplo de suas áreas portuárias".

O último ponto do "rito sumário" proposto por Maggi seria a cobrança, pela Casa Civil da Presidência da República, aos órgãos estaduais, para que forneçam as licenças em curto prazo.

"Com tais medidas, que não necessitam de nenhuma lei, apenas de gerenciamento puro e acompanhamento diário pelo Comitê Resolutivo, agindo em nome da Presidência da República e amparado por um ágil Procurador da AGU _ que não irá admitir, dos diversos procuradores ministeriais ou autarquias qualquer vacilo ou atraso_, a partir do próximo ano teremos disponíveis, no mínimo, mais dez milhões de toneladas de oferta para o transbordo de grãos nas regiões Norte e Nordeste do país, fora do eixo Rio/Santos", afirmou Maggi.

O senador listou várias obras que, segundo ele, estão "na marca do pênalti para ser marcado o gol, sem goleiro, com financiamento e todas as coisas arrumadas", mas que estariam paradas, à espera de conclusão de obras.

Entre elas, a ampliação, pela Cargill, em Santarém, de 1,5 milhão de toneladas no seu terminal, a construção, pela ADM, em Belém, de terminal de 2,5 milhões de toneladas de grãos, terminal da HB-Hidrovias do Brasil em Barcarena, para mais 2,5 milhões de toneladas, também em Barcarena terminal da Bunge Alimentos com 3 milhões de toneladas, terminal da Cianport, com 1,5 milhão de toneladas, em Itacoatiara, onde opera a empresa do senador e está tudo pronto para ampliar em mais de 3 milhões de

toneladas de grãos o corredor Madeira-Amazonas e investimento para mais 1,5 milhão de toneladas de grãos naquela localidade pela Fertimig.

Citou também projetos portuários de transbordos de grãos, como Tegran, em Itaqui, no Maranhão, onde quatro grandes empresas constroem quatro grandes armazéns e um terminal com "sheep louder" para carregamento de navios com 12 milhões de toneladas nos próximos cinco anos.

"Faço questão de salientar que, com exceção do Porto de São Francisco do Sul, todos os demais portos aqui citados são das regiões Norte e Nordeste e que os das regiões Norte e Centro-Oeste dependem principalmente da conclusão da BR-163. São 460 quilômetros com os quais, uma vez asfaltados, poderemos resolver os problemas de mais de dez milhões de toneladas que deixarão de vir ao Porto de Santos, ao Porto de Paranaguá, de São Francisco, criando condições para que os produtores das regiões Norte e Centro-Oeste tenham mais competitividade", disse Maggi.

Vendas internas de máquinas agrícolas cresceram quase 30%. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013

As vendas internas de máquinas agrícolas no atacado totalizaram 7.323 unidades em março, alta de 18% em comparação a fevereiro e de 38,3% ante o mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, as vendas tiveram elevação de 29,6%, para 18.930 unidades. Os números foram divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A comercialização interna é embalada pelo bom momento do setor agrícola e pelos juros baixos e já definidos para 3% neste primeiro semestre do Programa de Sustentação do Investimento (PSI do BNDES), na avaliação de Mario Fioretti, vice-presidente da Anfavea.

A produção totalizou 8.472 unidades em março, alta de 9,4% sobre fevereiro e de 7,5% na comparação com março de 2012.

Em relação às exportações, no último mês, foram embarcadas 1.207 unidades de máquinas agrícolas, o que representou um crescimento de 22% ante fevereiro e queda de 34,5 % contra março de 2012. No primeiro trimestre do ano, foram exportadas 3.013 unidades, um recuo de 36,7 % em relação a igual intervalo do ano passado. A queda nos embarques é provocada principalmente pelas restrições da Argentina, maior mercado externo para as indústrias que atuam no país, de acordo com Fioretti. Além disso, ele afirma que alguns países estão aumentando as produções locais e reduzindo as compras do Brasil.

A receita com as exportações em março totalizou US$ 289,26 milhões, alta 6,3% sobre o mês anterior, mas queda de 0,6% ante março de 2012. No acumulado de 2013, o valor

gerado pelas vendas externas foi de US$ 761,88 milhões, queda de 12,5% sobre os três primeiros meses de 2012.

Canadá e Rússia dominam reservas – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013

Canadá e Rússia ocuparam as duas primeiras posições no ranking global de reservas de sais de potássio em 2011, com participações de 47,5% e 35,6%, respectivamente. Juntos, somaram cerca de 50% do potássio fertilizante produzido no mundo, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O Brasil ficou com a 11ª colocação em termos de reservas lavráveis e ocupou a 10 ª posição na produção mundial.

O Brasil gastou US$ 3,512 bilhões com a importação de cloreto de potássio em 2012, ante US$ 3, 503 bilhões em 2011 e US$ 2,234 bilhões em 2010, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). As compras vieram principalmente de Bielorússia, Rússia, Canadá, Alemanha e Israel.

Além de o país ter elevado os gastos nos últimos anos com a importação do produto, diante da crescente demanda, está pagando mais caro do que Índia e China. Também grandes importadores de fertilizantes, esses países normalmente concentram suas aquisições no primeiro trimestre e programam melhor suas compras, segundo Antônio Guimarães de Oliveira, da Scot Consultoria.

O Brasil, segundo ele, está adquirindo cloreto de potássio por US$ 480 a tonelada, enquanto os gigantes asiáticos fecharam compras por US$ 400 a US$ 420 nos três primeiros meses deste ano. "O maior problema que o Brasil enfrenta na compra do potássio é o fato de não ter políticas organizadas de compras. Assim, o país fica exposto aos preços do mercado spot, assumindo o risco nas variações do valor do potássio no mercado internacional", afirma Oliveira.

E é por anteciparem seus contratos e comprarem grandes quantidades em um período relativamente curto de tempo que China e Índia têm maior poder de barganha e conseguem preços melhores, observa Oliveira.

Suíça Vitol começará a operar com grãos. Javier Blas – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013

A Vitol, uma das maiores comercializadoras independentes de petróleo do mundo, contratou toda uma equipe da trading canadense Viterra, recém-adquirida pela Glencore, e pretende expandir sua atuação no segmento agrícola.

A empresa, com sede na Suíça, anunciou no início da semana, em comunicado, planos para começar em maio a operar com "grãos e outras commodities agrícolas" a partir de

suas bases em Cingapura e Genebra, com o apoio dos escritórios de Vancouver e de Hamburgo.

A expansão se segue a uma investida anterior no mercado de açúcar e foi anunciada meses depois de a Mercuria, uma das maiores tradings globais de fontes de energia, também ter ampliado sua presença em mercados agrícolas com a contratação de traders do Morgan Stanley.

Segundo Ian Taylor, CEO da Vitol, a comercialização de commodities agrícolas permitirá que a empresa amplie sua força em logística e no conhecimento dos mercados globais. "Essa é uma extensão natural das nossas atividades", afirmou ele.

Tradings especializadas em fontes de energia passaram a entrar na área agrícola para tentar compensar a baixa rentabilidade do petróleo bruto, derivados refinados, gás natural e energia elétrica. O mercado energético foi bem menos volátil nos últimos dois anos que no início da década passada, o que priva os operadores das grandes variações de preços que favorecem seus lucros.

Já o segmento agrícola proporcionou às tradings diversas oportunidades nos últimos anos, na esteira das quebras de produção provocadas por adversidades climáticas, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos, na Rússia e na Argentina. Além disso, comercializar commodities agrícolas permite aos operadores de petróleo lucrar com a vinculação de gasolina e diesel ao mercado de biocombustíveis. Nos EUA, por exemplo, o etanol é de milho.

Consultores alertam, porém, que esse caminho não é fácil. Em primeiro lugar, porque o comércio de commodities agrícolas é dominado pelo grupo conhecido como "ABCD" - ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Commodities. Mas também porque grupos como Glencore e Marubeni também estão em expansão na área.

Como diretor internacional de grãos, a Vitol indicou Don Chapman, que era executivo sênior da Viterra e deixou a empresa quando esta foi vendida para a Glencore, por US$ 5,9 bilhões, em 2012.

PF investiga extração ilegal de madeira em reserva no MA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013

A Polícia Federal deflagrou ontem (3) a operação Dríade que investiga a suposta extração ilegal de madeira na região da Reserva Biológica do Gurupi, em Carutapera (oeste do Maranhão). A madeira era comercializada no exterior, segundo a PF.

De acordo a PF, a madeira era retirada ilegalmente da reserva ecológica e levada para áreas em que grupos empresariais possuíam autorização para corte e manuseio do produto.

A madeira era "esquentada" com guias de transporte e documentos expedidos pelas autoridades ambientais, informou a PF.

Durante a operação foram realizados 29 mandados de busca e apreensão nas cidades de Paragominas, Dom Eliseu, Tomé-Açu e Pacajá, todas no Pará. Foram necessários 90 policiais.

Uma equipe do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais) apoiou a operação.

A intenção da PF é colher mais informações sobre a participação de cada uma das pessoas físicas e jurídicas envolvidas.

Segundo a PF, os grupos foram autuados pela devastação, na reserva biológica, de área equivalente a 2.600 campos de futebol. Até o momento, as investigações apontam danos de cerca de R$ 50 milhões pela extração da madeira.

A PF não informou o nome dos envolvidos ou dos grupos empresariais que atuavam na exploração ilegal da madeira.

O nome da operação é inspirado na mitologia grega. Dríade faz referência à divindade que cuida das árvores e amedronta aqueles que atacam as florestas.

Cenário adverso para produção de potássio. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 04/04/2013

O Brasil está muito longe de reduzir sua histórica dependência externa de potássio, nutriente vital para a produção de fertilizantes agrícolas. As importações suprem mais de 90% da demanda doméstica, e há poucas opções de exploração com chances reais de vingar. Só um projeto está em produção em escala comercial, mas a mina que o abastece deverá chegar à exaustão nesta década.

Diante de restrições ambientais e burocracia, não há estimativas precisas sobre o potencial das minas de potássio não exploradas no país, a maior parte em fase de estudos no Amazonas e em Sergipe. Segundo fontes da área de adubos, o projeto que a Vale suspendeu na Argentina em março, cuja produção seria voltada ao Brasil, envolve a única mina com "escala real" da América Latina, com capacidade anual estimada em cerca de 4,5 milhões de toneladas.

Dentre os projetos elencados pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) em 2012 com previsões de investimentos no segmento no país, só a Vale tem apostas no potássio. Já é da mineradora, que não deu entrevista sobre o tema, o único projeto que produz cloreto de potássio (substância extraída para a fabricação de adubos) em operação - o Taquari-Vassouras, em Sergipe, explorado desde 1992. O projeto inclui uma mina subterrânea e uma usina de beneficiamento com capacidade para 655 mil toneladas/ano.

A Vale também toca em Sergipe o projeto Carnalita, com previsão de aportes iniciais da ordem de US$ 1,8 bilhão. Mas os investimentos ainda não foram aprovados pela Vale. No segmento, contudo, a avaliação é que Carnalita, com capacidade anual projetada de 1,2 milhão de toneladas, apenas substituiria Taquari-Vassouras, cuja exaustão da mina está prevista para 2017 ou 2018, de acordo com especialistas.

A demanda brasileira por potássio fertilizante somou 4,3 milhões de toneladas em 2012, segundo a Anda. A produção nacional (325 mil toneladas) atendeu 7,6% do total, e a situação pode piorar. A entidade estima que o consumo chegará a 5,2 milhões de toneladas em 2017 e chegou a traçar um cenário em que a oferta nacional chegaria a 3,3 milhões de toneladas até lá, mas levando em conta Carnalita, com suas indefinições, e Rio-Colorado, o projeto que a Vale suspendeu na Argentina. Contrariado com a decisão da empresa, o governo argentino proibiu temporariamente demissões e desmobilização de investimentos, e o imbróglio segue sem solução.

Paralelamente, dezenas de empresas menores - conhecidas como juniores -, a maior parte estrangeiras, pesquisam a exploração de potássio no Brasil. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), desde 2008 houve significativo aumento nos requerimentos de alvarás de pesquisa para sais de potássio no país, com outorgas de alvarás que ainda estão em vigor.

Conforme o DNPM, há reservas de sais de potássio em Sergipe e no Amazonas. "Mas não tem reserva definida para essas áreas, está tudo em fase de pesquisa", diz George Eustáquio Silva, superintendente substituto do DNPM de Sergipe. Segundo Luiz Alberto Melo de Oliveira, geólogo do DNPM, os alvarás em vigor ainda não chegaram a uma conclusão sobre o potencial dos sais de potássio na Bacia Amazônica. "Nenhuma empresa está em fase final de pesquisa, e o Amazonas carece de reavaliação da questão ambiental".

Outro ponto de discussão é a viabilidade logística da exploração de potássio na Bacia Amazônica. Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), lembra que os depósitos da região foram identificados na década de 1970 - época das descobertas em Sergipe, quando a Petrobras procurava petróleo -, e destaca que "explorar na costa brasileira é mais fácil do que no meio da Amazônia". No caso do processamento da rocha silvinita, é preciso separar o cloreto de potássio do sódio que pode ser jogado no mar. "O impacto ecológico na Amazônia é complicado, o que travou um pouco esse projeto", diz Tunes.

Mas o secretário de Mineração do Amazonas, Daniel Nava, diz que a exploração é viável e que as hidrovias da região podem levar o produto até Centro-Oeste e Sudeste. Segundo ele, a tonelada do potássio produzido no Amazonas custaria US$ 200 menos que a importada.

Os depósitos de sais de potássio na calha do rio Madeira, próximos à foz do rio Amazonas, foram reservas aprovadas desde 1980 para a Petrobras, conforme Nava. A

estatal, que não deu entrevista, ofereceu as reservas para licitação em 2006 e 2008, mas nenhuma empresa se interessou ou prosseguiu com estudos.

Porém, segundo Nava, a empresa Potássio do Brasil estuda um depósito do lado contrário das reservas aprovadas para a Petrobras, na margem direita do Rio Madeira, na cidade de Autazes. A expectativa de Nava é conceder o licenciamento ambiental para a companhia em 2014, para que a produção comece até 2018.

Há possibilidade de exploração em Minas Gerais de um outro tipo de rocha, a verdete, que tem teores de cloreto de potássio inferiores a 20%. Nesse caso, é preciso fazer um tratamento térmico específico para a retirada do cloreto. É considerada uma produção limitada e cara, mas que, segundo Tunes, pode ser economicamente viável a depender da distância do mercado consumidor.

A Verde Potash - empresa fundada e controlada por brasileiros, incorporada na Inglaterra e listada na bolsa de Toronto, no Canadá - deve concluir neste ano o estudo de engenharia da reserva de verdete que pesquisa na região de São Gotardo (MG). Segundo Cristiano Veloso, CEO da companhia, a produção esperada na primeira fase, prevista para o fim de 2015, é de 600 mil toneladas de cloreto de potássio por ano. Na segunda fase, o volume poderá crescer para 1,6 milhão de toneladas; na terceira, a 3 milhões.

Conforme Veloso, já foram investidos cerca de US$ 40 milhões, desde 2008 no projeto, e a fase inicial demandará mais US$ 600 milhões. Para o executivo, o segmento poderia ser mais competitivo no país se fosse desonerado, já que carga tributária no país chega a cerca de 40%, ante 17% do produto produzido e exportado pelo Canadá, por exemplo.

Julgamento de trio acusado de matar extrativistas é retomado no PA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013

O Tribunal do Júri de Marabá (sudeste do Pará) retomou nesta terça-feira (04) o julgamento dos três acusados de matar o casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo.

O juiz Murilo Simão, que ontem havia proibido imagens da sessão, autorizou a transmissão ao vivo do julgamento após reclamações de jornalistas brasileiros e estrangeiros, ativistas sociais, ambientalistas e representantes da Igreja Católica.

O segundo dia de julgamento começou na fase dos debates. O promotor da acusação, Danyllo Pompeu, apresenta aos sete jurados (quatro mulheres e três homens) a tese para a condenação dos réus pelo duplo homicídio qualificado.

Vestidos de uniforme azul do sistema prisional, estão no banco dos réus o agricultor José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante, seu irmão Lindonjonson Silva Rocha, apontado como executor, e Alberto Lopes do Nascimento, acusado de coautoria do assassinato. Todos negam participação no crime.

A previsão é que o julgamento seja concluído hoje.

Os extrativistas José Claudio Ribeiro da Silva, 54, e Maria do Espírito Santo, 53 denunciavam madeireiros clandestinos e constavam em lista de líderes rurais ameaçados de morte da Comissão Pastoral da Terra. Eles foram mortos no dia 24 de maio de 2011.

Segundo a polícia, o motivo do crime foi uma disputa pela posse de área no assentamento em que o casal vivia, em Nova Ipixuna (PA).

Ontem, foram ouvidas 12 testemunhas de acusação e defesa, além dos réus.

A testemunha de acusação Laísa Sampaio, irmã de Maria, relatou que o casal vinha sendo ameaçado e tinha um conflito com o agricultor José Rodrigues Moreira, acusado de ser mandante. Um amigo do casal disse ter reconhecido o irmão de Moreira, também réu, na cena do crime.

A defesa procurou descrever José Cláudio como pessoa violenta e relacioná-lo a um outro assassinato. Uma testemunha da defesa chegou a ser acusada de falso testemunho.

JULGAMENTO

O julgamento é considerado por promotores e advogados como "emblemático".

Esta é a primeira vez que um crime de repercussão internacional é julgado no sudeste do Estado, região conhecida pela tensão dos conflitos de terra e pela impunidade.

Após 1.018 mortes por conflitos de terra de 1985 a 2011 na Amazônia, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, apenas 30 casos foram julgados até agora.

Os de ampla repercussão, como o massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, e o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, foram julgados em Belém após pedidos dos acusados.

Em 2012, como a *Folha* revelou, o Incra (órgão federal da reforma agrária) assentou a mulher de Moreira, Antonia Nery de Souza, no assentamento Praialta-Piranheira.

O benefício à mulher do acusado de ser o mandate do assassinato poderá ser revista pela autarquia federal.

DIREITOS HUMANOS

Na terça-feira (2), véspera do início do julgamento, o governo federal divulgou uma nota pedindo que sejam punidos "com rigor" os três acusados pelo assassinato de um casal de extrativistas.

O texto, assinado pela ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) e que cita o nome dos réus, diz que a punição evitaria a "perpetuação da impunidade no país".

"A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República espera que os jurados tenham a sensibilidade e a firmeza em defender os direitos humanos e tornar esse caso

um exemplo na consolidação da Justiça e um marco na proteção dos defensores de direitos humanos", afirma a ministra.

Absolvição de acusado de matar casal de ativistas gera revolta no Pará. Kátia Brasil – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013

Militantes provocaram um princípio de tumulto e apedrejaram o fórum de Marabá (PA) na noite desta quinta-feira (4) após a divulgação da absolvição do acusado de matar os extrativistas e ativistas ambientais José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo.

O agricultor José Rodrigues Moreira era apontado como mandante do crime --teria uma disputa de terra com o casal. O crime, em maio de 2011, teve repercussão internacional e expôs o agravamento da violência agrária na Amazônia.

Preso desde setembro de 2011, Moreira foi solto logo após o julgamento, que durou cerca de 30 horas. Familiares das vítimas e militantes sociais presentes ao fórum de Marabá se revoltaram com o resultado, recebido a gritos por "justiça".

Alguns manifestantes jogaram pedras e tinta na fachada do fórum. A Polícia Militar reforçou a segurança --não houve feridos nem presos.

Os dois acusados de efetuar o crime foram condenados. Irmão de Moreira, Lindonjonson Rocha recebeu pena de 42 anos e oito meses de prisão, e Alberto Lopes do Nascimento, de 45 anos.

O Ministério Público do Pará recorreu da absolvição de Moreira. "Ele tem que ser submetido novamente ao Tribunal do Júri. A decisão foi de forma contrária as provas do processo", afirmou o promotor Danyllo Pompeu.

Pompeu disse que a decisão dos sete jurados, que são todos da região sudeste do Pará, transpareceu receio de condenar mandantes, a exemplo do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em 2005.

No primeiro julgamento do caso, apenas pistoleiros foram condenados --o acusado de ser o mandante foi condenado posteriormente.

"A sociedade em si tem um pouco de receio de condenar mandantes. Se criou um mito de que todos têm poder econômico e influência política", disse o promotor.

Os dois condenados foram levados ao Centro de Recuperação Agrícola de Marabá, onde já cumpriam prisão preventiva desde 2011.

Ministra cobra punição para acusados de matar extrativistas no PA – Folha de São Paulo, Poder. 04/04/2013

A ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) disse nesta quinta-feira (4) que espera

"punição firme e efetiva" para os três acusados de assassinar o casal casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, caso a culpa seja comprovada no julgamento iniciado no último dia 3.

O casal foi morto a tiros em maio de 2011 em um assentamento em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará. Os dois denunciavam a extração ilegal de madeira na região em que viviam e vinham recebendo ameaças de morte constantes.

"Minha expectativa é uma responsabilização firme, efetiva dos envolvidos, mas que não pare por aí, porque talvez outros envolvidos não tenham sido identificados ainda, na cadeia de comando da morte de José Cláudio e Maria. Trata-se de um crime com agravantes os mais variados. Acreditamos que o crime de extermínio deve receber uma penalidade grave e muito firme", disse Maria do Rosário.

A ministra ressaltou que é importante evitar a impunidade de mandantes de crime no campo como esse. “O Brasil precisa é que não exista a impunidade de ninguém nessas cadeias de comando”.

O julgamento do crime começou ontem (3) no Fórum de Marabá (PA). No total, 27 testemunhas prestarão depoimento no Tribunal do Júri. Parentes do casal já foram ouvidos no julgamento e reafirmaram que os dois recebiam ameaças constantes de morte por denunciar a extração ilegal de madeira na região.

Apontado como mandante do crime, José Rodrigues Moreira está sendo julgado por homicídio duplamente qualificado. Ele diz ser o dono das terras onde o assentamento Ipixuna foi montado. O irmão de Moreira, Lindonjonson Silva Rocha, e Alberto Lopes do Nascimento, respondem como executores dos assassinatos. Segundo o Ministério Público estadual, o objetivo era retirar os assentados da terra comprada por José Rodrigues.

Na terça-feira (2), véspera do início do julgamento, a ministra já havia divulgado uma nota pedindo que sejam punidos "com rigor" os três acusados pelo assassinato de um casal de extrativistas. A nota citava o nome dos réus, dizia que a punição evitaria a "perpetuação da impunidade no país".

"A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República espera que os jurados tenham a sensibilidade e a firmeza em defender os direitos humanos e tornar esse caso um exemplo na consolidação da Justiça e um marco na proteção dos defensores de direitos humanos", afirmou a ministra na nota.

JULGAMENTO

O julgamento é considerado por promotores e advogados como "emblemático".

Esta é a primeira vez que um crime de repercussão internacional é julgado no sudeste do Estado, região conhecida pela tensão dos conflitos de terra e pela impunidade.

Após 1.018 mortes por conflitos de terra de 1985 a 2011 na Amazônia, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, apenas 30 casos foram julgados até agora.

Os de ampla repercussão, como o massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, e o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, foram julgados em Belém após pedidos dos acusados.

Em 2012, como a *Folha* revelou, o Incra (órgão federal da reforma agrária) assentou a mulher de Moreira, Antonia Nery de Souza, no assentamento Praialta-Piranheira.

O benefício à mulher do acusado de ser o mandate do assassinato poderá ser revista pela autarquia federal.

Nota Oficial – Julgamento do assassinato de líderes extrativistas no Pará – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/04/2013

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República consideram justa a condenação dos executores dos líderes extrativistas José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinados há dois anos no Pará. Mas, ao mesmo tempo, consideram grave que nenhum mandante tenha sido responsabilizado até o momento.

Saudamos a decisão imediata do Ministério Público de oferecer recurso diante da absolvição do acusado de ser o mandante do crime. Estamos conscientes de que um crime dessa natureza costuma ser motivado por interesses que vão além das pessoas que, de forma vil, o executam. Por este motivo, acreditamos que a Justiça só será plena com a responsabilização igualmente firme, por parte do Poder Judiciário, dos autores intelectuais ou mandantes da execução.

O casal assassinado era assentado da reforma agrária, se dedicava à produção sustentável de castanha na reserva ambiental Praialta-Piranheira, rica em madeira de lei, e defendia a exploração sem destruição da mata.

A absolvição do mandante desse crime traz como consequência a sensação de impunidade no que se refere a homicídios de trabalhadores na zona rural. E, ainda, prejudica a luta de trabalhadores que defendem a geração de renda com preservação da floresta.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República seguirão acompanhando os desdobramentos do caso.

Pepe Vargas, ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Maria do Rosário Nunes, ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Carlos Guedes de Guedes, presidente do Incra

MP pede novo júri para acusado de mandar matar casal de extrativistas. Cleide Carvalho – O Globo, País. 05/04/2013

José Rodrigues Moreira foi absolvido nesta quinta-feira, por 4 votos a 3, pela morte do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo

Promotor afirma que testemunhas sempre temem denunciar mandantes, o que dificulta provas

SÃO PAULO — O Ministério Público do Pará recorreu nesta sexta-feira da sentença que absolveu José Rodrigues Moreira, denunciado como mandante do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio dos Santos e Maria do Espírito Santo. O julgamento ocorreu no Fórum de Marabá, na quinta-feira. Para o promotor Danyllo Pompeu Colares, Moreira era o único interessado no crime e o irmão dele, Lindonjonson Rocha, um dos condenados, não tinha qualquer relação ou interesse em eliminar as vítimas não fosse a ajuda ao irmão para matar os desafetos. Rocha foi condenado a 42 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, por homicídio duplamente qualificado.

Moreira foi absolvido por quatro dos sete jurados — quatro mulheres e três homens. Segundo o promotor, Moreira conseguiu comover o júri durante o interrogatório ao ter se ajoelhado no chão, chorado copiosamente e, aos gritos, pedido a Deus e aos jurados que não o impedissem de criar o filho — um bebê de pouco mais de um ano que estava no plenário, no colo da mãe.

— Foi um teatro muito bem feito, que comoveu os jurados. Na apelação para realizar um novo júri, atribuo a este teatro ensaiado a absolvição — diz Colares.

O promotor afirmou que, assim como no caso da irmã Dorothy Stang, foi muito difícil encontrar testemunhas que ajudassem a incriminar o mandante. Ele explicou que em áreas de conflito por terras, como a região de Marabá, há sempre a ideia de que o mandante é alguém muito poderoso e politicamente influente.

— Não era o caso de Moreira, mas há sempre este temor. Ele era um agricultor que vendeu uma área em Novo Repartimento por R$ 130 mil e comprou dois lotes dentro do assentamento, em Nova Ipixuna, por R$ 100 mil. A ideia dele era usar a área para especular e facilitar a entrada de madeireiros, pois existem ali muitas castanheiras e samaumeiras — explica o promotor.

Colares disse que os promotores apresentaram duas testemunhas que, alguns dias antes do crime, ouviram Moreira ameaçar José Claudio e Maria. "Posso até perder minha terra, mas eles vão pagar", teria dito Moreira.

Segundo o promotor, só foi possível comprovar a presença de Lindonjonson Rocha no local do crime porque ele deixou cair o capuz usado para esconder o rosto na hora do crime. Neste capuz, explicou, estavam fios de cabelo submetidos a teste de DNA, que indicaram ser de Rocha.

No caso do pistoleiro, foram apresentadas aos jurados testemunhas que viram Alberto Lopes do Nascimento no local, um dia antes e logo após o crime.

— As pessoas não temem denunciar os pistoleiros, e sim os mandantes -— ressalta Collares.

Nascimento foi condenado a 45 anos de prisão. O promotor explicou que a pena dele foi maior não só porque foi Nascimento quem atirou, mas porque depois do crime, ainda com José Claudio vivo, ele desceu da moto e cortou um pedaço da orelha da vítima, para se vangloriar e provar a execução do crime.

Colares afirmou que os promotores tiveram de pedir calma aos manifestantes que acompanharam a divulgação da sentença do lado de fora do Fórum de Marabá. Alguns atiraram pedras que chegaram a trincar as portas de vidro do Fórum, mas não houve confronto com a polícia e ninguém ficou ferido.

Absolvição cria sensação de impunidade, diz governo

Em nota conjunta divulgada em suas páginas na internet, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República (SDH) consideraram grave o fato de que nenhum mandante tenha sido responsabilizado pela morte do casal, embora tenham considerado justa a condenação dos executores do crime.

"A absolvição do mandante desse crime traz como consequência a sensação de impunidade no que se refere a homicídios de trabalhadores na zona rural. E, ainda, prejudica a luta de trabalhadores que defendem a geração de renda com preservação da floresta", diz a nota, assinada pelos ministros Maria do Rosário Nunes (SDH) e pelo ministro Pepe Vargas (MDA).

Os ministros afirmam que a justiça só será plena com a responsabilização, igualmente firme, por parte do Poder Judiciário, dos autores intelectuais ou mandantes da execução, ao mesmo tempo em que saúdam a decisão do Ministério Público de apresentar recurso diante da absolvição do acusado de ser o mandante do crime.

Lembram ainda que o casal era assentado da reforma agrária, se dedicava à produção sustentável de castanha na reserva ambiental Praialta-Piranheira, rica em madeira de lei, e defendia a exploração sem destruição da mata.

Judiciário tem mão leve com mandantes, diz Fetagri

Francisco de Assis da Costa, presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), desabafa:

- Não condenar o mandante é dar uma senha para que o assassinato de trabalhadores rurais continue acontecendo na Amazônia. Sem punição, o crime continua. Nos últimos 30 anos quase mil foram assassinados e o número de pessoas condenadas é irrisório. O Judiciário tem mão leve para condenar mandantes deste tipo de crime - afirma.

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Luciano Guedes, avalia que o conflito por terra no Sudeste e Sul do Pará hoje é limitado a grupos fora da lei. Segundo ele, o principal objetivo das entidades legalmente constituídas é contribuir para que os assentados da reforma agrária possam ser inseridos no mercado agrícola, com produção familiar.

- Temos milhares de lotes da reforma agrária abandonados na região. A luta já não é mais por posse de terra, mas para qualificar os assentados e permitir que eles obtenham renda e não migrem para as cidades em busca de emprego.

O Greenpeace divulgou nota na qual acusa o poder público de ser conivente com a violência no campo, o desmatamento, a grilagem de terra e, o trabalho escravo na Amazônia. Lembrou a morte de Chico Mendes, em Xapuri (AC) e da irmã Dorothy Stang, em Anapu (PA).

"Este julgamento é emblemático pois consolida um cenário ameaçador para Amazônia. Seus componentes são muitos e impactantes como a aprovação do Código Florestal e o preocupante retorno do aumento do desmatamento, que entre agosto de 2012 e fevereiro de 2013, arrasou 1.695 quilômetros quadrados de floresta", diz a ONG.

Escravos domésticos e rurais em disputa. Maria Cristina Fernandes – Valor Econômico, Política. 05/04/2013

O deputado federal Carlos Bezerra (PMDB-MT) é o autor da Proposta de Emenda Constitucional que igualou os direitos dos empregados domésticos aos trabalhadores em geral.

Com ele votaram 347 parlamentares. Opuseram-se os deputados Jair Bolsonaro (DEM-RJ) e Vanderlei Siraque (PT-SP). O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou o feito, capitaneado por seu partido, em rede nacional de rádio e televisão.

O deputado já previa a quase unanimidade entre seus pares. "É um assunto que inibe as pessoas", diz. Elogia dois petistas que o ajudaram a passar o projeto à frente de outras 150 PECs, o ex-presidente da Câmara Marco Maia (RS) e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, João Paulo Cunha (SP), mas diz que chegou a temer a interferência do governo federal.

Conta que a comissão criada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cuidar do assunto acabou abortada por interferência da área econômica, que temia desemprego.

Bezerra já foi prefeito, deputado estadual, senador e governador do seu Estado, mas diz que nunca fez nada tão importante quanto esta lei.

Há menos de um ano, o deputado participou de outra sessão muito relevante para os direitos dos trabalhadores. No dia 22 de maio de 2012, a Câmara dos Deputados votou a PEC que confisca terra em que seja constatado trabalho escravo.

O deputado Carlos Bezerra se absteve da votação: "Sou totalmente a favor do fim do trabalho escravo, mas não me lembro como votei".

Ex-prefeito de Rondonópolis, na pujante fronteira agrícola do Centro-Oeste, o deputado diz não ter sido pressionado por sua base eleitoral contra a proposta. Tampouco por seus familiares.

No ano anterior à votação, uma equipe de procuradores e do Ministério do Trabalho autuou a fazenda de um sobrinho do deputado por abrigar 12 trabalhadores em condições degradantes.

Bezerra diz não ter qualquer relação com a fazenda do sobrinho. "Minha base eleitoral é de trabalhadores", assegura. São ilações da mesma ordem, diz, que o tornaram réu no Supremo Tribunal Federal. Sua gestão na presidência do INSS é acusada de desviar recursos.

Nenhuma dessas digitais diminui a importância da PEC das Domésticas. É o primeiro passo para o Brasil colocar na mesma ordem de grandeza duas estatísticas que resumem seu atraso social: o país que tem 3% da população mundial abriga 13% do total de trabalhadores domésticos do planeta.

O envolvimento do deputado e de seu partido na tramitação dessa proposta revela os meandros das medidas que mudam a vida do país. A PEC das Domésticas foi aprovada em três anos porque a classe média tradicional não tem, no Congresso, a mesma interlocução política desfrutada pelos ruralistas. Há 14 anos seguram a aprovação da proposta que pune a contratação de serviços prestados em situação degradante.

Ao se abster na votação da PEC do Trabalho Escravo, o deputado teve a companhia de outros 24. A proposta foi aprovada na Câmara com 360 votos e teve a oposição de 29 parlamentares. PMDB e PSD foram os partidos que mais se opuseram à proposta.

Cada um deu sete votos contra. Foram também os partidos cujos parlamentares mais se abstiveram. Além de Bezerra, outros seis pemedebistas, apesar de presentes à sessão, preferiram não se comprometer com o resultado da votação.

A PEC do Trabalho Escravo começou a tramitar 11 anos antes da proposta das Domésticas. Conviveu, durante todo o governo Lula, com o poder crescente dos ruralistas e só na gestão Dilma Rousseff arregimentou maioria para passar na Câmara.

No Senado, onde peleja para ser aprovada, enfrenta a aguerrida oposição da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e hoje um dos principais esteios de Dilma Rousseff no agronegócio.

Se o PMDB viu na PEC das Domésticas uma oportunidade para reverter o dano na imagem do partido causado pela exposição dos malfeitos de suas principais lideranças, melhor para o país. As trapaças pemedebistas continuam por aí, mas o Brasil ganhou uma legislação capaz de sacolejar as entranhas de sua divisão social. Vai que assim o PT se mexe para aprovar a PEC do Trabalho Escravo e fazer jus à segunda letra de sua sigla.

As empregadas domésticas têm acomodado as insatisfações da classe média tradicional com sua persistente perda de posição na renda do país. São fartas as estatísticas que mostram avanços salariais maiores para quem ganha menos.

É isso que tem, em grande parte, inflacionado o custo dos serviços prestados por esses assalariados da base da pirâmide. Os serviços prestados por esses trabalhadores, quase tão caros quanto os de países ricos, são consumidos por uma classe média que está com sua renda achatada, não se reconhece nos seus companheiros de fila da alfândega e vê as chances de seu filho entrar numa universidade pública reduzidas pelo sistema de cotas, outra medida recentemente aprovada pelo Congresso.

Está dada, assim, a equação de uma tensão social crescente. Mas talvez seja essa a senha para um envolvimento da classe média tradicional com a política que extrapole a histeria anticorrupção.

A jornada de trabalho de pais que nasceram na classe média também pode ser extenuante e costuma ser resolvida com a contratação de empregados domésticos. Se o orçamento não comportar e os sindicatos continuarem a ser vistos como lugar de peão, algum canal para verbalizar essa insatisfação há de ser encontrado.

Não dá para imaginar que esse achatamento no topo da pirâmide leve escolas, transportes e hospitais públicos a se encherem de classe média de uma hora para outra, mas a ampliação do uso desses serviços por quem tem um outro padrão de referência pode levar a uma maior cobrança por melhoria.

Quem resistir há de dar sustância a uma direita que não se envergonhe de mostrar a cara. Do outro lado estarão aqueles que aceitam pagar o preço da mudança social. No mercado partidário, vencerá quem, além de oferecer o maior desconto, entregar a mercadoria.

Verde Potash aguarda licença para exploração em MG. Carine Ferreira – Valor Econômico, Empresas. 05/04/2013

A Verde Potash, empresa fundada e controlada por brasileiros e listada na bolsa de Toronto, no Canadá, espera obter até junho a licença ambiental prévia para seu projeto

de potássio fertilizante a partir de rocha verdete na região de São Gotardo, em Minas Gerais.

A concessão da licença nesse prazo é essencial para que a companhia consiga alcançar suas metas, entre as quais iniciar a produção de 600 mil toneladas de cloreto de potássio por ano no fim de 2015.

A capacidade de produção do depósito, pesquisado desde 2008, é estimada em 8 milhões de toneladas de cloreto de potássio por ano, com possibilidade de exploração por 30 anos, segundo Cristiano Veloso, CEO da empresa. Na terceira fase do projeto, a produção é projetada em 3 milhões de toneladas em 2019.

A empresa prevê concluir, ainda neste ano, o estudo de engenharia final. A primeira fase do projeto demandará US$ 600 milhões, a segunda US$ 700 milhões, e a terceira, US$ 1 bilhão. Na fase inicial, a ideia é captar 70% dos recursos em bancos de desenvolvimento como o BNDES.

Veloso pondera que a desvantagem do projeto é o maior custo operacional diante de uma mina convencional, pois precisa de transformação metalúrgica e energia para obter o produto. Em compensação, há ganhos de competitividade pela logística, pela proximidade dos consumidores e por ser um depósito na superfície, que entra em produção mais rapidamente, e a um custo menor, do que as minas subterrâneas.

O custo do produto entregue é estimado em US$ 300 por tonelada, praticamente o mesmo valor cobrado pelos grandes produtores russos e canadenses, conforme Veloso.

Governo envia Força Nacional para obras de Jirau e Santo Antônio – Folha de São Paulo, Mercado. 05/04/2013

A exemplo de medida adotada para garantir a segurança na usina de Belo Monte, no Pará, o governo decidiu enviar tropas da Força Nacional de Segurança Pública também às usinas hidrelétricas de Jirau II e Santo Antônio, em Rondônia, com obras ameaçadas por greve de trabalhadores.

Foi o que determinou o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, na portaria 1.441 publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

Milhares de trabalhadores entram em greve nas usinas do rio Madeira, em RO Construtoras de Santo Antônio pedem intervenção da Justiça em greve

Cardozo diz que a solicitação partiu do governador de Rondônia, que enviou ofício com o pedido em 8 de março.

As tropas ficarão nas duas usinas que estão em construção no rio Madeira por 180 dias.

GREVE

Nesta semana, milhares de trabalhadores das usinas de Jirau e Santo Antônio entraram em greve e paralisaram as obras. As usinas empregam, respectivamente, cerca de 17 mil e 13 mil funcionários da construção.

Os funcionários exigem reajuste salarial de 15%, aumento na cesta básica de R$ 270 para R$ 350 e PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de 50 horas (hoje é de 30), segundo o vice-presidente do Sticcero (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil do Estado de Rondônia), Altair de Oliveira.

As obras da usina de Santo Antônio são comandadas pelo Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e as de Jirau são de responsabilidade da Camargo Corrêa. Ambas as construtoras pediram intervenção da Justiça na greve.

Cardozo justifica na portaria que o uso das tropas policiais tem o objetivo de garantir a incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública.

Na contramão da modernidade. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 06/04/2013

O mundo moderno das relações empresariais e trabalhistas caminha rumo à flexibilização, à agilidade e à redução de custos. Ninguém pode ficar imune a um processo que, por seu caráter global, faz padecer aqueles que desconsideram essa nova realidade.

Engessar relações trabalhistas e considerar setores produtivos de uma forma segmentada fazem com que toda a nação termine por pagar um preço exorbitante pelo desconhecimento das transformações em curso.

As novas redes de produção estão baseadas em crescente especialização, em que cada elemento ou elo oferece sua vantagem competitiva, de forma que todos saiam ganhando.

A recente decisão da Justiça do Trabalho de Matão (SP), a partir de uma ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho, vai na contramão dessa tendência.

Ela condenou as maiores indústrias de suco de laranja do país (Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus Commodities) a pagar indenização de R$ 400 milhões por dano moral coletivo que teria sido causado --e esse é o problema-- pela terceirização indevida de trabalhadores no plantio e colheita de laranja.

Ora, o plantio e a colheita, assim como o transporte de frutos ou de grãos, são atividades por si mesmas, que seguem regras próprias e nada têm a ver com uma suposta terceirização de mão de obra indevida.

Não se trata de forma de precarização das relações de trabalho ou de fazer com que trabalhadores levem uma vida insalubre, prática que, evidentemente, condenamos.

Terceirização no bom sentido significa, nesse caso, que empresas processadoras e comerciantes de sucos, assim como empreendedores rurais, forneçam, cada um, o que de melhor têm de si. Especializações respectivas auferem ganhos coletivos.

Não há mais sentido, nas redes de produção modernas, em separar como realidades distintas atividades-meio de atividades-fim. Elas se entrelaçam de uma forma indissociável, pois, segundo a perspectiva, fim se torna meio, e meio, fim. O mundo contemporâneo vive, precisamente, da diferenciação e da interface dessas perspectivas.

Se um empreendedor rural opta pela produção e pela colheita de um determinado produto, trata-se de algo que se origina de uma escolha sua, sendo dela responsável, inclusive do ponto de vista trabalhista.

O que é inaceitável é que tal empreendedor venha a ser considerado, pela Justiça do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho, como um mero intermediário, um eventual ludibriador da legislação trabalhista ou, até mesmo, um trabalhador assalariado velado. A livre escolha é um princípio da moderna sociedade.

Consoante com o espírito do tempo, tramita no Senado o projeto de lei nº 87, de 2010, de autoria do senador Eduardo Azeredo, que procura introduzir um novo conceito de terceirização, em acordo com a modernização necessária de nossas relações sociais e econômicas. Segundo esse novo espírito, cabe considerar de outra maneira as relações civis entre empresas, cada uma responsável por suas próprias relações trabalhistas, em um espírito de parceria e de respeito à lei.

A justificativa desse projeto de lei diz o seguinte: "Nenhuma empresa pode fazer tudo. Há mais eficiência quando empresas de diferentes especializações formam redes de produção, nas quais cada uma faz a sua parte".

Grandes empresas do agronegócio se veem, assim, diante da maior insegurança jurídica, o que pode causar enorme prejuízo do ponto de vista de suas exportações.

Empresas concorrentes a nível internacional, por exemplo, podem aproveitar situações desse tipo para falar de condições insalubres ou precárias de mão de obra, visando ao fechamento de nossos mercados.

A opinião pública internacional é facilmente manipulável, sobretudo no que diz respeito ao Brasil. O país joga contra si mesmo.

O imperativo diante do qual estamos é o de não nos colocarmos na contramão de uma modernização necessária. Urge, portanto, que o Congresso Nacional assuma essa questão, elaborando novas leis que deem conta de um mundo também novo.

Doenças aumentam crise no setor da laranja em SP. Daniela Santos – Folha de São Paulo, Cotidiano. 07/04/2013

Em meio à crise no setor da laranja, devido às duas últimas supersafras (2011/12 e 12/13) e à falta de compradores na Europa, duas agravantes surgiram no setor: as doenças cancro cítrico e greening atingem de forma acelerada o parque citrícola no Estado de São Paulo.

No ano passado, o aumento da contaminação das pragas do greening nos pomares foi de 82,8% em comparação com 2011. A incidência de contaminação por cancro saltou de 1% para 1,39%.

De acordo com o presidente da Câmara Setorial de Citricultura do Ministério da Agricultura e do Sindicato Rural de Taquaritinga, Marco Antônio dos Santos, a falta de parcerias, como a que existia há cerca de quatro anos entre o Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura) e a Secretaria da Agricultura, para combater o cancro nos pomares, contribuiu para o retrocesso do setor.

Segundo o Fundecitrus, o aumento da contaminação pelo cancro, que apareceu pela primeira vez no Brasil em 1957, se deu em 1977 em São Paulo.

Vinha sendo controlada até 2009, quando o Estado decidiu interromper a parceria com o fundo por achar o projeto "inviável".

De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria da Agricultura, a partir de 2009, em função da incidência do greening no Estado, começaram a surgir os reflexos da diminuição de inspeção.

De lá para cá, os índices têm aumentado. A secretaria informa que o produtor não percebeu que a responsabilidade de manejo do pomar é dele e os índices de contaminação dos talhões (quadras de laranja) por causa do cancro passaram de 0,44% em 2010 para 0,99% em 2011 e para 1,9% em 2012.

Diferente do cancro, em que a planta só perde parte do talhão, o greening é considerado a doença mais destrutiva do setor --por tornar os frutos inúteis para consumo e levar à morte da planta.

Produtores da região, como Walter Valério Neto, não estavam preparados para as perdas com as doenças.

Ele cultiva laranja na sua fazenda, Santa Heloísa, em Taquaritinga, desde a década de 70. Vê com desânimo o futuro da citricultura.

Diz que já chegou a perder 20 mil plantas por causa do greening.

"Só com mudas, o prejuízo foi de R$ 80 mil, e ainda tem o serviço. É muito dinheiro." Não sofreu, porém, com o cancro.

Outras cidades da região também tiveram perdas por causa do greening. Limeira perdeu 6,4%; Ribeirão Preto, 5,5%; Jaboticabal, 3,3%; e Araraquara, 2,9%.

A Secretaria da Agricultura diz que não tem "condições de controlar os pomares de todos os produtores do Estado".

De acordo com o órgão, cabe ao produtor se responsabilizar pela sanidade do pomar e pela produção.

Liberação de agrotóxicos sob pressão de empresas foi irregular, diz Procuradoria. Reynaldo Turollo Jr – Site do MST. 08/04/2013

Da Folha de S.Paulo

Maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o Brasil passou a liberar em 2012, de forma irregular, registros de defensivos mais nocivos à saúde, segundo o Ministério Público Federal.

A Procuradoria afirma estar equivocado o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que mudou no ano passado a interpretação da Lei dos Agrotóxicos, de 1989.

Até 2012, com base nessa lei, agrotóxicos mais danosos à saúde do que outros já no mercado com o mesmo fim e princípio ativo -os chamados produtos de referência- não podiam ser liberados. Mas um parecer da AGU mudou a prática. Ao menos dois produtos mais tóxicos que os de referência foram registrados.

A mudança atendeu a pedido da empresa CCAB Agro, que questionou a Anvisa porque estava prestes a ter um produto barrado por ser mais tóxico que o de referência.

Em resposta, o procurador Victor de Albuquerque e seu chefe, Maximiliano de Souza, orientaram a Anvisa a liberar agrotóxicos nessas condições, sob o argumento de que decreto de 2002 limitava a exigência de menor toxicidade a defensivos com princípio ativo novo no país.

A CCAB obteve então o registro do produto Acetamiprid CCAB 200 SP.

Crime no Pará: juiz foi parcial, dizem movimentos sociais – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 08/04/2013

Em carta, ativistas dizem que pedirão anulação do júri, desaforamento do caso para Belém e suspeição de juiz em processos sobre assassinato trabalhadores rurais

Quatro dias após o Tribunal do Júri de Marabá, no Pará, absolver José Rodrigues Moreira, acusado de mandar matar o casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, um grupo de movimentos sociais da região escreveu uma carta pública em protesto contra a decisão.

O documento, assinado por diversas entidades e pelos familiares das vítimas, critica o juiz do caso, Murilo Lemos Simão, por uma suposta parcialidade na condução do processo e do julgamento. Os movimentos pedirão a anulação do julgamento, o desaforamento do processo da comarca de Marabá para Belém e suspeição de Simão em todos os processos da cidade relativos a assassinato de trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais. O motivo seria sua suposta parcialidade em casos de conflitos agrários.

Na quinta-feira 4, os jurados absolveram Moreira sob a alegação de falta de provas. Foram condenados o irmão dele, Lindonjonson Silva Rocha (42 anos e 8 meses), e Alberto Nascimento (45 anos), acusados de serem os executores dos ambientalistas.

A Promotoria vai recorrer. O órgão sustenta haver evidências de que Moreira comprou por 100 mil reais lotes de terra no assentamento Praialta-Piranheira, em Nova Ipixuna. Como havia trabalhadores rurais na área, ele contratou posseiros para expulsá-los e colocar no local cerca de 130 cabeças de gado. O casal de extrativistas apoiou, no entanto, a manutenção das famílias na área. Isso motivou o conflito e a encomenda do crime, segundo as investigações.

Parcialidade

De acordo com a carta, o magistrado permitiu no julgamento que Moreira se ajoelhasse aos prantos para jurar inocência e pedir a bênção ao juiz, aos jurados, aos advogados e às pessoas presentes no tribunal. “A única coisa que o juiz fez foi oferecer lenços para que o acusado enxugasse as lágrimas. Ao final do espetáculo uma jurada caiu em prantos."

A carta ainda critica o juiz por ter afirmado na sentença que o comportamento das vítimas contribuiu para o crime, “pois tentaram [os extrativistas] fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural". Essa afirmação foi duramente criticada inclusive por organizações como a Anistia Internacional.

No final do ano passado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) homologou um lote da reforma agrária à esposa de Moreira. Ela mantinha um terreno no assentamento, que levou ao conflito com os extrativistas. O órgão foi alertado da impossibilidade desta homologação por movimentos sociais e ONGs, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), devido à situação do marido da beneficiada.

O Incra percebeu o “equívoco” somente três meses após conceder a terra à Antonia Nery. O órgão alegou um erro e disse que o lote deve ser retomado por processo judicial.

Enquanto isso, CartaCapital denunciou nas última semanas que, Laisa dos Santos Sampaio, irmã de Maria, convive com sucessivas ameaças de morte. A educadora mantém o trabalho extrativista iniciado pelo casal no assentamento.

Leia abaixo a íntegra da carta:

NOTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ENTIDADES SOBRE O JURI DE JOSÉ CLAUDIO E MARIA DO ESPÍRITO SANTO

1 - Parcialidade do juiz interferiu no resultado da absolvição do mandante.

A atuação tendenciosa do Juiz Murilo Lemos Simão, na condução do processo e na presidência do tribunal do Júri, contribuiu para que José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva fosse absolvido pelos jurados com votos de 4 a 3. No interrogatório de José Rodrigues Moreira, o juiz permitiu que ele protagonizasse um verdadeiro espetáculo na frente dos jurados: de joelhos e aos prantos, o acusado usou a Bíblia para jurar inocência e pedir bênção especial ao juiz, aos jurados, aos advogados e às pessoas presentes no tribunal de júri. Parecia-se estar participando de um culto e não de um tribunal do júri. A única coisa que o juiz fez foi oferecer lenços para que o acusado enxugasse as lágrimas. Ao final do espetáculo uma jurada caiu em prantos. De acordo com informações já divulgadas pela imprensa, quando avisado em particular pelo Ministério Público (MP) da reação da jurada, fato que demonstrava claramente a sua parcialidade, o juiz respondeu ao representante do MP que caso suscitasse a parcialidade da jurada e o júri fosse suspenso, ele iria revogar a prisão e mandar soltar imediatamente os três acusados. Frente à ameaça do juiz o MP recuou da decisão de pedir a suspeição da jurada. Ademais, durante toda a seção do júri, o Juiz teve um comportamento mais ríspido com as testemunhas e com os advogados de acusação, fato que não aconteceu com as testemunhas e com os advogados de defesa.

Durante a fase de investigação do crime, quando a polícia chegou ao nome de José Rodrigues como o primeiro acusado pelo crime, foi pedida de imediato a prisão temporária dele, contudo o Juiz Murilo Lemos, negou o pedido de prisão. Após mais alguns dias de investigação, a polícia chegou ao nome de Lindonjonson Silva, irmão de José Rodrigues, como um dos executores do duplo homicídio. Novamente foi requerida a prisão preventiva de José Rodrigues, desta vez juntamente com Lindonjonson. Mas o Juiz mais uma vez negou o pedido de prisão. Com mais provas colhidas a polícia requereu a prisão dos acusados pela terceira vez. O juiz então engavetou o pedido. Foi preciso que os familiares e os movimentos sociais denunciassem a parcialidade do juiz à imprensa, aos organismos de direitos humanos e ao próprio Tribunal de Justiça do Estado. Ao receber a denúncia, o Tribunal intimou a Juiz a responder em 24 horas. Frente à pressão da sociedade e a exigência do Tribunal é que o juiz decidiu então decretar a prisão dos acusados.

A parcialidade do Juiz ficou comprovada em sua própria declaração no texto da sentença final, ao afirmar que "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural". Uma afirmação absurda, mentirosa e sem qualquer fundamento, pois, de acordo com as investigações e as provas existentes no processo e, portanto, confirmadas por

todas as testemunhas ouvidas no tribunal de júri, foi o mandante José Rodrigues que comprou ilegalmente lotes de terras na reserva extrativista onde três famílias já residiam há quase um ano. Foi ele que expulsou violentamente as famílias e queimou a casa de uma delas. José Claudio e Maria do Espírito Santo denunciaram o caso às autoridades constituídas e deu todo apoio para o retorno das famílias para seus lotes. Foi por causa disso que José Rodrigues decidiu mandar matar o casal, contratando, para isso, o seu irmão Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento. Portanto, ao contrário da afirmação leviana do juiz, deturpando a fala de testemunhas e contrariando as provas do processo, foi o mandante do crime José Rodrigues Moreira que deu início ao conflito e que decidiu fazer justiça com as próprias mãos ao destruir os pertences e expulsar, de forma violenta, as famílias que estavam ocupando os lotes de terras que pretendia e mandar matar o casal. O juiz tenta de forma irresponsável criminalizar as vítimas e legitimar a ação do assassino. Uma tentativa de manchar a história e a memória de José Claudio e Maria do Espírito Santo, casal reconhecido internacionalmente pela defesa da floresta.

2 - A decisão dos jurados foi contraditória.

As investigações feitas pelas polícias civil e federal deixaram claro que os executores condenados (Lindonjonson e Alberto) não tinham nenhuma ligação com outras pessoas (madeireiros, carvoeiros) que ameaçavam José Cláudio e Maria do Espírito Santo, a não ser com o acusado José Rodrigues. Lindonjonson é irmão de José Rodrigues, ele e seu comparsa, isoladamente, não tinham razões particulares para assassinarem o casal. José Rodrigues confirmou perante a polícia e na presença do juiz que tinha em seu poder um equipamento completo de mergulho. No dia do crime, uma máscara de mergulho foi deixada para trás por Lindonjonson. Feito o exame de DNA em fios de cabelos encontrados na máscara o resultado comprovou que eram compatíveis com o DNA de Lindonjonson. José Rodrigues pagou 100 mil reias pelos lotes de terras onde já existiam famílias morando e deslocou para a área 130 cabeças de gado. A decisão do casal de extrativistas em apoiar as famílias contrariou os seus interesses, razão pela qual passou a ameaçar de morte o casal e, para isso, combinou com seu irmão Lindonjonson o assassinato dos dois. Portanto, a maioria dos jurados, ao absolver José Rodrigues, contrariou as provas existentes nos autos. É com base nesses fundamentos que a acusação pedirá ao Tribunal de Justiça do Estado a anulação da decisão dos jurados que absolveu o mandante do duplo homicídio José Rodrigues Moreira.

3 - O juiz Murilo absolveu um fazendeiro acusado de mandar matar um sindicalista em 2012.

No dia 09 de agosto de 2012, o Juiz Murilo Lemos Simão absolveu o fazendeiro Vicente Correia Neto e os pistoleiros Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho acusados do assassinato do líder sindical Valdemar Barbosa de Oliveira, o Piauí, crime ocorrido em junho de 2011, em Marabá. De acordo com depoimento prestado pelo pistoleiro Diego Pereira Marinho, o fazendeiro Vicente Correia pagou o valor de 3 mil reais para que a dupla assassinasse o sindicalista.

A confissão do pistoleiro foi sustentada em depoimentos prestados perante a polícia civil de Marabá e acompanhada pela imprensa local. Os dois pistoleiros foram presos após terem assassinado outras pessoas em Marabá. De acordo com informações da polícia, a dupla já assassinou mais de 20 pessoas na região. Após serem presos, Diego prestou novo depoimento perante a polícia afirmando que estava sendo ameaçado na cadeia e que o advogado do Fazendeiro Vicente Correia lhe mandou um recado através de Valdenir que se ele negasse o crime perante o Juiz seria financeiramente recompensado. Foi o que ele fez posteriormente. Mesmo com todas essas provas, o juiz Murilo impronunciou e absolveu o fazendeiro e os dois pistoleiros.

4 - Frente ao exposto os Movimentos Sociais abaixo assinados vão requerer:

- A anulação da decisão dos jurados que absolveu o mandante José Rodrigues e, posteriormente, o desaforamento do processo da comarca de Marabá para a comarca de Belém, por entender que o Juiz Murilo Lemos Simão não tem imparcialidade para presidir um futuro julgamento;

- A suspeição do Juiz Murilo em todos os processos que tramitam em Marabá e que apuram o assassinato de trabalhadores rurais e lideranças dos movimentos sociais;

Marabá, 07 de abril de 2013.

Familiares de José Claudio e Maria do Espírito Santo.
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI/ Pará.
Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST/ Pará.
Comissão Pastoral da Terra - CPT/ Pará.
Pastorais Sociais da Diocese de Marabá/Pará.
Conselho Nacional das Populações Tradicionais - CNS/Marabá.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna.
Popular – CEPASP/Marabá.
Movimento Humanos Direitos – MhuD/Rio de Janeiro.
Terra de Direitos/ Paraná.
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/São Paulo.
Sociedade Paraense de Direitos Humanos - SDDH/ Pará.
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB/Pará.
Movimento Debate e Ação - UFPA/ Marabá.
Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Pará.
Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará.
Colegiado de Licenciatura em Educação do Campo - UFPA/ Marabá.
Coordenação do Campus da UFPA/ Marabá.
Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP/Brasil.

CSN é multada em R$ 35 milhões por doação de terreno contaminado – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 08/04/2013

"Cerca de 750 pessoas já foram afetadas, mas o número pode ser muito maior", disse o secretário Carlos Minc

Rio de Janeiro - A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi multada em 35 milhões de reais pela Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro por ter doado, em 1998, um terreno contaminado por 18 substâncias químicas, muitas das quais cancerígenas para a construção de casas para funcionários da empresa. O terreno tem 10 mil metros quadrados de extensão

A multa foi comunicada à imprensa pelo secretário do Ambiente, Carlos Minc. Ele disse que a multa poderá subir para o valor máximo estabelecido pela legislação estadual, que é 50 milhões de reais, caso algumas das 750 pessoas que moram nas 220 residências que serão interditadas apresentem algum tipo de doença.

A decisão da multa foi tomada pelo conselho diretor do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a CSN será notificada até amanhã. "Enfrentamos um dos maiores dramas ambiental e humano do estado do Rio, se não o maior. Cerca de 750 pessoas já foram afetadas, mas o número pode ser muito maior se for confirmada a extensão do problema pelas demais 560 residências situadas em toda a extensão do terreno doado", disse.

Entidades acusam 'parcialidade' de juiz em julgamento de extrativistas. Evandro Corrêa – O Globo, País. 08/04/2013

Movimentos sociais criticam postura de magistrado em interrogatório de réu absolvido

BELÉM — Entidades e Movimentos Sociais emitiram nota pública na manhã desta segunda-feira criticando o juiz Murilo Lemos Simão, que presidiu o julgamento dos três acusados de participação na morte do casal de ambientalistas José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. De acordo com a nota, a atuação do magistrado foi tendenciosa na condução do processo e na presidência do tribunal do Júri. José Rodrigues Moreira, acusado pela promotoria de ser o mandante do assassinato do casal de extrativistas foi absolvido pelos jurados com a maioria dos votos: 4 a 3.

A nota é assinada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA), pelo Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por familiares de José Claudio e Maria do Espírito Santo e outras 13 entidades, entre sidicatos e ONGs.

Para os movimentos sociais, no interrogatório de José Rodrigues Moreira o juiz permitiu que o réu protagonizasse um espetáculo na frente dos jurados.

"De joelhos e aos prantos, o acusado usou a Bíblia para jurar inocência e pedir bênção especial ao juiz, aos jurados, aos advogados e às pessoas presentes no tribunal de júri.

Parecia-se estar participando de um culto e não de um tribunal do júri", diz a nota, que afirma ainda que "a única coisa que o juiz fez foi oferecer lenços para que o acusado enxugasse as lágrimas", ocasião em que uma jurada começou a chorar.

De acordo com as entidades, o Ministério Público (MP) questionou a reação da jurada, considerada pelo órgão inadequada. O juiz respondeu ao representante do MP que ele não poderia suscitar a parcialidade da jurada. Se assim o fizesse, o juiz afirmou que o júri seria suspenso e ele iria revogar a prisão e mandar soltar imediatamente os três acusados. Frente à ameaça do juiz, o MP recuou da decisão de pedir a suspeição da jurada.

"Ademais, durante toda a seção do júri, o Juiz teve um comportamento mais ríspido com as testemunhas e com os advogados de acusação, fato que não aconteceu com as testemunhas e com os advogados de defesa", diz a nota.

Os movimentos sociais argumentam que, durante a fase de investigação do crime, por várias vezes o magistrado se recusou a decretar a prisão dos acusados.

Segundo a nota divulgada, a parcialidade do Juiz ficou comprovada em sua própria declaração no texto da sentença final, ao afirmar que "o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural".

Para os movimentos sociais, ao absolver José Rodrigues, a maioria dos jurados contrariou as provas existentes nos autos. Ainda de acordo com as entidades, no dia 09 de agosto de 2012, o Juiz Murilo Lemos Simão absolveu o fazendeiro Vicente Correia Neto e os pistoleiros Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho, acusados do assassinato do líder sindical Valdemar Barbosa de Oliveira, o Piauí, crime ocorrido em junho de 2011, em Marabá.

De acordo com depoimento prestado pelo pistoleiro Diego Pereira Marinho, o fazendeiro Vicente Correia pagou o valor de R$ 3 mil para que a dupla assassinasse o sindicalista. Ao analisar o caso, o juiz julgou a ação improcedente e absolveu o fazendeiro e os dois pistoleiros. No final da nota, as entidades que assinam o documento afirmam que irão requerer a anulação do julgamento dos acusados de matar o casal de extrativistas e a suspeição do juiz Murilo Lemos de todos os processos que tramitam em Marabá envolvendo assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais.

Alimentos perdem fôlego e analistas projetam recuo do IPCA para 0,50%. Arícia Martins – Valor Econômico, Brasil. 09/04/2013

Influenciada principalmente por uma lenta perda de fôlego dos alimentos, a inflação de março deve ceder em relação à alta de 0,60% apurada em fevereiro, mas não deixará de ser tema de preocupação, segundo economistas. A média de 14 consultorias e

instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data aponta para avanço de 0,50% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês passado. As estimativas para a inflação oficial, a ser divulgada amanhã pelo IBGE, variam de 0,47% a 0,52%.

Se confirmadas as expectativas, o indicador acumulado em 12 meses aumentará de 6,31% para 6,61% entre a leitura passada e a atual, acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central, de 6,5%. De acordo com os economistas, ainda que o índice mensal continue desacelerando nas próximas medições, a inflação anualizada permanecerá próxima da banda superior da meta ao menos até meados do segundo semestre.

Puxada pela alimentação, a tendência para o IPCA é de descompressão, diz Roberto Padovani, economista-chefe da Votorantim Corretora. Uma combinação de restrições de oferta de itens in natura e de um repasse mais lento da queda de produtos agropecuários no atacado ao varejo, no entanto, mantém esses preços como foco de atenção. Padovani prevê que o grupo alimentação e bebidas recuará pouco, de 1,45% para 1,16%, entre fevereiro e março. Para o índice cheio, a projeção da corretora é de alta de 0,51%.
Puxada pela alimentação, a tendência para o IPCA é de descompressão, diz Roberto Padovani, economista-chefe da Votorantim Corretora. Uma combinação de restrições de oferta de itens in natura e de um repasse mais lento da queda de produtos agropecuários no atacado ao varejo, no entanto, mantém esses preços como foco de atenção. Padovani prevê que o grupo alimentação e bebidas recuará pouco, de 1,45% para 1,16%, entre fevereiro e março. Para o índice cheio, a projeção da corretora é de alta de 0,51%.

Como a inflação de serviços deve se manter pressionada ao longo do ano, o cenário do analista da Votorantim de que o IPCA anualizado voltará para 5,5% até dezembro depende de um comportamento favorável dos preços agrícolas e de uma pequena apreciação do câmbio, diz, assim como de mais desonerações que o governo, em sua opinião, deve implementar. "Pode ser feita uma medida na área de medicamentos, que está pressionando no momento."

Os analistas ouvidos observam que corte de tributos federais sobre a cesta básica ainda não terá impacto relevante sobre o IPCA de março. Com estimativa de 0,48% para o avanço do indicador no período, Andrea Bastos Damico, do Bradesco, aponta que é difícil distinguir a queda que já vinha sendo observada em alguns produtos, como as carnes, dos possíveis efeitos da medida, que devem ser mais fortes em abril. Mesmo a parte de higiene e limpeza mostrou retrações "muito tímidas", diz Andrea.

Segundo a economista, os alimentos continuarão em nível desconfortável na leitura atual do IPCA, com aumento de 1,2%, porque alguns produtos ainda não refletiram o comportamento observado nos Índices Gerais de Preços (IGPs). Como exemplo, ela menciona o café, item que caiu 5,91% no IGP-M de março, mas não entrou em terreno negativo nas coletas de preços ao consumidor.

Para Fabio Ramos, da Quest Investimentos, a parte de alimentação está prestes a entrar em processo de desaceleração mais expressiva a partir de abril, quando variará entre 0,10% e 0,20%. Se confirmada sua previsão de alta de 0,51% para o IPCA de março, a inflação no primeiro trimestre terá ficado em 1,98%, acima do avanço de 1,22% registrado em igual período de 2012, mesmo com a ausência de reajustes de transporte público em São Paulo e no Rio e o corte de 18% nas contas de luz.

Ramos sustenta que os preços subiram mais nestes primeiros três meses ainda como efeito do choque agrícola ocorrido em meados do ano passado, assim como da

depreciação cambial de cerca de 15% entre o início de 2012 e o de 2013. Como reflexo da dissipação dos efeitos do câmbio e do arrefecimento esperado para os alimentos, a Quest trabalha com inflação menor, de 0,96%, para o segundo trimestre. O indicador acumulado em 12 meses, porém, não deve ceder na mesma intensidade e permanecerá próximo do teto da meta ao menos até junho, diz o analista da gestora de recursos.

No tocante à política monetária, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, avalia que o IPCA de março pode enfraquecer apostas de aumento de juros, o que considera preocupante, já que os índices de difusão permanecerão elevados, entre 60% e 70%. Em fevereiro, o percentual de itens pesquisados pelo IBGE com reajustes mensais de preços foi de 72,3%. "O governo deveria estar mais preocupado com isso, e não em fazer desonerações, que não funcionam", diz. Para Vale, a Selic subirá 100 pontos base a partir de maio, mas há riscos de que os juros básicos fiquem em 7,25%.

Para banco, estoques e menor risco geopolítico derrubam matéria-prima. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 09/04/2013

Os novos estoques de grãos divulgados pelo Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), previsão de recomposição de safra nos EUA e a manutenção da tendência de queda dos metais devem fazer as commodities recuar 0,9% neste ano.

A estimativa consta no ICI (Índice de Commodities Itaú), que antes apontava uma elevação média de 0,4% para este ano, em relação a 2012.

Conforme apuração dos economistas do Itaú, as commodities agrícolas caíram 2,1% em março, próxima dos 2,3% dos metais básicos.

Já o setor de energia teve alta de 1%. Na média, o índice de acompanhamento do banco registrou retração de 1,5%.

O mercado de commodities agrícolas já vinha com tendência de queda devido às perspectivas de os EUA retomarem o patamar normal de produção agrícola. Em 2012, houve forte retração da produção devido a condições climáticas.

A queda de preços foi ainda maior depois da divulgação de estoques acima do previsto pelo mercado. Os economistas do banco acreditam que esse estoque reflita uma reação do mercado aos preços elevados das commodities. A queda deve persistir durante o primeiro semestre.

No caso dos metais básicos, a queda viria da preocupação com o impacto das medidas para desaquecer o mercado imobiliário na China. Persiste também a preocupação com a demora na recuperação da economia europeia.

No setor de energia, o preço do barril de petróleo esteve próximo a US$ 110 em março. Os economistas do departamento de pesquisa macroeconômica do Itaú atribuem a queda, em relação a fevereiro, a uma redução da percepção de risco geopolítico.

Ritmo forte As exportações de soja começaram o mês aceleradas. Tomando como base a primeira semana, as vendas externas da oleaginosa poderão atingir 5,5 milhões de toneladas no mês, 25% mais do que em 2012.

Valores As receitas deverão ir para US$ 2,7 bilhões. Se confirmado, esse valor superaria em 19% o de igual período de 2012. Já as exportações de farelo e de óleo recuam em volume neste início de mês.

Mudança de mão As commodities agrícolas voltaram a se recuperar ontem na Bolsa de Chicago. O milho subiu 0,72% no dia, mas ainda acumula queda de 13% em 30 dias. A soja subiu 1,2%, mas também tem queda acumulada no mesmo período: 9%.

Polpa de tomate importada da China é mais barata que a feita no Brasil. Fabiano Maisonnave e Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 09/04/2013

A escassez do tomate -o novo vilão da inflação- não afeta só a salada brasileira. A indústria de molhos recorre cada vez mais ao tomate processado chinês para atender ao mercado interno.

Nos dois primeiros meses deste ano, as importações totais de tomates inteiros ou em pedaços (preparados ou conservados) subiram 232% em relação ao mesmo período de 2012, para US$ 13,8 milhões.

A China é o grande fornecedor do país, respondendo por 42% das compras neste ano -o equivalente a US$ 5,8 milhões. Em dois meses, o valor se aproxima do total importado do país asiático em 2012, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento.

Segundo João Paulo Deleo, pesquisador do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), as importações crescem porque o nível dos estoques de polpa de tomate no Brasil estão baixos, após um ano de quebra de safra no Brasil, na China e nos EUA -os principais fornecedores do produto, ao lado do Chile e da Itália.

Ele destaca, porém, que as importações não têm relação com a forte alta do tomate de mesa, que é vendido nas feiras e nos supermercados.

Para produzir molhos de tomate e ketchups, cujo consumo cresce a uma taxa anual de 16% no Brasil, segundo estimativas do mercado, a indústria compra uma outra variedade -de cultivo rasteiro, adocicada, de formato alongado e com pouca semente.

Concentrado em Goiás, que se tornou um polo das indústrias do setor, o tomate industrial começa a ser colhido em junho, segundo Leonardo Machado, da Faeg (Federação de Agricultura de Goiás).

Ao que tudo indica, a produção pode até crescer. Enquanto neste ano a área cultivada com tomate de mesa na safra de verão caiu 17%, houve pequeno aumento da área com tomate rasteiro, segundo Deleo, do Cepea.

TOMATE NO DESERTO

Na China, o tomate é plantado na semidesértica área em volta da cidade de Urumqi, em Xinjiang, no noroeste do país. Por causa do clima extremamente frio, a colheita só é feita durante um período de cerca de 70 dias. Por outro lado, as temperaturas baixas facilitam a estocagem.

Sozinha, Xinjiang é a terceira maior produtora mundial de tomate, atrás apenas dos EUA e da Itália. A região registra uma produção anual média de 500 mil toneladas de derivados do produto, feita por 137 unidades de processsamento, segundo o Ministério do Comércio chinês.

Uma das principais importadoras é a Atlântica Foods, de São Paulo, que começou a trazer polpa de tomate há quatro anos. Nesse período, já levou polpa de tomate para países como a Argentina, o Chile e a Colômbia, além do Brasil.

O empresário Vlamir Breternitz, da Atlântica, que visitou Xinjiang, disse que a colheita é quase totalmente mecanizada e que os fornecedores escolhidos cumprem requisitos internacionais e exportam para outros países.

Responsável pela comercialização, sua filha Lissandra explica que, hoje, consegue vender a polpa de tomate chinesa numa fábrica de Goiás a um preço 20% menor do que o concorrente local.

"Outra vantagem é que o padrão de qualidade chinês é alto e não varia tanto", diz.

Os clientes estão principalmente em Goiás, mas também em São Paulo e no Nordeste. O percentual de polpa de tomate chinês nessas fábricas varia de pouco menos de 10% a até 70% do total.

Agrotóxico é liberado mesmo sem consentimento da Anvisa e Ibama. Lígia Formenti – Site do MST. 10/04/2013

Do O Estado de S. Paulo

Mesmo com dois pareceres técnicos contrários, o Ministério da Agricultura (Mapa) liberou o uso de um agrotóxico não registrado no país para combater emergencialmente uma praga nas lavouras de algodão e soja. A decisão, publicada anteontem no Diário Oficial, permite o uso de defensivos agrícolas que tenham em sua composição o benzoato de emamectina, substância que, por ser considerada tóxica para o sistema neurológico, teve seu registro negado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2007.

O uso de agrotóxicos no País é norteado por pareceres do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), formado por membros dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente e da Anvisa - os dois últimos são encarregados de avaliar os riscos do uso de defensivo para o meio ambiente e a saúde pública.

Em março, diante da praga da lagarta quarentenária A-1 Helicoverpa armigera em lavouras do oeste da Bahia, representantes do Mapa solicitaram uma reunião extraordinária do CTA para a liberação do benzoato. A proposta era que o produto fosse usado emergencialmente até a safra 2014/2015.

No primeiro encontro, representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e da Anvisa foram contrários à liberação. De acordo com a ata da reunião, a maioria do grupo afirmava que os documentos apresentados não permitiam tal liberação.

Diante da negativa, o Mapa solicitou uma nova reunião, realizada cinco dias depois. Nesse encontro, tanto a Anvisa quanto o Ibama mantiveram sua posição: não havia elementos suficientes para que a liberação fosse realizada.

O Mapa, no entanto, decidiu liberar o uso do benzoato. De acordo com o ministério, não é a primeira vez que a Agricultura adota uma decisão unilateral. Em 1986, de acordo com a assessoria, também houve liberação de agrotóxicos para combater uma praga de gafanhoto.

Além do benzoato, outros cinco tiveram seu uso liberado para o combate à praga: dois produtos biológicos (Vírus VPN HzSNPV e Bacillus Thuringiensis) e três químicos (Clorantraniliprole, Clorfenapyr e Indoxacarbe). A diferença, no entanto, é que os cinco já têm registro no País para uso em outras lavouras.

Regras

O uso do benzoato será regulamentado numa instrução normativa. De acordo com a norma publicada nesta semana, as regras de importação e aplicação do produto terão de ser feitas seguindo as observações dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. A aplicação do benzoato, segundo o Mapa, terá de ser acompanhada por fiscais estaduais agropecuários e supervisionada por fiscais federais.

Ruralistas querem suspender demarcação de terras indígenas – Site do MST. 10/04/2013

Da Radioagência NP

A bancada ruralista no Congresso quer que todos os processos de demarcação de terras indígenas sejam suspensos enquanto novas regras sobre o tema são formuladas. Nesta quinta-feira (11), integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária se reúnem com técnicos do Ministério da Justiça para debater marcos legais sobre o tema.

Os ruralistas já haviam se encontrado com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na última semana, para tratar do assunto. Outra reunião é planejada para a próxima semana com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Em declaração à Agência Câmara, o membro da bancada ruralista, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), disse que "o proprietário [rural] não tem mais segurança jurídica nenhuma da garantia da sua propriedade" nesse processo.

Atualmente, a demarcação dos territórios indígenas cumpre o que diz a Constituição Federal, que as áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios são propriedade da União e destinam-se à posse permanente dessas comunidades.

Porém, são inúmeros os conflitos, já que vários fazendeiros possuem títulos de propriedade das terras reivindicadas pelos indígenas. Como é o caso da etnia guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

A palavra final sobre a demarcação de terras indígenas é do poder Executivo, mas, parlamentares ruralistas querem alterar isso, promovendo iniciativas como a PEC 215/00, que transfere para o Congresso Nacional essa atribuição.

Estoques de soja e milho dos EUA ficam abaixo da expectativa – O Globo, Economia. 10/04/2013

WASHINGTON, 10 Abr (Reuters) - Os estoques finais de soja dos EUA na safra 2012/13 foram estimados em 125 milhões de bushels nesta quarta-feira pelo Departamento de Agricultura do país (USDA), estáveis ante o relatório anterior e abaixo da previsão do mercado de 136 milhões de bushels.

Os estoques de milho foram projetados em 757 milhões de bushels, abaixo da estimativa do mercado, de 812 milhões. Já os estoques de trigo foram estimados em 731 milhões de bushels, acima dos 727 milhões calculados pelo mercado.

USDA reduz estimativa de exportação de soja do Brasil – O Globo, Economia. 10/04/2013

WASHINGTON, 10 Abr (Reuters) - O Departamento de Agricultura dos EUA reduziu nesta quarta-feira suas projeções para as exportações brasileiras de soja na safra 2012/13, acompanhando uma expectativa de queda nas importações chinesas na temporada.

Ao mesmo tempo, a expectativa de vendas externas para a soja dos EUA foi elevada ligeiramente.

O Brasil deverá exportar 36,75 milhões de toneladas, disse o USDA, contra 38,4 milhões no relatório de março. As exportações da Argentina também foram revisadas para baixo, passando para 10,35 milhões de toneladas, ante 10,9 milhões anteriormente.

Por outro lado, as exportações dos EUA ganharam mais terreno, de acordo com o USDA. O órgão previu que os embarques da oleaginosa no país serão de 36,74 milhões de toneladas nesta temporada, contra 36,61 no relatório de março.

Apesar da redução para a exportação do Brasil, segundo o USDA, o país ainda superaria os EUA nos embarques de soja em 12/13.

O USDA reduziu consideravelmente sua projeção de importações de soja pela China, para 61 milhões de toneladas, ante 63 milhões na estimativa do mês passado.

"As importações de soja foram reduzidas em 2 milhões de toneladas para 61 milhões para a China, refletindo importações menores que o esperado na primeira metade do ano comercial", disse o USDA, no relatório.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos também projetou a safra de soja do Brasil da temporada 2012/13 em 83,5 milhões de toneladas, estável ante estimativa de março, mas acima da projeção do mercado de 82,54 milhões de toneladas.

Os estoques globais de soja ao final da temporada foram estimados pelo USDA em 62,2 milhões de toneladas, alta de 2,4 milhões ante o relatório do mês passado, "com ganhos no Brasil e na Argentina mais do que superando menores estoques na China."

Incra/MS vai investir cerca de R$ 4,5 milhões em assistência técnica rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/04/2013

O Incra em Mato Grosso do Sul vai investir R$ 4.469.779,91 em assistência técnica às famílias assentadas nos municípios de Itaquiraí, Tacuru, Ponta Porã, Paranhos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Nova Andradina. Para isto, publicou nos jornais de grande circulação do estado a Chamada Pública Nº 01/2013, com detalhes sobre a contratação desses serviços.

Com a Chamada Pública, o Incra pretende selecionar empresas de assistência técnica e extensão rural / ATER para incrementar a produção nos referidos assentamentos, com vistas à segurança alimentar e nutricional.

As equipes que prestarão assistência técnica terão como desafio orientar a produção para o atendimento das demandas da região. "Não adianta produzir aquilo que se acha bom, mas não tem mercado. Garantir a compra dos produtos é um dos passos mais importantes para a segurança da produção", assegura Celso Cestari, superintendente regional do Incra no estado.

Bancada ruralista aprova convocação para ministra explicar demarcações. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Mercado. 10/04/2013

Numa manobra da bancada ruralista, a Comissão de Agricultura da Câmara aprovou

nesta quarta-feira (10) a convocação da ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) para dar explicações sobre identificação e demarcação de terras indígenas.

Desde o ano passado, a bancada ligada ao agronegócio tem buscado convocar ministros ao Congresso para sinalizar insatisfações sobre questões da do setor e sobre diálogo com o governo.

O pedido de convocação, assinado pelos deputados Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Valdir Colatto (PMDB-SC), Domingos Sávio (PSDB-MG) e Duarte Nogueira (PSDB-SP), afirma que os conflitos entre os índios e o setor produtivo têm se tornado cada vez mais evidentes e motivados principalmente por divergências entre demarcações de terras indígenas que se sobrepõe às terras produtivas.

O requerimento também afirma que a Funai (Fundação Nacional do Índio) tem elaborado processos aos quais os produtores não têm acesso e que os produtores não têm tempo para preparar a defesa no prazo de 90 dias.

CONVOCAÇÃO

O requerimento para que a ministra compareça à Câmara foi aprovado por 25 votos contra 14.

Como é uma convocação, a ministra terá que comparecer. Na discussão, parlamentares governistas tentaram transformar a convocação em convite, quando a presença não é obrigatória.
Nogueira rejeitou a ideia. "Isso aqui não é apêndice do Executivo", disse.

Ainda não há data para a reunião. Em sua exposição para a comissão, no entanto, Gleisi pode ser questionada sobre outros temas.

CONVITE

A Comissão de Trabalho da Câmara também aprovou hoje requerimento para que sejam convidados o ministro general José Elito de Carvalho Siqueira (Gabinete de Segurança Institucional) e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Wilson Roberto Trezza, para prestarem esclarecimentos sobre escutas ilegais para monitorar sindicalistas no Porto de Suape, em Pernambuco.

A informação foi publicada pelo Jornal "O Estado de S. Paulo". Segundo a reportagem, a operação teria o objetivo de tentar prever uma possível greve geral iniciada a partir do Porto de Suape em protesto contra a Medida Provisória 595/12, que estabelece um novo marco para o setor portuário brasileiro.

Instalados comitês de Gestão Estratégica e de Governança Financeira do Terra Forte – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/04/2013

O Comitê Gestor Nacional e o Comitê de Investimentos do Terra Forte, programa voltado à agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária, foram instalados nesta quinta-feira (11), em Brasília, durante reunião com o secretário-executivo geral da Presidência da República, Diogo de Sant´Ana.

Ficou definido que o coordenador titular do Comitê Nacional será o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, que terá como substituto o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, César Aldrighi. Já a coordenação do Comitê de Investimentos ficará a cargo da Fundação Banco do Brasil (FBB). No encontro, também foi aprovado o regimento interno único dos dois comitês.

De acordo com Guedes, o Comitê Gestor Nacional possui uma atuação macro para o funcionamento do Programa, que tem assegurados R$ 600 milhões, sendo R$ 300 milhões de créditos do Banco do Brasil, 150 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), R$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R$ 130 milhões dos demais parceiros (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Incra e Conab).

Todo esse recurso deverá ser utilizado em projetos de agregação de valor à produção das áreas de reforma agrária, apoio à verticalização de cadeias produtivas dos assentamentos e criação de ferramentas de comercialização. "O Comitê Gestor Nacional tem uma atuação macro e estratégica. Vai desde a definição de diretrizes e supervisão dos cumprimentos dos objetivos do Terra Forte até a aprovação dos critérios para seleção dos pré-projetos a serem apoiados com agroindústrias", explica o presidente do Incra.

Desde fevereiro deste ano, está disponível no site do Incra o edital para seleção de pré-projetos para o Terra Forte. O prazo termina dia 30 de abril e a expectativa é receber em torno de 70 propostas de cooperativas e associações de produtores familiares de todo o País. "Nossas superintendências regionais estão mobilizadas na divulgação do Programa Terra Forte e cooperativas e associações de vários estados já manifestaram interesse em apresentar propostas", informou.

Sobre o Terra Forte

Lançado em fevereiro de 2013 pela presidente Dilma Rousseff no município de Arapongas, no Paraná, o Terra Forte terá duração de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período a critério dos participantes efetivos do Programa: Incra, Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil (BB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A expectativa do Terra Forte é atender aproximadamente 200 cooperativas e associações (valor médio de R$ 1,5 milhão por cooperativa) e beneficiar aproximadamente 20 mil famílias (100 famílias por cooperativa) em cinco anos.

Queda na oferta de laranja nos EUA pode beneficiar Brasil—Cepea. Laiz de Souza – O Globo, Economia. 11/04/2013

SÃO PAULO, 11 Abr (Reuters) - A queda da oferta e da produtividade das laranjas na Flórida, principal Estado produtor norte-americano, pode criar oportunidades para a exportação do suco brasileiro, avaliou o Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea) nesta quinta-feira.

Segundo o Cepea, citando dados do Departamento de Agricultura dos EUA, a oferta de laranja na Flórida recuou 5,9 por cento nesta temporada, e o rendimento das frutas também caiu por conta de doenças e de uma forte seca.

Na safra atual, o rendimento das laranjas valência na Flórida, principal variedade cultivada no Estado, está estimado 2,06 por cento abaixo do verificado em 2011/12, o que pode reduzir em cerca de 7 por cento a produção de suco de laranja na região, acrescentou.

Diante de tal cenário, as exportações do suco de laranja brasileiro podem se beneficiar. Ainda que não registre fortes aumentos, o consumo norte-americano segue firme, e os EUA são o segundo principal destino do suco nacional, atrás apenas da União Europeia, analisou o Cepea.

Incra promove capacitação sobre alternativas produtivas para futuros assentamentos no Alto Sertão Sergipano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/04/2013

Incra em Sergipe promoveu uma semana de capacitação com o objetivo de aperfeiçoar estudos sobre a viabilidade econômica de assentamentos criados no estado. O evento, que foi concluído na quinta-feira (11), teve uma programação composta por visitas técnicas a áreas situadas no Alto Sertão Sergipano.

O público alvo da capacitação foram os agrônomos / peritos federais agrários que atuam na Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência sergipana da autarquia. "O nosso objetivo é estimular uma análise em relação aos mecanismos produtivos adotados pelo homem do campo em uma região como o Alto Sertão, marcada pelos longos períodos de estiagem. É uma região historicamente ligada à reforma agrária e toda informação que possa contribuir para a geração de renda das famílias que virão a ser assentadas tem importância crucial para nós", explicou André Luiz Bomfim Ferreira, chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra/SE.

Para conhecer técnicas e experiências desenvolvidas na região, os profissionais da autarquia visitaram projetos de assentamento implantados pelo Incra e pequenas propriedade rurais, com diferentes matrizes e níveis produtivos, empregando tecnologias de baixa, média e alta complexidade.

Além dessas áreas, os servidores do Instituto também visitaram uma unidade experimental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instalada no município de Nossa Senhora da Glória. Na chamada "Fazendinha da Embrapa", foram apresentadas novas tecnologias desenvolvidas pela empresa, voltadas, especialmente, à suplementação animal e ao consórcio de culturas.

O treinamento, que também promove uma adequação de procedimentos às diretrizes estabelecidas por novas portarias expedidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deverá contribuir para o aperfeiçoamento dos Estudos Sobre Capacidade de Geração de Renda (ECGR), elaborados pelos peritos do Incra.

De acordo com o superintendente regional do Incra/SE, Leonardo Góes, o aperfeiçoamento desses estudos e a busca por alternativas de convivência com a seca melhoram as expectativas de geração de renda para as famílias da região, que serão beneficiadas pela reforma agrária no futuro. "Ao investir em um trabalho de capacitação, que permite o contato com experiências como essas, estamos investindo na melhoria de estudos que são fundamentais para balizar a vida produtiva dos assentamentos. Essa busca por alternativas e experiências bem sucedidas, certamente, terá um impacto positivo na geração de renda dos nossos futuros beneficiários", analisou.

Assim como o tomate, cebola é descaminhada na Tríplice Fronteira. Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo, Mercado. 12/04/2013

Assim como o tomate, a cebola, outro vilão da inflação, tornou-se objeto cobiçado de descaminho na Tríplice Fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina.

Ontem, fiscais da Receita Federal e do Ministério da Agricultura apreenderam 3,5 toneladas na ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR).

Fiscais do Ministério da Agricultura em Foz do Iguaçu (oeste do Paraná) já apreenderam 500 kg do alimento nas últimas duas semanas --um recorde.

"É uma coisa inédita", diz o chefe do ministério na cidade, Antonio Garcez, sobre os tomates. "O Brasil é produtor. Normalmente, a gente exportava para a Argentina, o ano todo. Agora inverteu."

As cebolas apreendidas ontem vinham da Argentina, onde o câmbio e a produção fazem com que o produto, no atacado, custe cerca de 20% menos no país vizinho do que no Brasil -R$ 2, ante R$ 2,50.

O alimento contrabandeado, que não pode entrar no Brasil por não ter passado por avaliação fitossanitária, é transportada em vans ou carros pequenos.

No país, ele é revendido em mercados e restaurantes de Foz do Iguaçu e região.

Vilão da inflação, em 13 dias, buscas no Google com a palavra tomate crescem 525%. Sérgio Vieira – O Globo, Economia. 12/04/2013

Bahia e Sergipe lideram lista de pesquisas com expressões que incluem tomate

Publicitário de São Paulo lança site para boicotar estabelecimentos caros

RIO - Depois de se tornar o grande vilão da inflação e virar meme na internet, o tomate ganhou popularidade nas redes sociais e nas buscas do gigante Google. Entre a última semana de março e a segunda semana de abril, pesquisas que incluem a palavra "tomate" cresceram 525%, segundo levantamento feito no Google Trends, ferramenta que mede a tendência de busca, ao longo do tempo no site.

Em 12 meses, o pomodoro (maçã-de-ouro), como os italianos chamam o fruto, registrou alta de 122,13%, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ajudando o grupo Alimentação e Bebidas a pressionar para cima o indicador. Esta foi a segunda maior variação entre os alimentos e só perde para a farinha de mandioca, que subiu 151,39% na mesma base de comparação. No período, o IPCA subiu 6,59% — a meta de inflação do governo é de 4,5%, com margem de tolerância de dois pontos para baixo e para cima, ou seja, no limite, até 6,5%.

A inflação deixou de ser assunto apenas de economistas e caiu na boca do povo. Nestes 15 dias citados, embora Goiás seja o maior produtor do fruto, com mais de 67 mil toneladas por ano, segundo a Federação de Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), o estado brasileiro que mais fez buscas com a palavra tomate foi a Bahia, seguida de Sergipe e Minas Gerais. "Tomate", "molho de tomate", "preço do tomate", "extrato de tomate", "tomate seco" e até "festa do tomate" são alguns dos termos cujas pesquisas explodiram no período.

No fim dos anos 1970, o chuchu ficou sob os holofotes com a iniciativa do então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, de tentar retirar o legume da lista de itens pesquisados para compor o índice de inflação, dada a alta dos preços do produto.

Site para boicotar preços altos

Em São Paulo, cansado da alta dos preços, o publicitário Danilo Corsi e seus amigos criaram o site BoicotaSP (*www.boicotasp.com.br*). A intenção é que os paulistanos e turistas divulguem no portal os estabelecimentos que tenham aumentado de forma abusiva os preços do cardápio.

— A gente viu que tem uma série de preços fora da realidade. Durante uma conversa, pensamos em criar um local em que a gente poderia marcar os estabelecimentos com preços caros e este foi o pontapé inicial.

Em menos de cinco dias após o lançamento, o site já conta com 73 mil visitações diárias. Segundo Corsi, foi necessário fazer upgrade no servidor para suportar a demanda. Até o momento, há 40 locais publicados mas outros 700 a liberar.

Em uma das reclamações, um usuário citou o preço de uma uma picanha descrita como "aperitivo" no cardápio de um tradicional restaurante localizado na Avenida Pedroso de Morais. O preço da porção de 500 gramas bate os R$ 78.

Já no Rio de Janeiro, o aumento da cesta de alimentos está tirando o sono dos proprietários de restaurantes e bares, que vêm lançando mão de vários recursos para evitar o repasse aos clientes. Diminuir ingredientes, trocar produtos e até mesmo deixar de fazer pratos tradicionais do cardápio durante alguns dias da semana estão entre as alternativas adotadas.

A variação acumulada mostra que quase 70% dos produtos mais utilizados nas refeições brasileiras ficaram mais caros, aponta o IPCA.

Preços tendem a cair

Os preços dos alimentos são fortemente sazonais em virtude do clima. Segundo Alex Agostini, economista chefe da consultoria Austin Rating, pela análise histórica de comportamento deste grupo, a expectativa é que os preços entrem em processo de declínio, em particular, por conta do fim da temporada de chuva e respectiva regularidade da oferta.

— Porém, em virtude da manutenção do nível de emprego e o aumento real da renda nos últimos anos, o recuo padrão observado nos anos anteriores, que é da ordem de 5% em relação à média no segundo trimestre e de 45% no terceiro trimestre, neste ano poderá ser mais brando. Em alguns casos, como o tomate, o recuo será maior, porém amenizado por uma queda menor em outros legumes e hortaliças.

Shell e Basf irão pagar indenização por contaminação em fábrica de agrotóxicos. Anali Dupré e Stefano Wrobleski – Site do MST. 11/04/2013

Da Repórter Brasil

Foi homologado nesta segunda-feira, 8, acordo de indenização milionário que Shell e Basf fecharam com os ex-trabalhadores da fábrica de agrotóxicos controlada pelas empresas que funcionou de 1974 a 2002 no município de Paulínia, no interior de São Paulo. As multinacionais comprometeram-se a pagar atendimento médico vitalício a mais de mil ex-trabalhadores, diretos e terceirizados, e seus dependentes, o que torna o caso um dos mais abrangentes da história do Tribunal Superior do Trabalho, onde a ação seria julgada se não houvesse o acordo.

Além disso, elas devem pagar ainda R$ 200 milhões em indenização por danos morais coletivos e aproximadamente outros R$170 milhões aos ex-trabalhadores e seus dependentes, a título de indenização individual.

A ação teve início em 2007, depois que diversos estudos ligando a contaminação do lençol freático pela empresa e a saúde dos trabalhadores foram analisados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Para o MPT, além de terem contaminado o meio ambiente por produzir agrotóxicos em desacordo com as normas ambientais, a Shell e a Basf foram negligentes "em relação à saúde, à vida e à integridade física e psíquica" dos trabalhadores.

Em nota, a Shell disse considerar o acordo "uma excelente oportunidade para o término da disputa judicial", mas que não reconhece a contaminação dos trabalhadores: "A ocorrência de contaminação ambiental não implicou, necessariamente, em exposição à saúde de pessoas". Em entrevista à Repórter Brasil, o advogado dos trabalhadores Vinícius Cascone ironizou o posicionamento da companhia: "Significaria dizer que eu pulei numa piscina cheia de água e, ao sair, não fiquei molhado". A Basf, também em nota, confirmou o acordo e afirmou "compromisso em posicionar-se com transparência em todos os aspectos relacionados a este assunto".

Os drins

Dentre os agrotóxicos produzidos pela fábrica estavam os chamados drins (Aldrin, Dieldrin e Endrin), que foram inventados nos EUA na década de 1940 e largamente utilizados no cultivo de algodão e milho, além do controle de cupins. Por possuírem alta persistência no meio ambiente e se propagarem pela cadeia alimentar, seu uso na agricultura foi banido em 1974 nos EUA depois que a Agência de Proteção Ambiental do país (Usepa) confirmou o alto risco de câncer em animais e contaminação em alimentos.

Assim, a Shell foi obrigada a fechar sua fábrica de pesticidas que estava em atividade desde 1948. No Brasil, os drins foram parcialmente proibidos para uso e comercialização somente em 1985. Em depoimentos registrados em vídeo pela reportagem, trabalhadores relatam que ficavam expostos aos produtos tóxicos com regularidade e que acidentes eram comuns. Hoje, sofrem com problemas graves de saúde.

Os drins fazem parte dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e, em 1998, entraram em uma lista do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente que os colocou entre os doze POPs mais tóxicos do mundo.

A fábrica

Ainda em 1974 a Shell iniciou, no município de Paulínia, a construção de uma fábrica para a produção de diversos tipos de agrotóxicos, como os drins. A produção teve início três anos depois, em 1977. A construção foi fiscalizada pela Cetesb (Companhia de

Tecnologia de Saneamento Ambiental), que apontou, em 1975, que a localização da fábrica não era "conveniente": por estar muito próxima do rio Atibaia, haveria uma possibilidade, "ainda que remota", de contaminação de suas águas.

O rio Atibaia tem mais de cem quilômetros de extensão. Suas águas, apesar de poluídas pelo esgoto despejado sem tratamento pelas cidades por onde passa, abastecem mais de 2 milhões de moradores do interior de São Paulo. A pesca no rio ainda é uma prática comum das populações locais.

Em 1993, como parte do acordo de venda da fábrica para a American Cyanamid Co. (comprada, em 2000, pela Basf), a Shell teve de fazer uma auditoria ambiental que constatou que o meio ambiente e o lençol freático estavam contaminados pelos produtos que fabricava. Segundo a companhia, no entanto, a contaminação estava restrita à área da fábrica.

Dois anos depois, a Shell foi obrigada a fazer uma autodenúncia à Curadoria do Meio Ambiente de Paulínia, reconhecendo os danos ambientais. Também se comprometeu a recuperar a área em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público (MP). De acordo com a Shell, não havia qualquer risco de contaminação dos trabalhadores da fábrica. Em 2000, por pressão dos moradores das chácaras da região, a Cetesb coletou amostras de fora da área da fábrica. Eles alegavam que a água proveniente do lençol freático tinha um forte odor. A Cetesb, então, constatou que a contaminação havia extrapolado os limites da fábrica.

Em dezembro de 2002, a Basf anunciou o fechamento da fábrica e a demissão de todos os funcionários. No mesmo período, a vigilância sanitária de Paulínia interditou a área residencial onde ficavam as chácaras e evacuou o local.

Entre 1998 e 2006, dezenas de ex-trabalhadores e ex-moradores entraram com ações individuais contra as duas empresas por conta dos danos ambientais e dos alegados riscos à saúde humana a que foram submetidos. Em depoimento à Promotoria de Justiça, um dos ex-funcionários alegou que a Shell manteve quatro aterros clandestinos na área da fábrica e que o incinerador era utilizado também por outras empresas da região.

Nos anos seguintes, a área onde a fábrica ficava e as chácaras da região foram compradas pela Shell. Uma ex-moradora, no entanto, se recusa a aceitar as condições oferecidas pela companhia e mora há dez anos em um quarto de hotel à espera da resolução da disputa na Justiça.

Contaminação

A vigilância sanitária da Prefeitura de Paulínia produziu, em 2003, um estudo com 181 moradores (aproximandamente 70% da população) do bairro Recanto dos Pássaros, onde a fábrica estava instalada. No sangue de muitas dessas pessoas foram detectados metais pesados – como chumbo, cádmio e arsênico – e os agrotóxicos DDT e Aldrin.

O estudo ainda pondera que, se a população do bairro tivesse sido retirada do bairro pelo "risco potencial" à saúde quando, em 1995, a companhia reconheceu perante à prefeitura os danos ambientais causados, quase metade (47%) dos moradores não teriam sido expostos aos contaminantes, pois haviam nascido ou se mudado para o Recanto dos Pássaros depois de 1995.

A Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq) levantou que, desde 2007, com o início do processo na Justiça, mais de 60 ex-trabalhadores já faleceram e tinham, em média, 55 anos de idade. Ao menos 20 óbitos foram registrados em decorrência de algum tipo de câncer.

Dez anos morando em um quarto de hotel

Ciomara Rodrigues não tem tanto a comemorar, mesmo depois do acordo na Justiça. Há dez anos, ela briga na Justiça por uma indenização mais adequada para a chácara em que viveu de 1974 a 2003. Forçada a deixar o local há dez anos, quando as propriedades da região foram interditadas pela Prefeitura de Paulínia, em vez de vendê-la à Shell, como os demais moradores fizeram, ela preferiu acionar a Justiça. "O dinheiro que a empresa quer pagar pela minha propriedade não dá nem para comprar uma casinha na periferia de Paulínia", diz.

Enquanto a ação não for julgada, a Justiça obrigou a Shell a pagar um quarto de hotel para Ciomara e seus dois filhos. Isso faz dez anos. O processo caminha ainda na primeira instância. Como o acordo homologado diz respeito somente aos trabalhadores, sua situação deve permanecer indefinida.

Revoltada, ela criou um blog que atualiza desde 2004 com cada novo andamento do caso. Como é uma das poucas que pode visitar a área interditada pela prefeitura – já que a chácara ainda é propriedade sua – ela denuncia irregularidades nas obras de recuperação ambiental.

Entre os problemas apontados por ela, está o fato de os operários que trabalham nas obras de recuperação do local não usarem o mesmo equipamento de proteção individual específico para se protegerem dos contaminantes, equipamento que ela é obrigada a usar toda vez que visita a área, conforme revelam as fotos ao lado, ambas reproduzidas de seu blog.

Brasil tenta corrigir erros do passado com índios xavantes em MT. Caroline Stauffer – Folha de São Paulo, Poder. 12/04/2013

Damião Paridzané tinha 9 anos de idade, em 1966, quando ele e centenas de outros índios xavantes foram colocados dentro de um avião de carga da FAB (Força Aérea Brasileira).

O governo, ávido por uma fatia de terra fértil na região central do país para a agricultura comercial, levou os índios para uma nova reserva a 400 quilômetros de distância.

Paridzané lembra que muitos amigos morreram de sarampo, enquanto outros entraram em confronto com tribos rivais que foram forçadas a compartilhar a mesma área.

Quase meio século após a expulsão, os xavantes estão de volta, e Paridzané usa com orgulho seu cocar colorido. Nestes dias, é o "homem branco" que está sendo forçado a sair. Enquanto o governo da presidente Dilma Rousseff tenta corrigir os erros do passado, foram expulsos cerca de 7.000 agricultores e outros colonos, e suas lavouras foram transformadas em reserva para que os xavantes pudessem voltar para casa.

"Aqui é território tradicional", disse Paridzané. "Não tem nada a ver com brancos, fazendeiros, empresários de fora do Brasil. Aqui o território é dos xavantes."

Mas esta não é uma história feliz para sempre. Surgiram confrontos violentos. Os agricultores têm contestado as expulsões no STF (Supremo Tribunal Federal). A cidade deixada para trás pelos colonos está em ruínas.

O conflito destaca os riscos enfrentados pelo país, uma potência agrícola. O governo tenta resolver séculos de disputas étnicas envolvendo a propriedade de terras de onde brota grande parte da riqueza do país.

Mais de 100 anos depois que os Estados Unidos terminaram de delimitar suas reservas indígenas, o Brasil é um dos poucos países da América Latina, incluindo Colômbia e Panamá, que ainda está redistribuindo terras. Mas o governo conseguiu ir um pouco mais longe, retirando não-índios de terras indígenas.

A quantidade de terra no caso dos xavantes "é relativamente pequena", aproximadamente do tamanho de Londres. E o Brasil geralmente tem um bom histórico de proteger os direitos de propriedade dos moradores locais e estrangeiros.

O governo ofereceu reassentar alguns agricultores, mas não todos. No entanto, o setor do agronegócio teme que a conservação de terras indígenas poderia gerar mais controvérsia, já que agricultores e mineiros avançam na floresta amazônica, onde algumas tribos nunca tiveram contato com o mundo exterior.

Governos da América Latina têm se esforçado para equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico com os direitos de uma comunidade indígena que representa cerca de 10 por cento da população da região.

Nos últimos anos, essa comunidade cresceu, ganhando força política. Em 2009, o governo brasileiro retirou produtores de arroz e pecuaristas de Raposa Serra do Sol, uma área 10 vezes maior do que a reserva xavante, de 1,68 milhão de hectares, perto da fronteira com a Venezuela.

Confrontos sobre direitos da terra no Peru deixaram mais de 100 mortos nos últimos anos. Protestos indígenas adiaram planos de exploração de minas e estradas no Equador e na Bolívia. No Brasil, protestos atrasaram a construção de um dos projetos preferidos

de Dilma, o enorme complexo hidrelétrico de Belo Monte, e chamaram a atenção de celebridades como o diretor de "Avatar", James Cameron.

Alguns veem o fechamento de um ciclo, com a tribo xavante e sua terra voltando para um estado mais primitivo. Seth Garfield, professor da Universidade do Texas em Austin, que escreveu um livro sobre os xavantes, disse que a tribo era uma das poucas na região que não teve contato com os europeus antes de sua expulsão, tornando a situação particularmente cruel.

"É um fim fascinante", disse Garfield.

O acerto histórico de contas, advertem agricultores, vai ter um custo para o setor no país, um dos principais exportadores agrícolas do mundo.

O diretor-regional da cooperativa de soja Aprosoja, Gilmar Delosbel, disse que a incerteza criada pelas disputas de terras poderia fazer os agricultores pensarem duas vezes antes de avançarem para novas terras. Isso poderia, por sua vez, afetar a meta do Brasil de passar os Estados Unidos e se tornar o maior produtor mundial de soja.

"A terra que está produzindo, tem que deixar produzir alimentos, gerar riquezas pelo país", disse Delosbel.

BALAS DE BORRACHA E GÁS LACRIMOGÊNEO

A quantidade de terra em jogo em Marãiwatsédé, um trecho de cerrado perto da Amazônia e a cerca de 375 quilômetros a noroeste de Brasília, é de quase 165.000 hectares. Mas os acontecimentos dos últimos seis meses foram dramáticos o suficiente para chamar a atenção de todo o país.

A pedido dos xavantes, o governo derrubou muitas das casas, silos de grãos, escolas e outros rastros deixados por agricultores que ocuparam a área nos últimos 50 anos.

Índios usam rifles para caçar o gado deixado pelos fazendeiros em busca de carne. Cães abandonados vagam em meio aos destroços de madeira e metal de construções, e urubus famintos avidamente se aproximam de animais mortos.

Uma placa escrito a mão anuncia o novo nome que os índios xavantes deram à única cidade da região é Mõõnipa, substituindo o nome em português: Posto da Mata.

Onde funcionava um posto de gasolina, quatro policiais estão a postos contra qualquer nova agressão pelos agricultores expulsos, alguns dos quais pegaram em armas para tentar obter sua velha terra de volta. Um vídeo recente da polícia mostra tropas federais disparando balas de borracha e gás lacrimogêneo contra cerca de 50 fazendeiros que estavam tentando impedir a remoção de pessoas de suas casas.

O espetáculo de fazendas outrora prósperas sendo reduzidas a escombros horrorizou o setor do agronegócio e seus poderosos aliados em Brasília, que temem que um novo precedente esteja sendo definido para a disputa de terras em outros lugares. Mas o

esforço para reverter parcialmente as apreensões de terras indígenas tem sido tomado há décadas.

A Constituição, de 1988, consagrou o direito dos índios às "terras tradicionalmente ocupadas" e definiu que o Estado é responsável por "demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Os governos vêm aplicando a lei que destina 13 por cento do território brasileiro a 0,4 por cento da população considerada indígena. Por outro lado, apenas 2,3 por cento das terras no continente dos Estados Unidos são reservadas aos índios, que representam 0,9 por cento da população.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) começou a montar uma proposta para uma nova reserva para os índios xavantes em 1992, e seu plano foi aprovado em 1998.

O agronegócio, que tem na senadora Kátia Abreu (PSD-TO) uma de suas vozes influentes, tentou impedir a retirada dos produtores ao questionar os limites do território indígena. Mas o STF negou a apelação final em outubro e a Funai deu prazo de 30 dias a todos os "intrusos" não-índios para desocupar o local. A polícia e o Exército, em seguida, foram para a região antes do fim do ano.

O pecuarista Antonio Luiz Pereira e sua jovem família estão agora desenraizados e sem-teto, um pouco como a situação de Paridzané há cinco décadas.

Pereira, sua mulher e seus três filhos agora passam suas noites em um ginásio escolar sufocante a cerca de 40 quilômetros de sua antiga casa. Seus pertences estão em caixas no chão, juntando bolor.

"Tínhamos uma boa casa e uma vida boa lá, e nós perdemos tudo", disse Pereira, balançando a cabeça.

Agricultores mais ricos, em sua maioria, se refugiaram em cidades maiores para se reagrupar, sem qualquer compensação monetária. Mas cerca de 270 famílias, incluindo a de Pereira, estão em compasso de espera, depois de fazerem registro com o governo e inscrição para reassentamento. Destas, 105, principalmente famílias de renda mais baixa, estão sendo levadas para pequenos lotes de terra nas proximidades.

Os Pereira e outras famílias receberam ofertas de terra a três horas de distância, mas dizem que é muito seca e arenosa para a criação de gado ou plantações, e estão à espera de uma oferta melhor. Outros têm se mobilizado, criando bloqueios esporádicos em protestos que levaram à escassez de combustível e comida em cidades do norte. Uma multidão queimou um caminhão que se dirigia para a aldeia do cacique Paridzané com medicamentos e suprimentos.

CONFUSÃO JURÍDICA

Agora está sendo debatido se os antigos produtores tinham contrato de propriedade. O coordenador do escritório regional da Funai, Paulo Roberto de Azevedo Junior, diz que

os agricultores sabiam que estavam invadindo território indígena e que os documentos de propriedade alegando o contrário são falsos.

Mas a família Pereira conta que não tinha nenhuma razão para duvidar de uma certidão de proprietários de imóveis, que mostraram a um repórter, que indica que compraram a fazenda por cerca de 100.000 dólares em 2005. Embora os limites da reserva indígena tenham sido aprovados em 1998, os agricultores dizem que não entenderam que isso implicaria a sua saída.

A senadora Kátia Abreu, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diz que o verdadeiro culpado é a ausência de "regras claras".

O problema, segundo grupos de agricultores, é que a Funai está expulsando as pessoas de áreas onde autoridades do governo local incentivaram a colonização em um período tão recentemente quanto nos anos 1990.

Eles também dizem que a Funai e outros órgãos têm sido muito agressivos quando decidiram o que constitui uma terra ancestral. As questões se tornaram mais difíceis pela natureza nômade de muitas tribos e da geografia hostil da Amazônia, o que torna mais difícil o mapeamento e a definição de limites.

"A Funai só quer continuar fazendo mais reservas em áreas indígenas que não são reivindicadas", disse Delosbel, diretor regional da cooperativa de soja. "Obviamente, nós queremos que eles vivam bem... mas o suficiente é o suficiente."

O cacique, que prometeu a seu pai e seu avô que iria recuperar a sua terra, disse que as mudanças são irreversíveis. Ele afirma que vai recusar pedidos por parte dos agricultores para arrendar de volta a terra antiga deles, ou quaisquer tentativas do governo de pavimentar uma estrada que poderia reduzir o tempo que os agricultores da área levam para transportar sua produção aos portos do Nordeste.

"Não vamos conversar. Não pode haver fazendeiros correndo atrás de cacique... acabou a discussão", declarou ele antes de uma assembleia de índios xavantes, em que abaixaram suas cabeças, em sinal de respeito, enquanto ele falava.

'UMA BATALHA PERDIDA'

Os xavantes têm ideias radicalmente diferentes sobre agricultura e desenvolvimento. Eles querem que a área se torne novamente digna do nome Marãiwatsédé, uma palavra xavante para "mata fechada, perigosa". Isso significa deixar as odiadas fazendas de soja e gado crescer em pousio, na esperança de que as árvores brotem.

Ainda assim, nem todas as armadilhas da modernidade serão sacrificadas - é muito tarde para isso.

Enquanto os xavantes ainda vestem roupas cerimoniais e se pintam para as celebrações, a maioria usa shorts e camisetas na maior parte do tempo. As crianças pedem refrigerante aos visitantes. A aldeia principal tem uma igreja católica e uma escola com

aulas de língua xavante, assim como de português, o que, segundo o cacique Paridzané, é importante que as crianças aprendam.

Grupos sem fins lucrativos ajudaram a construir cabanas, e a tribo vai continuar dependendo do governo para a segurança.

A Funai está tentando encorajar a tribo a se tornar economicamente autossuficiente, em parte, pela produção de milho orgânico e soja que poderiam ser comercializados sob uma marca Marãiwatsédé. O órgão também planeja trazer mais 4.000 xavantes de outras reservas para tornar o assentamento viável, e espera, eventualmente, suspender a doação de comida básica.

"Antigamente, demos grandes quantidades de cestas básicas, agora não, eles não podem ficar dependentes, esta situação é paternalista", disse Azevedo Junior.

Os agricultores temem que o fim da briga não tenha sido sacramentada em Marãiwatsédé. Sua mais recente preocupação: a reserva abriga o fungo da ferrugem asiática, uma doença terrível que danifica as folhas e rapidamente mata as plantas de soja. A Aprosoja diz que alguns dos 3.000 hectares de plantações de soja agora abandonados estão infestados com o fungo, ameaçando 341.000 hectares em fazendas nos arredores.

"Tiraram milhares de pessoas (de) lá (de) onde se plantava, a gente tem uma preocupação com a parte sanitária", disse Eduardo Godoi, um gestor da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). "Marãiwatsédé é uma batalha perdida."

Cimi repudia Criação de Comissão Especial Sobre PEC 215/00 – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 12/04/2013

Confira Carta de Repúdio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) contra a criação da Comissão que dará o parecer sobre a PEC 215/00. O Projeto de Emenda Constitucional passa ao Senado o poder de decidir sobre a titulação de terras tradicionalmente ocupadas. Confira o documento:

O Cimi manifesta profunda indignação e repudia com veemência o Ato do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), publicado neste dia 11 de abril de 2013, que criou a "Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000, do Sr. Almir Sá, que 'acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal'". A PEC 215/00 inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a titulação de terras quilombolas, a criação de unidades de conservação ambiental e a ratificação das demarcações de terras indígenas já

homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

O Ato do presidente da Câmara constitui-se num atentado à memória dos deputados Constituintes, ataca de forma vil e covarde os direitos que os povos indígenas conquistaram a custo de muito sangue e atende os interesses privados de uma minoria latifundiária historicamente privilegiada em nosso país.

O Cimi se solidariza com os povos indígenas do Brasil em mais este momento difícil em suas vidas e externa confiança na inquebrantável capacidade de resistência e superação que os povos tem demonstrado nestes cinco séculos de colonização do país.

Juíza concede reintegração para fazendeiro acusado de matar indígena – Folha de São Paulo, Poder. 12/04/2013

A Justiça Federal concedeu liminar de reintegração de posse da Fazenda Santa Helena, de propriedade do fazendeiro Orlandino Gonçalvez Carneiro, que confessou ter matado o adolescente indígena guarani kaiowá Denilson Barbosa.

Ele foi morto no dia 16 de fevereiro dentro da propriedade que faz divisa com a Aldeia Tey'ikuê, no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul.

Após o assassinato, cerca de 300 indígenas enterraram o corpo de Denilson no local e passaram a ocupar a fazenda. Eles a reivindicam como parte do seu antigo território tradicional Pindo Roky.

A juíza da 1ª Vara Federal de Dourados, Raquel Domingues do Amaral, argumenta em sua decisão, proferida na quinta-feira (11), que não levou em consideração o conceito de terra tradicionalmente ocupada, "uma vez que ainda não foi noticiada a conclusão definitiva pelo Poder Executivo de qualquer demarcação na área de objeto de litígio".

A liminar estabelece um prazo de dez dias para os indígenas deixem o local. Caso contrário, a comunidade da Aldeia Tey'ikuê deverá pagar uma multa de R$ 10 mil diários.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) também foi incluída na decisão, devendo pagar R$ 100 mil diários, caso os índios permaneçam na fazenda.

Na decisão, a juíza exige que a Funai "proceda à exumação e traslado do corpo do jovem indígena sepultado na fazenda", enterrando o corpo de Denilson no cemitério de Tey'ikue, "segundo as regras sanitárias vigentes".

O coordenador substituto do escritório da Funai em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, disse que o órgão vai entrar com um recurso contra a liminar da juíza, "para assegurar a permanência da comunidade na área".

Nishijima informou sobre a existência de um grupo de trabalho, chamado Dourados-Amambaipeguá, para realizar os estudos relativos à identificação e delimitação de terras indígenas em sete cidades do estado: Dourados, Fátima do Sul, Amambaí, Juti, Vicentina, Naviraí e Laguna Carapã.

Os índios decidiram que não vão sair da fazenda e que vão recorrer da decisão da juíza. "Nós não vamos sair daqui. Não é só a questão do assassinato, a decisão da comunidade é retomar a terra dos nossos antepassados", disse Aléssio Martins. "O que foi estipulado pela juíza não é correto."

Famasul cobra do Ministério da Justiça atuação para conter violência no Campo – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 13/04/2013

O Ministério da Justiça tem a responsabilidade de atuar na resolução da questão indígena, em especial nas condutas da Fundação Nacional do Índio (Funai), que descumpre a legislação, ignorando inclusive diretrizes do Supremo Tribunal Federal (STF), nos procedimentos demarcatórios no Estado. A afirmação é do diretor financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Almir Dalpasquale, durante coletiva de imprensa motivada pela morte do produtor rural Arnaldo Alves Ferreira, 68 anos, ocorrida na tarde da sexta-feira (12).

Dono de uma pequena área, Ferreira foi amarrado e espancado por um grupo de indígenas que invadiram sua propriedade. Ferreira chegou a ser socorrido pela PM, mas morreu a caminho do hospital. Segundo informações levantadas pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF), os indígenas estavam em conflito com o produtor já há alguns dias, ameaçando invadir a propriedade.

"Há tempos buscamos a aprovação da Portaria 303 para normatizar os procedimentos demarcatórios. Quantas mortes ainda teremos? Onde vamos chegar?", lamentou Dalpasquale. A Portaria 303 determina que a administração pública federal siga as diretrizes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o Caso Raposa Serra do Sol, como por exemplo, a impossibilidade de ampliação de terras indígenas já demarcadas. A vigência da Portaria está condicionada à publicação do acórdão dos embargos declaratórios do processo Raposa Serra do Sol por parte do STF.

Durante a coletiva, o diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, destacou que ao agir de modo insubordinado em relação às diretrizes do STF, a Funai não só descumpre a legislação como cria expectativas nas comunidades indígenas, estimulando invasões e violência. Atualmente, Mato Grosso do Sul tem 54 propriedades invadidas.

Dalpasquale lamentou que o descaso tenha resultado na perda de mais uma vida e disse que a Famasul vai acompanhar as investigações e a apuração do assassinato. E destacou que a vida é um preço muito alto pela omissão do poder público. "O desenvolvimento do Centro-Oeste está ligado à expansão da agropecuária com a vinda de produtores

trazidos pelo Governo Federal, do qual muitos receberam áreas. Esse mesmo poder público não pode agora lavar as mãos diante do problema", enfatizou.

Produtor rural é morto por indígenas em Mato Grosso do Sul – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 13/04/2013

Enquanto houver omissão do Governo Federal nas questões de disputa de terras, produtores e indígenas continuarão sendo vítimas de violência. A afirmação é do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, referindo-se à morte do policial aposentado e produtor rural Arnaldo Alves Ferreira, 68 anos, assassinado por um grupo de indígenas no final da tarde desta sexta-feira (12), em Douradina, MS.

Dono de uma pequena propriedade, o produtor foi amarrado e espancado por um grupo de indígenas que invadiram sua propriedade, nas imediações do distrito de Lagoa Rica. Ferreira chegou a ser socorrido pela Polícia Militar, mas morreu a caminho do hospital. Segundo informações do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), os indígenas estavam em conflito com o produtor já há alguns dias, ameaçando invadir a propriedade.

"O incentivo às invasões e o descaso das autoridades torna produtores e indígenas vítimas de uma situação que gera insegurança e violência no campo e envergonha o País, um dos maiores produtores de alimentos do mundo", lamenta Riedel, manifestando-se da China, onde acompanha missão do governo estadual. "Enquanto o governo federal continuar tolerando as invasões como instrumento de pressão política, sem uma postura severa de punição por um ato constitucionalmente ilegal, continuaremos presenciando esse cenário lamentável de desrespeito, vitimando pessoas que estão na legítima defesa de sua propriedade", sentenciou.

PM é assassinado com flechada e golpes de facão em MS. Paulo Yafusso – O Globo, País. 13/04/2013

Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, foi morto na aldeia indígena Lagoa Rica, em Douradina, região sul do Estado

Índios haviam prestado queixa contra policial por agressão

CAMPO GRANDE (MS) — O policial militar aposentado Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, foi morto na tarde de sexta-feira por um grupo de índios guarani-caiová do assentamento Lagoa Rica, localizado em Douradina, a 190 quilômetros de Campo Grande.

O policial tinha uma propriedade ao lado da área indígena. De acordo com o delegado regional de Dourados, Carlos Videira, o proprietário rural havia instalado cerca elétrica em sua propriedade por conta dos problemas que vinha enfrentando com os índios, e nesta semana, ele agrediu com golpes de facão dois deles que estavam perto da cerca.

Os índios prestaram queixa à polícia e no final da manhã de sexta-feira Arnaldo Ferreira recebeu dos policiais a intimação para prestar depoimento. Segundo o delegado Videira, ele teria se irritado e, armado, foi sozinho ao assentamento indígena. Lá, foi rendido, amarrado e agredido pelos índios com golpes de flecha e facão. A polícia foi avisada já no final da tarde, por um índio da comunidade e uma equipe foi até o local já com uma ambulância.

Quando a polícia chegou ao local, o PM aposentado ainda estava amarrado e muito ferido. Ele foi colocado na ambulância, mas morreu antes de chegar ao hospital. De acordo com o delegado regional, a arma do ruralista estava com todas as munições deflagradas, mas não se sabe se foi ele ou os guarani-caiová que fizeram os disparos.

O indígena João da Silva, de 51 anos, foi preso em flagrante e está isolado em uma das celas da delegacia, por questão de segurança. Ele disse que outros três índios participaram das agressões ao ruralista, e agora a polícia está tentando localiza-los e prendê-los.

Os indígenas e a Polícia Militar afirmam que o produtor rural atirou e um dos disparou feriu a orelha de João da Silva. Carlos Videira afirmou que não há comprovação de que o policial aposentado tenha atirado, pois o ferimento no indígena preso aparentemente teria sido provocado por uma coronhada. "Só a perícia poderá apontar quem atirou", afirmou o delegado.

A Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) afirmou que o crime é resultado de uma situação que se arrasta há anos na região sul do Estado, de conflito entre índios e fazendeiros. Em entrevista coletiva na manhã deste sábado, o diretor da Famasul, Almir Dalpasquale, cobrou ações do Ministério da Justiça.

Apocalipse 2013. Kátia Abreu - Folha de São Paulo, Mercado. 13/04/2013

"A água de beber está sendo racionada no Recife dos rios cortados de pontes. Dois terços do território de Pernambuco são quase um Saara. Os efeitos da seca do sertão já alcançaram o agreste, a zona da mata, o verde litorâneo. A caatinga está desnuda.

A produção de cana de açúcar está reduzida em 30%, a de milho, feijão e mandioca, em quase 100%. O rebanho bovino foi diminuído em quase 40%, e o caprino-ovino, ainda mais. A fábrica da Coca-Cola em Suape parou de produzir por falta d'água.

Fazendeiro que teima em resistir já comprou seu rebanho duas vezes, pois o que hoje vale seu gado já lhe custou o dobro em ração, e os animais continuam morrendo de fome. A praga da cochonilha destrói as palmas forrageiras."

Esse texto não é fantasia inspirada no "Livro Revelação" do apóstolo João, do Novo Testamento, nem tampouco uma narrativa delirante. É o relato do agrônomo e fazendeiro pernambucano Pio Guerra, publicado no "Diário de Pernambuco", para leitores que não apenas testemunham mas sentem na carne o que está descrito.

E não houve quem julgasse o autor exagerado. Suas palavras calaram fundo, pela responsabilidade e pela qualificação desse sertanejo que preside a Federação da Agricultura de Pernambuco.

Há um século e meio, Euclides da Cunha calculava que a crueldade da seca --essa mesma que hoje maltrata 30 milhões de nordestinos- se repetia a cada período de 11 ou 13 anos. Quem se dá ao trabalho de ler documentos e diagnósticos sobre a seca no Brasil se vê perplexo diante da constatação de que já conhecia grande parte do material produzido desde 1690, quando têm início registros da série histórica do fenômeno.

Triste sinal da convivência rotineira com histórias de seca e dor, embora não se trate de fatalidade, mas de questão equacionável. Não por tentativas de trapacear o "jogo da chuva", ignorando a meteorologia dos trópicos, que, nos melhores anos, faz cair 91% das águas no primeiro semestre.

Soluções existem. Falta a mobilização nacional que reverta esse processo sazonal de devastação, inaceitável no atual estágio do país. Hoje temos pesquisa tecnológica, planejamento econômico e políticas públicas adequadas à situação regional.

São instrumentos capazes de reverter "a favor", como concluiu nos anos 1930 do século 20 o holandês Von Thilling, depois de longa visita à região.

"Bendita a terra onde não chove...", disse o holandês. Evidentemente, e porque estava próximo ao rio São Francisco, acrescentou: "...Mas onde existe água para irrigação".

Não repitamos, nem naturalmente desdenhemos, ações anteriores inspiradas por secas e que se mostraram ineficazes.

No início, foi a retórica do imperador d. Pedro 2º, prometendo vender, se necessário, "a última joia da Coroa". Desde então, a história demonstra que secas avassaladoras inspiraram supostas soluções definitivas.

O Banco do Nordeste foi o subproduto da terrível seca de 1952. Nova estiagem, seis anos depois, fez Juscelino Kubitschek projetar a Operação Nordeste.

E, inspirado por Celso Furtado, JK concebeu a Sudene. Ao lançar, confiante, a nova Superintendência no estio de 1957, Juscelino discursou: "Esta é a última seca que assola o Nordeste".

As repetidas estiagens ajudam a explicar a longevidade do Departamento Nacional de Obras Contra Secas, criado em 1909. Estudos do engenheiro Jean Saraiva mostram que os governos destinaram ao Dnocs o total de US$ 22 bilhões em valores atuais.

Mas ele calcula que só a metade tenha chegado efetivamente à região, para acudir o sertanejo. O restante foi consumido no custeio do próprio Dnocs, que chegou a ter 13 mil funcionários. Um exagero que só reforçou o discurso da "indústria da seca".

Assim, contam-se séculos em que o homem do sertão figura como um predestinado à miséria, sem direito a futuro. Deixo, aqui, um convite à reflexão. O sertanejo é, antes de tudo, um forte, como disse Euclides da Cunha. Mas há muito está exausto, e, hoje, a tarefa de mudar a saga eterna de seca e sofrimento é de todos os brasileiros.

Requião vê 'canalhice' de Globo e Veja na cobertura sobre os portos. Roberto Requião – Carta Maior, Política. 13/04/2013

Em discurso, senador Roberto Requião (PMDB-PR) diz que mídia "faz cruzada pela desmoralização do porto público, para justificar a privatização e desnacionalização". Ele também critica o novo marco regulatório dos portos, que "resultará na inviabilização dos portos públicos e na desnacionalização absoluta da nossa logística".

"Nada mais parecido com um saquarema que um luzia no poder." A frase foi dita por Holanda Cavalcanti, para designar a ausência de diferenças de fundo e essência entre o Partido Conservador, os saquaremas, e o Partido Liberal, os luzias.

Esta constatação, feita no século XIX, ganha absoluta atualidade à medida que o governo avança suas propostas para a infraestrutura. Avança propostas na direção errada, sob inspiração errada e aconselhamento errado. Avança na privatização e desnacionalização da infraestrutura brasileira, na submissão do país aos interesses do grande capital.

O Estado brasileiro fez recentemente um balanço da privatização das ferrovias levada a cabo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. E concluiu que a privatização foi um ribombante fracasso. Essa conclusão é do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União e do Ministério dos Transportes e do Senado Federal.

E quem formatou o fracassado modelo de privatização das nossas ferrovias no governo neoliberal de Fernando Henrique? O senhor Bernardo Figueiredo, conhecido agente duplo, cidadão público-privado, flex.

Foi por considerar Bernardo Figueiredo um dos responsáveis pela tragédia do nosso transporte ferroviário que o Senado rejeitou a sua recondução para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Como reagiu o governo à reprovação de Figueiredo? Reagiu da pior forma possível, alçando-o à presidência da recentemente criada EPL – Empresa de Planejamento e Logística, colocando em suas mãos 133 bilhões de reais para privatizar rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e tornar possível o absurdo projeto do trem-bala.

Como verdadeiro Percival Farcquar do século XXI, testa de ferro de interesses privados, daqui e de fora, Bernardo Figueiredo, assim que nomeado para a EPL, passa a viajar o mundo, reunindo-se com banqueiros internacionais.

Em conjunto com outros membros do governo, promove elegantes "road shows" nas principais capitais mundiais para "vender o Brasil": ele, em Nova Iorque, e a até então discreta Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, em Londres.

Na verdade, Bernardo Figueiredo foi à banca internacional definir com os banqueiros o modelo da nova privatização da infraestrutura brasileira, esta que agora o governo leva adiante.

Mas, por ora, deixemos Figueiredo de lado, que outro assunto revela maior premência: a Medida Provisória em trâmite no Congresso Nacional, a MP 595, a famigerada MP dos Portos.

Como à época da campanha da mídia e dos neoliberais pela destruição da Rede Ferroviária Federal e privatização da malha ferroviária brasileira, os portos públicos sofrem hoje um bombardeio terrível. A Globo e a Veja lideram a tropa de choque.

Praguejam contra o "Custo Brasil" e pedem em uníssono a privatização dos portos. O governo atende e a Globo e a Veja elogiam o governo, pelo seu pragmatismo, sua adesão à racionalidade, à eficiência, à "redução do Custo Brasil".

Nada mais se parece com um saquerema que um Luzia no poder!

O neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso não nos considerava um país, mas um mercado. Um mercado integrado a outros mercados do mundo. Sem cidadania, sem história, sem passado, sem futuro, um mercado em que somos considerados apenas consumidores. Essa visão fez com que os portos brasileiros ficassem naquele momento sob compromisso de privatização.

No Porto de Paranaguá, o governo Fernando Henrique e o governo Lerner estabeleceram um convênio de delegação que garantia que o porto seria privatizado em seis meses. Eu assumi o governo e paralisei o processo. Investi no porto, reorganizei sua administração, combati os interesses que o submetiam, resgatei seu caráter público.

Travei uma dura guerra em defesa do porto. O Porto é a entrada e a saída do país. Do Porto de Paranaguá depende a nossa economia, o desenvolvimento de setores da nossa indústria, de regiões do meu estado e do nosso país.

Pensei que com a eleição do meu amigo Lula e, depois, da presidente Dilma, estaríamos livres da burrice fundamentalista da submissão à cobiça e à internacionalização do Brasil.

Pensei também que não teria mais que sair a campo para lutar contra a destruição e privatização do Porto de Paranaguá.

Afinal, ouvi da própria presidente Dilma, quando Ministra da Casa Civil e pré-candidata à Presidência, que o Porto de Paranaguá era um exemplo de eficiência e racionalidade.

E era, mas não quando eu assumi o governo. O Porto de Paranaguá não tinha dinheiro em caixa, os pátios eram espaços de exploração infantil, o lenocínio tomava conta e o Porto não tinha receita.

Os grandes graneleiros dominavam o porto e a economia do Estado não respirava mais, não tinha como importar, nem exportar, porque o porto só se dedicava a exportar grãos das grandes empresas e das trades internacionais do agronegócio.

Mesmo os pequenos produtores tinham que vender para as grandes porque não tinham lugar no Porto para exportar.

Tive que estabelecer cotas, criei e recriei a exportação das multicargas (madeira, congelados, automóveis…), porque a alguns setores da economia que precisam exportar para crescer. Se o porto fecha, estrangula a economia.

E fui atacado duramente pela grande mídia. Mas resisti e reorganizei o porto de Paranaguá. Em 2003, recebemos o Porto com menos de 40 milhões reais em um fundo informal para custear dragagens e, no término do meu segundo governo, em 2010, deixamos o caixa com um saldo líquido de 450 milhões de reais, mesmo tendo realizado diversas obras de infraestrutura, a dragagem do canal de entrada do porto, a pavimentação em concreto das vias de acesso, a construção de novos terminais.

E acabei com as filas de caminhões. Fazia dez anos que a safra era colhida e imediatamente colocada em caminhões em direção ao porto, à espera de um negócio; e o caminhoneiro ficava na estrada, privado de tudo. Eu acabei com isso. Exigi agendamento. Só podia ir à estrada o caminhão que tivesse navio agendado. Acabou a fila.

À medida que as nossas iniciativas iam melhorando o porto público, passei a ser atacado duramente pela Rede Globo. A Globo colocou o Pedro Bial e a Miriam Leitão no ar para me atacar, por meio de imagens de arquivo e informações absolutamente mentirosas. Imagens de arquivo de filas de caminhões, que não existiam mais.

Era a mídia já então na cruzada pela desmoralização do porto público, para justificar a privatização e desnacionalização. A mesma Globo que, agora, elogia ministros do governo por sua "racionalidade e visão de futuro" quando defendem um novo marco regulatório que resultará na inviabilização dos portos públicos e na desnacionalização absoluta da nossa logística. Meu Deus!

Pois bem. Sejamos claros. Esta medida provisória é uma jabuticaba com recheio de nitroglicerina. O modelo proposto destoa do padrão mundial. O comércio marítimo, do qual o sistema portuário é parte, tem experiência mais de cinco mil anos. Em razão deste milenar percurso de amadurecimento, os portos mais importantes do mundo, nos países mais importantes do mundo são públicos. O padrão vigente no mundo é o de portos públicos operados pelo setor privado. Exatamente como é o modelo brasileiro atual

O modelo que o Brasil adotou com a Lei n. 8.630 de 1993, é o modelo Landlord Port ou porto proprietário da terra, em que o governo, por meio da Autoridade Portuária, administra a infraestrutura, responsabilizando-se pela gestão portuária (berços de atracação e desatracação de navios, píeres, dragagem no canal de acesso ao porto e mais). À iniciativa privada cabem os investimentos na superestrutura portuária (armazéns, prédios, guindastes, etc.)

É o modelo predominante no mundo. Holanda, Bélgica, Alemanha, Espanha e USA, para citar apenas alguns países. Só há dois países de portos totalmente privatizados: os da Inglaterra, por obra e graça da Margaret Thatcher, e os da Nova Zelândia, e nenhum dos dois figuram em quaisquer estatísticas de eficiência portuária mundial. O Banco Mundial critica o modelo inglês pela dificuldade de se pensar e executar o planejamento estratégico do setor portuário e a intermodalidade no país.

O mundo sabe que os portos constituem ativos estratégicos que requerem planejamento de médio e longo prazo para funcionar com eficiência, para que toda a sociedade possa se beneficiar dos seus resultados.

Por que, então, os sábios funcionários do governo resolvem parir esta jabuticaba?

Tenho ouvido com atenção os argumentos para justificar a Medida Provisória e a mudança do modelo. E quanto mais ouço mais me convenço de sua improcedência.

Dizem que o novo modelo reduzirá o tal "Custo Brasil", trará maior eficiência e racionalidade ao sistema portuário e competitividade aos produtos brasileiros no comércio exterior.

Não! Nada disso! Ocorrerá exatamente o contrário!

Primeiramente, esclareçamos: esta MP visa o comércio marítimo de contêineres. O comércio de granéis, no modelo atual, já pode perfeitamente ser movimentado em Terminais de Uso, os TUPs, por quem necessite verticalizar sua cadeia de produção, o que é feito por grandes empresas, como a Petrobrás, Vale, Cargill, Bunge e outras.

E quanto às terríveis filas no Porto de Santos, na época de colheita, todos sabemos que se deve à falta de armazenamento suficiente nas regiões produtoras e nos terminais graneleiros e à perversa matriz de transportes terrestres brasileira – na qual produtos de baixo valor agregado, como a soja e o milho, são transportados por caminhões, ao invés

de trem. No caso de Santos, as filas persistem porque o porto não adotou ainda a exigência de agendamento de navio, para os caminhões que se dirigem ao porto, como nós fizemos em Paranaguá.

Ainda sobre os granéis, é evidente que sempre haverá alguma concentração de navios em época de safra. A sazonalidade da produção e do comércio torna irracional e improdutivo construir estruturas gigantescas que ficarão ociosas boa parte do ano.

Logo, o alarido da grande mídia sobre as filas não me comove, nem me engana, como não deve enganar os demais senadores da República. É de uma canalhice absoluta a relação que a Globo e a Veja estabelecem entre as filas de caminhões no Porto de Santos em época de safra e uma suposta falência do modelo brasileiro de portos públicos, para justificar a privatização absoluta dos nossos portos. Alhos com bugalhos. Só se engana quem quer.

As soluções para os problemas do escoamento da safra passam por aumento da armazenagem no interior e nos portos, mudança da matriz de transportes terrestres e gerenciamento inteligente e racional dos portos. Tudo isso é possível fazer no atual modelo portuário. Nada disso exige que o modelo seja destruído, como quer a MP.

Então, como vemos, é do comércio de contêineres que devemos nos ocupar na análise da MP 595. Aliás, o senador Eduardo Braga, relator da MP, reconhece que o foco é o comércio por contêineres.

E aí é que reside o aspecto crítico da MP para a economia nacional, porque o comércio por contêineres é o que afeta mais diretamente a produção industrial. Os prejuízos que o novo modelo trará, se adotado, reforçarão o perfil primário-exportador da economia brasileira.

No caso dos contêineres, o comércio internacional pelo mar é controlado por grandes armadores internacionais, os donos de frotas de navios, como a Maersk, Hamburg Sud, MSS, MAS, Grimaldi. Dez empresas dominam 70% da navegação de longo curso. São eles que estabelecem o porto que será utilizado para a importação ou exportação – sempre lembrando que estamos falando de comércio por contêineres, já que nos granéis a situação é diversa.

São os armadores, também, que fixam o preço da operação, estabelecendo a venda casada do frete marítimo com a movimentação no terminal. E, como são oligopólios, fixam o preço com base na lógica ditada pelo mercado e não com base em custos.

Do valor recebido do exportador ou pelo importador pela movimentação no terminal portuário, o armador paga ao operador apenas uma parcela, que varia entre 50% e 60%.

Logo, é conversa mole neoliberal a afirmação de que uma eventual redução do custo da operação nos terminais implique automaticamente em redução do chamado “Custo

Brasil", uma vez que a lógica econômica é de que o armador, por sua posição dominante, se aproprie deste ganho de produtividade e não o exportador/importador.

Ou seja, a medida provisória não reduzirá os custos de movimentação portuária para os exportadores e importadores brasileiros. Apenas aumentará o lucro dos armadores, que estão no topo da "cadeia alimentar" da logística de transporte marítimo mundial.

Com isso, cai por terra o principal argumento que sustenta a MP. A lógica da MP é a de que um proprietário de carga, um exportador, terá à sua disposição dezenas ou centenas de operadores portuários competindo ferozmente por sua carga, o que faria com que o preço pela operação fosse reduzido por esta competição de vida ou morte. Escolhido pelo exportador um operador portuário, o exportador ou operador escolheria então um armador, o qual encaminharia um navio ao porto escolhido pelo exportador. Raciocínio primário, grave equívoco.

Na realidade é a escala o determinante. Os navios atracam nos portos em que seja maior a quantidade de carga a ser movimentada, porque com isso, os armadores otimizam os seus ativos (navio, tempo, combustível, pessoal etc).

Posso dar um exemplo. No Paraná, em Curitiba, temos uma montadora de automóveis da Volvo. Quem conheça minimamente a geografia, imaginará que o porto utilizado pela Volvo para as operações de comércio, entre a matriz sueca e a unidade paranaense, seja o Porto de Paranaguá, distante 100 quilômetros da fábrica brasileira.

Mas não. A Volvo utiliza o porto do Rio de Janeiro. Por que? Escala! O volume de comércio com a fábrica paranaense não justifica que o navio se desloque até Paranaguá.

Ah! Os sábios formatadores desta incrível MP!

Aproveito este exemplo da Volvo para apontar outro grave erro, outra premissa falsa. O discurso dos que a formataram é que o novo modelo provocará um choque de oferta de movimentação portuária e de transporte marítimo, em decorrência da competição decorrente da abertura de dezenas ou centenas de terminais em portos privados, e que isso levará a uma queda de preços na operação.

Não é verdade. Esta afirmação pouco inteligente desconhece, fundamentalmente, que é a escala que faz com que os preços de operação portuária sejam menores. E não a competição entre centenas de terminais.

Seria interessante se os sábios que formataram a MP revelassem em que país, em que lugar do mundo, se dá esta realidade que a privatização dos portos teria o condão de magicamente criar no Brasil.

Este lugar, se existir, não é no Planeta Terra. Neste nosso planeta, a realidade é outra. Os 100 maiores portos do mundo têm de um a três operadores. Pela razão óbvia de que

é a escala o determinante para a redução de custos da operação portuária e não uma cerebrina e inexistente competição entre centenas de operadores.

Sim, pode alguém me perguntar, então os portos públicos brasileiros são perfeitos?

Não. Os portos públicos, como tudo mais na infraestrutura brasileira, precisam ser melhorados. No caso dos contêineres é preciso melhorar os acessos terrestres aos portos, reduzir a elevada burocracia, inclusive aumentando o horário de funcionamento dos órgãos anuentes – Receita, Vigilância Sanitária – e aumentando a coordenação entre eles.

É preciso enfrentar o problema das tarifas portuárias elevadas que são cobradas pelos donos dos navios (armadores) ao importador/exportador, ampliar os berços de atracação e a dragagem para fazer face aos navios gigantes que começaram a vir para o Brasil.

Em 1993, quando foi editada a Lei 8.630, os navios que atracavam nos portos brasileiros transportavam 1,5 mil contêineres. Em 2011, entre 3 e 5 mil contêineres. Em 2012, começaram a chegar navios com 8 mil contêineres. O maior navio porta-contêineres do mundo pode transportar de 11 a 15 mil contêineres.

No caso do granel, é preciso enfrentar a insuficiência de silos nas áreas de produção e nos terminais de grãos, os elevados custos da logística terrestre, decorrente dos pedágios rodoviários, da inexistência de ferrovias e da leniência da ANTT na fiscalização das concessionárias ferroviárias privadas.

Mas, se não é verdade que os portos públicos sejam ilhas de excelência – e nem poderiam ser num país com deficiências graves na infraestrutura – é uma grande mistificação afirmar que seja o modelo de portos públicos o responsável por um "estrangulamento da economia", como vociferam a Globo e a Veja e afirmam irresponsavelmente autoridades do governo federal.

Este alarmismo é uma cortina de fumaça para nos empurrar à privatização e à desnacionalização absoluta dos nossos portos.

O secretário de Portos da Presidência, José Leônidas Cristino, um dos membros da troika do governo, veio ao Congresso para tentar nos amedrontar, na esteira do alarido alarmista da grande mídia. Disse o secretário que sem a MP aprovada os portos terão que recusar cargas em alguns anos.

Tenho uma proposta de solução para o problema. Diante desta incrível confissão de incompetência e de incapacidade de planejamento e gestão de parte do Secretário de Portos, a presidente Dilma, para evitar o mal anunciado, deveria agir prontamente, demitindo o secretário e estabelecendo uma política de fortalecimento do sistema portuário nacional. E não mandar para o Congresso uma medida que destruirá os portos públicos encarecerá as tarifas, debilitará a possibilidade de planejamento estratégico e enfraquecerá a soberania nacional.

Deveria trocar o secretário e proibir o novo secretário de segurar o crescimento dos portos públicos, ordenando que desengavetasse os projetos para a expansão dos terminais de contêineres e de grãos nos portos brasileiros. A mesma ordem deve ser dada aos engavetadores da ANTAQ, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Chamo a atenção do Senado para três fatos inquestionáveis, ocorridos entre 2002 e 2011:
1º) a corrente de comércio exterior brasileiro cresceu de US$ 100 bilhões para US$ 480 bilhões;
2º) a movimentação de contêineres cresceu de 2 milhões para 5,3 milhões e;
3º) o Brasil teve crescimento, no comércio exterior, período 2009/2011, maior que a China e muito maior que os Estados Unidos e Alemanha. É bom lembrar que 95% do comércio exterior brasileiro se dão através dos portos.

Vejam, senhoras e senhores senadores, que o quadro real está longe daquele que a gritaria da grande mídia estabelece e reverbera o nosso pusilânime Leônidas que, diferente do Leônidas espartano, não se coloca em marcha para defender sua pátria.

Antes, apressa-se entregá-la à cobiça estrangeira.

A conclusão decorrente do diagnóstico equivocado a que a presidente Dilma está submetida pela indefectível troika privatista é que é preciso permitir a construção de terminais privados para prestar o serviço público de operação portuária.

Diante do diagnóstico equivocado e da conclusão equivocada, a MP 595 revoga a Lei 8.630/93, a chamada Lei dos Portos, e inventa um novo marco regulatório que não existe em parte alguma do Planeta. E, como sempre acontece quando se propõe algo que é ruim para o país e o povo, promete-se um mundo de bonança e riqueza, em que correm leite e mel. Para privatizar as ferrovias, Bernardo Figueiredo, à época funcionário do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, fez as mesmas promessas.

Resumindo, ao invés de fazer o que todo país soberano faz, que é fortalecer o porto público e suas estratégias de desenvolvimento, a MP enfraquecerá os portos públicos e entregará sua estratégia de desenvolvimento aos armadores internacionais e seus interesses comerciais.

Pois bem. Diz a troika privatista que a MP 595 não é uma medida privatizante. Diz que os portos públicos não serão privatizados.

Balela. Conversa mole.

Hoje, os portos são públicos e a operação é privada, selecionada mediante licitação. Estamos aqui diante de um processo de privatização que se confunde com a desnacionalização dos portos brasileiros. Desnacionalização! Esta é a palavra-chave para compreendermos a essência desta MP.

O negócio portuário constitui um monopólio natural: demanda investimentos de grande porte para ser eficiente, o que impõe uma barreira de entrada, limitando o número de participantes, e a necessidade de o Estado garantir tais investimentos.

O fato de ter como contrapartida o aproveitamento de economias de escala, em que os custos fixos se diluem à medida que aumenta a movimentação, e que, dentro de sua área de influência, os usuários do serviço não tenham outras opções, também denota sua feição monopolística.

Aqui reside também a importância do papel do Estado como agente regulador que garanta tarifas módicas e tratamento isonômico aos usuários, sejam estes grandes ou pequenos exportadores / importadores, como eu fiz em Paranaguá no meu governo. Quando assumi, o porto era dominado por grandes exportadores e a economia estava estrangulada.

Objetivamente, os nossos portos precisam ser equipados com dragagem, berços de atracação e equipamentos para receber os navios supercargueiros. Não se imagina, ingenuamente, que a dimensão da economia brasileira, especialmente no que se refira a cargas conteirenizadas, comporte tantos portos de grandes dimensões. Evidentemente não.

Por isso, sejamos claros: à medida que a política de fortalecimento dos portos públicos seja abandonada em favor da política de entrega dos portos ao livre jogo dos interesses dos oligopólios e monopólios, os megaportos privados vinculados aos grandes armadores tornarão irrelevantes os portos públicos, que minguarão, entrarão em crise, fortalecendo o discurso neoliberal da incompetência do Estado e da eficiência do mercado.

Logo, o que esta vergonhosa MP provocará – e não como efeito colateral imprevisto ou indesejado, mas como realização de um desiderato dos seus autores e beneficiários – é o enfraquecimento e a quebra dos portos públicos.

E como justificam os formatadores da MP sua opção pela privatização e desnacionalização dos portos, ao invés do fortalecimento da estrutura portuária pública para atração de investimentos privados?

Dizem que não há outra saída! E isso por duas razões: o Estado não tem como financiar os investimentos e o Estado é mais incompetente que a iniciativa privada.

Nada mais se parece a um Saquarema que um Luzia no poder! É incrível – e triste! – ouvir de petistas esta cantilena fundamentalista neoliberal!

Ora, o Estado tem uma capacidade de financiamento muito maior que qualquer empresa privada. Além disso, ao fim e ao cabo, é o Estado, via BNDES, que financia as privatizações, como vimos no caso das ferrovias, apenas para ficar num exemplo.

O BNDES não apenas financia como acaba participando da composição acionária das concessionárias, assim como os fundos de pensão das empresas estatais. Logo, o argumento da falta de recursos não se sustenta. É desonesto.

Por outro lado, este modelo privatista e desnacionalizante que se quer introduzir através da MP acabará por arrebentar a possibilidade de planejamento do Estado e imporá demandas incontroláveis por construção de infraestrutura de transporte terrestre (rodovias e ferrovias) para que as cargas cheguem e saiam dos portos privados. Logo, haverá um aumento brutal e uma dispersão de recursos públicos e não economia deles, como irresponsavelmente propagam os novos arautos da privatização.

O outro argumento é o da incompetência do Estado para realizar as obras de ampliação das instalações portuárias necessárias ao aumento da capacidade de movimentação dos portos. Não procede. As obras não serão feitas pelo Estado e sim por empresas privadas, contratadas mediante licitação.

Diante deste quadro de terríveis consequências para a independência, a soberania e o desenvolvimento do Brasil, uma pergunta se impõe: esta loucura em que consiste a MP é inevitável? O Brasil não tem mesmo outra saída, como querem nos convencer os Bernardos Figueiredos, Leônidas, Gleisi Hoffmann, Veja, Globo, et similes?

Confesso que minha inteligência não alcançou a explicação dada pela ministra Gleisi, quando veio ao Congresso para justificar a MP. Disse ela que o PAC permitiu investimentos públicos com participação privada, mas não permitiu parceria com o privado. A questão é, então, ideológica: é uma questão de honra implantar, a todo custo, as PPPs? As PPPs são, então, um estágio superior de relacionamento entre o público e o privado?

Nada mais se parece com um saquarema que um luzia no poder! Senhores senadores, senhoras senadoras: Quid prodest? A quem aproveita?

Os portos privados que surgirem no novo modelo estarão ligados a empresas multinacionais de navegação marítima, integrantes de grandes grupos internacionais, as quais dominarão a logística portuária, estabelecerão preços artificialmente baixos (dumping), transferindo os custos para os demais itens do preço da operação completa (frete etc) e, com isso, quebrarão os portos públicos que estejam na sua área de influência.

E então, quando já tiverem a logística portuária sob seu controle e os portos públicos quebrados, os oligopólios estabelecerão suas condições e seus preços ao país, aos produtores, exportadores e importadores brasileiros.

Isso acarretará elevação dos fretes, aumentando nosso déficit na balança comercial de fretes, que de US$ 1,6 bilhões em 2003 alcança agora US$ 8,7 bilhões. Claro que isso aponta para o mal que faz ao Brasil não possuir uma frota de navios brasileiros para o comércio internacional.

Para que ninguém me imagine possuído por um nacionalismo exagerado, menciono o "Ato de Navegação", promulgado na Inglaterra, em 1651, pelo governo puritano de Oliver Cromwell, que estabelecia que todas as mercadorias importadas por qualquer país europeu fossem transportadas por navios ingleses ou de seus próprios países.

Posteriormente, em 1652, especificou-se que, pelo menos, três quartos da tripulação dos navios deveriam ser britânicos. Esta lei provou forte reação dos Países Baixos, que até então obtinham grandes lucros com o comércio marítimo inglês. Em consequência, os países mergulharam nas Guerras Anglo-Holandesas, que terminou com a vitória britânica, em 1654, marcando o início efetivo da hegemonia marítima britânica.

Mas, afinal, Quid prodest? A quem aproveita esta medida provisória?

Esta medida provisória foi lançada às pressas para impedir que o TCU julgasse o processo TC-015.916/2009-0. No dia, no momento mesmo do julgamento, a Casa Civil teria solicitado a retirada do processo de pauta, porque uma medida provisória estaria sendo publicada. E foi. Esta malfadada MP 595!

E em que consiste a decisão do TCU que a Casa Civil tentou evitar que fosse proferida? Quem e a que interesses buscou a Casa Civil proteger?

A decisão do TCU determinava à leniente ANTAQ que, em noventa dias, licitasse os terminais das empresas que mantinham ilegalmente portos privativos transportando cargas de terceiros em Cotegipe (Bahia), Portonave (Itajaí-SC), Itapoá (SC) e Emprabort (Santos-SP).

Segundo o TCU, as outorgas destas empresas eram ilegais, porque os terminais foram autorizados pela ANTAQ como privativos, mas operavam principalmente cargas de terceiros, caracterizando prestação de serviço público, o que exigiria prévia licitação. E a leniente ANTAQ nenhuma providência tomava.

Dos 114 terminais privativos em operação no país, sete são exclusivos e 107 mistos. Os terminais mistos transportam carga de terceiros, prestando ilegalmente serviço público, em afronta aberta à Lei dos Portos de 1993 e ao Decreto do Presidente Lula, que em 2008 tentou botar ordem na bagunça, condicionando a autorização de instalações privativas mistas quando a movimentação das cargas para terceiros tivesse caráter subsidiário, eventual e da mesma natureza da carga própria, para aproveitar algumas janelas no grosso da movimentação da carga própria. O relatório do TCU mostra que a Portonave (do grupo Triunfo), por exemplo, escoava 3% de cargas próprias e 97% de terceiros, em frente ao Porto de Itajaí.

Está, portanto, respondida a pergunta sobre os beneficiários da apressada medida provisória, cuja publicação visou impedir que o TCU julgasse ilegal o funcionamento de portos de uso privativo que prestavam serviço público e condenasse a leniência e conivência da ANTAQ.

E, assim, editada a MP acabou a ilegalidade e foi para o lixo o Decreto 6.620/2008 de Lula. Com isso, está liberada a temporada de caça aos portos públicos. Com a MP, Portonave pode quebrar Itajaí, Itapoá pode quebrar São Francisco, Pontal do Paraná pode quebrar Paranaguá, Embraport pode quebrar Santos e o porto do Açu, do mago Eike Batista (hoje sob gestão do banco BTG), pode quebrar os portos do Rio de Janeiro e de Vitória.

Observem, senhores senadores, que não estou falando que os novos portos privados competirão com os portos públicos. Digo que enfraquecerão e, no limite, quebrarão os portos públicos. Não há competição em setores da economia que se constituem, como é o caso, em monopólios naturais. Esta MP conduzirá a isso: quebradeira dos portos públicos e desnacionalização das portas de entrada e saída do país.

Senhores senadores, senhoras senadoras, "a pior cegueira é a que acomete os que têm por dever ser os olhos da República", ensina-nos o Padre Antonio Vieira, no Sermão do Quinta-Feira da Quaresma, em Lisboa, no Ano da Graça de 1669.

Ensinamento atual!

Estamos diante de um escândalo de grandes proporções. Caso o Congresso Nacional não se esperte, caso não acorde para cumprir o seu dever de casa de representantes do povo e da Federação, esta legislatura passará a ser conhecida como a legislatura Joaquim Silvério dos Reis, devendo receber, merecidamente, o desprezo dos nossos concidadãos por este opróbrio.

Lamento que esta medida seja encaminhada pelo nosso governo. Mas isso não aprisiona a minha consciência. Estou aqui para servir ao Brasil. Sou contra esta medida. E espero que os meus colegas senadores também digam não à privatização e à desnacionalização dos nossos portos.

São Desidério sonha em ver ferrovia ativa. Nelson Barros Neto – Folha de São Paulo, Mercado. 14/04/2013

Promissor na agricultura, o município de São Desidério espera a conclusão da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), projeto orçado em R$ 2,4 bilhões.

A obra, considerada essencial para o agronegócio do oeste baiano, ligará a cidade de Figueirópolis (TO) --município que fica na linha da ferrovia Norte-Sul-- ao porto de Ilhéus (BA), em 1.527 km de extensão.

As obras começaram em março de 2011, mas pararam por problemas técnicos e ambientais. A conclusão do primeiro trecho, prevista para junho de 2014, foi adiada para dezembro de 2014.

"A ferrovia reduziria o custo do frete. Sem ela, temos limite para o crescimento da região", diz o produtor de algodão Walter Horita, do grupo Horita.

Há 29 anos, Horita e dois irmãos trocaram o Paraná pela Bahia. Começaram com 1.200 hectares e hoje administram 60 mil hectares.

Baiano, o novo ministro dos Transportes, César Borges (PR), assumiu o cargo no início do mês prometendo resolver os problemas.

"A Ferrovia de Integração Oeste-Leste é uma das nossas prioridades, talvez a mais importante", disse o ministro aos baianos.

Em 10 anos, programa de cisternas fez menos da metade do que prometeu. Letícia Lins – O Globo, País. 14/04/2013

Meta era um milhão até 2008; ao todo, foram entregues pouco mais de 419 mil

CUMARU (PE) — Resultante de uma das maiores mobilizações da sociedade civil contra a seca, o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), lançado há dez anos, ainda não conseguiu atingir sua meta, que deveria ter sido alcançada em 2008 e ajudaria a amenizar os impactos da maior estiagem dos últimos 50 anos. De acordo com levantamento da Articulação do Semiárido (ASA), rede formada por organizações da sociedade civil que coordenam o projeto com apoio do governo federal, elas somavam 419.178 até fevereiro deste ano, beneficiando cerca de 2,1 milhões de pessoas.

O programa, que conta com doações da iniciativa privada, depende principalmente do governo federal. E, segundo a ASA, foi justamente a inconstância dos repasses públicos que causou atraso no P1MC.

Em 2011, o governo federal lançou iniciativa própria para acelerar a construção de cisternas: o programa Água Para Todos. Desde 2011, no entanto, dos R$ 2,9 bilhões previstos para serem gastos até 2014, apenas 28% foram investidos e 270 mil reservatórios de água entregues. Mesmo assim, o Ministério da Integração Nacional afirma que, até o fim do mandato da presidente Dilma Rousseff, entregará 750 mil equipamentos.

Além de sofrer com atrasos, as iniciativas de entrega de cisternas à população ainda enfrentam outro problema: a rejeição de moradores e de algumas prefeituras a um dos tipos de cisternas comprado pelo governo federal. As feitas de polietileno, que totalizam até o momento 56 mil do total já entregue e custam mais do que as tradicionais, de placa (R$ 5.090 ante R$ 2.200).

No município de Cumaru, no agreste do estado de Pernambuco, a 110 quilômetros da capital, pelo menos 95% das famílias residentes na área rural já contam com cisternas de concreto. E a população decidiu não aceitar as de plástico. De acordo com os moradores, as industrializadas duram pouco, deformam com o calor e não há orientação adequada quanto ao seu manejo. A rejeição já chegou até aos ouvidos da presidente Dilma. Em sua última visita a Pernambuco, quando esteve no município sertanejo de

Serra Talhada, o presidente da Federação de Trabalhadores de Agricultura, Doriel Saturnino de Barros, reclamou das cisternas industrializadas distribuídas pelo governo.

— A presidente realmente mostra disposição de universalizar o acesso à água. Mas com a velocidade que estamos precisando e com as dificuldades impostas até mesmo ao transporte das de PVC, não há como fazer tão rápido. Tem sido complicado para instalá-las, principalmente em áreas de difícil acesso no meio da caatinga, onde os caminhões não chegam. A partir da leitura deles (do governo), a de plástico é implantada com maior rapidez. Mas também é mais cara e não está suportando o solo quente do sertão, tanto que muitas já estão amassando — conta Barros.

— As de plástico não vêm suportando os altos índices de insolação da região, amolecem com o calor e a impressão que dão é que estão derretendo. Não são poucas as amassadas pelo sertão afora. E o trabalhador não sabe como fazer manutenção, até porque ela não vem com kit durepoxi — ironiza Givanilson Porfírio da Silva, presidente do Instituto de Cidadania do Nordeste e assessor da Confederação de Trabalhadores da Agricultura do Brasil (Contag).

Moradora do Sítio Pedra Branca, onde vem resistindo bravamente à seca — preservando seus bichos e produzindo mel e queijo — Joelma da Silva Pereira, de 36 anos, desafiou a Ministra Tereza Campelo, em recente reunião do Conselho de Segurança Alimentar, em Brasília.

— Ninguém aqui confia nessas cisternas plásticas. Tem família que mora em alto de colina e não se sabe como o caminhão vai chegar lá para levá-las. Já as de placa, a gente faz cavando o chão, instala em qualquer lugar e se for preciso, carrega cimento em lombo de jumento, que o bicho sobe em qualquer canto. O material é comprado no município, onde o dinheiro fica circulando. A mão de obra aproveitada é a local. Com as de plástico, isso não ocorre e o dinheiro vai para uma indústria só — reclama.

Plantação perdida por conta da seca

Para quem não tem quase água, as cisternas representam muito, matam a sede mas ainda não são tudo. É preciso também fazer a água chegar aos sítios, às fazendas, às torneiras ainda raras na zona rural do agreste e do sertão. O governo federal garante que a água vai chegar, que está investindo R$ 20,12 bilhões em adutoras, barragens e poços que vêm sendo construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E se obras grandiosas como a transposição do rio São Francisco se arrastam a passos lentos, pequenas intervenções vêm mudando a vida do sertanejo, através de tecnologias simples mas que garantem água para o plantio e para o gado.

Da mesma forma que foi deflagrado o P1MC, agora o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) vem sendo gerido pela Asa. Tecnologias desconhecidas pelo homem do Sul, começam a ficar populares no sertão onde já foram implantadas 13.150 cisternas calçadão, 1.230 cisternas enxurrada, 724 barragens subterrâneas, 700 barraginhas, 1.650 barreiros trincheira, 640 tanques de pedra e 508 bombas de água populares. Moradora

do sítio Cabugi, Ana Paula Ferreira da Silva, de 39 anos, três filhos, ainda está consumindo a água acumulada em sua cisterna doméstica durante o inverno de 2011:

— Em 2012, ela (cisterna doméstica) pegou uma "chuvadinha" mas foi pouca.

Ela tem outra cisterna de 52 mil litros, com a qual está garantindo a água do jumento e de dez bovinos. Perdeu os frutos do plantio de acerola, coco, romã, ervas e pitanga porque não usou a água "com medo de secar". Comprou recentemente água de um caminhão-pipa e mandou derramar em um barreiro (pequeno açude) para ter mais água para o gado. O marido dela acaba de furar um poço, porque quer ter lavoura o ano todo. Mas a água ficou salobra.

— O sonho dele é um dessalinizador, mas é muito caro.

Bispos vetam projeto sobre questão agrária. José Maria Mayrink – O Estado de São Paulo, Notícias. 15/04/2013

Os bispos vetaram nesta segunda-feira, 15, por consenso o projeto sobre a Questão Agrária que deveria ser publicado como documento oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na próxima sexta-feira, por considerar o texto parcial e de inspiração socialista. Dezenas de sugestões e de emendas apresentadas no plenário da Assembleia Geral do episcopado, reunida em Aparecida, tornaram inviável a publicação do documento, que só será votado no próximo ano.

"Houve objeções à linguagem e ao conteúdo com relação, por exemplo aos movimentos sociais e à análise de novas realidades", disse o vice-presidente da CNBB, d. José Belisário da Silva, arcebispo de São Luiz (MA). Os bispos rejeitaram a sugestão de que, feitas as emendas, o projeto fosse enviado ao Conselho Permanente, que se reúne periodicamente em Brasília e poderia aprovar a nova versão. O plenário preferiu transferir a responsabilidade para a 52ª Assembleia Geral, em 2014.

Os pontos mais polêmicos foram os referentes a movimentos sociais, como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tiveram mais importância para a Igreja Católica no passado, mas que, na opinião dos bispos, não merecem mais o destaque e o apoio quase incondicional que tiveram no texto vetado. O agronegócio, criticado no texto como se fosse uma realidade opressora dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, deverá receber outro tratamento na revisão da proposta de documento.

"Os bispos sugeriram, numa enxurrada de emendas, que se reconheça o avanço alcançado na questão agrária nos últimos 33 anos, desde 1980, quando a CNBB publicou seu último documento oficial sobre o tema", informou o bispo de Ipameri (GO), presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. "Houve avanço na Reforma Agrária, embora haja muito ainda a fazer, e conquistas da parte da sociedade, da ação política e da Igreja", observou.

O conceito de latifúndio também deverá ser revisto, para evitar uma condenação generalizada, como se toda propriedade de terra fosse sinônimo de injustiça e contrária ao direito natural. A linguagem do projeto de documento, segundo um bispo do Nordeste que lutou pela rejeição do texto, é cheia de chavões marxistas e desatualizada. A mesma comissão que redigiu a versão rejeitada foi encarregada de melhorar a redação.

Falta de rotas alternativas agrava desabastecimento – O Estado de São Paulo, Economia. 15/04/2013

O desabastecimento do Nordeste é reflexo da falta de rotas alternativas para escoar a safra agrícola brasileira. Sem ferrovias e hidrovias suficientes e baixa oferta de cabotagem (transporte interno de navio pela costa brasileira), a única alternativa é transportar os grãos por caminhão, em rodovias precárias, afirma o coordenador do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, Edeon Vaz Ferreira.

"No momento em que tivermos mais hidrovias, a BR-163 concluída ou uma nova regulamentação para a cabotagem, o caminho para o Nordeste ficará menos restrito", avalia o especialista. Ele acredita que o plano do governo de levar o milho do segundo leilão (103 mil toneladas) por navio para o Nordeste pode ser comprometido pela falta de oferta e elevado custo.

Pela regra atual, diz Ferreira, o custo de uma carga do Rio Grande do Sul até o Nordeste feito por cabotagem é o mesmo de uma viagem de Santos à China.

A solução apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ao Ministério da Agricultura é a construção de dois grandes armazéns na região, com capacidade para 100 mil toneladas cada.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Alysson Paolinelli, aposta nas hidrovias para reduzir os estragos que a infraestrutura provoca no agronegócio. "Com a construção de duas eclusas, a hidrovia Araguaia-Tocantins ajudaria bastante." / R.P.

Líder do MST promete bloqueio em estradas em protesto por massacre. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013

O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), João Pedro Stedile, afirmou nesta segunda-feira (15) que assentados bloquearão as estradas do país por 19 minutos na próxima quarta-feira (17), em memória aos 19 mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido há 17 anos.

Os protestos fazem parte da Jornada Nacional de Lutas, promovida pelo MST todo abril, a fim de pressionar o governo federal a acelerar o processo da reforma agrária. Haverá também marchas em cada um dos Estados, de acordo com o líder sem-terra.

Stedile criticou o governo federal pela lentidão na desapropriação de terras para a reforma agrária. Ele eximiu a presidente Dilma Rousseff de culpa e atribuiu a "puxa-sacos que a cerca" a redução no número de famílias assentadas.

"Provavelmente vamos dar a taça para a Dilma do pior governo desde a ditadura, que menos assentou gente. Acredito que ela está sendo enganada por um bando de puxa-sacos que a cerca, que ficam utilizando argumentos pró-agronegócio, dizendo que a reforma agrária é cara" disse o coordenador nacional do MST.

A *Folha* revelou em janeiro que o governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

Comparado ao mesmo período das administrações anteriores desde o governo Sarney (1985-90), o número supera só o de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses. Dilma disse que vai acelerar a reforma agrária "com terra de qualidade".

Questionado sobre quem eram os "puxa-sacos", ele afirmou: "É o segundo escalão que está no Incra, na Casa Civil, no Ministério do Desenvolvimento Agrário que, imagino, informam a presidente com informações não adequadas com a realidade. Não permitem que cheguem críticas."

Stedile afirmou ainda que a composição da base governista dificulta a realização de mais assentamentos.

"É uma conjugação de fatores. Por isso não coloco a culpa pessoal dela. O governo Dilma é um governo de composição. Dentro dele tem a bancada ruralista, o agronegócio", disse ele em coletiva de imprensa na ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

O líder do MST disse que há ainda fatores econômicos que impedem a reforma agrária. O principal deles é a compra de terras por multinacionais, disse ele.

"Há também uma conjuntura nacional em que, na agricultura, em função da crise do capitalismo internacional, entrou muito dinheiro de capital estrangeiros. Vieram para o Brasil investir em terras, usinas, etanol. São eles os responsáveis pela especulação agrícola."

Ele atribuiu a essa entrada do capital estrangeiro a inflação nos produtos agrícolas registrado nas últimas semanas.

"A tal da inflação agrícola não tem nada a ver com custo de produção. A inflação agrícola que existe no Brasil é fruto da especulação que os grandes capitalistas estão fazendo com as commodities da agricultura."

Bancada ruralista pressiona para tirar poderes da Funai e criar uma CPI. Karine Melo – Site do MST. 15/04/2013

Da Agência Brasil

Deputados da bancada ruralista prometem apertar o cerco contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a atribuição do órgão de auxiliar na demarcação de terras indígenas no Brasil. Entre as estratégias para pressionar o governo por mudanças, integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura dizem já ter assinaturas suficientes - mais de 180 - para protocolar um pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a Funai, mas ainda não há definição sobre quando isso será feito.

Na semana passada o grupo contabilizou duas vitórias. Na primeira, conseguiu convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para prestar esclarecimentos na Comissão de Agricultura da Casa sobre as questões indígenas. A data da ida da ministra ao Congresso deve ser definida ainda esta semana pelo presidente comissão, deputado Giacobo (PR-PR).

Os ruralistas conseguiram ainda, na última quarta-feira (10), o apoio que faltava para a criação de uma comissão especial para apreciar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que inclui, nas competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a titulação de terras quilombolas, a criação de unidades de conservação ambiental e a ratificação das demarcações de terras indígenas já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. A comissão foi criada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN), em retribuição ao apoio que recebeu dos ruralistas para comandar a Casa.

“Nós estamos criando uma série de injustiças para aqueles que são proprietários de terras, independentemente do tamanho. O que nos preocupa é a falta de critérios e de uma condição de defesa dentro dos processos de homologação conduzidos pelos antropólogos [da Funai]”, diz o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) que integra a Frente Parlamentar da Agricultura.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reagiu à criação da comissão. Em nota divulgada no site, o Cimi repudiou a decisão. “O ato do presidente da Câmara constitui-se em um atentado à memória dos deputados constituintes, ataca de forma vil e covarde os direitos que os povos indígenas conquistaram a custo de muito sangue e atende os interesses privados de uma minoria latifundiária historicamente privilegiada em nosso país”, diz o documento.

Procurada pela Agência Brasil, a Funai enviou nota classificando a PEC 215/00 como um retrocesso e uma ação contrária à efetivação dos direitos territoriais dos povos

indígenas.

"A Funai acredita que tal medida, ao invés de contribuir para a redução dos conflitos fundiários decorrentes dos processos de demarcação de terras indígenas, ocasionará maior tensionamento nas relações entre particulares e povos indígenas, diante das inseguranças jurídicas e indefinições territoriais que irá acarretar", alerta o documento.

Entre as preocupações da Funai está o fato de a PEC prever a criação de mais uma instância no procedimento administrativo de regularização fundiária de terras indígenas. "Isso tornará mais complexo e moroso o processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas - se não significar sua paralisia -, com graves consequências para a efetivação dos demais diretos destes povos, como, por exemplo, garantia de políticas de saúde e educação diferenciadas, promoção da cidadania e da sustentabilidade econômica, proteção aos recursos naturais, entre outros."

Esta semana a bancada ruralista na Câmara deve se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. No encontro, os parlamentares vão pedir a conclusão do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – que ainda depende da publicação do acórdão do julgamento e dos embargos declaratórios a respeito das 19 condicionantes impostas pela Corte, em 2009, para que a demarcação da área fosse mantida em terras contínuas.

Depois que isso for feito, a polêmica Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) pode entrar em vigor. A norma proíbe a ampliação de áreas indígenas já demarcadas e a venda ou arrendamento de qualquer parte desses territórios, se isso significar a restrição do pleno usufruto e da posse direta da área pelas comunidades indígenas. Ela também veda o garimpo, a mineração e o aproveitamento hídrico da terra pelos índios, além de impedir a cobrança, pela comunidade indígena, de qualquer taxa ou exigência para utilização de estradas, linhas de transmissão e outros equipamentos de serviço público que estejam dentro das áreas demarcadas.

As divergências da Frente Parlamentar da Agricultura em relação às atribuições da Funai também levaram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a se comprometer a criar um grupo de trabalho para receber as manifestações dos deputados. Em 30 dias, representantes da Secretaria de Assuntos Legislativos da pasta, da Funai e parlamentares devem começar a discutir propostas que envolvem a demarcação e desapropriação de terras no país.

A Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), marcou uma reunião para a próxima quarta-feira (17). Na avaliação dos ambientalistas, os apoiadores da PEC 215 são motivados por "interesses pessoais e individuais contrariados". "A PEC é um retrocesso absoluto, ela acaba com qualquer possibilidade de política indigenista e de política ambiental. Tirar a prerrogativa do Poder Executivo de criar unidade de conservação e reservas indígenas e passar para o Congresso é a mesma coisa de dizer que não vai ter mais", disse Sarney Filho.

Sementes transgênicas da Monsanto na Índia provocam suicídio de agricultores. Vandana Shiva – Site do MST. 15/04/2013

Do Rebelión

"A Monsanto é uma empresa agrícola. Aplicamos a inovação e a tecnologia para ajudar os agricultores de todo o mundo a produzir mais conservando mais"

"Produzir mais e conservar mais melhorando a vida dos agricultores"

Essas são as promessas que encontramos no site Web da Monsanto Índia, acompanhadas por fotografias de sorridentes e prósperos agricultores do estado de Marahashtra. Trata-se de uma tentativa desesperada da Monsanto e da sua maquinaria de relações públicas para desvincular a epidemia de suicídios de agricultores hindus do crescente controle que a empresa exerce sobre o fornecimento de sementes de algodão (atualmente a Monsanto controla 95% das sementes de algodão da Índia). O controle das sementes é o primeiro elo da cadeia alimentar, já que as sementes são a fonte da vida. Quando uma empresa controla as sementes, controla a vida, especialmente a vida dos agricultores.

O concentrado controle que a Monsanto exerce sobre as sementes, tanto na Índia como em todo o mundo é um fato altamente preocupante, e o que conecta entre si os suicídios dos agricultores na Índia, os julgamentos "Monsanto versus Percy Shmeiser" no Canadá e "Monsanto versus Bowman", nos EUA, e a ação no valor de 2,2 bilhões de dólares, interposta contra a Monsanto por agricultores brasileiros pela injusta cobrança de royalities.

Graças às suas patentes de sementes, a Monsanto se transformou no "Senhor da Vida" em nosso planeta, auferindo receitas no conceito de renovação da vida dos agricultores, os criadores originais.

As patentes das sementes são ilegítimas porque introduzir um gene tóxico em uma célula vegetal não é "criar" ou "inventar" uma planta. As sementes da Monsanto são sementes de mentira: a mentira de dizer que a Monsanto é criadora de sementes e de vida, a mentira de que, enquanto a Monsanto processa os agricultores e os asfixia em dívidas, pretende nos fazer crer que trabalha em prol de seu bem-estar, e mentira de que os OGM (organismos geneticamente modificados) estão alimentando o mundo. Os OGM não estão conseguindo controlar as pragas e as ervas daninhas, e em troca tem provocado o surgimento de super pragas e super-ervas daninhas.

A entrada da Monsanto na área hindu de sementes foi possível graças a uma política de sementes imposta em 1988 pelo Banco Mundial, que obrigou o governo da Índia a desregulamentar o setor. Cinco coisas mudaram com a entrada da Monsanto: em primeiro lugar, as empresas hindus ficaram presas em joint-ventures e acordos de concessão de licenças.

Em segundo lugar, as sementes, que tinham se constituído no recurso comum dos agricultores se transformaram em "propriedade intelectual" da Monsanto, que começou a cobrar royalities por elas, fazendo com que seu custo aumentasse.

Em terceiro lugar, as sementes de algodão de polinização aberta foram substituídas pelas sementes híbridas, incluídas as híbridas transgênicas. Dessa forma, um recurso renovável transformou-se num produto patenteado não renovável.

Em quarto lugar, o algodão, que até então tinha sido cultivado em combinação com outros cultivos alimentares, agora tinha que ser plantado em regime de monocultura, o que implicava em maior vulnerabilidade diante das pragas, doenças, secas e más colheitas.

Em quinto lugar, a Monsanto começou a subverter os processos de regulação na Índia e, de fato, começou a usar recursos públicos para incentivar seus híbridos não renováveis e seus transgênicos através das chamadas associações público-privadas.

Em 1995, a Monsanto apresentou na Índia sua tecnologia Bt, através de uma joint-venture com a companhia hindu Mahico. Em 1997-98, a Monsanto começou a fazer ensaios ilegalmente sobre o terreno com seu algodão transgênico Bt, e anunciou que no ano seguinte iniciaria a venda comercial de sementes.

Desde 1989, a Índia conta com uma normativa para regular os cultivos transgênicos no quadro da Lei de Proteção ao Meio Ambiente. Para realizar pesquisas com cultivos transgênicos é necessário obter a correspondente autorização do Comitê de Aprovação de Engenharia Genética, dependente do Ministério do Meio Ambiente. A Fundação de Investigação para a Ciência, Tecnologia e Ecologia processou a Monsanto diante do Tribunal Supremo da Índia, e a Monsanto não pôde começar a comercializar suas sementes de algodão Bt até 2002.

Após o relatório condenatório do Comitê Parlamentar da Índia sobre Cultivos Bt de agosto de 2012, o painel de técnicos especialistas nomeados pela Corte Suprema recomendou uma moratória de 10 anos para os experimentos sobre o terreno de qualquer cultivo transgênico, assim como a interrupção de todas as pesquisas em andamento.

Contudo, já então a agricultura da Índia tinha se transformado.

O monopólio da Monsanto sobre as sementes, a destruição das alternativas, a obtenção de super-lucros no conceito dos royalities e a crescente vulnerabilidade das monoculturas criaram um contexto que propicia o crescimento das dívidas, dos suicídios e a angústia agrícola que alimenta a epidemia de suicídios dos camponeses hindus. O controle sistêmico se intensificou com o algodão Bt, por isso a maioria dos suicídios ocorre na cultura algodoeira.

Uma assessoria interna do Ministério da Agricultura da Índia de janeiro de 2012 informou o seguinte aos estados hindus produtores de algodão: "Os produtores de algodão atravessam uma profunda crise desde que fizeram a opção pelo algodão Bt. A onda de suicídios de agricultores em 2011-2012 foi particularmente severa entre os produtores de algodão Bt".

O estado hindu com maior superfície dedicada ao cultivo de algodão Bt é Maharashta, que é também onde os suicídios de agricultores são mais numerosos. Os suicídios aumentaram depois da introdução do algodão Bt: a arrecadação de royalities por parte da Monsanto e o elevado custo das sementes e dos produtos químicos afogaram os camponeses em dívidas.

Segundo dados do governo da Índia, quase 75% da dívida rural provém da compra de insumos. À medida que crescem os lucros da Monsanto, cresce também a dívida dos agricultores. É nesse sentido que as sementes da Monsanto são sementes do suicídio.

O ponto crucial das sementes do suicídio é constituído pela tecnologia que a Monsanto patenteou para criar sementes estéreis (chamada de "Tecnologia Terminator" pelos meios de comunicação, a tecnologia das sementes estéreis é um tipo de Tecnologia de Uso Restritivo de Genes [Gene Use Restriction Technology – GRUT], em virtude da qual a semente produzida em um cultivo não pode reproduzir-se: as colheitas não produzem sementes viáveis, ou produzem sementes viáveis com genes específicos apagados). O Convênio sobre Diversidade Biológica proibiu seu uso. Se esse uso não tivesse sido proibido, a Monsanto teria obtido lucros ainda maiores com suas sementes.

O discurso da Monsanto sobre "tecnologia" trata de esconder que seu verdadeiro objetivo é o controle das sementes e que a engenharia genética é simplesmente um instrumento para controlar sementes e alimentos através de patentes e direitos de propriedade intelectual.

No acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, um representante da Monsanto admitiu que eles são, "simultaneamente a pessoa que diagnostica o paciente e seu médico", quando redigem suas patentes sobre formas de vida que vão desde microorganismos até plantas. Impedir que os agricultores guardem sementes e que as utilizem de forma soberana era seu objetivo principal. Atualmente, a Monsanto está ampliando suas patentes para as sementes melhoradas convencionalmente, como são os casos dos brócolis, da pimenta e do trigo com baixo teor de glúten que ela tinha pirateado da Índia, e que denunciamos diante do Escritório Europeu de Patentes como um caso de biopirataria.

Por isso, colocamos em andamento Fibres for Freedom (Fibras da Liberdade) no coração do cinturão suicida do algodão Bt da Monsanto em Vidharba. Criamos bancos comunitários de sementes autóctones e ajudamos aos agricultores para que passem para a agricultura orgânica. Sem sementes transgênicas não há dividas nem suicídios.

** A autora é diretora executiva da Fundacão Navdanya*

Sem terra denunciam 'chuva tóxica' lançada por aviões de fazendeiros no PA. Carlos Madeiro – Site do MST. 15/04/2013

Agricultores de acampamentos localizados no sudeste do Pará estão denunciando fazendeiros da região por supostamente lançarem agrotóxicos de aviões sobre plantações e moradias em áreas de acampamentos.

O UOL teve acesso a um dossiê elaborado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) com várias denúncias de violência no campo. documento foi entregue no último dia dois a autoridades paraenses e instituições de direitos humanos de todo o mundo, durante audiência pública em Marabá (a 685 km de Belém).

O documento cita que cinco acampamentos que teriam sofrido com a "chuva tóxica". "O Grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas, tem se utilizado de outra prática criminosa contra famílias sem terra que ocupam suas propriedades: o uso de veneno. Nos últimos meses, três acampamentos de sem terra que estão localizados em fazendas do grupo (Fazenda Cedro - município de Marabá, Fazenda Castanhais - Piçarra e Fazenda Itacaiúnas - Marabá), aviões do grupo despejaram veneno sobre as roças dos agricultores e sobre as moradias", registra o documento.

Em resposta ao UOL, a Agro Santa Bárbara negou o uso das práticas de que é acusada."A Agro Santa Bárbara é uma empresa legalista, focada na produção de alimentos, uso das mais modernas tecnologias, emprego digno e geração de renda no Sudeste do Pará. Essa é nossa razão de ser e de estar na região: trabalhamos para melhorar a vida das pessoas", diz o texto.

Mais casos

Ainda segundo o dossiê, a "prática criminosa" também seria utilizada por outros fazendeiros em "áreas de assentamento que fazem divisas com as fazendas." "Duas ocorrências já foram registradas em relação a duas fazendas localizadas no município de Eldorado dos Carajás e uma no município de Floresta do Araguaia."

A denúncia de "chuva tóxica" também é feita pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). "Ele jogam propositalmente e matam as plantas. Já temos várias denúncias formalizadas quanto a isso. Temos cinco acampamentos com relatos de casos nas últimas semanas", informou o dirigente Tito Moura.

"Nos últimos anos, temos percebido pessoas doentes que achamos ser por conta de agrotóxicos. É preciso uma análise do solo e da água. Há casos de crianças e idosos adoentados por isso", afirmou Mercedez Queiroz, da coordenação nacional do MST.

O UOL também conversou com agricultores que relatam problemas com os agrotóxicos usados pelos fazendeiros da região. Segundo o representante do acampamento Alcides Jurandir, Francisco Santos, plantações foram atingidas.

"Eles jogaram veneno e atingiram a plantação. Há dois anos haviam feito isso, e crianças do nosso acampamento tiveram problemas de saúde, de pele. Nossa plantação foi perdida, porque a qualidade de venda caiu totalmente", afirmou, citando que ainda espera para ver os resultados da nova "chuva tóxica."

Guerra química

A situação dos acampados paraenses é vista com preocupação pela RLA (Fundação Right Livelihood Award) - instituição que luta pelos direitos humanos pelo mundo e promove o Prêmio Nobel Alternativo. A entidade quer que o poder público verifique a situação sanitária dos agricultores.

"É uma guerra química. Eles jogam esses venenos, e os acampados respiram. Como essas pessoas estão distantes, não se conhecem as doenças delas. É preciso uma investigação epidemiológica a fim de saber os riscos e a contaminação a que vivem sujeitas", afirmou o biólogo argentino Raúl Montenegro, da RLA.

Outras instituições também demostraram preocupação com o caso, "Nunca tinha ouvido falar nada como isso, mas ouvimos esses relatos com preocupação. Precisa ser investigado", disse Átila Roque, diretor da Anistia Internacional no Brasil.

O delegado de Conflitos Agrários confirmou ao UOL que denúncias já foram feitas à delegacia, recentemente, e foram repassadas ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), que deveria confirmar ou não a procedência para provável investigação criminal.

Flagrante necessário

A superintendência do Ibama em Marabá, porém, informou que não há denúncias sendo investigadas neste momento. "Para que o Ibama responsabilize quem lançou o agrotóxico de forma inadequada é necessário que os agentes obtenham o flagrante da infração ambiental", informou o instituto, em nota enviada à reportagem.

"A lei exige também que seja feito um laudo de constatação de poluição antes da autuação ambiental. A multa para estes casos vai de R$ 5.000 a R$ 50 milhões." O órgão alertou que a pulverização é regida por leis específicas.

"Uma propriedade rural que possui a Licença Ambiental Rural (LAR) poderá usar defensivos agrícolas em suas lavouras autorizadas. As regras de uso são definidas pelo Ministério da Agricultura", informa o órgão.

"O Ibama atuará, no entanto, se este uso provocar poluição, dano à saúde humana, dano ao meio ambiente, se o produto utilizado for uma substância proibida ou tornar uma área rural imprópria para a ocupação humana", diz o Ibama.

Grupo Santa Bárbara usa pistolagem e aplicação de veneno contra acampamentos de sem terra no sudeste do Pará – Site da Comissão Pastoral da terra (CPT). 15/04/2013

CPT Marabá, MST e Fetagri divulgaram na manhã de hoje Nota Pública em que denunciam violências cometidas contra famílias acampadas em fazenda do grupo santa Bárbara, em Piçarra (PA). Dentre as denúncias estão ameaças aos trabalhadores rurais sem terra e despejo de veneno sobre o acampamento. Confira o documento:

Na última sexta feira, trabalhadores rurais que ocupavam a Fazenda Castanhais no município de Piçarra, prestaram depoimentos perante a Polícia Civil de Marabá, e relataram que o Grupo Santa Bárbara contratou mais de uma dezena de pistoleiros para expulsar violentamente as 110 famílias que ocupam o imóvel há mais de 5 anos.

De acordo com o registrado no depoimento, os pistoleiros são levados para a Fazenda e contratados como vaqueiros, cerqueiro, inseminadores, etc, mas, na verdade o serviço é outro: a pistolagem. Fortemente armados com escopetas e revólveres, ameaçam os trabalhadores, interditam estradas, fazem revistas obrigando a todos a tirarem as roupas e ainda fotografam as pessoas.

No último dia 28 de março, uma senhora, moradora de um município nas proximidades da Fazenda dos Castanhais, procurou a CPT da região para denunciar que seu filho, de 19 anos, foi contratado por uma pessoa de uma empresa de segurança, para trabalhar na referida fazenda e, segundo o contratante, o trabalho seria de vaqueiro. Alguns dias depois seu filho retornou e, quando questionado pela mãe sobre o serviço, informou que na verdade estava trabalhando, juntamente com outros contratados, como "vigilante" da Fazenda. A mãe do rapaz então o questionou como ele estava trabalhando como vigilante se nunca fez um curso específico e não tem autorização para uso de armas. O rapaz então esclareceu para a mãe que, para não dar problema, a fazenda contrata todos como vaqueiros, mas, na verdade, a tarefa deles é outra: expulsar sem terras da fazenda.

Preocupada com a situação de seu filho estar trabalhando como pistoleiro da fazenda, procurou ajuda na CPT. Orientada a registrar uma ocorrência na Delegacia ela se recusou, por medo de ameaças e devido seu filho já ter algumas passagens na polícia, por prática de infrações penais. Solicitou inclusive que seu nome não fosse revelado.

No dia 25 de março, duas trabalhadoras rurais acampadas no interior da Fazenda Castanhais, compareceram ao escritório da CPT de Marabá para fazer uma denúncia das violências que um grupo de pistoleiros estavam praticando contra as pessoas nas proximidades do acampamento: "Que um grupo de aproximadamente nove pessoas supostamente pistoleiros, ligaoas à fazenda, portanto espingardas calibre 12, 20, 28 e revolveres, arma branca (facas) tem feito guarita na beira da estrada de acesso ao acampamento e ameaçado constantemente as pessoas que trafegam pelo local; Que essas pessoas não são da Empresa de Segurança que faz vigilância na área; Que alguns dos homes ficam apenas de shorts Jeans, outros usando roupa preta e capuz; Que as pessoas são obrigadas por eles a tirarem as roupas para serem ‘revistadas’, são

ameaçadas e sofrem agressões". Um dia após a denúncia houve um tiroteio no interior da fazenda no qual pistoleiros e trabalhadores saíram baleados. A denúncia foi encaminhada à Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá e Redenção, no entanto, não se tem notícias de apuração.

Além da violência armada praticada por seguranças e pistoleiros, o Grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas, tem se utilizado de outra prática criminosa contra famílias sem terra que ocupam suas propriedades: o uso de veneno. Nos últimos meses, em três acampamentos de sem terra que estão localizados em fazendas do grupo (Fazendas: Cedro, Castanhais e Itacaiúnas), aviões do grupo despejaram veneno sobre as roças dos agricultores e sobre as moradias. A denúncia também foi registrada em depoimento prestado perante a autoridade policial na última sexta feira, 12 de abril.

Membros do MST deixam sede de órgão do governo do DF – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013

Cerca de 200 manifestantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Distrito Federal que invadiram a sede da Terracap, em Brasília, deixaram o local nesta segunda-feira (15).

A desocupação foi uma exigência do governo do Distrito Federal para que os manifestantes fossem recebidos. A Terracap é a companhia imobiliária do governo do DF.

Em nota, o MST informou que a ocupação ocorreu em função da "paralisação das pautas da reforma agrária em nível nacional e, sobretudo, da histórica negação das políticas de reforma agrária do Distrito Federal, que somente no final do ano de 2012, ainda de forma extremamente tímida, passaram a ser negociadas com o governo do DF por pressão dos movimentos sociais".

Segundo a Polícia Militar, o prédio foi ocupado por volta das 4h da madrugada de hoje. Os manifestantes aceitaram sair de forma pacífica.

Neste momento, os integrantes do MST aguardam o fim da reunião do lado de fora do prédio. Segundo a assessoria de imprensa do governo do DF, as áreas reivindicadas são propriedade do governo federal.

Prefeitos de Mato Grosso do Sul farão mobilização contra ações da Funai – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 16/04/2013

Preocupados com a extensão da área pretendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em Mato Grosso do Sul e prevendo a divulgação de novos estudos antropológicos, prefeitos de 35 municípios se reunirão na Associação dos Municípios de

MS (Assomasul) no dia 6 de maio. A mobilização das prefeituras foi divulgada nessa terça-feira (16), em reunião com aproximadamente 300 produtores rurais de 16 municípios e com a diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, no parque de exposições de Caarapó (MS).

De acordo com o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arco Verde (foto acima), toda região do Conesul de MS está preparada para agir em conjunto com o Governo Federal na busca por soluções e de segurança jurídica. "O problema é muito mais amplo do que a sociedade imagina. O impacto no comércio, nas ações públicas e na renda do Estado será brutal caso se concretizem os planos da Funai", enfatiza o prefeito que, junto com a Assomasul, promete ampliar a mobilização a ponto de envolver todos os prefeitos e a maior parte dos vereadores de MS.

O diretor secretário do Sistema FAMASUL, Ruy Fachini, afirmou que a Funai desrespeita a legislação. "Assistimos a publicação de estudos absurdos, que colocam a terra mais produtiva do Estado como indígena", afirma o diretor. Fachini também ressaltou a necessidade da união entre os produtores rurais. "Multiplicaremos nossas ações, com foco na sensibilização da sociedade, para que entendam que o problema é plural".

Durante a reunião, o advogado que atua nas causas indígenas, Gustavo Passareli, orientou os produtores rurais do Estado sobre as visitas que integrantes da Funai têm feito às propriedades, que só devem ser permitidas diante apresentação de ordem judicial. Ele salientou que o acompanhamento policial nas visitas não deve servir como coação ou como meio para entrada no imóvel.

As informações de Passareli são embasadas no artigo 5º da Constituição Federal, que garante o direito de propriedade e coloca a casa como um asilo inviolável. "Ninguém pode entrar em um imóvel sem o consentimento do morador, a menos que seja flagrado com algum delito ou desastre, ou para prestar socorro. De outra forma, apenas por determinação judicial", esclarece.

Participaram da reunião os representantes do Sistema FAMASUL, o vice-presidente, Nilton Pickler, o diretor tesoureiro e presidente da Aprosoja/MS, Almir Dalpasquale, o diretor secretário, Ruy Fachini. Também estiveram discutiram as questões indígenas os presidentes dos sindicatos rurais de Caarapó, Antônio Umberto Maram, do sindicato rural de Laguna Carapã, Luizeu Botoloci, de Dourados, Marisvaldo Zeuli e os representantes políticos, prefeito de Laguna Carapã, Itamar Bilibio, prefeito de Iguatemi, José Roberto Arco Verde, a vice-prefeita de Caarapó, Marinalva de Souza, e o presidente da câmara de vereadores do município, Manoel de Souza Batista.

MST ocupa Ministério da Fazenda em Porto Alegre – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013

Manifestantes sem-terra fazem protestos nesta terça-feira (16) em prédios públicos de

Porto Alegre. Os edifícios do Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário estão com os pátios tomados por centenas de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e Via Campesina, entre outras entidades, que vieram do interior gaúcho.

A mobilização faz parte da jornada do "Abril Vermelho", que lembra o massacre de sem-terra ocorrido no Pará em abril de 1996 em Eldorado dos Carajás. Os manifestantes querem pressionar o governo federal a acelerar o processo da reforma agrária.

A entrada da regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi fechada e, segundo o órgão, os funcionários estão impedidos de entrar no local desde o meio da manhã. Os manifestantes trouxeram colchões e mantimentos e pretendem acampar nos pátios dos prédios, que ficam na região central da capital gaúcha.

Integrantes do Levante Popular da Juventude, grupo que organiza protestos por punição a crimes da ditadura militar, também participam da ação.

A ocupação do Ministério da Fazenda ocorreu às 6h da manhã, por isso nenhum funcionário conseguiu entrar no prédio. Segundo Pedro Aguiar Junior, supervisor de segurança, apenas vigias estão no interior do edifício. Os integrantes do MST estão no pátio do prédio.

O MST afirma em nota que os manifestantes permanecerão no local acampados por tempo indeterminado.

A *Folha* revelou em janeiro que o governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

Comparado ao mesmo período das administrações anteriores desde o governo Sarney (1985-90), o número supera só o de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses. Dilma disse que vai acelerar a reforma agrária "com terra de qualidade".

REIVINDICAÇÃO

Além de pressionar pela reforma agrária, os manifestantes pedem a criação de uma política nacional para o campo que proporcione mais acesso à educação, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, à cultura e ao lazer.

Outras reivindicações são a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e a "desbancarização" do crédito agrícola. Os trabalhadores rurais também querem a compensação ambiental pelo governo aos camponeses pela preservação da natureza.

Em nota, Cedenir de Oliveira, da coordenação nacional do MST, afirma que é necessário uma mudança no atual modelo de agricultura predominante, controlado pelas grandes empresas do agronegócio. "A consequência disto é aumento frequente nos

preços dos alimentos, a contaminação por agrotóxicos e a existência de mais de um bilhão de pessoas que passam fome no mundo."

ELDORADO DOS CARAJÁS

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile, afirmou ontem (15) que assentados bloquearão as estradas do país por 19 minutos na próxima quarta-feira (17), em memória aos 19 mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido há 17 anos.

Stedile criticou o governo federal pela lentidão na desapropriação de terras para a reforma agrária. Ele eximiu a presidente Dilma Rousseff de culpa e atribuiu a "puxa-sacos que a cerca" a redução no número de famílias assentadas.

"Provavelmente vamos dar a taça para a Dilma do pior governo desde a ditadura, que menos assentou gente. Acredito que ela está sendo enganada por um bando de puxa-sacos que a cerca, que ficam utilizando argumentos pró-agronegócio, dizendo que a reforma agrária é cara" disse o coordenador nacional do MST.

O líder do MST disse que há ainda fatores econômicos que impedem a reforma agrária. O principal deles é a compra de terras por multinacionais, disse ele.

"Há também uma conjuntura nacional em que, na agricultura, em função da crise do capitalismo internacional, entrou muito dinheiro de capital estrangeiro. Vieram para o Brasil investir em terras, usinas, etanol. São eles os responsáveis pela especulação agrícola."

Ele atribuiu a essa entrada do capital estrangeiro a inflação nos produtos agrícolas registrado nas últimas semanas.

"A tal da inflação agrícola não tem nada a ver com custo de produção. A inflação agrícola que existe no Brasil é fruto da especulação que os grandes capitalistas estão fazendo com as commodities da agricultura."

Procuradoria pede condenação de ex-dirigentes do Incra por improbidade – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013

O Ministério Público Federal em São Paulo pediu a indisponibilidade dos bens de Raimundo Pires Silva, ex-superintendente regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo, e de Guilherme Cyrino Carvalho, ex-superintende regional substituto.

A procuradoria acusa os ex-dirigentes de cometerem o crime de improbidade administrativa na compra, em 2006, de uma fazenda em Cajamar (SP), que seria usada para a reforma agrária.

Para o Ministério Público, os dois devem ser condenados a pagar R$ 4,4 milhões para a União.

De acordo com a denúncia, o Incra comprou por R$ 1,7 milhão uma fazenda de 123 hectares, após invasão de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

Pires Silva foi superintendente de 2003 a 2009, quando foi afastado pela Justiça acusado de ter cometido irregularidades em outro caso. Ele foi indicado ao cargo no começo do governo Lula com apoio do MST.

A compra e o assentamento dos sem-terra foram iniciados pelo Incra mesmo sem as licenças ambientais, afirma o Ministério Público.

Em 2006, a Procuradoria entrou com uma ação pedindo a suspensão do assentamento. Dois anos depois, a Justiça Federal determinou a suspensão do processo e permitiu apenas a permanência de 32 famílias. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS).

A nova ação quer responsabilizar os ex-dirigentes pelos prejuízos causados, de acordo Ministério Público, já que após nesse período a licença ambiental não foi conseguida.

"Os ex-dirigentes empregaram um alto valor para a aquisição de um imóvel com mais de 123 hectares, para fins de reforma agrária, sendo que até hoje somente 20 hectares estão sendo utilizados", afirma o procurador da República José Roberto Pimenta Oliveira, responsável pela ação.

"Ainda que se diga que o imóvel pertence à União Federal, com a implantação do assentamento rural limitado a 20 hectares ocorreu redução do valor de mercado do restante do imóvel. Isso sem contar que boa parte da área restante está sob proteção da legislação ambiental, impedindo a sua livre utilização", diz procurador.

O valor do ressarcimento calculado pela procuradoria considerou o que foi pago pela fazenda --descontando cerca de R$ 300 mil do valor da área utilizada de 20 hectares--, mais uma multa de duas vezes esse valor.

Os ex-dirigentes do Incra e seus advogados não foram ainda localizados pela reportagem.

Supervisores de assentamentos definem estratégias de atuação no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013

Os supervisores dos 321 projetos de assentamento do Incra no Paraná terão até esta quarta-feira (17) reuniões de planejamento para a execução de ações de aplicação de créditos e assistência técnica, de retomada de lotes ocupados de forma irregular e de treinamento para operação do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). As atividades acontecem nas dependências do Mercado de Orgânicos Municipal de Curitiba/PR, construído em 2009 com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Além das discussões internas, haverá a participação de funcionários do Banco do Brasil para apresentar a metodologia da instituição na aplicação de recursos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O Paraná tem uma demanda de 3.314 famílias assentadas no MCMV, em um potencial investimento de R$ 73,2 milhões no estado.

O objetivo do encontro – todos os participantes são lotados na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra/PR –, é definir os fluxos operacionais para os próximos meses pelo supervisores dos assentamentos no estado. As ações estão inseridas nas políticas definidas pelo novo modelo de atendimento integrado do MDA/Incra no desenvolvimento dos assentamentos, especialmente nas áreas de habitação, aplicação de créditos e gestão da situação ocupacional nos lotes. No estado do Paraná, são mais de 18 mil famílias assentadas dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Para o superintendente regional do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes, o trabalho dos supervisores dos assentamentos é de grande importância, principalmente pela complexidade das ações. "Teremos uma grande demanda na gestão dos assentamentos, na articulação regional e na aplicação de créditos, em especial o Crédito Apoio Mulher visando à estruturação em atividades produtivas e geração de renda", disse Guedes. Além disso, de acordo com o superintendente, os supervisores estarão em articulação com as prefeituras para realizar o cadastramento de famílias assentadas e acampadas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CadÚnico). O valor do Crédito Apoio Mulher é de R$ 2,4 mil, por família. (Material atualizado às 11h, de 16.04.2013)

Feira da Economia Solidária expõe produtos da reforma agrária no Extremo Sul da Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013

Acarajé, laranja, limão, coco, corante, bolos, biscoitos, doces, licores e artesanatos. Esses foram alguns dos produtos comercializados por assentados durante a 1ª Feira Regional da Economia Solidária de Teixeira de Freitas, município localizado na região do Extremo Sul da Bahia. O evento, que contou com 30 estandes e atraiu aproximadamente 10 mil visitantes, começou no sábado (13), na Avenida Getúlio Vargas, e foi encerrado neste domingo (14).

Quatro áreas de reforma agrária do município de Mucuri tiveram representantes na feira: os assentamentos Esperança, Jequitibá, Lagoa Bonita e o Paulo Freire. Eles dispuseram de dois estandes para a comercialização dos produtos da reforma agrária.

O acarajé ganhou destaque especial. É que a trabalhadora rural Maria Benedita Nunes Santana, do assentamento Esperança, comercializou 200 unidades da iguaria num estande só para o acarajé. Benedita foi uma das participantes de um curso promovido no

mês de março pela equipe de assessoria técnica do Incra, durante o qual aprendeu a preparar o prato típico baiano.

Inclusão

Segundo a profissional da área social da assessoria técnica do Incra na Bahia Lucely Ruas, responsável por inscrever as famílias assentadas no evento, o objetivo da feira foi promover a economia solidária para a agricultura familiar, principalmente devido à estiagem que afeta todo o estado.

Para Lucely, a feira é a oportunidade das famílias mostrarem os produtos que têm de melhor, a preços acessíveis. "Pretendemos, através da exposição, desmistificar a ideia de que o trabalhador rural assentado é marginalizado. Este é o momento de reconhecimento do trabalho das famílias", revela a técnica.

Alerj fará audiência pública sobre uso de agrotóxicos no estado – O Globo, Rio. 16/04/2013

RIO - A Assembleia Legislativa do Rio vai promover nesta quarta-feira uma audiência pública sobre o uso dos agrotóxicos no Rio de Janeiro. O encontro, promovido pela deputada Aspásia Camargo (PV), vai acontecer no plenário da Alerj, às 10h, e terá a participação de representantes do Ministério Público Estadual, do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro (FECIA-RJ), do Inea, da Fiocruz, da Embrapa, do Inca, da Conab, da Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (Sedrap) e daFederação de Agricultura, Pecuária e Pesca.

A audiência acontece um dia antes da votação de um projeto enviado pelo Executivo que se propõe a criar o Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, proíbe a comercialização por ambulantes de mudas e sementes, além de fazer a Conversão das taxas do setor agropecuário, hoje em Ufir, para o Real.

MST protesta por assentamento em todo o País. José Maria Tomazela e Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) promete fechar rodovias em 1,8 mil municípios de todo o País nesta quarta-feira, 17, para cobrar da presidente Dilma Rousseff um plano emergencial de assentamentos para 150 mil famílias em todo o País. Desde o início de abril, integrantes do MST invadem fazendas e fazem protestos em nove Estados. Nesta terça-feira, os militantes invadiram as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Receita Federal em Porto Alegre (RS), ocuparam o Canal do Trabalhador, no Ceará, e fecharam estradas no interior de São Paulo e no Mato Grosso do Sul.

A jornada conhecida como "abril vermelho" lembra também os 21 sem-terra mortos em confronto com a Polícia Militar em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996. De acordo com Rosana Fernandes, da coordenação nacional, a reforma agrária não avançou no governo Dilma. "Queremos com a jornada colocar a reforma agrária em pauta e pressionar o governo para fazer a desapropriação de terras." De acordo com números do MST, há 523 processos judiciais envolvendo a reforma agrária no Brasil, dos quais 234 estão parados na Justiça Federal.

São Paulo

Em São Paulo, cerca de 300 militantes bloquearam duas estradas vicinais em Paraguaçu Paulista, oeste do Estado, no final da tarde desta terça-feira. Os sem-terra marcham até a área urbana nesta quarta-feira. Na região de Presidente Prudente, dezenas de ônibus fretados pelo MST partiram em direção a Brasília, onde haverá, na próxima semana, uma grande concentração de sem-terra. No Estado de Pernambuco, cinco fazendas foram invadidas desde domingo. Os sem-terra mantêm invadido o prédio da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) em Brasília. Militantes fizeram marchas e protestos também no Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Paraíba e Pará.

MST bloqueia rodovia do MS em protesto contra violência. João Naves de Oliveira – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013

Um grupo de sem-terra do MST está bloqueando, desde as 6h desta terça-feira, um trecho da rodovia BR-267 situado no distrito de Casa Verde, município de Nova Andradina, região leste de Mato Grosso do Sul. Os manifestantes, estimados em 2.500 pessoas pela Polícia Rodoviária Federal, estão protestando contra a violência no campo e exigem a implantação de novos assentamentos para as famílias acampadas em 54 dos 79 municípios do Estado, além da presença do superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no local.

Segundo o superintendente do Incra no MS, Celso Cestari Pinheiro, "não há necessidade da locomoção até o local". Ele explicou que no início deste mês, os líderes de movimento de sem-terra do MS se reuniram na sede do Incra em Campo Grande, quando foram esclarecidos sobre todas as ações destinadas às famílias que habitam os 178 assentamentos no MS e também aos acampados". Os esclarecimentos estão descritos no Plano Operacional da SR-16 e no Plano Estratégico da Reforma Agrária e serão entregues aos dirigentes de organizações públicas e privadas ligadas à questão agrária no Mato Grosso do Sul.

MPF pede condenação de ex-dirigentes do Incra. Fausto Macedo – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013

O Ministério Público Federal em São Paulo pediu à Justiça Federal que decrete a indisponibilidade dos bens do ex-superintendente regional do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra), Raimundo Pires Silva, e do ex-superintendente regional substituto, Guilherme Cyrino Carvalho. Eles são acusados de cometer irregularidades na compra da Fazenda São Luiz, localizada no município de Cajamar, na Grande São Paulo.

A Procuradoria da República quer a condenação de Raimundo Pires e Cyrino Carvalho por improbidade administrativa e o pagamento de R$ 4,4 milhões à União. Eles também podem ser proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e ter seus direitos políticos suspensos pelo prazo de até oito anos.

Segundo a ação, o Incra adquiriu a Fazenda São Luiz em 2006, logo após uma invasão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que pressionava pela realização de reforma agrária. O Incra pagou pelo imóvel, que possui 123,0682 hectares, um total de R$ 1,7 milhão.

Mesmo com parecer contrário de vários órgãos ligados ao meio ambiente - como a Promotoria de Justiça de Cajamar, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Jundiaí, Conselho de Meio Ambiente da OAB e Instituto de Arquitetos do Brasil -, os dois ex-dirigentes do Instituto concluíram o processo de compra e autorizaram o início do assentamento de famílias de trabalhadores sem-terra no local, sem as licenças ambientais necessárias.

Ainda em 2006, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública para que o processo de assentamento fosse suspenso até que as licenças ambientais fossem emitidas. A sentença da 2.ª Vara Federal de Campinas, de 2008, reconheceu ilegalidades praticadas pelo Incra e determinou a imediata paralisação do processo de assentamento, permitindo a permanência das 32 famílias que já estavam no local e limitando a utilização da Fazenda a apenas 20 hectares.

Prejuízos

Segundo a sentença, "o Instituto iniciou precocemente o assentamento, ignorando solenemente a imposição normativa de prévia obtenção da licença ambiental". Posteriormente, a sentença foi ratificada pelo Tribunal Regional Federal, que considerou "incontroverso" o fato de que o Incra iniciou o processo de assentamento "sem ter em mãos as licenças necessárias".

Agora, a ação por improbidade administrativa quer responsabilizar os ex-dirigentes do Incra de São Paulo pelos prejuízos causados à União já que, passados mais de seis anos, o Instituto ainda não conseguiu a licença ambiental para dar prosseguimento ao processo de assentamento de famílias sem-terra no local.

Segundo a assessoria de comunicação da Procuradoria da República em São Paulo, o Incra já tentou de várias maneiras, inclusive através de mandado de segurança, obter as licenças ambientais. Mas até agora os órgãos responsáveis não autorizaram a utilização da Fazenda para a realização de reforma agrária. "Os réus conduziram o processo de

aquisição do imóvel à revelia da lei, porque já tinham conhecimento das dificuldades em obter o licenciamento ambiental", pondera Pimenta.

Em Porto Alegre, Via Campesina protesta no Incra. Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 16/04/2013

Centenas de manifestantes ligados à Via Campesina ocuparam o estacionamento dos prédios da Receita Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre, nesta terça-feira, para pressionar o governo federal a atender às reivindicações do movimento. Embora não tenham tomado os edifícios, bloquearam vias de acesso na maior parte do dia, impedindo a entrada de parte dos funcionários e usuários dos serviços, o que prejudicou o expediente nas duas repartições. Os pequenos produtores rurais, sem-terra e atingidos pelas barragens pedem a aceleração da reforma agrária, renegociação de dívidas, compensações pela preservação da natureza e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

O grupo chegou do interior do Estado ao amanhecer e se instalou inicialmente diante da Receita Federal. Durante a manhã, se dividiu e ocupou também o pátio do Incra, que fica em um terreno ao lado. Os manifestantes não informaram até quando ficarão no local, mas demonstraram que estão preparados para vários dias, erguendo barracas e portando colchonetes, e condicionam a saída às negociações que seus líderes estão fazendo com o governo federal nesta semana, em Brasília.

MST acampa na frente do Incra da BA. Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Notícias. 16/04/2013

Cinco mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampam desde a quinta-feira (11) na frente da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, para cobrar do governo federal mais agilidade nos processos de desapropriação e assentamento de famílias sem-terra.

Além disso, os manifestantes pedem agilidade nas investigações da morte de um dos líderes do MST no sul do Estado, Fábio Santos Silva, assassinado com 15 tiros no dia 2, em Iguaí. A ocupação da área do CAB foi realizada após uma marcha de três dias, nos quais os manifestantes caminharam 41 quilômetros desde Camaçari, na região metropolitana de Salvador. De acordo com funcionários do Incra, a invasão foi pacífica e os trabalhos no local não foram paralisados. No mesmo dia em que os sem-terra chegaram ao local, líderes do movimento foram recebidos pelo governador Jaques Wagner (PT).

A ocupação deve durar até esta quarta-feira (17), quando está prevista uma manifestação dos sem-terra para lembrar os 17 anos do episódio conhecido como Massacre de Eldorados dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais foram assassinados

no Pará. "Nossa mobilização tem os objetivos de alertar para a violência que os sem-terra sofrem e de denunciar a lentidão do programa de reforma agrária do governo federal", afirma o líder da marcha, Márcio Matos. "Ainda temos 25 mil famílias acampadas no Estado, enquanto há uma grande quantidade de terra improdutiva que poderia estar sendo usada."

Câmara debate sobre uma das principais culturas da Agricultura Familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/04/2013

Na Bahia, estado com o maior número de agricultores familiares do Brasil (com 665.831 estabelecimentos), o segmento responde por 91% da produção de mandioca. No Piauí, a agricultura familiar é responsável por 95% da produção de macaxeira e, já no estado do Rio de Janeiro, 75% da produção do aipim são também oriundos dessa parcela de produtores. Com nomes variados regionalmente e formas de preparo distintas, a mandioca é um alimento apreciado de Norte a Sul do Brasil.

Importante para a economia nacional e para a cultura brasileira o produto foi tema de Audiência Pública, realizada nesta terça-feira (16), pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Em Brasília, convidados e participantes da reunião discutiram a comercialização, o cultivo, a produção e o uso de insumos da mandioca e derivados.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav) da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Nilton Pinho de Bem, destacou que o MDA possui uma série de políticas de incentivo à produção que abrangem os produtores de mandioca. “Praticamente todas as linhas do Pronaf contemplam a cultura da mandioca. Seja o Pronaf Custeio, Investimento ou Agroindústria, com juros negativos para os agricultores”, disse Nilton, durante a sessão.

“Os agricultores familiares contam também com o Seguro da Agricultura Familiar que cobre o custo da produção e garante 65% da receita líquida esperada. Temos os programas de Asssistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o de fomento à integração produtiva, bem como as Chamadas Públicas que oferecem Ater ao estabelecimento por um período continuado”, citou o diretor do Degrav.

“Por sua função estratégica para a segurança alimentar, tanto das famílias quanto do rebanho, a mandioca – planta rica em energia e altamente proteica – é uma cultura importante para a agricultura familiar, além de ter sua importância para os sistemas de produção dos agricultores”, apontou. Ele ressaltou, ainda, programas de compras institucionais que garantem mercado para os produtores de mandioca, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2012, a aquisição de mandioca e derivados pelo PAA foi de R$ 23,4 milhões, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Produção familiar

A agricultura familiar responde por 87% da produção nacional de mandioca. No Rio Grande do Sul, essa porcentagem é de 92%, e em Santa Catarina, 93%. Considerada uma cultura predominante da agricultura familiar, tem 42% de seu plantio feito em áreas menores de 10 hectares.

Os principais estados produtores no País são o Pará (20% da produção nacional), o Paraná (17%) e a Bahia (10%).

Segundo o chefe da Embrapa Mandioca e Fruticultura, Domingos Haroldo, o Centro Sul do Brasil apresenta maior produtividade e possui áreas maiores para o cultivo. Em geral, o país tem baixo índice de crescimento da produtividade devido a vários fatores, entre eles, cultivo em áreas com solos de baixa fertilidade e chuvas insuficientes. O baixo uso de insumos, os preços baixos e instáveis e o investimento em pesquisa inferior ao aplicado em outras culturas também foram apontados por Haroldo como entraves da produção.

Seminário 10 Anos de Políticas para Agricultura Familiar – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 16/04/2013

As políticas, os avanços e desafios da agricultura familiar nos últimos 10 anos foram discutidos no seminário promovido pelo Núcleo Agrário da bancada do PT na Câmara, nessa quarta (10) e quinta-feira

As políticas, os avanços e desafios da agricultura familiar nos últimos 10 anos foram discutidos no seminário promovido pelo Núcleo Agrário da bancada do PT na Câmara, nessa quarta (10) e quinta-feira (11). A ideia do encontro foi analisar o progresso das políticas públicas no meio rural, debater os limites das atuais políticas, bem como os desafios para novos avanços. Ao final do seminário foi produzido um documento de propostas para avanço nas políticas para a agricultura familiar.

O coordenador do Núcleo Agrário, deputado Padre João,explicou que muito foi conquistado, mas há enormes desafios a serem realizados. “Fizemos um balanço dos 10 anos do governo nas questões agrárias e também avaliações do Plano Safra e Pronaf, para verificar a real mudança na vida dos agricultores familiares. Esse balanço busca uma reestruturação do plano com o objetivo promover melhorias e ampliar o alcance do programa para os próximos anos”, disse Padre João.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, destacou: “Nós tivemos um aumento significativo no volume de créditos. A previsão é de que vamos chegar a R$ 17 bilhões em contratos assinados”, disse. Vargas também ressaltou a importância da variedade de políticas públicas para atender a todos que moram no campo: homens, jovens e, principalmente, mulheres. “A titulação conjunta dos lotes da reforma agrária

fez com que mais de 50% dos títulos de terra estejam hoje, no nome da mulher", explicou o ministro.

A representante do movimento da Via Campesina, Rosângela Cordeiro, destacou os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (Pnae). "São políticas que estão dando certo, que vêm para diminuir a insegurança do agricultor que quer produzir, mas não tem certo para onde vai vender", afirmou. Outro idealizador do seminário, o deputado Padre Ton (PT-RO), entende que os 89 parlamentares do PT devem se engajar mais para o fortalecimento da agricultura familiar.

A Coordenadora Geral da Fetraf-Brasil/CUT, Elisangela Araújo, avaliou como positivo os avanços do conjunto das políticas e programas para a agricultura familiar nesses 10 anos desde o lançamento do Plano Safra em 2003, destacando a importância das linhas de crédito para o Pronaf e a elevação do volume de recursos, PAA, PNAE, Habitação Rural, Crédito Fundiário, Garantia Safra, Programas de Garantia de Preço da Agricultura Familiar, Seguro Agrícola, lei geral do ATER entre outros programas e políticas importantes.

Elisangela, pontuando os avanços nos últimos 10 anos faz também uma reflexão sobre os desafios a serem enfrentados nos próximos períodos com o acesso ao crédito, à renda, acesso a terra, pesquisa, tecnologias adaptadas, juventude - sucessão na propriedade, educação profissional, acesso à água, modelo de produção bem como um conjunto de políticas estruturantes que precisa de ajustes, adequações e ate mesmo a criação de outros instrumentos capazes de atender a demanda da agricultura família e reforma agrária.

Participaram dos painéis de debates o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, representantes de vários órgãos do governo e de movimentos sociais como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, além de entidades de pesquisa e de apoio à agricultura familiar.

Conflitos agrários e impunidade serão debatidos no Senado. Gisele Barbieri – Site do MST. 16/04/2013

Nesta quarta-feira (17), será debatida a questão sobre conflitos agrários e a impunidade no campo, em Audiência Pública no Senado, em Brasília, às 8h, na sala da CDH no Senado (sala 2 da Ala Nilo Coelho).

A audiência ocorre na data em que marca os 17 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde este e outros temas relacionados aos conflitos agrários e a impunidade no campo serão debatidos.

A reunião foi pedida por requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), subscrito pela Senadora Ana Rita (PT-ES). A reunião contará também com a presença de deputados federais.

Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, ilustra como a violência e a impunidade no campo são consequências diretas da concentração fundiária no Brasil.

"De 1985 a 2011, há o registro de 1.616 pessoas assassinadas, em 1.220 casos", aponta Conceição, ao observar que Carajás não é um episódio isolado, pois a violência e a impunidade continuam no campo brasileiro.

Outro grande entrave é o poder judiciário, segundo Conceição. "A Justiça também é morosa no processo de aquisição de terras para a reforma agrária. O Poder Judiciário protege o direito da propriedade acima da necessidade de cumprimento da função social. Atualmente, 193 áreas se encontram com processos judiciais que impedem aquisição pelo Incra. São mais de 986 mil hectares de terras, em todo o País, que dependem da Justiça para a sua liberação para a Reforma Agrária".

Já Randolfe aponta que a impunidade no campo tem um aspecto claro. A ausência de políticas sérias e amplas de Reforma Agrária. "O Estado prioriza o latifúndio e desta forma estimula a violência", ressalta.

Carajás

O Massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em 1996, no estado do Pará, e resultou na morte de 21 trabalhadores Sem Terra. Todos executados pela Polícia Militar paraense, sob as ordens do à época governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB). Dois acusados no caso foram julgados, mas continuam em liberdade.

O Coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, os únicos julgados do caso, foram presos apenas em maio do ano passado, dez anos após terem sido condenados.

Sete Julgamentos em 2013

O ano de 2013 será marcado por sete julgamentos de crimes contra direitos humanos. O primeiro deles que encerrou no dia 5 de março julgou os acusados do assassinato do casal de extrativistas paraenses, José Claudio e Maria do Espírito Santo, no ano de 2011, em Nova Ipixuna/PA. O resultado não foi o esperado. Mais uma vez, foram condenados os executores e absolvido o mandante.

Os outros julgamentos referem-se aos casos da Chacina de Felisburgo (MG), Chacina de Unaí (MG), Chacina da Fazenda Princesa (PA), assassinato de Dezinho (PA), assassinato de Manoel Mattos (PB) e assassinato de Sebastião Camargo Filho (PR). Todos esses decorrentes de conflitos fundiários, sendo que os últimos quatro foram encaminhados para o sistema interamericano de direitos humanos.

Participaram do debate, Alexandre Conceição, diretor da Coordenação Nacional do MST, Alberto Ercílio Brock, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antônio Canuto, secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Antonio Escrivão Filho, coordenador-executivo da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos; Mário Guedes, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e Elisângela dos Santos Araújo, coordenadora-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

MST invade canal auxiliar da transposição do São Francisco no Ceará. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 16/04/2013

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) no Ceará invadiram nesta terça-feira (16) um canal de irrigação auxiliar à obra de transposição do rio São Francisco na região metropolitana de Fortaleza.

O protesto integra as ações do chamado "Abril Vermelho", quando o movimento intensifica ações pelo país em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

Os militantes acamparam no Canal da Integração, um canal de abastecimento de água atualmente usado para irrigação e que deverá complementar a obra de transposição do rio São Francisco. Os integrantes do movimento não interromperam o funcionamento do canal.

De lá, cerca de mil trabalhadores fecharam a BR-116 na altura de Pacajus (região metropolitana de Fortaleza).

O protesto ocorreu durante a manhã e causou congestionamento, mas a via foi liberada pela Polícia Rodoviária Federal e os manifestantes voltaram ao acampamento.

O objetivo do MST com a ação é cobrar medidas para atenuar os efeitos da seca na região. O movimento reclama que a água está sendo destinada ao agronegócio, e não à agricultura familiar.

Os secretários de Recursos Hídricos, César Pinheiro, e de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, foram ao local conversar com os sem-terra, mas eles exigiam uma reunião com o governador do Estado, Cid Gomes (PSB). Segundo a assessoria do governo, Cid os receberá na próxima quinta-feira.

De acordo com Pedro Neto, um dos líderes do MST no Estado, a pauta de reivindicações inclui perfuração de poços e projetos estruturantes para enfrentar os efeitos da seca.

O movimento também pede agilidade na reforma agrária e nos investimentos em infraestrutura em assentamentos rurais.

O Nordeste vive a pior seca dos últimos 50 anos. Segundo o governo federal, cerca de 10 milhões de pessoas em 1.415 municípios da região estão sendo atingidas pela estiagem que, em algumas localidades, começou no final de 2011.

MP DOS PORTOS: empresários apoiam desenvolvimento do Brasil – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 17/04/2013

As entidades representativas do setor empresarial reafirmam seu total apoio à Medida Provisória dos Portos (MP 595) e ressaltam a importância de sua aprovação pelo Congresso Nacional, para acelerar o desenvolvimento do setor produtivo, melhorar sua competitividade internacional e promover a inadiável organização do sistema portuário brasileiro.

A MP 595 responde aos desafios da produção agrícola, industrial e mineral. Os portos são um elo fundamental da cadeia logística do país. A retomada dos investimentos no setor deve ser feita com urgência e sua modernização, com vistas à superação dos gargalos hoje existentes, é imprescindível.

Ao criar os instrumentos para a integração do planejamento logístico, promover a abertura do setor a novos investimentos privados e estimular a concorrência, reduzindo custos, a Medida Provisória cumpre os objetivos. Por essa razão, o setor empresarial considera indispensável sua aprovação, com os aprimoramentos de texto pactuados com suas entidades representativas.

Mudanças acertadas com o governo aperfeiçoarão o marco regulatório criado pela MP 595, assegurando mais eficiência, redução de custos e, sobretudo, mais segurança jurídica. Os empresários consideram que o governo cumpriu seu dever com rigor, responsabilidade e sentido de Estado, ao entregar ao Parlamento e ao país um marco regulatório que cuida dos interesses do Brasil e busca construir o novo.

Brasília, 17 de abril de 2013

Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC

Senador Clésio Andrade – Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT

Senadora Kátia Abreu – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Paulo Roberto de Godoy Pereira – Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB

MP dos portos vai garantir investimentos privados e ampliar competitividade do setor produtivo – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 17/04/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou que o parecer sobre a Medida Provisória (MP) 595, que propõe um novo marco regulatório para o setor portuário, irá garantir os investimentos privados necessários para a construção de mais portos, ampliando a competitividade do setor produtivo brasileiro.

A manifestação foi feita nesta quarta-feira (17/4), após a leitura do relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), na Comissão parlamentar Mista responsável por analisar a MP. Por entendimento dos deputados e senadores do colegiado, foi concedida vista coletiva depois da leitura do parecer e os parlamentares voltam a se reunir na próxima terça-feira (23/4) para iniciar as discussões sobre a matéria, antes da votação do texto, marcada para o dia seguinte (24/4).

Ao avaliar o texto, a senadora afirmou que acredita na aprovação do relatório e que o País está diante de um "marco regulatório inigualável" para a logística brasileira. "É o que o Brasil precisa para garantir os investimentos privados para complementar o braço estatal, que não tem recursos suficientes para fazer os investimentos necessários", destacou a senadora.

Na sua avaliação, a construção de mais portos será fundamental para atender ao aumento de demanda por movimentação de carga nos terminais. No setor agropecuário, este crescimento é decorrente do aumento da produção de grãos e carnes, o que exigirá que o país tenha mais terminais para receber estes produtos nos portos, evitando filas extensas de caminhões, o que acaba prejudicando a renda do produtor. A presidente da CNA tem defendido, ainda, a urgência na construção de novos portos e na instalação de novos terminais, a fim de evitar um "apagão portuário".

O relatório apresentado hoje prevê várias mudanças na legislação portuária vigente e à versão original da MP encaminhada em dezembro ao Congresso, incluindo questões que permitirão maior concorrência e eficiência ao setor, o que poderá baratear os custos para o setor produtivo. Das 645 emendas apresentadas, foram acolhidas 137.

Uma das alterações incluídas no relatório trata do fim da discriminação entre cargas próprias e de terceiros nos Terminais de Uso Privativo (TUPs), o que irá atrair mais investimentos da iniciativa privada na construção destes terminais. "Isso eliminará as restrições à iniciativa privada", afirmou o relator. Pela legislação vigente, há a exigência de movimentação de carga predominantemente própria nos TUPs. A construção de

novos TUPs será feita por chamada pública e a empresa vencedora será aquela que tiver maior movimentação de carga com menor preço.

Outra mudança permitirá a renovação, por cinco anos, dos contratos de arrendamento dos terminais feitos antes de 1993, quando entrou em vigor a Lei dos Portos, sem contrapartida de investimentos das empresas que irão operar nos terminais. A versão original do texto previa a realização de novas licitações após o término dos contratos. Esta mesma regra vale para os contratos feitos após 1993, também por cinco anos, e que estão próximos do término da vigência, porém com o compromisso, por parte dos arrendatários, de realizar novos investimentos.

Para os contratos feitos após a sanção desta MP, o prazo de validade será de 25 anos, prorrogáveis uma única vez, por igual período. Outra mudança abre a possibilidade de o Governo federal delegar aos Estados a realização de licitações para a administração de alguns portos. Antes, a MP determinava que as licitações seriam realizadas apenas no âmbito federal.

O relatório apresentado, hoje, manteve as regras vigentes para o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), instrumento utilizado para a contratação de mão de obra nos portos públicos. Entretanto, a utilização do Ogmo nos novos TUPs, que funcionarão fora dos portos organizados, será facultativa. Depois de aprovada na Comissão Mista, a Medida Provisória tem que ser aprovada nos plenários da Câmara e do Senado até o dia 16 de maio, quando perde seu prazo de validade.

Indústria, serviços ou agronegócio? Lidia Goldeinstein – O Estado de São Paulo, Economia. 17/04/2013

Muitos analistas têm defendido a ideia de que chorar pela indústria é não enxergar o progresso. A queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) seria um processo intrínseco ao desenvolvimento, como mostram as estatísticas dos países desenvolvidos - aos quais deveríamos imitar. Lutar contra isso seria ir "contra as forças da natureza".

Essa visão incorre em três equívocos fundamentais.

O primeiro é não levar em consideração que as fronteiras convencionais entre serviços e manufatura estão esfumaçando: a tal ponto as manufaturas estão incorporando serviços de alto valor agregado nos seus processos produtivos, que manufatura e serviços estão ficando integrados em um processo comum, tornando obsoleta a velha divisão entre manufatura e serviços.

Não estamos falando do setor de serviços tradicional, de call centers. As manufaturas modernas investem pesadamente em ativos intangíveis, baseados no conhecimento, criando maior número de empregos intensivos em conhecimento, geralmente alocados estatisticamente no setor de serviços.

Muitos dos (bons) empregos no setor de serviços são, em geral, criados por demandas do setor industrial. Da mesma forma que empregos na indústria são gerados em decorrência das demandas do setor de serviços.

O segundo equívoco é não se dar conta de que esse processo não surgiu como resultado das "forças da natureza", mas, sim, de políticas públicas agressivas, que incentivaram o que vem sendo chamado de Economia Criativa e engloba os vários setores que têm na criatividade e nas novas tecnologias o seu motor de alavancagem. O advento da internet é um dos exemplos mais contundentes disso.

O terceiro equívoco é não se dar conta de que a história e os processos continuam e que se basear no retrato atual da divisão dos setores nos países desenvolvidos é não perceber que mudanças profundas continuam acontecendo e impactando o segmento manufatureiro e a divisão geográfica internacional da produção.

Uma nova revolução global no atual paradigma produtivo vem se desenhando. Novas tecnologias, novos materiais, novos processos produtivos, novas fontes de energia mais barata, novos avanços na tecnologia da informação, design digital, nanotecnologia... As novidades vêm de várias áreas e o resultado final ainda é pouco claro.

Mas o que está cada vez mais claro é que essas transformações não são da "ordem natural das coisas" e dependerão fortemente de como os países e suas políticas vão aproveitar as oportunidades, reforçando ou construindo suas vantagens comparativas.

Alguns países já perceberam e vêm tentando reformular suas políticas para que possam aproveitar esse novo processo e trazer suas indústrias de volta, reindustrializando-se.

No Brasil, espanta-me a facilidade com que muitos estão descartando a importância do setor industrial, enquanto no mundo as posições estão sendo revistas e as possibilidades ampliadas, graças às novas tecnologias e transformações do que no velho paradigma era chamado de manufatura.

Harvard, Brookings Institution, MacKinsey Global Institute, MIT Technology Review e inúmeras outras universidades, consultorias e instituições - públicas e/ou privadas - têm publicado estudos e relatórios em que destacam a importância da indústria (tanto para países desenvolvidos como para os em desenvolvimento) e as profundas transformações pelas quais estão passando.

Os ganhos de produtividade da indústria são repassados para os consumidores por meio dos preços e sua liderança clara em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) gera inovações que transbordam para outros setores: agricultura e construção.

Difícil de entender por que aqui no Brasil alguns ainda defendem a sua irrelevância e alguns dos que defendem a sua relevância a defendem com velhas políticas, que contribuem cada vez mais para torná-la mais irrelevante!

É preciso reconhecer quais as políticas públicas "modernas" que estão ajudando os países desenvolvidos a enfrentar as mudanças no paradigma produtivo e na geografia produtiva internacional. A crítica às politicas velhas não pode ser confundida com as críticas a qualquer politica.

MST faz protesto em várias cidades em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás – O Globo, País. 17/04/2013

Manifestantes reivindicam reforma agrária e melhores condições para os assentados

SÃO PAULO — O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza nesta quarta-feira uma série de manifestações em memória dos 19 sem terra assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, e pela realização da Reforma Agrária. Pela manhã, foram fechadas por 19 minutos rodovias próximas a municípios onde o MST atua. As mobilizações fazem parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, chamada de Abril Vermelho.

Em Brasília, cerca de 500 manifestantes marcharam pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os integrantes do Sem Terra, acampados no Acampamento Nacional Hugo Chávez, querem pressionar o governo federal a acelerar a reforma agrária.

O MST e servidores do Incra fizeram a doação de 2 toneladas de alimentos na Rodoviária do Plano Piloto. Entre os produtos distribuídos estão: mandioca, batata doce, quiabo, feijão de corda, abóbora, abobrinha verde, todos vindos dos assentamentos e acampamentos do Distrito Federal e Entorno.

— Lembramos os mortos do massacre de Eldorado dos Carajás e, ao mesmo tempo, denunciamos a paralisação da Reforma Agrária no Brasil. São 150 mil famílias acampadas e o Governo parou a política de criação de assentamentos, mesmo existindo mais de 69 mil grandes propriedades improdutivas no país, que controlam 228 milhões de hectares de terra, segundo o Censo de 2010 — afirma Diego Moreira , integrante da coordenação nacional do MST.

Em São Paulo, Integrantes de movimentos sociais em prol de moradias saíram de pelo menos sete pontos da cidade em direção à prefeitura, no centro da capital. Ali, eles integrariam um documento com reivindicações ligadas à habitação e pediriam uma audiência com o prefeito Fernando Haddad (PT). Os sem terra pretendem reunir 10 mil pessoas na porta da prefeitura paulista.

Segundo a Polícia Militar, cerca de 2.400 pessoas participam do ato no Viaduto do Chá, no centro. De acordo com informações da SPTrans, a presença dos manifestantes afeta também a circulação dos ônibus no local. Na região, 14 linhas passam pelo local e tiveram seus trajetos modificados devido ao protesto.

No início da tarde, Haddad subiu em um carro de som e conversou com os manifestantes, segundo a prefeitura. Depois, os secretários de Habitação, José Floriano de Azevedo Marques Neto, e de Relações Habitacionais, João Antonio da Silva Filho, receberam uma comissão de manifestantes.

Segundo o MST, no Paraná, foram fechadas rodovias de Cascavel, Ramilândia, Clevelândia, Renascença, Londrina, Guairaçá, Nova Esperança, Santo Inácio, Faxinal, Tamarana, Porecatu, Arapongas, Pitanga, Ivaiporã, Ponta Grossa, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Luiziana, e Mandaguari.

Em Curitiba, 150 militantes protestaram em frente ao Tribunal de Justiça do Estado para exigir o desbloqueio da Reforma Agrária e o julgamento dos crimes cometidos na disputa de terras. E em Belo Horizonte, cerca de 200 sem terra bloquearam o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, na altura do bairro Betânia, na região Oeste da capital, por 40 minutos.

Manifestantes invadem Secretaria de Educação em Porto Alegre

Cerca de mil manifestantes também invadiram a secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e a sede da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) no estado, em Porto Alegre. Uma parte dos sem-terra continua acampada, desde ontem, em frente aos prédios dos ministérios da Fazenda e da Agricultura, no centro da capital gaúcha.

Na secretaria de Educação, os manifestantes exigiram do governo estadual investimentos na educação pública nas áreas de assentamentos. Eles forçaram o portão de entrada e ocuparam o prédio aos gritos. Houve tumulto no local. Os sem-terra tiveram reforço de manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e Levante Popular da Juventude.

Uma comissão de representantes dos movimentos foi recebida pela secretária-adjunta da Educação, Maria Eulália Nascimento. Os sem-terra querem a construção de escolas emergenciais nos assentamentos de São Gabriel, reformas e ampliações nas escolas do campo e retomada do grupo de trabalho da educação no meio rural.

— Nossa avaliação é de que a educação nas áreas rurais é um direito nosso e um dever do Estado – afirmou Irene Mafio, da coordenação estadual do MST.

Na sede da Conab, também houve um encontro com um dos representantes do órgão no estado. Os agricultores reivindicam a criação de uma Política Nacional Camponesa que apresente alternativas aos limites enfrentados no campo para acesso aos conhecimentos, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, ao lazer, à cultura e que garanta as condições técnicas produtivas para a produção de alimentos saudáveis.

Leitor do CE pede união contra nova seca no Nordeste. Paulo Roberto Girão Lessa – Folha de São Paulo, Painel do leitor. 17/04/2013

Os nordestinos receiam uma nova seca em 2013. O calor e a secura entristecem o coração do nordestino. É hora de nos unirmos para sobrevivermos diante da necessidade de preservar a vida.

Todos unidos para as ações na convivência com a seca. Perfurar poços profundos, observar os mais necessitados de carro pipa e evitar o desperdício são ações importantes. Políticos evitem brigas e confusões em época de extremo sofrimento de muitos.

Que os prefeitos estejam conscientes de suas responsabilidades. O povo seja solidário uns com os outros. A seca se vence com fortaleza e fé!

Leitor lembra massacre de sem-terra ocorrido no Pará em 1996. José Orestes Merola de Carvalho – Folha de São Paulo, Painel do leitor. 17/04/2013

Hoje, terça-feira, 17 de abril, é o dia de lembrarmos os mortos no massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no Pará, em 1996.

Na ocasião, 21 sem-terra foram assassinados pela polícia porque marchavam pela estrada em uma manifestação pela reforma agrária.

Eles pediam terra para produzir alimentos para a gente da cidade e recuperar sua dignidade enquanto cidadãos de um país onde a desigualdade social e econômica gera a exclusão, a miséria e a escravidão.

MST fecha rodovias em 10 Estados e protesta em Brasília. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

Atos marcaram 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás e cobraram assentamentos

SOROCABA - O Movimento dos Sem Terra (MST) bloqueou nesta quarta-feira, 17, dezenas de rodovias em dez Estados brasileiros como parte das manifestações do "Abril Vermelho". Além de cobrar a aceleração da reforma agrária e o assentamento de 150 mil acampados em todo o País, os atos marcaram os 17 anos do confronto entre sem terra e a Polícia Militar do Pará em Eldorado dos Carajás, que terminou com a morte de 21 pessoas.

No interior de São Paulo, foram bloqueados trechos da via Anhanguera, perto de Ribeirão Preto, e da Raposo Tavares, em Itapetininga. Nos dois casos, a ação durou cerca de 20 minutos e provocou congestionamentos. Uma fazenda foi invadida em Agudos.

Um balanço divulgado pela assessoria do MST, que incluiu invasões de outros dias, menciona operações em 17 Estados. Segundo esse relato, os sem terra "trancaram 60 rodovias, realizaram ocupações de terras, prédios públicos, prefeituras, marchas e atos políticos e doações de alimentos por todo o País". Em um dos locais simbólicos do protesto, Eldorado dos Carajás (PA), cerca de dois mil militantes interditaram a rodovia PA-150, na altura da curva do S. No Paraná, foram fechados trechos de estradas estaduais e federais em 20 cidades. Além disso, houve um ato de protesto diante do Tribunal de Justiça, em Curitiba.

Em Pernambuco foram fechadas 12 rodovias e o MST ocupou as prefeituras de Goiana, na região norte, e de Moreno, região metropolitana do Recife. Quatro estradas federais - BR-060, BR-183, BR-167 e BR-267 - e três estaduais também foram parcialmente paralisadas em Mato Grosso do Sul. Em Minas Gerais, a ação principal atingiu o Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Em Mato Grosso, duas rodovias tiveram trânsito interrompido em Dom Aquino e Cáceres. Também foram bloqueados cinco trechos da BR-463, em Rondônia, e mais duas rodovias no interior de Maranhão. Houve ainda bloqueios em Sergipe e no Piauí. Em Fortaleza (CE), foi ocupada a sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Em Goiânia, o mesmo ocorreu com a sede do Incra.

MST bloqueia 12 pontos de rodovias de PE. Angela Lacerda – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) bloquearam nesta quarta-feira 12 pontos de rodovias federais e estaduais em Pernambuco, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 trabalhadores foram mortos por policiais militares em 1996. Os bloqueios demoraram em torno de 20 a 30 minutos, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal, sem ocorrência de tumulto.

Os sem-terra também ocuparam - de forma pacífica e pelo mesmo período de tempo - as prefeituras de Moreno e Goiana, na Zona da Mata. De acordo com a assessoria de imprensa do MST-PE, as ações, dentro do Abril Vermelho, denunciam a paralisação da reforma agrária e a violência no campo, além de chamar atenção para as reivindicações do movimento.

Outras ações devem ocorrer durante toda esta semana, no Estado. No domingo (14) e segunda-feira (15), o movimento promoveu cinco ocupações nas regiões do agreste, sertão e Zona da Mata.

Os bloqueios foram realizados com queima de pneus em cinco pontos da BR-101, dois na BR-232, dois na BR-104 e um na BR-422, na PE-96 e PE-375, em municípios do Sertão, Agreste, Zona da Mata e região metropolitana.

O MST reclama que em 2012 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou apenas uma área em Pernambuco e destaca, com base em dados do

relatório do Incra de 2009, que 57% dos latifúndios cadastrados em Pernambuco são improdutivos, somando um total de 411.657 hectares de terras improdutivas no Estado.

MST faz ações em memória das vítimas de Carajás. Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fez manifestações pelo Brasil nesta quarta-feira, 17, em memória dos 21 sem-terra assassinados no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996. As mobilizações desta quarta-feira por todo o País fazem parte também da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária e cobram a aceleração da desapropriação de terras e o assentamento de 150 mil famílias acampadas. O movimento afirma que está organizado em cerca de 1,8 mil cidades.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, até às 13h ainda não era possível contabilizar o número de cidades que tiveram ou ainda estão realizando ações. Um balanço dos protestos deve ser divulgado ainda nesta quarta-feira.

Um dos principais protestos registrados foi em Pernambuco. Segundo Jaime Amorim, da direção do nacional do MST e representante local, o movimento realizou 12 pontos de bloqueios em estradas do Estado. A ação teve início às 9h e durou aproximadamente uma hora. "A simbologia da manifestação é protestar contra a impunidade do massacre de Carajás e cobrar da presidente Dilma (Rousseff) ações pela reforma agrária, que está parada", afirmou Amorim, ressaltando que os protestos reuniram aproximadamente 2,5 mil pessoas. Em Pernambuco há 163 acampamentos organizados pelo MST, com mais de 16 mil famílias.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Pernambuco, via twitter, por volta das 12h desta quarta-feira, 17, todas as rodovias do Estado já estavam liberadas. No Estado de São Paulo, várias cidades registraram manifestações. Em Sorocaba, 150 famílias fecharam a rodovia Raposo Tavares, na altura do quilômetro 166 (Itapetininga) por 21 minutos, em homenagem aos 21 sem terra assassinados em Carajás.

Em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, a rodovia Anhanguera também foi interditada no quilômetro 340 por outras 150 famílias. Segundo a assessoria do MST, durante a ação, que também durou 21 minutos, os sem-terra doaram alimentos "como forma de dialogar com a sociedade e demonstrar as conquistas da Reforma Agrária".

No Vale do Paraíba, as famílias ligadas ao MST ocuparam o escritório do Instituto Biosistêmico (IBS). Já na região de Andradina, os trabalhadores optaram por uma manifestação diferente e doaram sangue nos municípios de Araçatuba e Fernandópolis.

No Rio Grande do Sul, cerca de 1,5 mil manifestantes ocuparam a secretaria de educação em Porto Alegre e, segundo a assessoria do MST, até às 12h30, ainda se

encontravam no local. Uma comissão de representantes dos movimentos foi recebida pela Secretária adjunta Maria Olalia, diz o MST.

Em Minas Gerais, cerca de 200 sem-terra bloquearam o Anel Rodoviário de Belo Horizonte por 40 minutos. Em nota, Ênio Bohnenberger, da direção estadual do MST, reforçou que o ato visa "protestar contra a morte de 21 pessoas em Carajás, no Pará, em um crime que completa 17 anos, e também cobramos a punição de Adriano Chafik, réu confesso do massacre de Felisburgo, que matou cinco trabalhadores em 2004".

Sem-terra deflagram 'abril vermelho' em nove Estados. José Maria Tomazela, Elder Ogliari, Tiago Décimo, Lauriberto Braga e João Naves de Oliveira – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

O Movimento dos Sem-Terra promete fechar estradas hoje para cobrar da presidente Dilma Rousseff um plano emergencial de assentamentos para 150 mil famílias. O MST afirma que está organizado em cerca de 1.800 cidades.

Desde o início do mês integrantes do movimento invadem terras e fazem protestos em nove Estados. A jornada conhecida como "abril vermelho" lembra os 21 sem-terra mortos em confronto com a PM paraense em Eldorado dos Carajás em 1996.

De acordo com Rosana Fernandes, da coordenação nacional do MST, a reforma agrária não avançou no governo Dilma. "Queremos com a jornada colocar a reforma agrária em pauta e pressionar o governo para fazer a desapropriação de terras."

Conforme números do movimento, há 523 processos judiciais envolvendo a reforma agrária no Brasil, dos quais 234 estão parados na Justiça Federal.

Em Porto Alegre, militantes do MST tomaram os estacionamentos e bloquearam os acessos dos prédios do Incra e da Receita Federal, impedindo a entrada de servidores e usuários. Os grupos armaram barracas e montaram acampamento no local. No Ceará, cerca de mil sem-terra ocuparam o canal construído pelo governo estadual para dar suporte à transposição das águas do Rio São Francisco. Os militantes queimaram pneus e fecharam por uma hora e meia a BR-116, em Pacajus, região metropolitana de Fortaleza.

Grupos bloquearam um trecho da BR-627 no distrito de Casa Verde, em Nova Andradina, no leste de Mato Grosso do Sul. Em Salvador, cinco mil integrantes do MST permanecem acampados desde a quinta-feira diante da sede do Incra. Em São Paulo, cerca de 300 militantes bloquearam duas estradas vicinais em Paraguaçu Paulista no final da tarde desta terça-feira.

Ação. O Ministério Público Federal pediu à Justiça a indisponibilidade dos bens do ex-superintendente regional do Incra em São Paulo Raimundo Pires Silva e do ex-superintendente regional substituto, Guilherme Cyrino Carvalho. Eles são acusados de

irregularidades na compra de uma fazenda em Cajamar. Eles já negaram as irregularidades.

MST ocupa sede de órgão federal em Fortaleza. Lauriberto Braga – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

Cerca de 500 manifestantes cobram efetivação de processos de reforma agrária e melhorias em assentamentos no Estado

Fortaleza - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiu nesta quarta-feira, 17, a sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) em Fortaleza. Os manifestantes cobram do governo federal a efetivação de processos de reforma agrária no Ceará. Eles estão ocupando toda a área térrea do prédio. São cerca de 500 pessoas que montaram barracas de lona.

Uma das líderes do MST no Estado, Maria José, diz que será entregue uma pauta de reivindicações aos diretores do Dnocs. "O que mais queremos no momento é água. Nossos assentamentos estão sem água nem para beber", reclama. O rebanho criado pelo MST teve uma perda de 80% no número de cabeças de gado devido à seca, afirma Maria José.

Os integrantes do MST cobram melhores condições para os mais de 400 assentamentos no Ceará. Para tanto, entregaram ao secretário estadual de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, pedidos de escolas, postos de saúde, açudes e incentivo ao plantio. O secretário prometeu para ainda esta semana responder às reivindicações dos sem-terra.

Na terça-feira, 16, mil pessoas ligadas ao MST ocuparam às margens do Canal da Integração, em Pacajus, na Região Metropolitana de Fortaleza. Nas proximidades dos quilômetros 49 da BR-116 eles bloquearam a rodovia federal no final da manhã por duas horas.

A ocupação do Dnocs segundo o MST é por tempo indeterminado. O mesmo eles disseram na ocupação do Canal da Integração que demorou 24 horas.

MST fecha rodovias em dez Estados pelo 'abril vermelho'. José Maria Tomazela e Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 17/04/2013

O Movimento dos Sem-Terra (MST) bloqueou rodovias em dez Estados nesta quarta-feira, 17, na sequência do "abril vermelho". Além de cobrar a aceleração da reforma agrária, as manifestações lembraram a morte de 21 sem-terra em confronto com a polícia, em 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará. No interior de São Paulo, rodovias importantes como a Anhanguera, em Ribeirão Preto, e a Raposo Tavares, em Itapetininga, foram bloqueadas durante cerca de 20 minutos por grupos do MST. Nos dois locais houve congestionamento.

Rodovias estaduais e federais foram fechadas em vinte pontos no Estado do Paraná. Os sem-terra fizeram um ato em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, em Curitiba. Quatro estradas federais - BR-060, BR-183, BR-167 e BR-267 - e três rodovias estaduais foram alvo de bloqueios em Mato Grosso do Sul. Em algumas, os manifestantes adotaram o sistema pare-siga a cada 20 minutos e mantiveram os bloqueios durante o dia todo. Em Mato Grosso, duas rodovias foram fechadas nos municípios de Dom Aquino e Cáceres. No Estado de Minas Gerais, integrantes do MST interditaram o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, no km 5, altura do bairro Betânia.

No interior de Pernambuco, além do interditar 12 rodovias, o MST ocupou as prefeituras de Goiana, na região norte, e de Moreno, região metropolitana de Recife. Em Eldorado dos Carajás (PA), local do confronto que resultou na morte dos sem-terra, cerca de dois mil militantes interditaram a rodovia PA-150, na altura da curva do S. Também foram bloqueados cinco trechos da BR-463, em Rondônia, e duas rodovias no interior de Maranhão. Houve ainda bloqueios em Sergipe e no Piauí. Em Fortaleza (CE), os manifestantes ocuparam a sede do Departamento Nacional de Obras Conta as Secas (DNOCS). A sede do Incra foi ocupada em Goiânia.

Incra recebe lideranças de movimentos sociais em todo o Brasil – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/04/2013

Este dia 17 de abril de 2013 foi marcado, no Ministério do Desenvolvimento Agrária e no Incra, por reuniões com lideranças de movimentos sociais defensores da reforma agrária, em Brasília e diversos estados do Brasil. Na sede da autarquia, o presidente do Incra, Carlos Guedes, acompanhou na manhã desta terça-feira (17) o ministro Pepe Vargas em reunião com integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema).

Já na quinta-feira (18), Pepe Vargas e Carlos Guedes vão receber os representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para tratar da pauta de reivindicações do movimento.

Paraná

No Paraná, o Incra recebeu agricultores do MST para uma série de reuniões para debater a situação dos projetos de assentamento no estado. Dentre os assuntos discutidos, estavam a obtenção de áreas para fins de reforma agrária, manutenção dos serviços de assistência técnica às famílias assentadas, infraestrutura (estradas rurais, energia e saneamento básico), aplicação de créditos, habitação e renegociação de dívidas, além da construção de escolas.

Nesta quarta-feira, as reuniões, foram tratados temas relativos ao assentamento de novas famílias. Na quinta-feira (18), a pauta será infraestrutura e qualificação dos assentamentos. Na sexta-feira (19), o Incra/PR e demais órgãos públicos federais

estarão reunidos, para encaminhar as demandas apresentadas, dentro de um modelo de atendimento integrado do Governo Federal. As reuniões foram realizadas no auditório da autarquia em Curitiba. "A reforma agrária é um programa de governo, assim outros órgãos também são responsáveis para levar qualificação às famílias assentadas", explica o superintendente do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes.

No estado do Paraná, de 2003 a 2013 foram criados novos 53 projetos de assentamento, com cerca de oito mil famílias assentadas no período. Somente no ano passado, foram assentadas 668 famílias no estado. Também em 2012 foram criados dois novos assentamentos com área total de 1.271,36 hectares, com capacidade para 59 famílias. Ao todo, são 18.290 famílias assentadas em 321 projetos de assentamento. O Incra/PR tem 106 processos de obtenção de novas áreas em andamento que somadas perfazem de 91.742,09 hectares, o suficiente para o assentamento de cerca de 5.730 mil famílias.

Bahia

Na Superintendência do Incra na Bahia, continua nessa quarta-feira (17) rodadas de discussões com os membros do MST sobre a pauta de reivindicações apresentada pelo movimento. Os encontros com técnicos da autarquia baiana foram solicitados pelas lideranças do MST e acontecem desde segunda-feira (15).

Na terça-feira (16), ocorreu em Brasília uma reunião com o presidente do Incra, Carlos Guedes, o secretário estadual da Secretaria de Relações Institucionais, Cézar Lisboa, o superintendente regional do Incra/BA, Luiz Gugé Fernandes, e representantes do MST baiano. Durante a reunião, as discussões sobre as questões relacionadas com infraestrutura e combate à seca foram transferidas para uma nova agenda que ocorrerá na quinta-feira (18), em Brasília, e que incluirá o ministro Pepe Vargas.

Goiás

Em Goiás, estão sendo tratados com representantes do MST assuntos relativos ao desenvolvimento dos assentamentos e questões fundiárias. As reuniões tiveram início nesta terça-feira (16), quando o tema debatido foi obtenção de terras.

Na oportunidade, foram repassadas informações sobre as novas normas para aquisição de áreas para reforma agrária, dados sobre o andamento de processos de desapropriação e sobre vistorias de imóveis rurais. O superintendente Jorge Tadeu Jatobá Correia, que conduziu o encontro, ressaltou que o momento vivenciado no Incra é de transição e aperfeiçoamento das normas de aquisição de áreas para a reforma agrária.

Segundo ele, uma das inovações é que o processo de aquisição terá que conter obrigatoriamente o projeto de parcelamento do imóvel. Com esta alteração, ele acredita que será reduzido o tempo que as famílias ficam na terra à espera da definição de onde poderão construir suas residências.

Violência e impunidade contra trabalhadores do campo persiste. Iris Pacheco – Site do MST. 17/04/2013

A tensão causada pela disputa por terras tem se agravado e elevado o número de mortos em conflitos fundiários no Brasil. Na maioria dos casos o poder judiciário omite sua responsabilidade em solucionar de assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais a garantia do direito à terra.

Em 2012, o número de assassinatos no campo cresceu 10,3% em relação a 2011, subindo de 29 para 32. As mortes aconteceram, em sua maioria, no Pará e em Rondônia, estados onde os conflitos por terras e as disputas em torno da exploração ilegal de madeira têm recrudescido nos últimos anos. No país, de 2000 a 2012, os conflitos agrários provocaram 458 mortes.

Para Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, "é preciso combater a impunidade contra a violência do latifúndio. Os dados dos conflitos no campo atestam o crescimento de crimes referentes à violação dos direitos humanos e conflitos agrários. Enquanto isso o judiciário permanece complacente na hora de julgar o latifundiário".

Abaixo, os assassinatos mais recentes e simbólicos daqueles que dedicaram sua vida lutando pela terra:

Rio de Janeiro

Cícero Guedes - Trabalhador rural e militante do MST

Em janeiro de 2012, Cícero Guedes foi assassinado por pistoleiros, nas proximidades da Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Cícero foi baleado com tiros na cabeça quando saía do assentamento de bicicleta.

A usina é um complexo de sete fazendas que totaliza 3.500 hectares. O local tem um histórico de 14 anos de luta pela terra. Em 1998 a área recebeu Decreto de Desapropriação para fins de Reforma Agrária. No entanto, até hoje a desapropriação não ocorreu.

Regina dos Santos Pinho – Militante do MST e CPT

Onze dias após a execução de Cícero Guedes, Regina dos Santos, é encontrada em sua residência com um lenço vermelho amarado no pescoço e seminua. Residente no assentamento Zumbi dos Palmares, Regina sempre contribuiu na militância do movimento e era referência em agroecologia no assentamento.

Pará

Massacre de Eldorados dos Carajás

Emblemático por ser considerado o maior caso contemporâneo de violência no campo, o Massacre de Eldorados dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, resultou em 21

mortos e 37 feridos de bala. A ação policial se utilizou de 155 homens de dois grupos da Polícia Militar do Pará para atacar os Sem Terras.

Em maio de 2002, em Belém, o coronel Mario Colares Pantoja, foi condenado a 280 anos de prisão pelo tribunal do júri e pelo assassinato dos trabalhadores. Mesmo sendo condenado, o réu só foi cumprir pena no Centro de Recuperação Anastácio das Neves (Crecran) em 7 de maio de 2012, 10 anos depois.

Mamede Gomes de Oliveira – Trabalhador rural e militante do MST

Em dezembro de 2012, "seu Mamede" foi assassinado dentro de seu lote na região metropolitana de Belém, com dois tiros disparados por Luis Henrique Pinheiro, preso logo após o assassinato.

Mamede era uma grande referência na prática da Agroecologia e criou o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Lapo), onde desenvolvia experiências de agricultura familiar para comercialização e consumo próprio.

José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva - Extrativistas

O casal de extrativistas foi assassinado em maio de 2011, no interior do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira, município de Nova Ipixuna, Sudeste do Pará.

Dois anos depois, o júri popular absolveu José Rodrigues Moreira, apontado pelo Ministério Público como mandante da morte do casal. O mesmo júri condenou a 42 anos e oito meses o irmão dele, Lindonjonson Silva Rocha, por ter armado a emboscada, e Alberto Lopes Nascimento, a 45 anos, como autor do duplo homicídio.

Ainda aguarda o julgamento de Gilsão e Gilvan, proprietários de terras no interior do Assentamento, que também teriam participado do crime como mandantes.

Paraná

Sebastião Camargo – Trabalhador Sem Terra

O trabalhador Sem Terra foi morto durante um despejo ilegal na cidade de Marilena, no Noroeste do Paraná, que envolveu cerca de 30 pistoleiros, entre eles Augusto Barbosa da Costa e Marcos Prochet, autor do disparo que matou o agricultor, todos integrantes de milícia organizada pela União Democrática Ruralista (UDR). Além do assassinato de Camargo, 17 pessoas, inclusive crianças, foram feridas durante a ação truculenta.

O julgamento dos acusados de assassinar Sebastião Camargo, que estava previsto para fevereiro desde ano, foi mais uma vez adiado.

José Alves dos Santos e Vanderlei das Neves - Trabalhadores rurais

Em 16 de janeiro de 1997, cerca de dez trabalhadores foram alvejados por tiros em uma lavoura de milho. Na ocasião, além de Neves e Santos, que morreram no local, José Ferreira da Silva, 38 anos, também foi ferido com um tiro de raspão no olho.

O crime aconteceu na Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu, da empresa Giacometi Marondin (atual Araupel). Os acusados, Antoninho Valdecir Somenzi, 57 anos, e Jorge Dobinski da Silva, 69 anos, foram absolvidos pelo júri, que alegou falta de provas para atribuir os crimes aos suspeitos.

Valmir Motta de Oliveira (Keno)

Em 2007, Valmir Motta de Oliveira, conhecido como Keno, foi morto por pistoleiros, quando o MST ocupou a área da empresa Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, para denunciar a transnacional pela realização de testes ilegais com transgênicos nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu.

Bahia

Fábio Santos da Silva – Militante do MST

Fábio foi assassinado por pistoleiros com 15 tiros, no início desde mês de abril, no município de Iguaí, região sudoeste da Bahia. Os militantes do MST da região começaram a sofrer ameaças dos latifundiários, desde o ano de 2010, quando famílias acampadas no Acampamento Mãe Terra realizaram diversas ocupações.

Minas Gerais

Massacre de Felisburgo

Foi em novembro de 2004. Cinco Sem Terra foram assassinados por jagunços armados, que invadiram o acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, na região do Vale do Jequitinhonha (MG). Outros 20 ficaram gravemente feridos, barracos e plantações foram queimados.

O latifundiário mandante do crime, Adriano Chafik, proprietário da fazenda Nova Alegria, ocupada havia dois anos por 230 famílias do MST, confessou publicamente ser o mandante da chacina.

Nove anos depois, o julgamento, inicialmente previsto para janeiro deste ano, foi finalmente marcado para o dia 15 de maio, em Belo Horizonte.

Chacina De Unaí

Em Janeiro de 2004, quatro servidores da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho foram assassinados quando apuravam uma denúncia de trabalho escravo em fazendas do agronegócio, na zona rural de Unaí, noroeste de Minas Gerais. A "Chacina de Unaí" motivou a celebração do dia 28 de janeiro como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

MST cobra Incra e Inea para destravar licenciamento ambiental no RJ. Alan Tygel – Site do MST. 17/04/2013

A Jornada de Lutas do MST continuou nesta terça-feira (16). Na semana em que o movimento se mobiliza no Brasil inteiro, lembrando os 17 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, cerca de 200 militantes de todo o estado do RJ foram para a sede do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

O órgão é responsável pelos licenciamentos ambientais no estado é um dos responsáveis pela paralisação da reforma agrária no Rio de Janeiro. O Incra e o Tribunal Regional Federal, outros órgãos envolvidos, receberam a visita do MST na segunda-feira (15).

Segundo Marcelo Durão, da coordenação nacional do MST, "o Inea foi criado para agilizar o licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos do Rio. Nos assentamentos, temos muita dificuldade de conseguir o licenciamento ambiental por causa do Incra, que tem que solicitar o procedimento a esse órgão, e por causa do Inea, que trava os processos. Já para empreendimentos como Porto do Açu, TKCSA e Comperj, que estão degradando e poluindo o meio-ambiente, o licenciamento ambiental sai bem rápido."

Os militantes chegaram à sede do órgão por volta das 10 horas, mas a direção só quis receber um integrante do MST. "Estamos aqui exigindo uma reunião com esse órgão, mas ele tem medo do povo. Quer que entre só uma pessoa do MST, mas só negociamos com as famílias de cada área. Só nos reunimos com no mínimo dez pessoas, pois temos a prática de coordenação coletiva.", exigiu Durão no microfone.

O desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária está fortemente ligado ao licenciamento ambiental. Sem ele, não existe crédito. A estimativa é de que existam hoje mais de 80 assentamentos sem o documento, ou com documentos ambientais provisórios vencidos.

Por volta de 11:30, o Inea cedeu e recebeu os militantes do MST. Na mesa, além da vice-presidente do INEA, Denise Rambaldi, e do subsecretário executivo da Secretaria Estadual de Ambiente, Luiz Firmino, estava o superintendente do Incra, Gustavo Souto de Noronha. O objetivo do MST foi colocar os dois órgão na mesa e esclarecer de quem é a culpa pelo não andamento dos processos.

Na avaliação de Cosme Miranda, da coordenação estadual do MST, a reunião teve um saldo positivo. "Tivemos ao menos o reconhecimento do sucateamento do Incra, que durante vários anos não deu andamento aos processos de licenciamento ambiental e acumulou muito trabalho. O Inea, por sua vez, se comprometeu a agilizar os processos e nos deu prazos. O primeiro já é para o dia 29 de abril. Vamos esperar."

Outra conquista foi a promessa de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Inea e Incra, em que o Incra se compromete a regularizar a documentação das mais de 80 áreas que têm pendência no órgão ambiental.

Caso o Incra não cumpra, o Inea já pode fazer a cobrança a partir do termo. Com o TAC, o Incra poderá liberar verbas do Pronaf mesmo sem a regularização no órgão ambiental, resolvendo um dos maiores entraves.

Também foi tratado na reunião o tema do Parque Estadual do Açu, que será criado como medida compensatória aos danos provocados pelo Porto do Açú. Segundo a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), a área prevista para o parque se sobrepõe a mais de 15 lotes do assentamento Che Guevara, em Campos dos Goytacazes. O Inea negou a sobreposição e afirmou que possíveis problemas serão solucionados.

Vale é alvo de protestos no Rio no dia nacional da luta pela Reforma Agrária – Site do MST. 17/04/2013

O MST, junto com o movimento dos Atingidos pela Vale, organizaram nesta quarta-feira um ato em frente à assembléia de acionistas da empresa.

Formada por moradores de comunidades impactadas, movimentos sociais e organizações sindicais, a Articulação de Atingidos foi mais uma vez para frente da sede global da Vale, na Avenida Graça Aranha, 26, no Centro, às 11h para denunciar as violações cometidas pela empresa e exigir a reparações aos grupos impactados.

A Vale S.A, é a segunda maior mineradora do mundo, presente em 38 países, se tornou um símbolo de violentos impactos socioambientais, violações de direitos humanos e trabalhistas por onde passa.

Pela primeira vez na história da assembléia de acionistas, o local foi alterado e transferido para acontecer no escritório comercial da empresa, na Barra da Tijuca. A esquiva é só mais uma mostra de como a Vale se isenta de suas responsabilidades, como não cumprir medidas reparatórias efetivas nas comunidades atingidas.

Manifesto pela manutenção da prisão do comandante do Massacre de Eldorado do Carajás – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 17/04/2013

Movimentos e organizações sociais, entre elas a CPT, divulagm manifesto em que exigem a manutenção da prisão do comandante do massacre de Eldorado dos Carajás. Advogados do coronel Pantoja entraram, mais uma vez, com pedido de prisão domiciliar. Confira o manifesto:

Nós membros de organizações, indígenas, de atingidos por barragens, de juventude, religiosos, e religiosas, camponeses e camponesas de varias partes do Pará, artistas, estudantes, professores, intelectuais do Brasil e do mundo que acompanhamos o julgamento dos acusados pelo assassinato do casal de extrativistas, Maria do Espírito Santo e José Claudio, em maio de 2011 e que presenciamos a vergonhosa absolvição do mandante do crime, ressaltamos.

Diante dos fatos históricos;

Em março de 2011, o Ministro Gilmar Mendes, decidiu pela negação de mais um, de umas centenas de pedidos de Habeas Corpus feitos pelos dos advogados do réu, Mario

Colares Pantoja, condenado a prisão de 280 anos pelo tribunal do júri em 16 de maio em Belém, pelo assassinato de 19 Trabalhadores Rurais Sem Terra em Eldorado do Carajás em 17 de abril de 1996.

Da condenação pelo tribunal do Júri, em maio de 2002 o réu só foi cumprir pena no Centro de Recuperação Anastácio das Neves – CRECRAN, Vila de Americano em Santa Izabel do Pará. Em 07 de maio de 2012, 10 anos após ter sido condenado.

Passado apenas cinco meses no CRECRAN, os advogados de defesa sobre alegação, de que o preso "está muito doente e precisa envelhecer com dignidade" solicita ao MM Juiz de Direito João Augusto de Oliveira Junior titular da 2ª Vara Criminal de Belém, a transferência do Centro de Recuperação Anastácio das Neves para prisão domiciliar. Com as mesmas desculpas que o deixaram em liberdade por quase uma década após a sua condenação.

Nos manifestamos;

1. É vergonhoso, que as vésperas do massacre de Eldorado do Carajás completar 17 anos, ainda haja esse grau de impunidade. Um dos únicos condenados pleitearem prisão domiciliar. Não concordamos com essa manobra, está explicitar o tamanho descalabro do comandante do Massacre.

2. Tal grau de impunidade faz do Pará o estado de maior violência no campo, de mortes de trabalhadores, o Judiciário precisa funcionar para a condenação e manutenção das penas dos assassinos.

3. Até hoje o massacre de Eldorado do Carajás continua impune, as viúvas sem serem reparadas, os que ficaram com seqüelas todos com idade entre 50 e 65 anos sem tratamento adequando, e os seus mandantes e soldados sem nenhuma condenação exemplar.

Em nome das organizações que assinam esse manifesto, pedimos ao MM Juiz de Direito João Augusto de Oliveira Junior titular da 2ª Vara Criminal de Belém, que mantenha o Coronel Mario Colares Pantoja onde ele está cumprindo pena, no Centro de Recuperação Anastácio das Neves – CRECRAN, Vila de Americano em Santa Izabel do Pará.

Entendemos que é papel do Estado e do judiciário resguardar a sociedade de conviver com um assassino de tamanha crueldade, assim como mantê-lo sobre as mesmas condições porque passam todos os outros detentos do sistema prisional paraense.

Marabá, Cidade Centenária, 17 de abril de 2013

Assinam este manifesto:

Movimentos dos Atingidos por Barragens-MAB, CEPASP, FECAT, CPT Marabá, CPT Anapu, CPT Regional Norte II, CNBB Regional Norte II, COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ Regional Norte II, FREC, LPEC/UFPA, Marabá, DEBATE E AÇÃO, COMITÊ

DORATHY, SINDUFPA/Marabá, PASTORAL CARCERÁRIA, Marabá, Comitê de Defesa de Anapu, CONLUTAS/PA, STR, Rondon do Pará, Diretório Acadêmico da UFPA/Marabá, ANEL, Assembléia Nacional dos Estudantes Livres, ARFUOJY, Associação Afro Cultural OYÁ JOKOLOSSY. FACSAT, Faculdade de Ciências Sociais Araguaia Tocantins, MST, IFPA, Campus Rural de Marabá.

MST bloqueia estradas no PR em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás – Folha de São Paulo, Poder. 17/04/2013

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloquearam 20 rodovias estaduais e federais no Paraná nesta quarta-feira (17), em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás (PA), ocorrido em 1996.

As estradas ficaram fechadas por 21 minutos, entre as 9h e as 9h21 -número alusivo às 21 mortes ocorridas no confronto entre os sem-terra e policiais militares, há 17 anos (o MST inclui na lista dois óbitos que ocorreram nos dias seguintes ao conflito).

De acordo com as polícias rodoviária estadual e federal do Paraná, não houve tumulto.

Os sem-terra também fizeram um protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, em Curitiba, para onde levaram 21 cruzes com os nomes dos colegas mortos no massacre.

"Queremos mostrar à sociedade a morosidade do Poder Judiciário", diz José Damasceno, membro da coordenação estadual do MST no Paraná.

Para ele, a Justiça tem tomado decisões "tendenciosas" contra o movimento. "Uma reintegração de posse sai em até 24 horas, mas quando se trata de desapropriação fundiária, os processos se arrastam por anos e anos."

A coordenação estadual do MST terá uma reunião com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na manhã desta quarta-feira para reivindicar o assentamento de 5.100 famílias que estão acampadas no Paraná, em cerca de 60 áreas invadidas.

Segundo ele, a maioria dos acampados está nas áreas desde o início do governo Lula. "O ritmo de assentamentos desacelerou muito desde então", afirma Damasceno.

Esplanada. Em Brasília, cerca de 500 manifestantes marcharam pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Supremo Tribunal Federal. Fizeram também protestos em frente ao Congresso Nacional e ao Ministério da Justiça.

Nas contas do movimento, há no País 523 processos judiciais envolvendo reforma agrária.

Pela parte da manhã, ocorreu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal sobre a impunidade e violência no campo, em que também foi feita uma homenagem aos mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás.

Às 11h, o MST e servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra promoveram a doação de duas toneladas de alimentos sem agrotóxicos para a população de Brasília, na Rodoviária do Plano Piloto.

Entre os produtos a serem distribuídos estavam mandioca, batata doce, quiabo, feijão de corda, abóbora, abobrinha verde, todos provenientes dos assentamentos e acampamentos do Distrito Federal e entorno.

Arrumar o futuro. Carlos Alberto Sardenberg – O Globo, Opinião. 18/04/2013

É preciso colocar a economia em ordem, sem inflação, sem dívidas excessivas, abrir espaço para um futuro adequado

Tem jeito para tudo ou, vá lá, para quase tudo — é o que nos diz o FMI em seu último Panorama Econômico Mundial. Os alemães, por exemplo, dariam uma boa ajuda à Europa se gastassem mais, tanto as famílias quanto o governo. E deveriam gastar comprando coisas dos vizinhos em dificuldades, além de viajar para lá.

Já os franceses precisam trabalhar mais e economizar mais. Precisam também criar condições para isso, com uma boa reforma para aumentar a competitividade de seus produtos.

Italianos, portugueses e gregos não têm outro jeito senão prosseguir na austeridade para equilibrar dívidas públicas e privadas. Mas, cuidado. Excesso de austeridade pode matar.

Japoneses fizeram muito bem em iniciar políticas de estímulo ao consumo para sair da recessão. Uma "inflaçãozinha", uns 2% ao ano, seria boa ajuda para convencer as pessoas a gastar mais.

Mas o governo não pode se esquecer de que carrega uma dívida enorme que, em algum momento, terá de ser reduzida.

Isso também vale para os americanos. Tudo bem com a política de gastos agora, mas devem ao menos dizer quando voltam à austeridade para reequilibrar as finanças públicas.

Os emergentes fizeram um bom papel até aqui, mantendo um bom ritmo de crescimento, mas precisam voltar a cuidar dos fundamentos. Quais? Os clássicos: inflação baixa e estável, de menos de 3% ao ano, contas públicas equilibradas, dívida externa financiável.

E todos, literalmente, precisam fazer reformas estruturais. São de dois tipos. No primeiro grupo, estão as reformas destinadas a garantir financiamento de longo prazo para os gastos que mais pressionarão o bolso das famílias: aposentadorias e saúde. A causa é a mesma: com melhores condições, as pessoas estão vivendo mais.

Poderão dizer: mas isso é responsabilidade dos Estados. Tudo bem, mas continua saindo do bolso das famílias, que pagam os impostos direta ou indiretamente. Ou seja, a coisa é mais complicada: é preciso construir esquemas para financiar tanto gastos públicos quanto privados.

Isso exige a criação de estímulos e condições para que os jovens de hoje poupem para financiar seu futuro. Mas também exige que os, digamos, mais maduros, na ativa, trabalhem um pouco mais e contribuam um pouco mais.

Há aí uma clara dificuldade política e psicossocial: sacrifícios no presente para ganhos lá na frente e, em parte, ganhos da outra geração.

O segundo grupo de reformas tem como objetivo abrir caminhos para o desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e inovação. Considerem só um caso: comida.

A população mundial cresce mais no lado emergente, onde há também expansão econômica e, pois, ganho de renda. Portanto, são pessoas deixando a pobreza, ingressando nas classes médias, o que significa maior consumo de alimentos.

No outro lado da equação, há escassez de terra cultivável e ambientes já degradados. Conclusão: é preciso produzir mais alimentos, mais nutritivos, em espaços menores, sem destruir o que sobra de natureza e, de preferência, refazendo o que foi destruído.

Isso depende de ciência e tecnologia — ou seja, de boas escolas e institutos de pesquisa — mas também de instituições que permitam a passagem do conhecimento para a inovação prática nos campos e nas fábricas.

A Embrapa, por exemplo, está desenvolvendo uma vaca transgênica, de cujo leite se poderá extrair insulina. Em outras pesquisas, aqui e lá fora, nos setores público e privado, também estão sendo desenvolvidos bois e vacas que produzem carne mais saudável e mais nutritiva, em menos tempo de vida. Há uma vaca que produzirá leite sem lactose. E por aí vai — difícil e complexa realização. Entretanto, aqui no Brasil e em vários outros países, mais difícil e complexo será passar pelas diversas instâncias governamentais para obter a aprovação legal dessas vacas. Sem contar o inevitável debate "político" — seria a vaca transgênica um fruto proibido do agronegócio capitalista? — o que pode atrasar ainda mais esse processo.

Aqui também se está preparando o futuro. Esses alimentos ficarão prontos para as novas gerações, mas seu desenvolvimento tem de ser pago pelas atuais.

É verdade que sempre foi assim, uma geração preparando para a outra, mas nem sempre funciona. Não raro, os de hoje criam problemas para os de amanhã. E parece que o momento atual, no mundo, é decisivo. As gerações atuais usufruem de avanços extraordinários obtidos ao longo do século passado, graças aos quais vivemos mais e melhor, mas está chegando a hora de pagar a conta.

O que nos leva de volta ao começo: é preciso colocar a economia em ordem, sem inflação, sem dívidas excessivas, abrir espaço para um futuro adequado.

Falar é fácil.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

Presidente da CNA defende ampliação da cobertura do seguro rural – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Econômicos. 18/04/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu a ampliação do volume dos recursos para a subvenção ao seguro rural como forma de evitar perda de rentabilidade e minimizar os prejuízos dos produtores rurais em caso de problemas climáticos e pragas. Esta é uma das propostas da entidade para o próximo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014, que será anunciado pelo Governo Federal no início de junho. As propostas da entidade para o PAP, que traz as diretrizes de financiamento para o setor, foram discutidas nesta quinta-feira (18/04) em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado. Ao final da reunião, os membros da CRA apoiaram as sugestões da CNA.

Ao apresentar as propostas da entidade para o plano de safra, a senadora Kátia Abreu propôs a destinação de R$ 860 milhões para o seguro rural, o dobro do montante disponibilizado em 2012, o que elevaria a cobertura de área plantada em mais 10 milhões de hectares, contemplando 20% da área plantada no Brasil. "Hoje, temos 5% da safra segurada. Somos uma indústria a céu aberto, correndo riscos com problemas climáticos e doenças. Por isso, o seguro agrícola é fundamental para os produtores rurais trabalharem em paz", ressaltou a senadora.

A meta é ter 50% da safra brasileira segurada até 2015. Nos Estados Unidos, a cobertura é de 86%. Além da ampliação do seguro, a CNA defende que o produtor receba a subvenção diretamente, com o objetivo de baixar os custos de contratação, estimular a concorrência entre as seguradoras e expandir o número de empresas que atuam no segmento do seguro rural. Hoje, as seguradoras recebem a subvenção e repassam os custos ao produtor rural. Para os próximos anos, disse a presidente da CNA, a meta é chegar a R$ 2 bilhões em recursos.

"Estamos bastante otimistas e na expectativa de que essa e outras propostas possam ser acatadas pelo Governo federal", acrescentou. Outro ponto abordado na comissão foi a

ampliação de recursos para a construção de armazéns nas fazendas. Hoje, a capacidade de armazenagem de grãos no Brasil é de 70% da safra. Apenas 13,6% das propriedades brasileiras possuem armazéns. Nos Estados Unidos, mais de 50% das propriedades dispõem de infraestrutura para armazenagem.

Segundo a presidente da CNA, esta proposta ajudaria a diminuir as filas de caminhões que chegam aos portos, reduzindo os custos de transporte da safra. "Isso não irá comprimir os portos e o produtor ficará mais tranquilo para armazenar sua produção e esperar a hora certa para comercializá-la", justificou. Também em relação à armazenagem, ela defendeu a necessidade de mais armazéns na região conhecida como Mapito (Maranhão, Piauí e Tocantins) para garantir o abastecimento de grãos na região Nordeste, que tem tido dificuldades no suprimento de milho para a alimentação de animais.

A ampliação dos investimentos em pesquisa e inovação foi outro tema abordado pela senadora para permitir a ampliação da produtividade. "Esse é o oxigênio do setor agropecuário", destacou. Hoje, o investimento do governo neste setor corresponde a apenas 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Desta forma, a presidente da CNA defendeu o fortalecimento das entidades estaduais de pesquisa e a criação de linhas de financiamento a projetos privados de pesquisa.

Defendeu, ainda, a maior utilização da área irrigável no Brasil, que hoje é de 30 milhões de hectares, mas apenas cinco milhões são efetivamente aproveitados. Com o auxílio da pesquisa e da inovação, enfatizou a senadora, será possível dobrar a área aproveitada nos próximos 10 anos.

Outra iniciativa foi o fortalecimento do setor leiteiro, a partir de ações voltadas para a qualidade do leite, visando inserir cada vez mais pecuaristas na atividade comercial para obter renda. De 1,3 milhão de produtores de leite, 850 mil comercializam sua produção. Entretanto, grande parte das propriedades tem baixíssima produtividade, chegando a menos de 10 litros/dia.

A ideia da CNA, ao aprimorar a qualidade do leite, é iniciar estas ações pelos cinco maiores Estados produtores (Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), que respondem por 80% da produção. Para atender à pecuária leiteira, a CNA defende uma linha de R$ 1,1 bilhão.

Média agroindústria – Durante a reunião da CRA, a senadora Kátia Abreu também propôs medidas para fortalecer as pequenas e médias agroindústrias, especialmente por meio da oferta de linha de crédito para capital de giro. "Pode emprestar para as grandes empresas, mas não pode deixar de emprestar para os pequenos e médios", afirmou a presidente da CNA. Sobre o café, a presidente da CNA afirmou que o Governo definirá, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN), um novo preço mínimo de R$ 360 por saca de 60 quilos.

Nordeste – A senadora Kátia Abreu propôs aos senadores que o Congresso Nacional, em parceria com o Governo federal, discuta os problemas da população do Nordeste, inclusive dos produtores rurais, que sofre com uma das piores secas dos últimos anos. "Ninguém perdeu menos de 50% do seu rebanho. A seca dizimou tudo", afirmou. Para a presidente da CNA, uma solução definitiva para esse problema envolve investimentos em pesquisa e inovação.

Para debatedores na CDH, modelo econômico gera conflitos no campo – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/04/2013

Marcando os 17 anos do massacre de Eldorado do Carajás, a audiência da CDH desta quarta-feira (17) foi marcada por críticas à impunidade e à morosidade da Justiça.

Marcando os 17 anos do massacre de Eldorado do Carajás - conflito com policiais militares, no Pará, que resultou na morte de 21 trabalhadores sem terra em 1996 -, a audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) desta quarta-feira (17) foi marcada por críticas à impunidade e à morosidade da Justiça, considerando que esses fatores estimulam a continuidade da violência.

Antônio Escrivão Filho, coordenador executivo da organização de direitos humanos Terra de Direitos, atribuiu a violência no campo ao descumprimento da função social da terra e classificou a impunidade como "padrão institucional" do Estado brasileiro diante das violações de direitos dos "povos da terra":

- Quando mandantes percebem que o Estado não tem vontade política para investigar esses crimes, sentem-se estimulados para cometer mais crimes - afirmou.

Para ele, o Poder Judiciário ainda resiste a dialogar com os movimentos sociais, quando precisaria dar tratamento especial às ações coletivas fundiárias e se afastar da cultura do despejo forçado. Ele afirma que os movimentos sociais estão atentos para esclarecer aos operadores da Justiça a realidade do campo.

Alessandra Lunas, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criticou o "modelo de desenvolvimento concentrador" que gera conflitos agrários - conforme ressaltou, a África e a América Latina apresentam os maiores índices de violência no campo - e que se põe como desafio para os movimentos sociais e o governo brasileiro. Ela defendeu a agricultura familiar como instrumento de soberania alimentar, afirmando que é preciso disseminar a consciência de que a concentração de terras "vai doer no bolso" do povo, e pediu a federalização do julgamento de conflitos agrários.

Elisângela dos Santos Araújo, coordenadora-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), considera fundamental para o Brasil avançar na reforma agrária. Ela tratou das várias formas de violência no

campo, situação que atinge mais fortemente os negros e as mulheres, alertando que essa violência não é vista devidamente pela sociedade:

-- Para nós, tudo isso tem um sentido: o modelo de produção que temos no país, que destrói a natureza e apresenta uma grande concentração fundiária - disse, denunciando a "estrangeirização" das terras brasileiras.

Ela define que a persistência dos conflitos no campo desafia as políticas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff para o fortalecimento dos assentamentos e pela agricultura familiar.

Por sua vez, Alexandre Conceição, diretor da coordenação nacional do MST, lamentou que, 17 anos depois de Eldorado do Carajás, o Judiciário ainda seja "classista" e "criminalizadordos movimentos sociais e da política". Ele criticou a lentidão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas desapropriações de terras, e cobrou a discussão de um modelo alternativo ao agronegócio:

- Reforma agrária não é um programa compensatório, mas um programa para produzir alimento barato e saudável.

Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgou dados do relatório anual da entidade, salientando o aumento de 24% dos assassinatos de trabalhadores rurais entre 2011 e 2012. Canuto denunciou as pressões sobre as terras de índios e quilombolas, "grupos humanos que não se enquadram no capitalismo", e a continuidade do modelo de desenvolvimento predatório. Ele condenou os parlamentares da bancada ruralista, que, em seu ponto de vista, têm impedido o avanço da luta dos trabalhadores.

Representante do Incra na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Cláudio Rodrigues Braga sublinhou que a lentidão do Poder Judiciário em conflitos agrários aumenta onde a distribuição de renda é pior, e disse que o Estado tem que ter muita habilidade para atuar de "forma harmônica" nesses casos.

Pronera apoiou a formação de cerca de 500 mil assentados no País em 15 anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013

Os 15 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Incra (Pronera) foram celebrados nesta quinta-feira (18), durante evento ocorrido em Brasília que reuniu diversos públicos envolvidos no programa, como a representação de movimentos sociais, o meio acadêmico, alunos e professores. O Pronera foi apontado por todos os presentes como uma importante referência para a educação no campo. Desde sua criação em 1998, o programa atendeu cerca de 500 mil assentados de diferentes faixas etárias e níveis de ensino, com investimentos de R$ 200 milhões.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, disse que o Pronera é resultado da luta do povo brasileiro na construção de uma sociedade mais justa. A despeito de

inúmeras conquistas, como o olhar das universidades públicas para a educação no campo, Vargas avalia que ainda há espaço para muitos avanços, como o aprimoramento e a atualização do conteúdo pedagógico, o fortalecimento da escola família rural e a concepção da pedagogia da alternância.

Para o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, o balanço dos 15 anos é um ponto de partida para se projetar a atuação futura do Pronera. Guedes reiterou que o Incra vai assegurar recursos para a continuidade da formação das famílias assentadas desde a alfabetização até o nível superior. Ele avalia que 16 dos 36 projetos de residência agrária, que serão desenvolvidos com universidades públicas, beneficiarão pelo menos 20 mil famílias com o conhecimento de práticas em agroecologia. O presidente colocou como desafio futuro a articulação do Pronera com o Pronatec-Campo, a fim de que seja criada uma metodologia que possa qualificar assentados e candidatos à reforma agrária.

As ações do Pronera são voltadas para trabalhadores rurais e abrangem o ensino de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA), de nível fundamental, nível técnico, nível médio e superior, inclusive para pós-graduação e reciclagem para professores de escolas rurais.

Para a coordenadora do Pronera, Clarice dos Santos, o programa é uma política pública consolidada que conta com grandes desafios. "Temos ainda grandes desafios a serem enfrentados como o alto índice de analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade nas áreas de Reforma Agrária e a capacitação técnica para o trabalho da juventude." avaliou a coordenadora.

Neste ano, 11.696 assentados e professores de escolas onde há alunos provenientes de assentamentos da reforma agrária estão sendo beneficiados. Deste total, 5.746 estudantes estão cursando a alfabetização ou o nível fundamental e médio. Outros 846 estão em cursos técnicos preparados para a realidade dos moradores do meio rural, em oito estados, onde aprendem sobre agropecuária e agroecologia.

Entre os cursos de nível superior, o Pronera oferece graduação em diversas áreas e especializações, com a de Educação do Campo e Agroecologia para a Agricultura Familiar e Camponesa, organizada pela Unicamp. Outra de destaque é a especialização em Agroecologia, Escola e Organização Coletiva, para a formação de profissionais que vão atuar na educação em projetos de assentamento do Pará, oferecida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e muitos outros.

Juventude

Sobre os jovens no meio rural, Clarice aponta a necessidade de uma atenção especial. "Mais da metade dos jovens brasileiros estão fora da escola e no meio rural esta situação é ainda mais grave. Os alunos que se formaram pelo Pronera podem ser importantes multiplicadores de conhecimento em seus assentamentos. Por isso, estamos construindo uma parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e outros ministérios e

órgãos parceiros, para buscar viabilizar investimentos em projetos produtivos articulando com processos educativos para a juventude assentada", disse a coordenadora.

Histórico

O Pronera foi lançado em 1998 por proposição dos movimentos sociais do campo, com o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), e apoio do Unicef, Unesco e CNBB. À época, o CRUB apresentou diagnóstico da situação dos assentamentos, onde se constatava a ausência do Estado brasileiro no campo da educação e a necessidade de criação de um programa especial de educação para a reforma agrária.

O programa do Incra é uma política que articula universidades, governo e movimentos sociais para incluir os assentados nas políticas educacionais e ampliação do direito à educação para trabalhadores rurais. Em 2002, o orçamento do Pronera saltou de R$ 9 milhões no primeiro ano para R$ 50 milhões já no segundo ano. A partir daí, ampliaram-se as ações para nível médio, superior e pós-graduação em Residência Agrária. No PPA 2004-2007, o Pronera passou a constar como programa específico no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ações orçamentárias.

O Pronera foi referência para a elaboração do Procampo - Licenciatura em Educação do Campo –, do Ministério da Educação, e para a criação do Pronacampo. O Pronera hoje conta com legislação própria e é reconhecido pelo Decreto da Educação do Campo e do Pronera (Decreto n.º 7.352/2010) como integrante da Política Nacional de Educação do Campo.

Trigo trouxe remuneração 48% maior aos produtores do Paraná – O Globo, Economia. 18/04/2013

Os produtores de trigo do Paraná venderam o cereal ao preço médio de R$ 37 a saca de 60 quilos na safra 2012/13. O valor foi 48% maior do que o do ciclo anterior, quando o preço médio do cereal comercializado no Estado foi de R$ 25 a saca, segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

O valor médio vendido na última safra está também 12% acima do custo de produção do cereal no Estado, que é de R$ 33 a saca, segundo o diretor técnico da Ocepar, Flávio Turra.

Ele explica que por conta dessas cotações do trigo que ainda estão elevadas e da perspectiva de encolhimento nos preços do milho contribuirão para um aumento de 9% na área plantada. Segundo a Secretaria de Agricultura do Paraná (Seab) serão cultivados 845 mil hectares do cereal no ciclo 2013/14 que, para a Seab, é a safra 2012/13.

Se esse cultivo se confirmar, o Paraná pode retomar a produção de 2,5 milhões de toneladas de trigo, o que significará um crescimento de 19% em relação ao ciclo anterior.

O Paraná semeou 8% da área prevista para ser plantada no ciclo 2012/13, segundo relatório do Departamento de Economia Rural (Deral/Seab).

Portos do Rio, de Santos e de Vitória começam a operar 24h. Danilo Fariello – O Globo, Economia. 18/04/2013

Regime entra em vigor hoje e terá liberação de carga centralizada

BRASÍLIA – A partir das 18h desta sexta-feira, os portos do Rio, de Santos e de Vitória começarão a funcionar ininterruptamente, ou seja, durante 24 horas e também aos sábados, domingos e feriados. Até esta quinta-feira, as principais repartições públicas para as quais os navios que chegam ou partem têm de prestar anuência funcionavam, em geral, das 8h às 17h. Em maio, também os portos de Suape (PE), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Itajaí (SC) e Fortaleza (CE) passarão a funcionar 24 horas.

Cada navio que passa pelo porto tem de pedir anuência a diversos órgãos de governo, dependendo de sua carga. São eles Polícia Federal, Receita Federal, Vigilância Agrícola, Vigilância Sanitária e Marinha, além da autoridade portuária local. Os custos com mais profissionais ou horas extras serão pagos pelos próprios órgãos envolvidos.

A medida eleva a capacidade dos portos sem, necessariamente, ter de exigir mais investimentos em infraestrutura. Com essa e outras medidas de gestão, os terminais brasileiros deverão ganhar, no curto prazo, um aumento de capacidade de movimentação de carga da ordem de 25%, informou ao GLOBO o ministro Leônidas Cristino, da Secretaria Especial dos Portos (SEP).

— Ao funcionar 24 horas, a infraestrutura existente será otimizada e poderão ser evitadas filas e congestionamentos nas vias de acesso próximas aos portos. Um caminhão que vai levar uma carga a ser exportada não precisará passar pela Avenida Brasil no horário comercial — disse o ministro, usando o exemplo do porto carioca. — Acho até que o fluxo à noite tenderá a ser maior do que o do dia.

Firjan e CNA defendem medida

Para o ministro, será uma tendência natural que todos esses órgãos se concentrem em apenas um local físico dentro dos portos, sem que seja necessário que os responsáveis pelas embarcações tenham de passar por diversos guichês para chegar ou partir de um porto.

Segundo Cristino, a adoção de um sistema de funcionamento 24 horas nos portos, a partir desta sexta-feira, não tem relação com a inclusão dessa medida no relatório da Medida Provisória 595. A ação, segundo ele, já estava prevista e resulta de um processo

que teve início em 2010 e que foi debatido nas primeiras reuniões da Conaportos, entidade criada no fim do ano passado para centralizar a gestão das autoridades portuárias.

Para a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o funcionamento 24 horas dos portos poderá elevar a capacidade de movimentação de contêineres no Brasil em 8 milhões de toneladas, ou o equivalente a US$ 2,5 bilhões por ano, entre importações e exportações. Também a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) defendia a adoção desse sistema, prevendo o fim de problemas para escoar safras.

Segundo a Secretaria dos Portos, a adoção dos períodos de 24 horas faz parte de um programa de inteligência logística adotado pela pasta, que inclui também o gerenciamento eletrônico de tráfego de navios (sistema VTMS), a coordenação do acesso terrestre de caminhões e trens aos portos para evitar filas e o sistema integrado de gestão de obras.

PEC sobre terra indígena é alvo de críticas em comissão no Senado. Maria Carolina Marcello – O Globo, País. 18/04/2013

BRASÍLIA, 18 Abr (Reuters) - A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas, sofreu críticas nesta quinta-feira em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

A PEC, motivo de um protesto de representantes indígenas na terça-feira que resultou na invasão do plenário da Câmara dos Deputados, retira do Executivo a prerrogativa de definir terras indígenas, quilombolas e reservas ambientais.

A senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da comissão, considerou a proposta "um retrocesso absurdo" que fere os direitos dos índios.

"Não bastassem invasões ilegais de madeireiros, garimpeiros e produtores rurais em terras indígenas, os seus representantes aqui no Congresso defendem uma legislação que retira direitos constitucionais dos indígenas", afirmou a senadora.

A transferência da prerrogativa para o Parlamento também foi criticada pelo deputado Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. Ele argumenta que, por conta da conformação do Congresso, os índios não têm representatividade no Legislativo brasileiro.

"Esse sistema político brasileiro é claro e evidente que não responde aos anseios do povo, porque mais da metade dos parlamentares são eleitos com a força do poder econômico", disse o deputado.

Na terça- feira, representantes indígenas invadiram e ocuparam o plenário da Câmara, em protesto contra a PEC. A manifestação provocou tumulto na Casa e só teve fim após

um convite do presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) para uma reunião em seu gabinete, quando propôs o adiamento da discussão da PEC e a criação de um grupo de trabalho sobre questões indígenas que terá a participação dos índios.

A criação do grupo foi comemorada pela presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta do Amaral Azevedo, nesta quinta-feira. A presidente afirmou que a fundação está "comprometida com a promoção e a proteção dos direitos dos povos indígenas", embora tenha reconhecido que a infraestrutura do órgão precise ser melhorada.

O representante da comunidade Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, Otoniel Guarani Kaiowá, também presente na audiência, defendeu a interrupção da tramitação da PEC e pediu que os índios sejam ouvidos pelo Congresso em todos os debates que envolvam questões indígenas.

"Nós queremos imediatamente que a PEC 215 seja interrompida, ‘matada' de vez... Essa PEC está atingindo todo o Brasil, todo o nosso território", protestou.

Saulo Feitosa, que representou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na comissão, acrescentou que empreiteiras e empresas do agronegócio atuam para dificultar a demarcação de terras, além de afirmar que o governo também é "invasor" e "violador" de terras indígenas ao priorizar grandes empreendimentos - boa parte relacionada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

MST faz oitava ocupação em Pernambuco. Angela Lacerda – O Estado de São Paulo, Política. 18/04/2013

O Movimento dos Sem-Terra ocupou na madrugada desta quinta-feira, 18, a fazenda Cachoeirinha, em Tupanatinga, a 304 quilômetros do Recife, no agreste, semiárido pernambucano. De acordo com a assessoria de imprensa do movimento, a propriedade é improdutiva e estava vazia. Oitenta trabalhadores sem terra armaram barracos na área, onde pretendem permanecer, de acordo com a assessoria de imprensa do movimento.

Esta foi a oitava ocupação promovida pelos sem-terra em Pernambuco, desde o domingo, 14, dentro da jornada de lutas intitulada Abril Vermelho - mês em que o MST se mobiliza nacionalmente por reforma agrária e em memória dos 19 trabalhadores mortos por policiais militares em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Além das oito ocupações, o movimento bloqueou 12 pontos de rodovias federais e estaduais na manhã de quarta-feira, 17, abrangendo todas as regiões do Estado - sertão, agreste, zona da mata e região metropolitana. Mais ações dentro da jornada devem ocorrer até o domingo, 21.

Negociação na Câmara vai colocar ruralistas e índios frente a frente – O Globo, País. 18/04/2013

A Câmara instala nesta quinta-feira uma mesa de negociação entre índios e parlamentares sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Funai e outras propostas que tratam dos povos indígenas.

O grupo promete ser palco de grandes embates, já que o grupo vai contar com a participação de indígenas e também de membros da ala mais atuante - e radical - da frente ruralista no Congresso. A criação do grupo foi anunciada pelo presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), após a invasão do plenário da Câmara por centenas de indígenas na terça-feira, quando protestavam contra a PEC.

Participam do grupo os deputados ligados à bancada do agronegócio Moreira Mendes (PSD-RO), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Os deputados Padre Ton (PT-RO), Domingos Dutra (PT-MA), Chico Alencar (PSOL-RJ) e Sarney Filho (PV-MA), que negociaram e apoiaram os indígenas durante as manifestações no início da semana, deverão fazer o contraponto aos interesses ruralistas no grupo.

A comissão também terá dez representantes indígenas, que ainda não foram indicados.

A PEC tira da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passa para o Congresso a prerrogativa de demarcação de terras indígenas. A proposta é de interesse do setor produtivo, que critica os critérios adotados pela Funai para definir os territórios a esses povos.

MS: Incra e entidades debatem políticas públicas para quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013

Lideranças de comunidades quilombolas, representantes de órgãos públicos federais, estaduais, municipais e técnicos do Incra reuniram-se quarta-feira (17/04) para discutir políticas públicas direcionadas a essas populações. "As comunidades quilombolas já são beneficiadas por várias políticas públicas, porém, muitas das vezes, o atendimento fica aquém das suas reais necessidades", justifica Carlos Alberto da Silva Versoza, presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro de Mato Grosso do Sul (Cedine).

Para o superintendente do Incra no Estado, Celso Cestari, o diálogo entre os diversos órgãos públicos vai facilitar a informação e a interação entre os agentes promotores dessas políticas e o público beneficiário, nesse caso, as comunidades quilombolas. "O trabalho do Incra não se encerra na titulação da terra. É preciso dar a essas comunidades condições de alcançarem cidadania plena, e isto significa acesso a créditos para produção, assistência técnica, habitação, saúde, educação, lazer e cultura, o que só pode acontecer com parcerias", disse Celso.

Segundo o presidente do Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira e secretário-geral da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conerq/MS), Antônio Borges dos Santos, as maiores demandas são nas áreas de infraestrutura, como sistema de abastecimento de água, manutenção de estradas, construção de moradias e acesso a créditos para a produção.

A reunião contou com a presença de técnicos do Incra e representantes das comunidades quilombolas de Furnas de Boa Sorte, São Miguel, Furnas do Dionísio, Chácara do Buriti e Família Ozório. Também participaram técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Fundação Estadual de Turismo (Fundtur), Secretaria de Estado de Assistência Social (Setas), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul (Ceppir) e representantes das prefeituras de Corumbá, Jaraguari, Corguinho e Campo Grande.

Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, coordena as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ligada à Presidência da República, e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. O Incra é o responsável pela regularização fundiária das comunidades quilombolas.

MDA e Incra recebem pauta reivindicatória de trabalhadores rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, debateram nesta quinta-feira (18) com lideranças nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Brasília, uma pauta de reivindicações. No encontro, ficou acertado que as principais demandas serão analisadas pelo Governo Federal em até 45 dias e que, posteriormente, a expectativa é de uma agenda entre representantes dos movimentos sociais trabalhadores rurais com a presidente Dilma Rousseff, conforme acenou o ministro Gilberto Carvalho. "O que for de demanda do Incra e do MDA será discutida aqui e nos comprometemos a intermediar o diálogo com os outros ministérios citados nesta pauta", reiterou Carvalho.

O pedido recorrente ao Incra foi por mais desapropriações de imóveis rurais. Sobre esse tema, Carlos Guedes informou que existem, no momento, 523 processos em fase adiantada de obtenção, que representam cerca de 1 milhão de hectares – área suficiente para assentar 30 mil famílias. Desses processos, 234, que correspondem a 413,581 mil

hectares, estão parados por óbice judicial, ou seja, uma das partes entrou com recurso, dependendo de análise do juiz. "Quero frisar que o que for de competência do Incra o Instituto assumirá como responsabilidade plena. Agora não é razoável que o Incra tenha que assumir os entraves vivenciados em outras instâncias de poder como uma falha ou morosidade da autarquia", alertou Guedes.

Novas práticas

Guedes anunciou que agora todo processo de obtenção de terras será assumido pela Presidência do Incra e pelos superintendentes regionais, em diálogo permanente com os movimentos sociais. "Vamos sentar com as representações em cada Estado, discutir as áreas com melhor potencial de êxito nas desapropriações para, com segurança, inciarmos processos que tenham início, meio, fim e que se transformem efetivamente em assentamentos", explicou.

Ele anunciou que está sendo formada uma equipe de 50 peritos federais agrários, quantidade que representa quase 10% do efetivo desta área no Incra, para ficar à disposição da Presidência do Instituto e enfrentar os casos mais críticos de obtenção de áreas. "Nos próximos 12 meses, almejamos conseguir ao menos 500 imóveis. Se vão se transformar em assentamento, não podemos garantir, pois dependerá também do Judiciário", afirmou. Ainda em maio, alguns desses assentamentos já serão criados no Tocantins, São Paulo, Bahia, Sergipe, Piauí e Paraná.

Plano Safra 2013/2014

Quanto à renegociação de dívidas, o ministro do Desenvolvimento Agrário informou que o tema está em debate com o Ministério da Fazenda, mas ainda sem definição. Ele aproveitou para anunciar que, este ano, o Plano Safra, que deverá conter uma linha específica para assentados da reforma agrária, será antecipado de junho para o mês de maio.

TCU

Ainda nesta quinta-feira, Pepe Vargas e Guedes reuniram-se com o ministro Augusto Nardes, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), quando foi definida a criação de um Grupo de Trabalho para aprimorar a obtenção de imóveis. A primeira reunião da equipe técnica será realizada no início da próxima semana e vai discutir a recomendação do Tribunal, por meio do Acórdão 3479/2012, que impede o Incra de fazer vistoria em imóvel que tenha sofrido algum tipo de ocupação.

Latifúndios pagam apenas 0,04% do total de impostos do país. Sarah Fernandes – Site do MST. 18/04/2013

Da Rede Brasil Atual

Com tributações desatualizadas e reduzidas, os latifúndios pagaram em 2011 apenas 0,04% de todos os impostos arrecadados pela União (governo federal, estados e municípios), segundo cálculo do Dieese publicado na cartilha 10 Ideias para uma Tributação mais Justa, lançada este mês, em São Paulo. O Dieese ainda não tem os dados fechados de 2012, mas já sabe que, em relação à arrecadação federal (R$ 992 bilhões), os grande proprietários arcaram com menos de 0,07%.

"Além de os impostos serem baixos, o problema é reforçado porque os latifundiários designam grandes extensões das suas propriedades como área de conservação, que não são oneradas", explica o responsável pela publicação, Clóvis Scherer. Em 2012, o agronegócio faturou R$ 357,3 bilhões, 8,7% a mais do que em 2011, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), e pagou cerca de R$ 670 milhões em impostos.

As propriedades com mais de mil hectares, ou 10 milhões de metros quadrados, representam apenas 0,92% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em contrapartida, correspondem a 45% da área total das propriedades rurais, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, de 2006. "O ideal seria que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) fosse menor para os pequenos produtores ou para os voltados exclusivamente para produção de alimentos", sugere Scherer.

O deputado federal Julio César (PSD), membro da Comissão da Agricultura da Câmara e integrante da Frente Parlamentar Agropecuária, concorda que os impostos sobre a terra são baixos. "É difícil atualizar as propriedades, como acontece todos os anos, com o IPTU. O ideal seria que o município, que está mais próximo, cadastrasse as propriedades e fizesse a atualização", sugere.

O professor de geografia agrária da Universidade de São Paulo (USP) Ariovaldo Umbelino afirma que, em geral, os pequenos produtores se preocupam mais em pagar os impostos, mesmo sendo posseiros e a terra sendo pública. "Isso porque o imposto comprova que eles têm a posse e que estão produzindo", explica. "Os grandes sabem que não vão ser penalizados. O imposto territorial é baixíssimo e o governo nunca usou dos mecanismos que a lei permite para cobrar dívidas e expropriar terras."

"O Brasil é governado pelas elites latifundiárias e elas não têm interesse em tributar a terra", avalia o professor. "Proporcionalmente, pagam mais impostos os brasileiros que ganham menos, porque nosso sistema tributário está montado em cima da tributação do consumo. Nos Estados Unidos, por exemplo, o que é tributado é a renda. Aqui quem tem renda não paga."

Outro fator que dificulta a cobrança de impostos, segundo Umbelino, é a falta de documentação das grandes propriedades de terra. "A maior parte das terras é grilada, não tem documento e não precisa pagar impostos. Elas não existem para o fim de legislação. Nenhum estado brasileiro fez o levantamento das terras públicas devolutas e elas acabam ficando sob controle de fazendeiros", diz.

“Nem o Incra, nem órgãos estaduais de terra, nem cartórios são capazes de dizer quem é dono do quê. Isso sem falar nas propriedades que os juízes autorizaram a titulação, digamos, por desconhecimento da lei”, critica. “É anticonstitucional um juiz dar usucapião a uma terra pública. Porém, eles se baseiam apenas no Código Civil, que de fato garante a posse para o posseiro, que nunca teve terra nenhuma.”

Improdutividade e tributos

A baixa tributação das terras favorece a manutenção de latifúndios improdutivos para especulação, de acordo com Umbelino. “A terra no Brasil não é apropriada para a produção. Ela é usada como reserva patrimonial, como garantia para conseguir crédito no sistema financeiro. Por isso, as grandes empresas procuram ter terras”, afirma.

Em 2006, 48,37% dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários do país eram utilizados para lavouras (permanentes e temporárias), forrageiras, cultivo de flores, pastagens e sistemas agroflorestais, segundo o Censo Agropecuário do IBGE. O restante é composto por áreas de pastagens degradadas e naturais, matas e florestas para preservação, áreas alagadas, benfeitorias e terras degradadas ou inaproveitáveis para o cultivo. Não há dados específicos sobre terras improdutivas.

O deputado federal Nelson Padovani (PSC-PR), integrante da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, avalia que o imposto sobre a terra e sobre o produtor rural é muito elevado. “A produção agrícola é insegura. Com secas ou geadas, o produtor perde em uma madrugada tudo o que investiu, e não há um fundo nacional para protegê-lo. Grande parte dos agricultores paga para produzir”, diz.

Padovani discorda da proposta de onerar mais os grandes produtores para reduzir as alíquotas sobre os pequenos. “Todos nós estamos sujeitos à mesma insegurança e já temos uma série de outros impostos sobre a produção. Sou contra qualquer imposto aplicado sobre produtores, grandes ou pequenos. As empresas são beneficiadas pelo governo com uma série desonerações. Nós não.”

Scherer discorda. “Se um industrial ou um comerciante urbano paga IPTU e todos os outros impostos sobre os lucros e trabalhadores, os produtores rurais também devem pagar pela terra. O que precisa ser revisto é o percentual reduzido que os grandes pagam”, diz.

Audiência pública debate conflitos no campo no Dia da Mundial da Luta Camponesa – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/04/2013

Audiência pública realizada ontem, 17 de abril, na Comissão de Direitos Humanos do Senado debateu a violência no campo e a impunidade. Segundo a CPT, índios, quilombolas e comunidades camponesas foram as principais vítimas da violência no campo em 2012.

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, realizada nesta quarta-feira (17), o dirigente da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Alexandre Conceição, e o secretário da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Antônio Canuto, declararam que os conflitos no campo têm elevado o número de mortes no Brasil e estão avançando pelos territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais com terras de uso coletivo.

Canuto afirma que 15% dos conflitos agrários ocorridos no ano passado aconteceram em terras indígenas; 12% foram em áreas quilombolas e 9% em áreas de comunidades tradicionais.

A audiência foi solicitada pela senadora Ana Rita (PT), presidenta da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A data da audiência foi propositalmente marcada em menção ao Dia Internacional da Luta Camponesa e ao "Massacre de Eldorado de Carajás", no Pará, ocorrido há 17 anos. No violento episódio, 21 trabalhadores sem-terra foram mortos pelas forças policiais.

A senadora encaminhou propostas às reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais. A comissão vai requerer informações à Polícia Federal sobre empresas de segurança que atuam na repressão contra lideranças e trabalhadores no campo; oficiar aos governadores pedidos para que instalem delegacias especializadas em violência contra mulheres nos municípios com maior incidência de ocorrências; realizar uma audiência para que a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acompanhe os julgamentos, marcados para este ano, dos acusados por mortes de trabalhadores; encaminhar o relatório da CPT aos ministérios, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça e Supremo Tribunal Federal (STF), cobrando providências no âmbito de cada órgão, além de pedir informações à presidência do Incra sobre a expectativa de assentamento das 180 mil famílias acampadas no Brasil atualmente.

Na segunda-feira (22), a CPT lançará a publicação Conflitos no Campo Brasil 2012, que registra 36 assassinatos desse tipo – número 24% maior que o de 2011, quando foram assassinadas 29 pessoas em conflitos no campo.

A edição de 2012 da publicação destaca o aumento no número de assassinatos, de tentativas de assassinatos e de conflitos por terra. O relatório destacará ações dos homens e mulheres do campo na busca e defesa de seus direitos.

Índios protestam em frente ao Palácio do Planalto. Bruno Peres – Valor Econômico, Política. 18/04/2013

BRASÍLIA - Cerca de 400 índios ocuparam a área externa do Palácio do Planalto nesta quinta-feira para pedir a revisão e a demarcação de terras. A estimativa do número de manifestantes é da Polícia Militar.

O protesto pacífico mobilizou a segurança da Presidência, que impediu o acesso ao Palácio do Planalto e estava munida de spray de pimenta. Um guarda foi acuado por um grupo de índios no momento em que chegavam, mas não houve confronto.

Vindos da Praça dos Três Poderes, os índios chegaram correndo e deram uma volta em torno do Palácio do Planalto. Com cantos e danças, os índios permanecem no local. Representantes do movimento negro e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se uniram ao protesto.

No instante em que se dirigiam ao Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff deixava de helicóptero o Palácio da Alvorada em direção à base aérea, de onde seguiu para Lima, onde participa de reunião da Unasul nesta noite. Apesar da ausência da presidente, os indígenas gritavam "queremos Dilma".

Na terça-feira, centenas de índios invadiram o plenário da Câmara dos Deputados em protesto à Proposta de Emenda Constitucional 215, a chamada PEC da Funai. Os índios são contrários à proposta por transferir da Funai para o Congresso o poder de demarcar terras indígenas.

Em MS, 45 mil guaranis-caiovás e 100 mil fazendeiros vivem iminência de conflito armado. Germano Oliveira – O Globo, País. 18/04/2013

Estopim do conflito é um conturbado processo de demarcação de terras indígenas iniciado pelo Ministério Público Federal

DOURADOS (MS) — Índios e fazendeiros estão em pé de guerra no Mato Grosso do Sul, por conta da disputa pela posse da terra em uma das maiores áreas agrícolas do país. São 100 mil fazendeiros organizados politicamente e muitos deles contratando seguranças armados, contra 45 mil guaranis-caiovás, centenas deles pintados para a guerra, e que habitam precariamente aldeias e acampamentos espalhados por 26 municípios ao Sul do estado. O estopim do conflito é um conturbado processo de demarcação de terras indígenas iniciado pelo Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (Funai), que ameaça avançar por terras produtivas dos fazendeiros tradicionais da região, numa área que pode chegar a um milhão de hectares. Intranquilos, os ruralistas se mobilizam para repelir a entrada dos índios em suas terras, fazem carreatas e articulam uma CPI no Congresso contra a demarcação de terras no MS. Acampados em pedaços de terras de grandes fazendas, os índios aguardam a demarcação num clima de ansiedade e esperança de que se encerre um longo ciclo de fome e toda sorte de discriminações e perseguições. A maioria dos índios da região não tem terra, vive de cestas básicas do Incra, de Bolsa Família do governo e da caridade de ONGs nacionais e internacionais. Os que já tem reservas demarcadas, habitam aldeias apertadas, sem recursos, que os leva às drogas e alcoolismo, com índices de violência que superam em até 800% os números da média nacional. Muitos se suicidam por falta de perspectivas, de terra e alimentos. Acuados, às vezes reagem aos ataques dos

fazendeiros, com arcos e flechas arcaicos, mas é evidente que o maior número de mortes está do lado indígena, a parte mais frágil nessa guerra.

Acordo disponibiliza mais de R$ 70 milhões em assistência técnica para povos indígenas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/04/2013

Parceria entre ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário e a Fundação Nacional do Índio reforça atendimento por meio do Plano Brasil Sem Miséria

Brasília, 19 – Nesta sexta-feira (19), quando é comemorado o Dia do Índio, os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmaram acordo para garantir execução, monitoramento e qualificação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para famílias indígenas por meio do Plano Brasil Sem Miséria. Ao todo, serão aplicados, até 2014, cerca de R$ 70 milhões para beneficiar 12 mil famílias. Destas, 3 mil de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul serão atendidas já nos próximos meses.

Além das ações de assistência técnica, que envolvem a aplicação de R$ 40 milhões, o MDS também disponibilizou R$ 30 milhões para serem repassados diretamente às famílias indígenas, a título de fomento. Este repasse é a fundo perdido, no valor de R$ 2,4 mil para cada uma, em parcelas semestrais durante dois anos, para apoio a atividades produtivas.

A expectativa é que o acordo fortaleça as ações de inclusão produtiva junto às famílias indígenas, além de construir um caminho de superação de ações emergenciais, como as de doação de cestas de alimentos. "Essa é uma perspectiva do MDS, desde a Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas do Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] até o Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança Alimentar Indígena", destaca o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos.

Outras ações – Parceria entre MDS e Funai já investe, desde 2011, R$ 1,5 milhão para ampliar a produção de alimentos para o autoconsumo e a inclusão produtiva de mais de mil famílias indígenas. Além disso, 65 mil famílias foram beneficiadas com a doação de 243 mil cestas de alimentos em 2012. Este número deve chegar a 520 mil cestas até junho deste ano, com investimento de mais R$ 30 milhões.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mais de mil famílias indígenas venderam 2,6 mil toneladas de produtos, volume equivalente a R$ 4,1 milhões. Para ampliar o acesso ao programa, foi criada em novembro de 2012 a DAP-Indígena, documento de identificação, nos moldes do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O MDS ainda desenvolve pesquisa sobre o Bolsa Família para produzir conhecimento sobre os efeitos do programa de transferência de renda entre os povos indígenas. Atualmente, 117 mil famílias indígenas estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo que 85 mil recebem o Bolsa Família.

Minas Gerais: Incra inicia regularização quilombola em parceria com o estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/04/2013

O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/MG enviou dois técnicos, nesta semana, a Riacho dos Machados (MG), para a comunidade Peixe Bravo, para o início dos trabalhos do Relatório Antropológico que será realizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) em parceria com o governo do estado de Minas Gerais.

Outras 19 comunidades já tiveram os relatórios iniciados, entre o final do ano passado e o começo deste, por meio de pregão realizado pelo Incra/MG. Quatro novos antropólogos entraram em exercício este mês na superintendência o que vai acelerar o processo de regularização fundiária destas comunidades.

Ainda nesta semana, a asseguradora do Serviço em Minas, Luci Espeschit, e um professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estão em Divino (MG) para conversar com membros da comunidade quilombola São Pedro de Cima sobre o interesse de que sejam iniciados os trabalhos de regularização na área. Caso haja o interesse da comunidade, a UFJF vai elaborar o relatório antropológico da área.

Relatório

O relatório antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Após elaborado, o RTID é publicado no Diário Oficial da União e permite o início dos trabalhos de desapropriação, mediante indenização, de eventuais áreas ocupadas por particulares que coincidam com as áreas definidas como quilombolas.

Há, atualmente 171 processos abertos no Incra/MG que visam a regularização de comunidades quilombolas no estado. Em todo o Brasil, há 1.227 processos com o mesmo intuito. A titulação das áreas é feita de forma coletiva e inalienável. Desde 1995, 207 comunidades foram regularizadas em todo o país pelo Incra, Fundação Cultural Palmares (FCP) e instituições de terra estaduais.

Valor da produção de café deve cair 32% neste ano – O Globo, Economia. 19/04/2013

Os preços baixos do café arábica no ciclo de bienalidade negativa 2013/14 (temporada

de menor rendimento que é seguida por uma de maior produtividade) levarão a uma perda de R$ 8,13 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) do setor neste ano, de acordo com dados do Ministério da Agricultura divulgados pelo Conselho Nacional do Café (CNC).

O VBP do café deverá atingir R$ 17,1 bilhões em 2013, queda de 32,14% ante os R$ 25,2 bilhões no ano anterior. O índice reflete a renda da propriedade rural, pois considera os preços recebidos pelos produtores. As estatísticas divulgadas pelo ministério, de acordo com o CNC, evidenciam a crise enfrentada pelo setor. A estimativa do valor bruto da produção para 2013 é a que sofreu maior redução em relação a 2012, considerando todos os produtos vegetais e pecuários analisados.

Caso a estimativa se concretize, o café será rebaixado da quarta para a quinta posição no ranking das culturas que geram mais renda no Brasil, sendo ultrapassado pela citricultura. Segundo o CNC, o setor citrícola recebeu recentemente medidas de apoio do governo federal. Por isso, a entidade diz que o governo deve estender o socorro à cafeicultura, o maior criador de postos de trabalho na zona rural brasileira, para que a atividade não perca ainda mais espaço na economia do país.

Relator alerta para pressão de empresários. Danilo Fariello – O Globo, Economia. 19/04/2013

Se houver mudanças, a renovação de concessão nos portos será vetada, diz Eduardo Braga

BRASÍLIA Relator da Medida Provisória 595, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse ao GLOBO que, se os empresários do setor portuário conseguirem apoio para aprovar destaques que ampliem os direitos a eles já assegurados no relatório, correrão o risco de perder aquilo que já conquistaram.

Segundo Braga, há um acordo com o Palácio do Planalto para que não sejam vetados os artigos 56 e 57 do projeto de conversão, que preveem a possibilidade de renovação, por até cinco anos, dos contratos já vencidos, e antecipação da renovação dos que estão em vigor.

Se essas condições de concessão forem alteradas, como querem os empresários, a presidente Dilma Rousseff poderá vetá-las e, daí, os empresários ficariam com o texto original, menos favorável, alertou Braga.

Depois da leitura do relatório, na última quarta-feira, tanto os empresários com contratos antigos (representados pela ABPT), quanto aqueles com contratos em vigor (da Abratec) manifestaram críticas ao texto, dizendo que as mudanças incluídas pelo relator não atendiam as suas demandas.

A ABTP queria renovação por até dez anos dos contratos, e a Abratec queria que as negociações para renovação dos terminais começassem em um período específico antes

do vencimento. Além disso, o texto não obriga o governo a adotar essas medidas, só cria a possibilidade.

— É um marco regulatório, portanto não pode ser impositivo. Não queremos um futuro pior, que seria o limbo legal, ou seja, a ausência dessas medidas, que é o que ocorrerá se houver o veto — disse Braga. — Aquilo que, no início, parecia muito difícil, agora possui razoável governança, porque ninguém quer um retrocesso.

Votação deve ser na quarta

Depois de dez semanas de embates com trabalhadores, empresários do setor, governos regionais e o próprio governo, Braga está otimista com a votação da MP, que deve ter início na quarta-feira. Ele prevê que serão apresentados no máximo cinco destaques, mas mesmo aprovados, não espera que mudem significativamente a essência do seu relatório. Na sua opinião, mesmo com um prazo apertado (vence no dia 16 de maio), não há risco de a MP caducar.

Braga explicou que uma das novidades do relatório, a criação dos terminais-indústria, pode vir a ser vetada, porque não faz parte do acordo com o Palácio do Planalto. Mas a mudança é uma demanda de grandes indústrias, como a Gerdau, e grandes produtores agrícolas, como a Bunge, além da Transpetro. O texto prevê que os terminais que fizerem parte de uma cadeia produtiva de agronegócio, mineração e hidrocarbonetos, não serão alvo de chamada pública. Assim, um grupo econômico não corre o risco de ter outro na ponta de suas exportações.

— Quem seria prejudicado com isso não seriam as empresas, mas a própria competitividade brasileira — disse Braga, lembrando que impôs no texto limite de 5% para participação de empresas de navegação nos contratos de portos, como proteção ao setor nacional.

Combate ao trabalho infantil fica estagnado. Gisele Paulino – Valor Econômico, Legislação. 19/04/2013

Apesar dos avanços socioeconômicos e da criação de políticas de combate à pobreza e ao trabalho infantil, a queda do número de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil ficou estagnada nos últimos anos. O assunto incomoda dirigentes de órgãos de governo e organizações envolvidas com essa questão. Os mecanismos necessários para que os avanços experimentados nos primeiros anos de 2000 sejam restabelecidos deverá ser tema da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que será realizada no Brasil em outubro.

Mesmo com esse quadro mais lento de iniciativas, o Brasil tem motivos para comemorar. Entre 1992 e 2011, o número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham foi reduzido em 56%. O dado colocou o país numa posição de referência internacional no combate ao trabalho infantil. "O fato de a Conferência Global ser

realizada no país já é uma evidência do reconhecimento internacional pelos esforços brasileiros nesta questão. É a primeira vez que o evento acontece fora da Europa", afirma Laís Abramo, diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

Entretanto, existe a necessidade de o país aprimorar os esforços para chegar ao chamado núcleo duro do trabalho infantil que inclui o trabalho doméstico, o setor informal urbano e a agricultura familiar. "A questão é descobrir quais são os mecanismos que precisamos para chegar a estes locais onde mesmo a fiscalização do trabalho enfrenta dificuldade em alcançar. Essa não é apenas uma questão para o Brasil, mas para o mundo todo", diz.

Na visão da diretora da OIT, é importante entender que é muito mais complexo e difícil eliminar os casos remanescentes de crianças que trabalham do que os iniciais. Em sua análise, o Brasil está perto de erradicar o trabalho infantil em algumas faixas etárias. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domícílio (Pnad) de 2011, do IBGE, mostram que há cerca de 89 mil crianças de 5 a 9 anos ocupadas no país - 0,6% das crianças nesta faixa etária. "Certamente, para uma questão de direitos humanos é inaceitável que exista uma única pessoa. Mas é um contingente que está no horizonte da erradicação", afirma Laís.

Este perfil do trabalho infantil acompanha o desenvolvimento do país. Nas ultimas décadas, a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), a intensificação da fiscalização do trabalho e o envolvimento do setor empresarial na questão, contribuíram para tirar as crianças dos setores formais da economia. Porém, na agricultura familiar ele ainda pode aparecer nas cadeias do couro, da carne, de aves, entre outras.

Anos atrás, era comum no Sul do país que as escolas dos municípios da zona rural suspendessem as aulas durante os períodos de colheita do tabaco por falta de alunos. Hoje, o setor é um dos que apresentam melhor desempenho no combate ao trabalho infantil, com campanhas junto aos 160 mil produtores. "Assumir que a atividade pode ter esse problema foi o primeiro passo para a mudança", afirma Iro Schünke, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). As empresas associadas ao Sinditabaco cobram de seus produtores documento de matrícula e frequência escolar de seus filhos. O sindicato faz campanhas sobre o tema e usa programas de rádio e TV para levar informações sobre a proibição da presença infantil nas lavouras. "Não queremos estar em desacordo com a lei. Estamos no caminho certo."

Desde 2005, o Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e aposta em ações de transferência de renda para famílias com crianças ou adolescentes que trabalham, com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes. Com previsão de repasse anual de cerca de R$ 250 milhões, o Peti atinge 853 mil crianças e chega a 3.588 municípios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 1.913 municípios brasileiros concentram 78% do trabalho infantil. "Este grupo inclui as grandes metrópoles como São Paulo, Rio de

Janeiro, Brasília e cidades com mais de 100 mil habitantes", explica Telma Maranhão diretora do departamento de proteção social especial da Secretaria Nacional de Assistência Social.

A manutenção de políticas de geração de trabalho para adultos, a adoção da escola em tempo integral e a municipalização das políticas de governo são passos importantes para reverter o quadro. O MDS estuda meios de financiar os municípios que tratam essa questão como prioridade.

Conflitos no Campo Brasil 2012 destaca aumento dos conflitos de terra e da violência no campo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 19/04/2013

Na próxima segunda-feira a CPT torna público o relatório com os dados de conflitos no campo do ano de 2012, que foi marcado por aumento dos conflitos por terra e da violência. Os assassinatos tiveram 24% de aumento e as tentativas de assassinatos 102%.

No dia 22 de abril, próxima segunda-feira, no acampamento Hugo Chávez, ao lado do Incra, em Brasília, a partir das 14h30, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançará sua publicação anual, Conflitos no Campo Brasil 2012. É a 28ª edição do relatório que concentra dados sobre os conflitos, violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e pelos povos tradicionais, em todo o país.

Segundo dados da CPT, que estarão na publicação, nos últimos 5 anos os conflitos por terra tem mantido uma tendência de crescimento. Além disso, a violência também aumentou em relação ao ano anterior. Houve um aumento de 24% nos assassinatos e de 102% nas tentativas de assassinatos. Rondônia foi o estado em que mais se matou. 9 dos 36 assassinatos registrados em 2012, foram no estado. Até a presente data, já foram registrados 9 assassinatos em 2013 em conflitos no campo em todo o Brasil.

No momento do lançamento estarão presentes, o conselheiro permanente da CPT, Dom Tomás Balduino, os membros da coordenação executiva nacional da CPT, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto Gonçalves, a quilombola do Quilombo Rio dos Macacos, Rosimeire dos Santos, e representante do povo Munduruku. O evento também terá a presença de representantes de Fundo e Fecho de Pasto, Seringueiros do Acre, Vazanteiros de Minas Gerais, Pescadores, Quilombolas e dos movimentos sociais.

Foi solicitada pela CPT ao Ministério da Justiça uma audiência, no dia 23 de abril, com o ministro José Eduardo Cardozo, para entregar a publicação e discutir a violência e a impunidade dos crimes no campo. Entretanto, até o momento a audiência não foi confirmada.

MST faz audiência com Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Riquieli Capitani – Site do MST. 19/04/2013

Uma comitiva de trabalhadores do MST participou de uma audiência com o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, nesta quinta-feira (18/04), em apoio à jornada de lutas do movimento, comemorada durante o mês de abril. No encontro, realizado, em Curitiba, foram discutidas as possibilidades do governo do Paraná atender a uma pauta de negociação entregue ao secretário.

Entre as principais reivindicações estão o apoio a diversas cadeias produtivas como leite, erva mate, cana-de-açúcar, arroz e também a disponibilidade de assistência técnica e equipamentos de produção nos assentamentos. As propostas foram analisadas com o objetivo de buscar a sustentabilidade para os assentamentos da Reforma Agrária.

No encontro, foi discutida a possibilidade de inclusão das áreas de assentamentos em programas e ações em execução pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, entre eles os programas de fertilidade do solo, de recuperação da trafegabilidade das estradas rurais, inclusive com a pavimentação de estradas com pedras, e também a de gestão dos solos e água em microbacias.

O secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, disse que os investimentos já anunciados pelo governador Beto Richa para a área rural preveem a liberação de 33 milhões e 300 mil para a distribuição de calcário, e de mais de 130 milhões para o programa de pavimentação de trechos de estradas rurais com pedras. Para as áreas de microbacias, os projetos podem ser apoiados com recursos do Banco Mundial, que prevê o investimento de até 170 mil por microbacia.

Para o dirigente estadual do MST, Roberto Baggio, o encontro foi produtivo. Segundo ele, o apoio da Secretaria da Agricultura é importante para ajudar a organizar a produção e estruturar as cadeias produtivas que vão gerar mais renda aos agricultores.

No Paraná são 320 projetos de assentamentos, com mais de 20 mil famílias assentadas, que ocupam uma área de aproximadamente 420 mil hectares. Desse total, 130 mil hectares são de reserva legal.

'Portos 24 horas' enfrenta resistência de trabalhadores. Lino Rodrigues e Nice de Paula – O Globo, Economia. 19/04/2013

Sindicato pode ir à Justiça

Anvisa não contratará, vai readequar escalas

SÃO PAULO – Anunciada como uma das soluções para aumentar a eficiência dos portos, a medida que mantém os serviços funcionando 24 horas enfrentou resistência logo em seu primeiro dia de funcionamento. No porto de Santos, o maior do país, a decisão, divulgada na véspera pela Secretaria dos Portos, surpreendeu despachantes e

auditores fiscais, que ameaçam recorrer à Justiça. Eles reclamam que não foram avisados com antecedência e não dispõem de estrutura e funcionários para atender a uma demanda antes inexistente. Argumentam ainda que nem as empresas estão preparadas para fazer movimentações na madrugada, por exemplo, período que tem custo e risco maiores. Órgãos de fiscalização, como a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), disseram que não há previsão de contratar mais funcionários e que farão apenas readequação de escalas.

Atualmente, os portos funcionam das 8h às 17h, o que gera situações caóticas e gargalos, como filas de caminhões e de navios, à espera de embarcar ou desembarcar mercadorias. Mas os sindicatos reclamam da solução do governo.

— Da forma como está sendo feita, essa medida é imprudente e irresponsável — disse o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Pedro Delarue, que ameaça entrar na Justiça caso haja uma tentativa do governo de solucionar "os problemas às custas da saúde e segurança dos trabalhadores da Receita".

Hoje, de acordo com Delarue, além da falta de auditores fiscais (são cerca de 100 no porto de Santos) não haveria infraestrutura adequada em várias unidades portuárias para a fiscalização. Em muitos portos não há iluminação suficiente para se fazer o trabalho noturno, além da falta de armazéns e segurança adequada. Outro temor é que, com número insuficiente de auditores, haja um relaxamento na chamada parametrização do "canal verde", por onde passam mercadorias sem fiscalização. Na prática, explica Delarue, mercadorias que iriam para os "canais vermelho e amarelo", que têm controle mais rigoroso, passariam pelo verde.

— O governo quer que se faça um trabalho que necessita o dobro de auditores — disse Delarue, que estima que só no porto de Santos seriam necessários mais 100 auditores para funcionar 24 horas.

Na prática, Anvisa terá menos gente

O presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de São Paulo (Sindasp), Valdir Santos, também considerou a decisão precipitada, uma vez que os 17 órgãos aduaneiros, que cuidam dos tramites burocráticos de embarque e desembarque de mercadorias no porto, estariam com suas estruturas defasadas. Hoje, são cerca de 2.500 despachantes em Santos e, segundo o sindicalista, seria necessário aumentar em 50% esse efetivo.

— É uma boa ideia, mas, para dar certo, é preciso combinar com todos os envolvidos. Não é assim da noite para o dia que vamos solucionar os problemas do porto.

A Anvisa informou que mantém no Porto de Santos 25 funcionários e não pretende contratar nesre momento. Será feita "readequação de escalas": o funcionário trabalhará 12 horas, com folga de 36. Na prática, vai representar menos pessoal para liberar a carga. Para o Porto do Rio, também não prevê aumento de pessoal, apenas alterações

nas escalas. A Polícia Federal informou que já atua no Porto do Rio em regime de plantão (24 horas por dia).

Já a Vigilância Agrícola vai alterar sua rotina no Porto do Rio, onde tem 17 funcionários, mas segundo o Ministério da Agricultura a mudança está em fase de reestruturação. Para Santos não há alterações previstas, porque a equipe de 46 funcionários já atua 24 horas para embarcações e 12 horas para mercadorias.

Jorge Mello, presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, diz que, por ora, nem a empresa nem os órgãos públicos precisam de mais trabalhadores.

Carros-pipa federais contra seca têm água contaminada. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 20/04/2013

Anunciada pelo governo federal como uma das principais ações de combate à seca no Nordeste, a água distribuída por carros-pipa está contaminada em alguns municípios, aponta estudo da Secretaria de Saúde do Ceará.

Análise de amostras em 20 municípios do Estado detectou problemas nessa água em 13 cidades: presença de coliformes fecais ou nível de turbidez (resíduos) acima do normal, o que pode indicar a existência de protozoários prejudiciais à saúde.

Os 13 municípios, entre eles cidades maiores, como Crato e Tauá, somam cerca de 400 mil habitantes. Há cidades em que 100% das amostras estavam contaminadas, como Morada Nova e Potiretama (por coliformes) e Hidrolândia (turbidez).

A ingestão de água nessas condições pode provocar infecções que causam fortes diarreias e dores abdominais.

"Os moradores estão tendo dores de barriga, mas não sei se é por causa dos carros-pipa", afirmou a prefeita de Hidrolândia, Maria de Fátima Mourão (PSD).

O estudo foi finalizado em fevereiro. "É possível que esse quadro esteja se repetindo em outros municípios do Nordeste, já que as condições são semelhantes", disse Manoel Dias Neto, da Promoção e Proteção à Saúde do Ceará.

Em todo o Nordeste, 777 municípios estão recebendo água de carros-pipa por causa da seca. O Ministério da Integração Nacional coordena e o Exército executa a ação, com parceria da Defesa Civil dos Estados. O custo da ação é de R$ 71,5 milhões mensais.

Os carros-pipa são contratados pelo governo federal e captam água de estações de tratamento ou de outros mananciais. Neste segundo caso, a água tem que ser tratada antes de consumida.

Para o governo do Ceará, os problemas com a água têm ocorrido porque a captação é feita em poços superficiais, mais suscetíveis à contaminação. Uma carta será encaminhada ao governo federal pedindo a compra de estações móveis de tratamento.

Há 1.368 municípios nordestinos atingidos pela atual seca, considerada a pior dos últimos 50 anos. São 10 milhões de pessoas afetadas.

No Ceará, segundo a Saúde estadual, 128 municípios estão recebendo abastecimento por carro-pipa, mas só 20 cadastram as informações em um sistema de vigilância da qualidade da água. Por isso, a análise se restringiu às amostras dessas 20 cidades.

Das amostras analisadas, 25% tinham coliformes, e 22% tinham turbidez acima do valor permitido.

ÁGUA PARA SECA

26% das amostras apresentavam coliformes fecais

22% tinham turbidez (falta de transparência) acima do limite

Riscos para o consumo: beber essa água pode causar diarreia e dores abdominais

Cidades com problemas: Araripe, Capistrano, Caridade, Crato, Hidrolândia, Ipu, Jaguaretama, Morada Nova, Ocara, Parambu, Potiretama, Santana do Cariri, Tauá
Fonte: Secretaria de Saúde do Ceará

'Não faltam recursos, mas gestão'. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013

José Caixeta Filho, professor de Logística e diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), diz que bons projetos acabam não saindo do papel

Por que o Brasil não conseguiu criar um corredor de exportação para a soja, a exemplo do que é feito com o minério de ferro?

No caso do minério, há um ambiente monopolizado ou oligopolizado, em que a Vale controla toda a logística, do porto à mina. A grande falha no agronegócio é a falta efetiva de um agente regulador no mercado logístico. Para construir uma infraestrutura logística é preciso economia de escala que justifique o investimento. Hoje, quem tem essa escala são as principais tradings. Mas não necessariamente o interesse delas vai coincidir com os interesses dos produtores. Por isso, é preciso um agente regulador que integre essas vias de escoamento.

Falta uma estratégia de governo para o escoamento de grãos, especialmente da soja?

Os eixos, os corredores de exportação já estão desenhados. Temos bons projetos, mas eles não saem do papel, como a Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul... Não há falta de recursos, mas falta gestão desses projetos. Resultado: temos 200 mil quilômetros de rodovias pavimentadas no Brasil e apenas 30 mil quilômetros de ferrovias.

Por que conseguimos ser tão eficientes na produção de grãos e não conseguimos escoar?

Tivemos uma estratégia bem definida no campo. A Embrapa foi criada nos anos 70 com a missão de desbravar o Centro-Oeste brasileiro, até então uma região inóspita. Boa parte da elevada produtividade que temos no campo é atribuída ao papel dela no desenvolvimento de pesquisas.

Brasil eleva venda de açúcar em 69% no ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas – Vaivém. 20/04/2013

O mercado mundial de açúcar está no terceiro ano de superavit mundial, com a produção superando a demanda. Mesmo assim, as exportações brasileiras continuam aquecidas.

O país colocou 6 milhões de toneladas do produto no mercado externo nos três primeiros meses deste ano, um volume 69% superior ao de igual período de 2012.

Plinio Nastari, presidente da Datagro, consultoria especializada no setor, diz que a preferência pelo açúcar brasileiro tem um motivo: a qualidade do produto.

As refinarias modernas, principalmente as do Oriente Médio, preferem o açúcar do Brasil devido à redução dos custos de processamento e dos resultados finais do produto processado.

As produções da América Central e da Ásia não têm a mesma qualidade que o produto nacional, segundo o presidente da Datagro.

O forte avanço das vendas externas no primeiro trimestre é uma questão conjuntural. O importante é ter a visão em uma perspectiva de 6 a 12 meses, diz Nastari.

A lista dos importadores do trimestre, que traz os Emirados Árabes Unidos na liderança, tem alterações em relação à de todo o ano de 2012, quando a China liderou.

Os dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) indicam compras de 656 mil toneladas pelos Emirados Árabes, 114% mais do que no mesmo período de 2012.

No segundo posto vem a Índia, um concorrente do Brasil em períodos de boa safra por lá. Neste ano, os indianos já acumulam compras de 387 mil toneladas das usinas brasileiras, um volume 298% superior ao de janeiro a março do ano passado.

Nastari diz que em breve as compras indianas não vão se limitar apenas ao açúcar, mas devem se estender também ao etanol, devido à inserção maior desse combustível na matriz energética do país.

Apesar da alta das exportações em volume, o crescimento das receitas tem ritmo menor neste ano. As vendas de açúcar renderam US$ 2,9 bilhões, 35% mais do que de janeiro a março de 2012.

Durante todo o ano passado, as exportações somaram 24,3 milhões de toneladas, com receitas de US$ 12,8 bilhões. A China liderou as importações em 2012, comprando 1,1 milhão de toneladas, no valor de US$ 2,1 bilhões.

*

Safra cheia A safrinha de milho deverá atingir 41,6 milhões de toneladas. Esse volume se deve a um aumento de 10,3% na área, que atingirá 7,7 milhões de hectares.

Líder Os dados são da Safras & Mercado, que prevê uma produção de 16,4 milhões de toneladas em Mato Grosso, ante as 14,5 milhões na segunda safra 2012.

Nos EUA O plantio do cereal está atrasado no Meio-Oeste norte-americano. Mas as recentes chuvas levaram alívio à lavoura já plantada.

Preocupação O excesso de umidade nas regiões produtoras preocupa, no entanto, especialmente em razão da possibilidade de transbordamento de rios após o degelo, avalia a AgRural.

Megaleilão A Estância Bahia inicia hoje, em Água Boa (MT), o leilão de 33 mil bois de cria, recria e engorda. O leilão agita a cidade por várias semanas. Só a área para alojar os animais ocupa 600 hectares, divididos entre piquetes e currais.

Frango As exportações de frango para a Arábia Saudita somaram 175 mil toneladas no primeiro trimestre, 28% a mais do que em igual período de 2012.

Cenário bom O ano será próspero para o frango brasileiro nos países árabes, principalmente para as empresas que têm abate halal, diz Michel Alaby, da Câmara de Comércio Árabe Brasileira.

*

Preço sobe nas usinas e nos postos de SP

O álcool hidratado subiu 1,2% nas usinas paulistas nesta semana e foi a R$ 1,30 por litro. O anidro avançou mais (3,7%), para R$ 1,40 o litro, segundo o Cepea. Na bomba, o etanol subiu 1% no período na cidade de São Paulo, mostra pesquisa da Folha. O preço médio, ontem, era de R$ 2,00 nos postos.

Projeto de reflorestamento e cultivo tocado por 20 países africanos tenta evitar desertificação. Jeronimo Giorgi – Folha de São Paulo, Mundo. 20/04/2013

Antes de o sol começar a esquentar as terras da faixa ao sul do deserto do Saara conhecida como Sahel, duas dezenas de mulheres da aldeia de Widou, no norte do Senegal, regam a horta cujas frutas e verduras alimentam a população local.

"Além de hortaliças, temos batatas, cenouras e melões", explica Haira, 52, uma das 45 mulheres que, em 2008, criaram a horta.

É um pequeno terreno que, visto do céu, forma uma mancha verde --um dos primeiros pedaços da "Grande Muralha Verde", barreira vegetal que se estenderá por 7.000 km, do Senegal ao Djibuti, e é parte de um plano conjunto de 20 países africanos contra a desertificação.

De seu escritório em Dacar, capital do Senegal, o diretor da agência nacional que cuida do projeto, Matar Cisse, afirma que "desde os anos 70, chove cada vez menos".

As secas que assolam essa parte do planeta estão se tornando cada vez mais frequentes, a vegetação foi se extinguindo, o preço dos alimentos disparou e o acesso à água requer que os pastores percorram distâncias grandes.

Por isso, a cada ano desde 2008, além dessas pequenas hortas, no Senegal são reflorestados lotes de 5.000 hectares, parte dos 545 km que a "muralha" terá no país.

OÁSIS

Widou, na fronteira com a Mauritânia, é uma das aldeias em torno das quais o projeto é estruturado.

Por mais de meio século, esse pequeno oásis vem sendo um manancial de vida para os pastores da região.

A cada dia, centenas de carroças puxadas por mulas conduzem milhares de reses e cabras ao enorme tanque do oásis, em busca de água.

Mas desde 2008, Widou também abriga a sede do projeto da Grande Muralha Verde no Senegal. Lá, até o mês de abril, um grupo semeará milhares de sementes que, em agosto, quando a terra tiver sido umedecida pela chuva, gerarão pequenas plantas.

Então, chegarão picapes repletas de voluntários de todo o país para transplantar as árvores jovens a novos terrenos. Durante um mês, centenas de jovens trabalharão desde o raiar do dia para prestar sua pequena colaboração à construção da "muralha".

"Há uma temporada só de cultivo por ano, e não há como avançar mais rápido", afirma Papa Sarr, diretor técnico do projeto.

Ainda que a falta de chuva não prejudique as espécies autóctones cultivadas, como as acácias, a seca impede o crescimento de pastagens, e o gado termina se alimentando das árvores.

Por isso, os terrenos reflorestados ficam cercados por cinco anos, mesmo que os pastores estejam autorizados a obter pastagem para alimentar seus animais.

"Antes chovia mais, havia mais árvores e mais comida", recorda o irmão de Haira, encarregado dos animais.

Até uma década atrás, a família criava 200 cabras, mas apesar de conduzirem seu rebanho a cada ano às terras mais generosas do sul, a falta de pastagens destruiu a maioria dos animais.

Todas as manhãs, antes de o sol nascer, Haira percorre as arenosas passagens de Widou com seus burros e vai ao tanque carregá-los com 12 galões de água.

Assim, mata a sede de suas seis ovelhas e prepara a comida para alimentar seus dois filhos.

"Tem sido assim minha vida toda", ela diz, sentada no piso de terra de sua casa de um cômodo. "Mas nos últimos anos o aumento nos preços da comida nos dificultou a vida ainda mais".

DISPUTA PELA ÁGUA

Ano a ano a desertificação aumenta, e com ela as ondas de fome. Por isso, "se bem que essa iniciativa vise a preservar a diversidade biológica, ela representa acima de tudo uma luta contra a fome", afirma Axel Ducorneau, diretor da Observatório OHM, uma consultoria que estuda o impacto do projeto.

Apesar disso, a maior dificuldade "é o conflito com a população pela água", afirma. Além da falta de estradas, encanamentos, equipamento e pessoal, os dirigentes do projeto precisam lidar com a população local, que nunca teve de compartilhar seu bem mais precioso e está acostumada "a viver o dia a dia, sem pensar no futuro".

O grande desafio da Grande Muralha Verde é conscientizar a população sobre os benefícios do projeto para o futuro. "Temos que mudar sua forma de pensar, mas o interesse precisa vir deles", diz Ducorneau.

O conceito de uma "muralha" representa uma forma de entusiasmar as pessoas e vender a ideia, admite. Mas ainda que "vá haver certa continuidade, não há como cultivar uma faixa contínua que atravesse o continente".

No vale tudo das estradas, acidentes e desperdícios. Henrique Gomes Batista e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013

Infraestrutura precária provoca perdas de 13% das exportações do país de soja e milho

No ano passado, houve 278 mortes por acidentes nas estradas do Mato Grosso

LUCAS DO RIO VERDE (MT), PARANAGUÁ (PR) e RIO - Para o paranense Amador Trindade Filho, seu trabalho sempre começa ao anoitecer. Mais que uma preferência pessoal, este caminhoneiro com 12 anos de estrada opta pela noite para o início da jornada de 2.450 quilômetros de Lucas do Rio Verde (MT) a Paranaguá (PR) por um motivo simples: fugir do caos das estradas que, durante o dia, ficam entupidas de caminhões como o dele, também levando a soja ao porto. As viagens são mais

rápidas, mas o risco é sempre maior: em todas presenciou pelo menos um acidente nas rodovias.

— Saindo à noite ganho quatro, cinco horas, pois muitos caminhoneiros param para dormir e a estrada fica mais livre. De dia não há espaço para todos, há filas. À noite a viagem rende mais — disse Trindade, que deu carona aos repórteres do GLOBO no percurso entre Mato Grosso e Paraná.

Ele escolheu a profissão para ganhar cerca de R$ 4 mil por mês, o dobro do recebido por motoristas das cidades.

Trindade poderia viajar sob a luz do sol e reduzir em 20% os três dias que gasta no trajeto, se as estradas fossem bem conservadas, com acostamento e até duplicadas. Mas o que ocorre é o contrário: para passar pelos 20 quilômetros do Anel Viário de Cuiabá, ele gasta três horas na estrada esburacada. Com acidentes, esse tempo chega a incríveis nove horas. Apesar de ser um contorno de capital, a situação piorou muito com o jogo de empurra entre governos. Agora, diz o estado do Mato Grosso, a solução virá. E, para ser mais rápido, usará o sistema de licitação especial para a Copa. A promessa é que a estrada fique melhor no fim de 2014.

Estradas do MT matam um 'Boeing' por ano

Essa situação, reclamação recorrente de diversos caminhoneiros, resulta em acidentes e mortes. Trindade conta que nunca fez uma viagem sem ver um caminhão capotado. No ano passado, foram 278 mortes no estado, o equivalente a um Boeing lotado. Nos primeiros meses de 2013, já são 73 vítimas fatais, 20 delas, caminhoneiros. Ele não perde apenas tempo e corre riscos: também perde dinheiro. Os transportadores lembram que 15% do frete da soja vão para pneus e manutenção. Se a estrada fosse boa, esse percentual seria de apenas 3%, média mundial do setor.

Com a infraestrutura precária, o Brasil perde, apenas com milho e soja, R$ 8 bilhões por ano, segundo estudos da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e de especialistas em logística — cerca de R$ 6,6 bilhões com a soja e R$ 1,4 bilhão com o milho. Esse prejuízo equivale a 13% do montante exportado com os dois produtos em 2012. Isso reduz a competitividade das duas lavouras, que representarão 86% da safra recorde de 184 milhões de toneladas de grãos do país, prevista para este ano.

— O agronegócio, apesar de fundamental para o saldo comercial brasileiro, não é prioridade para o governo. Com estes problemas de transporte perdemos competitividade e, ao mesmo tempo, temos alimentos caros e pessoas que ainda passam fome no país — afirma Glauber Silveira, presidente da Aprosoja-Brasil.

Tal prejuízo está ligado diretamente à escolha dos caminhões como principal meio de transporte de longa distância. Percorrer as estradas dos quatro estados que estão no caminho do campo ao porto deixa evidente esse erro. Em muitos trechos, caminhões, cada vez maiores — já há veículos de nove eixos que levam 50 toneladas de soja — andam em filas que parecem trens sobre o asfalto.

No fim da viagem, novos problemas. Dessa vez, nos portos. A falta de investimento e a burocracia levam a cancelamentos de contratos e desperdícios com esperas e ineficiências.

— Há duas medidas a curto prazo que podem atenuar o caos logístico. Uma delas é que os portos funcionem 24 horas. A outra é a construção de armazéns. Eles podem ficar prontos em seis a oito meses e permitiriam que os produtores reduzissem a quantidade de soja vendida antecipadamente. Com a venda antecipada, o produtor põe na estrada o grão assim que colhe, aumentando o congestionamento e tornando os caminhões, na prática, silos sobre rodas — afirma Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Propina já entra no orçamento do frete

Semana passada, o governo federal determinou que os portos de Santos, Rio, Vitória, Suape, Paranaguá, Rio Grande, Itajaí e Fortaleza comecem a funcionar ininterruptamente. Mas outros problemas persistem. Não é incomum navios ficarem dias a fio esperando um local para atracar nos terminais brasileiros:

— Os problemas estão nas estradas, armazéns, ferrovias, hidrovias, manutenção. Não temos corredores exportadores. O nosso déficit de investimento é de R$ 400 bilhões. Mesmo que todo o pacote do governo (concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos) saia do papel, as melhorias só serão sentidas em três ou quatro anos — diz o senador Clésio Andrade (PMDB-MG), presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Para completar o cenário, a propina é generalizada em toda a cadeia, dizem caminhoneiros. Embora não reconheçam publicamente, as grandes transportadoras já incluem a caixinha de alguns policiais em seus orçamentos. Até mesmo no organizado Porto de Paranaguá — que este ano não sofreu com filas de caminhões — a propina está presente:

— Se não pagar R$ 2 para o cara que abre a lona na hora da triagem da soja, ele a deixa de um modo que acaba fazendo com que ela se rasgue — disse um caminhoneiro que pediu para não ser identificado, lembrando que passam por lá mil caminhões por dia.

— No fim, a gente vende uma saca de 60kg de soja mas o produtor fica só com 35kg, o dinheiro some no caminho — afirma Leonildo Bares, presidente do Sindicato Rural de Sinop (MT).

Caos do campo ao porto. Henrique Gomes Batista e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013

Estradas esburacadas, falta de armazéns e burocracia nos portos fazem o Brasil perder R$ 6 bi por ano na exportação de soja

SINOP, LUCAS DO RIO VERDE (MT), CAMPO GRANDE (MS), OURINHOS (SP), PARANAGUÁ (PR) e RIO - O Brasil parece não gostar de exportar soja. As dificuldades de levar o grão do campo ao porto vão muito além da afamada fila de caminhões nos terminais portuários. Acidentes e mortes em estradas federais esburacadas, propina, falta de armazéns e burocracia nos portos deixam um prejuízo de R$ 6,6 bilhões por ano ao país, segundo especialistas.

Repórteres do GLOBO percorreram a principal rota da soja, de Lucas do Rio Verde (MT) a Paranaguá (PR), e constataram o caos logístico, como mostra a série de reportagens "Celeiro em xeque". Na boleia de um caminhão com 37 toneladas do grão, os obstáculos, até os mais triviais, ganham uma proporção do tamanho da safra recorde de 82 milhões de toneladas, prevista para este ano.

Para levar um dos produtos que mais recursos traz ao país — o complexo da soja briga com o minério de ferro pela liderança nas exportações —, um exército de caminhoneiros vive a duras penas, com dificuldades até de atender a necessidades básicas, como dormir e tomar banho. A infraestrutura precária faz com que 15% do frete da soja sejam gastos com pneus e manutenção, muito acima da média mundial de 3%.

No fim das contas, ao vender uma saca de 60 kg de soja, o produtor recebe o equivalente a apenas 35 kg. O resto do dinheiro fica no caminho, pois o Brasil optou pela pior, mais cara e poluente via de transporte para longas distâncias: as rodovias. Pelas estradas seguem 82% da safra de soja, percentual muito acima dos EUA, onde os caminhões levam 25% da produção.

Carentes de armazéns, os produtores brasileiros liberam a safra ao mesmo tempo, entupindo as estradas e ficando à mercê das cotações do dia. Já o milho terá prejuízo estimado em R$ 1,4 bilhão com o caos logístico este ano, totalizando R$ 8 bilhões em perdas para o país quando somado à soja.

Governo quer concessão para hidrovias. Danilo Fariello, Geralda Doca e Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 20/04/2013

Iniciativa privada ficaria responsável por manutenção de leitos, portos fluviais e obras de eclusas

BRASÍLIA e RIO - Assim como ocorreu com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, o governo avalia a possibilidade de lançar um programa de investimentos em hidrovias. Os rios brasileiros, principalmente do Norte, podem ser alternativa para escoar boa parte da safra de grãos do Centro-Oeste brasileiro, mas o abandono de leitos e a construção de hidrelétricas impedem que a Bacia Amazônica seja uma rota possível no momento. Entre os debates no governo, há a possibilidade de se conceder à iniciativa privada a manutenção de leitos (o que exige dragagem) e de portos fluviais e até incluir nesses leilões a construção de obras como derrocamento e eclusas. Uma dificuldade, porém, é

definir o modelo de remuneração do concessionário, uma vez que nunca se cobrou pedágios em leitos de rio.

— Hidrovia será uma alternativa fundamental para o escoamento de grãos, como o Rio Madeira já é hoje — disse Bernardo Figueiredo, presidente da Empresa de Projetos e Logística (EPL).

Segundo ele, para melhorar o escoamento de grãos já estão incluídas nos programas de concessões algumas obras como a ferrovia Norte-Sul que vai até Belém. Com as concessões já lançadas, espera-se uma queda de 30% no custo do frete até os portos.

— O que vai resolver o problema da logística é o que está previsto nos programas de concessão, mas isso tem um prazo de maturação de dois a cinco anos. No curto prazo, podem ser obtidos ganhos de produtividade, com armazéns reguladores.

A ampliação da capacidade de armazenagem do país constará do novo plano da safra 2013/2014, que será anunciado em maio. A ideia é que a iniciativa privada construa os silos e estes sejam cadastrados na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para uso de estoques reguladores. Segundo dados da Conab há 17.587 armazéns no Brasil, com capacidade de 148 milhões de toneladas, para uma safra esperada de 184 milhões de toneladas de grãos este ano. Apenas 4% são públicos, o que levou a instituição a gastar quase R$ 300 milhões com armazenagem de estoques públicos em unidades de terceiros.

A Confederação Nacional da Agricultura estima uma demanda de R$ 1,7 bilhão para construção de silos no primeiro ano do programa.

Amigos do monopólio. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 20/04/2013

A ONG Amigos da Terra divulgou pesquisa inédita que se propõe a traçar uma radiografia da carne consumida no país. O relatório denuncia que um terço da carne que chega à mesa do brasileiro não passa por nenhum tipo de inspeção. E contabiliza "quase mil" estabelecimentos que atuam Brasil afora, "sem nenhuma fiscalização efetiva" de órgãos federais.

Problemas existem, é verdade, mas números divulgados pela ONG divergem dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE atesta que existem 1.345 abatedouros bovinos em operação no país e diz que apenas 25% da carne que saiu desses estabelecimentos em 2012 passou por inspeção estadual e municipal. Os 75% restantes foram inspecionados pelo governo federal.

Desde que a Constituinte de 1988 descentralizou a fiscalização das condições sanitárias e tecnológicas de matadouros e frigoríficos, Estados e municípios passaram a ter serviços de inspeção. A partir daí, diz a ONG, o objetivo de agilizar e melhorar a fiscalização se perdeu, cedendo lugar ao não cumprimento das regras sanitárias.

A precariedade da inspeção municipal é fato em parte substantiva dos abatedouros, onde veterinários deveriam ter presença efetiva permanente e só aparecem de forma esporádica. O que repudio é a solução proposta publicamente por Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra.

A pretexto de defender a fiscalização federal como única capaz de assegurar carne de qualidade, a ONG desconhece a realidade e ignora os municípios, onde a vida e a produção efetivamente acontecem.

Em defesa da extinção dos pequenos frigoríficos, a Amigos da Terra assegura que, mesmo sem eles, não faltará carne no mercado porque grandes estabelecimentos trabalham abaixo da capacidade.

"Ante um abate de 21 milhões de cabeças nos frigoríficos com inspeção federal, temos uma capacidade instalada estimada pelas empresas do setor em pelo menos 52 milhões de cabeças", diz a ONG.

De acordo com o IBGE, porém, foram abatidos 23,33 milhões de cabeças em 209 frigoríficos inspecionados pelo Ministério da Agricultura em 2012.

Os 713 estabelecimentos pequenos, que criam centenas de empregos no interior, foram responsáveis por apenas 8% do abate total (2,37 milhões de cabeças), e não por um terço, como sugere pesquisa da ONG.

Em vez de exterminá-los, precisamos instalar nesses frigoríficos as normas higiênicas sanitárias que a inspeção federal preconiza para proteger a saúde do consumidor.

Até hoje, a lei 1.283/1950, que dispõe sobre prévia fiscalização de indústrias que processam produtos de origem animal, não foi regulamentada, fixando regras para todos os níveis. Regulamentaram-se apenas as normas para estabelecimentos sob inspeção federal.

Falar em fechar os pequenos é absurdo inaceitável. Equivale a sugerir a açougues do interior que comprem bovinos vivos de produtores para que sejam abatidos debaixo de árvores, criando uma espécie de rede clandestina de "frigoárvores".

Afinal, não podemos desconhecer que 90% das propriedades rurais brasileiras possuem um rebanho médio de 33 cabeças. Sem escala de produção para completar uma carga de caminhão e levá-la a um grande centro, estes necessitam dos pequenos frigoríficos.

Entendo necessária a criação de normas que sejam obrigatórias para todos os níveis, com apoio técnico e financeiro aos Estados e aos municípios para que estruturem seus serviços a serem monitorados pelo sistema brasileiro de inspeção.

Esse é o caminho que deve ser acompanhado do fortalecimento da Vigilância Sanitária, com a devida fiscalização do comércio e a conscientização da população.

O poder público tem que estar presente nos três níveis da Federação, e os abates clandestinos --estes, sim-- têm que deixar de existir.

Eliminar simplesmente os pequenos é solução que só atende aos interesses do monopólio de meia dúzia de grandes frigoríficos, que vivem no conforto dos empréstimos com dinheiro público e juros subsidiados.

No porto, grão vira moeda na 'cracolândia da soja'. Henrique Gomes Batista – O Globo, Economia. 21/04/2013

Viciados agem de surpresa em Paranaguá para roubar mercadoria e trocá-la por droga

Roubo é feito até com carrinho de mão

PARANAGUÁ (PR) - Quando anoitece no gigantesco pátio de triagem dos caminhões do Porto de Paranaguá (PR), o medo toma conta dos motoristas dos até mil caminhões carregados com mais de 30 toneladas de soja cada um. Eles sabem que poderão ter que sair da área segura na madrugada para descarregar em um dos oito terminais que funcionam 24 horas por dia. Assim, estarão vulneráveis à ação dos viciados da "cracolândia da soja", na curta fila de espera nas ruas próximas aos locais de descarregamento. Nem os cadeados impedem que os dependentes químicos consigam, em poucos segundos, atacar o carregamento, jogando toneladas de soja no chão. Em seguida, roubam o produto e o trocam por pedras de crack.

Quando acontece isso, o drama dos caminhoneiros aumenta. Depois de atacados pelos viciados, eles se deparam com os policiais, que, em vez de perseguir os dependentes, multam os caminhoneiros por sujar a via pública. Eles são obrigados a limpar a rua dos restos de soja que os "craqueiros" não conseguiram pegar. Como estão nas filas que se formam nas ruas próximas aos terminais, os caminhoneiros dizem também que não contam com a autoridade portuária para zelar pela segurança dos veículos.

A ação dos viciados é rápida. Os caminhões de soja contam com dois sistemas de escoamento: as bicas, localizadas na parte de baixo da carreta, e o tombador, na porta traseira do caminhão, que, quando aberto, também libera grande quantidade de soja.

Rápidos, eles catam a soja das ruas com sacos e até carrinhos de mão. Muitas vezes levam os produtos para cantos abandonados perto dos armazéns e das linhas férreas que não são mais utilizadas. Depois, vendem o produto por até R$ 10 a saca de 60 kg (contra R$ 60 do preço normal) para as empresas que vivem da "soja suja", o refugo que sobra nos armazéns e dos caminhões, que é utilizada para ração animal. Mas há casos em que já há a troca direta de soja por pedras de crack, segundo caminhoneiros locais.

— Cadeado não adianta, eles arrebentam rapidinho. O que eu tenho feito é colocar um parafuso grosso, com porca lisa, para dificultar as ações deles. Mas dá dó mesmo é dos jovens caminhoneiros, que não têm essa malícia, vêm aqui e perdem muito, levam multa e ainda têm de pagar o prejuízo — disse Ivanildo Fernandes, caminhoneiro de Tupãssi, cidade do Oeste do Paraná.

O Porto de Paranaguá, por onde foram exportados no ano passado 13 milhões de toneladas de soja e derivados, diz que não pode policiar a área e que, desde 2012, orienta os caminhoneiros a trancar bem suas bicas e tombadores, para evitar a ação dos viciados. As dicas são distribuídas antes de os caminhoneiros chegarem à cidade, em parceria com as concessionárias das estradas que levam ao porto, com a distribuição de folhetos com mapas da cidade e dicas para o descarregamento.

— Hoje esse é o nosso maior problema no porto, desde que eles criaram o pátio e o sistema de controle do caminhão, que só é liberado para vir carregado do 'Nortão' quando tem espaço no porto — disse Daniel Rodrigues de Oliveira, caminhoneiro de Toledo (PR).

Cidade tem 440 viciados

A prefeitura de Paranaguá fez um levantamento no primeiro trimestre deste ano para saber a dimensão do problema. Encontrou 440 usuários de crack, sendo que 123 homens e 25 mulheres estão vivendo na rua. Muitos combinam o vício com o álcool. A prefeitura alega que faz um trabalho multidisciplinar de resgate social, encaminhando viciados ao albergue municipal e outros para tratamento, se o paciente optar por isso. Mas lamenta que, ao contrário do que ocorre no Rio e em São Paulo, não pode fazer a internação compulsória dos viciados.

A prefeitura alega ainda que a Secretaria Municipal de Saúde atende pacientes viciados em drogas no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), que tem acompanhamento até dos parentes, visando a uma ressocialização. Há ainda trabalhos preventivos nas escolas municipais, em parceria com a Polícia Militar.

A PM da cidade, por sua vez, informou por meio de sua assessoria que o grande responsável por este problema é o caminhoneiro que não usa cadeados ou lacres para proteger seus veículos. A organização disse ainda que cabe a ela apenas multar os caminhões que sujam as vias públicas.

O caminhoneiro Amador Trindade Filho conta seu segredo para evitar a ação dos "craqueiros":

— Tento chegar em Paranaguá no meio da madrugada para descarregar no começo da manhã. O pior é chegar no fim da tarde, começo da noite. Aí, certamente, você será chamado para descarregar na madrugada.

Em Paty do Alferes, capital fluminense da produção do tomate, a alta do preço não afetou o comércio. Roberto Kaz – O Globo, Rio. 21/04/2013

Cerca de 70% dos produtores rurais continuam endividados em função do péssimo último ano

RIO - No mês em que o pastor Marco Feliciano difamou o beatle John Lennon, em que o presidente uruguaio José Mujica chamou a mandatária argentina Cristina Kirchner de "velha" e em que o dramaturgo/ilustrador/polemista/poliglota/ex-namorado-do-Helio-Oiticica/ex-marido-da-Fernanda-Torres Gerald Thomas constrangeu a paniquete Nicole Bahls, o personagem que mais fez sucesso nas ruas e redes sociais não pronunciou uma única frase para tal. Calado, como de costume, ele se viu retratado em capa de jornal, de revista, em programa de televisão. Foi boicotado por donos de cantinas (que o declararam persona non grata na cozinha italiana), ironizado por humoristas (que o compararam a caviar, dinheiro, ouro), demonizado por arautos da economia (que o elevaram a símbolo inconteste da inflação). Para ele, tanto fez. Impávido que nem Mohammed Ali, o tomate — vendido a preço de chã, patinho e lagarto — manteve-se fiel àquilo que a natureza lhe reservou: guarneceu saladas, fomentou molhos, complementou pizzas.

Em Paty do Alferes, capital fluminense do tomate, a mudança também não se fez sentir. No município de 27 mil habitantes, localizado entre Vassouras e Petrópolis, dos 50 principais produtores, apenas dois venderam a colheita na semana da alta (em que o quilo do fruto vermelho chegou a ser negociado a R$ 14, o triplo do preço normal). O restante espera colher o grosso da safra a partir do próximo mês — quando, segundo estimativas, o preço já terá voltado ao de costume.

— Eu só colho em maio. Mas para os poucos produtores que deram sorte, a alta do preço foi muito boa — diz Roberto Borges, um dos maiores produtores de Paty, dono de uma safra anual de 400 mil pés de tomate. — Agora, o pessoal que foi agraciado com esse preço perdeu muito dinheiro no mesmo período do ano passado.

O Rio de Janeiro tem três polos produtores: os arredores de Paty (Região Sul), de Sumidouro (Região Serrana) e de São José de Ubá (Noroeste Fluminense). Em Sumidouro, a colheita acontece na primeira metade do ano, quando o clima da Região Serrana ainda não é frio o suficiente para impossibilitar o crescimento do tomate. Em São José de Ubá, dá-se o contrário: o tomate é colhido no segundo semestre, período em que o calor do Noroeste Fluminense, atenuado pelo inverno, possibilita o plantio.

Embora menor em área plantada (são 383 hectares), Paty é dona da maior produção, cerca de oito milhões de pés. Segundo estimativas da Emater-Rio (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, subordinada ao governo do estado), foram 31,5 mil toneladas de tomate colhidas em 2012, que movimentaram R$ 39 milhões. A razão do sucesso é simples: das três regiões, Paty é a única com clima perfeito para o plantio. Produz duas safras por ano.

— Não é nem tão quente, nem tão frio — resume Renato Sarnezi dos Santos, supervisor local da Emater-Rio.

Sensível e trabalhoso, o tomate leva meio ano para ficar pronto. Os primeiros três meses são dedicados ao plantio; os últimos três, à colheita. Apoiada em bambus, a planta pode chegar a dois metros de altura. O fruto é retirado de baixo para cima, em etapas, à medida que amadurece. Em Paty, o grosso da produção de tomate é do tipo caqui — graúdo e um pouco mais ácido, muito usado em saladas.

Suscetível à abundância de chuvas, que aumentam o número de pragas, a produção pode variar muito de um ano para outro. Em 2012, quando o clima foi bom e a produção, excessiva, a caixa com 23 quilos de tomate, segundo o produtor Roberto Borges, chegou a ser vendida a R$ 5 — valor muito abaixo do custo de produção. Endividados, os produtores pisaram no freio, gerando menor oferta para mesma demanda. Neste ano, o preço atingiu R$ 130.

— Mas o produtor é o menos favorecido. A caixa sai da mão dele por cerca de R$ 70. O atravessador e o negociante lucram mais com a alta — explica Roberto.

Originário da América Central, o tomate começou a ser cultivado em 500a.C. pelos astecas do Sul do México. Com a colonização da América espanhola, foi levado à Europa, onde, primeiro, foi utilizado como planta ornamental em jardins da aristocracia. Em meados do século XVI, encontrou sua vocação: na Itália, virou acompanhamento obrigatório de espaguetes, canelones, lasanhas e afins. Hoje, o maior produtor é a China, de onde veio metade da polpa de tomate importada pelo Brasil em 2012.

Em Paty do Alferes, o tomate desembarcou com a imigração japonesa e italiana, no começo do século XX. A região, que antes havia sido um polo cafeeiro, voltou então a um período ascendente. Em 1981, passou a organizar a Festa do Tomate — uma celebração anual com shows de música pop e sertaneja, onde se premia o melhor tomate do ano.

Em 1987, Paty, ainda um distrito de Vassouras, emancipou-se. Hoje, além de tomate, produz pimentão, abobrinha, berinjela e outras leguminosas, em menor quantidade. Em 2012, a agricultura na cidade movimentou R$ 43 milhões. Quase 80% foi em função do tomate.

Produtor de tomates e mudas em Boa Vista — região mais alta e fria de Paty do Alferes —, Odenil França da Silveira, de 25 anos, viu seu fruto ser eleito o melhor do ano passado. O júri, formado por cinco membros apontados pela Emater-Rio, analisou caixas e mais caixas de tomates nos quesitos “forma”, “coloração” e “qualidade da polpa”. Para que não houvesse contestações, o regulamento explicava: “Para que o quesito qualidade da polpa seja julgado, um fruto de cada caixa será cortado ao meio. A posição do fruto a ser cortado será determinada pela comissão julgadora antes do início do julgamento.”

Quando soube do resultado, Odenil não ficou surpreso. Havia, ali, uma tradição familiar: seu pai, também produtor de tomate, também Odenil, já havia sido agraciado com o título nos anos 1990. Além disso, ele estava ciente da qualidade do fruto:

— Meu tomate estava todo igual, com casca forte, sem deformação, cheio de líquido por dentro — lembra.

Guardou o troféu em seu quarto e usou o prêmio, de R$ 10 mil, para pagar dívidas.

— No ano passado, deu tanto tomate que teve período em que a caixa custou R$ 1. Cheguei a pagar para trabalhar — conta. — Neste ano, ainda não comecei a colher, então não ganhei nada com a alta.

Secretário de Agricultura de Paty do Alferes, Paulo Henrique Curityba diz que quando o produtor vende a caixa de tomate a menos de R$ 15, ele perde:

— Foi uma coisa de louco o que os produtores tiraram de crédito no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, linha de crédito financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Por isso, diz, quando há uma alta no valor do tomate, como agora, isso tem mais reflexo na conta dos bancos que no comércio. De acordo com a prefeitura, 70% dos produtores de Paty estão endividados.

— O Ebinho, produtor que vendeu a safra dele na alta, vai usar o dinheiro para pagar todos os Pronafs atrasados, que chegam a mais de R$ 300 mil — diz o secretário.

Já Ricardo Mansur, diretor técnico da Emater-Rio, tem visão menos apocalíptica:

— O preço ainda está mais alto que de costume. O produtor que começar a colher agora, como acontece em Paty do Alferes, ainda vai surfar essa onda.

Comerciante e pedagoga, Iracema Lopes Varão, de 53 anos, é das poucas pessoas na cidade que podem se gabar de trabalhar com tomate e não estarem endividadas. Ela é dona do Tomatão Artesanato, quiosque no Centro onde vende geleia de tomate, pinga de tomate, licor de tomate e, invenção que nem o mestre cuca Alex Atala foi capaz de conceber, doce de leite com tomate.

— Também faço pano de prato, jogo da velha, de damas, pegador de panela, tudo com motivo de tomate — explica. — Aqui é um tomatal só.

Professora do ensino fundamental em Miguel Pereira — município contíguo a Paty do Alferes —, Iracema ergueu o Tomatão há dois anos, quando se aposentou de seu antigo trabalho. Prendada, resolveu colocar seu talento artesanal a serviço do turismo.

— Em toda cidade que você chega, tem algo característico do lugar — explica. — Como eu já fazia esses artesanatos para as minhas filhas e as amigas delas, resolvi criar o Tomatão. A prefeitura autorizou.

Trabalha de quarta-feira a domingo. Lucra entre R$ 1.200 e R$ 1.500 por mês, dinheiro vindo, quase todo, de turistas que vistam a cidade. O montante aumenta em maio, mês da Festa do Tomate.

Cética, acredita que o aumento no preço do tomate não vai influenciar o seu negócio:

— Esta alta é passageira. Vai voltar a ser o que era.

Capacitação incentiva acesso de assentados da reforma agrária ao PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/04/2013

Técnicos de assistência técnica participarão de oficinas em sete estados. A primeira começa nesta terça (23), na Paraíba

Brasília, 22 – Os benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) serão ampliados entre os Assentamentos da Reforma Agrária (Ates). Com objetivo de apresentar aos assentados as novidades do PAA, o governo federal promoverá uma série de oficinas, em sete estados, para capacitar técnicos contratados para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O primeiro encontro será em Campina Grande (PB), na próxima terça-feira (23).

Resultado de parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a iniciativa demonstra o esforço do governo em ampliar o acesso ao PAA entre os assentados da reforma agrária

Para a realização das oficinas, que terão duração de dois dias, foram priorizados os estados onde os contratos de Ates estão começando e também os que têm baixos índices de participação de assentados.

Filas em Santos e Paranaguá fazem soja ser escoada por Rio Grande – Folha de São Paulo, Mercado. 22/04/2013

Os caminhões que transportam soja estão fazendo um percurso adicional de 1.600 quilômetros para escoar o produto pelo porto de Rio Grande (RS), evitando assim as longas filas nos portos de Santos e Paranaguá, segundo fontes ligadas à navegação.

O desvio demonstra as dificuldades logísticas que o setor graneleiro enfrenta neste ano de safra excepcional, não acompanhada por investimentos adequados na infraestrutura.

Por causa da saturação dos portos, há longas filas não só de navios para atracar, mas também de caminhões esperando para descarregar.

A assessoria de imprensa do porto de Rio Grande informou que geralmente o porto gaúcho não costuma receber tantos caminhões com grãos nesta época.

"Isso é por causa da fila nos outros portos. Aqui o tempo de espera é bem menor."

As filas já custaram caro ao Brasil neste ano. A China, maior compradora da soja brasileira, disse estar perdendo a paciência e cancelou algumas aquisições, preferindo a soja dos EUA.

O caos logístico atrapalha o que deveria ser um ano ótimo para os sojicultores brasileiros, com a previsão de superarem os EUA como maior produtor mundial, em parte graças a incansáveis esforços de pesquisa para melhorar a produtividade no Brasil. Além disso, a última safra dos EUA foi fortemente afetada pela seca.

O envio da soja para Rio Grande reduz os encargos dos navios pela demora nos portos e o pagamento dos tripulantes, o que compensa os gastos com a viagem mais longa.

A fila de navios em Rio Grande já equivale ao triplo de um ano atrás, segundo a agência marítima SA Commodities/Unimar. Na última sexta-feira, havia 46 barcos esperando para atracar.

Mas isso ainda é apenas metade da fila que há em Paranaguá, e menor também do que em Santos, onde 59 barcos esperavam para atracar na sexta-feira.

"Rio Grande tem boa infraestrutura, então estão enviando muitos barcos para lá", disse Isis Markarian, representante da SA Commodities/Unimar em Santos.

Ela disse que os navios que chegarem agora ao porto gaúcho conseguirão atracar na primeira ou segunda semana de maio, ao passo que em Paranaguá a espera pode se prolongar até o começo de junho, dependendo do terminal ao qual o navio de destine.

A demora está diminuindo em Santos, mas ainda assim a espera é maior do que em Rio Grande, dependendo do terminal, segundo Markarian.

Brasil, uma potência da soja de mãos atadas. Danielle Nogueira e Henrique Gomes Batista – O Globo, Economia. 22/04/2013

Produção do país, líder mundial no grão, seria 20% maior sem gargalos na logística

SINOP (MT) e RIO - Embora o Brasil enfrente graves problemas logísticos para escoar sua safra, o país fez o dever de casa no campo e se tornou uma potência agrícola. Pela primeira vez este ano, pode superar os EUA na produção de soja e ostentar o título de maior produtor mundial do grão. Ainda assim, especialistas dizem que se não fosse o caos logístico, a distância que separa os dois países poderia ter sido encurtada há mais tempo. Sem travas nas estradas, nos portos e nos armazéns, os produtores seriam estimulados a investir mais e a produção de soja seria cerca de 20% maior. É o que mostra o último dia da série de reportagens “Celeiro em xeque”.

Dados do Departamento de Agricultura dos EUA divulgados este mês mostram que a produção de soja no país alcançou 82 milhões de toneladas na safra colhida em 2012, prejudicada por questões climáticas. Como o Brasil planta num ano e colhe no ano seguinte, os dados americanos têm de ser comparados com a safra brasileira de 2012/2013. O Departamento de Agricultura dos EUA estima a safra de soja no Brasil em 83,5 milhões de toneladas. As estatísticas do governo brasileiro são um pouco menos otimistas: 81,9 milhões de toneladas. Somente em meados do ano, com a soja já 100% colhida, é que o Brasil vai poder exibir o status de primeiro no ranking mundial, caso as projeções americanas se confirmem, ou se contentar com o segundo lugar que já ocupa hoje. A safra total brasileira é estimada em 184 milhões de toneladas, segundo dados oficiais, um recorde.

— Se o país tivesse infraestrutura adequada, a safra de grãos poderia ser 20% maior, os produtores investiriam mais — diz Glauber Silveira, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja).

O Brasil tem condições de mais que dobrar sua área plantada sem desmatar novas áreas. Bastaria uma migração de áreas — hoje usadas para pastagem — para as de cultivo, o que poderia ser feito com o emprego de tecnologia para elevar a produtividade da pecuária, ainda baixa. Atualmente, há cerca de 60 milhões de hectares plantados no país. Há possibilidade para avançar sobre outros 70 milhões de hectares. Essa disponibilidade de terras só é encontrada na África, onde a dificuldade é justamente o ponto forte brasileiro: a tecnologia.

Os especialistas são unânimes em afirmar que o investimento em inovação no campo, especialmente o feito pela Embrapa, é o diferencial do país, além das vantagens como terras férteis e clima. O orçamento da Embrapa é de cerca de R$ 2 bilhões por ano. Graças a essa aposta o país exibe elevados índices de produtividade. No caso da soja, por exemplo, a área plantada cresceu 50% nos últimos dez anos, e a produção avançou 62%, segundo a consultoria Agroconsult. São ganhos de produtividade que ocorrem desde os anos 70, quando a estatal foi criada.

— Naquela época, havia uma orientação do governo militar para ocupar o Centro-Oeste. A Embrapa domesticou o solo do Cerrado, que era pobre e improdutivo, e desenvolveu a soja tropical, que se tornou referência no mundo. Tanto que o grão é originário da China e hoje o país asiático é o seu principal importador — diz Alexandre José Cattelan, chefe-geral da Embrapa Soja.

Sindicato: Bradesco e Itaú avançam

Com o avanço tecnológico, o Brasil tem elevado sua produção em ritmo superior ao mundial. De 2006 a 2011, a produção de soja cresceu a taxa de 6% ao ano, o dobro dos 3% no mundo, segundo pesquisa do Ícone, em parceria com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Entre 2012 e 2022, a estimativa é que a taxa anual de crescimento caia (2,8%), mas ainda fique acima da média global (1,4%). No milho a relação se mantém: alta anual de 3% até 2022, ante 1,5% no mundo.

— As estimativas consideram que os problemas logísticos vão se manter. Sem eles, a produção cresceria mais. Ficou claro este ano que a logística trava o agronegócio. Na próxima safra, o produtor pode investir menos por causa disso — diz André Nassar., diretor-geral do Ícone.

Duas tradings chinesas cancelaram recentemente compras de soja brasileira devido ao nó logístico. A China responde por 69% das exportações brasileiras do grão.

As perdas causadas pelo caos em estradas e portos também podem frear outra revolução no campo, a do acesso ao crédito. O percentual do uso de capital próprio para viabilizar a produção de soja em Mato Grosso (principal estado produtor) saltou de 5% para 40% entre 2007/2008 e 2012/2013, diz a Agroconsult. A dependência das tradings caiu de 51% para 19%. Resultado da capitalização dos produtores. A parcela de bancos privados também cresce.

— Bancos privados, como Bradesco e Itaú Unibanco, estão tirando espaço do Banco do Brasil (BB), que está mais burocrático — diz Leonildo Bares, presidente do Sindicato Rural de Sinop (MT).

Ainda assim, a carteira de crédito do Itaú Unibanco era de apenas R$ 6,6 bilhões em 2012. A previsão de liberação do BB para esta safra é de R$ 55 bilhões.

ANÁLISE-Vício por soja na Argentina prejudica produtores. Hugh Bronstein – O Globo, Economia. 22/04/2013

BUENOS AIRES, 22 Abr (Reuters) - Os últimos anos deveriam ter sido de um boom para o setor agrícola da Argentina e seus agricultores.

A demanda por alimentos é crescente e o país da América do Sul é um exportador de grãos com vocação natural. No entanto, a receita com agricultura está caindo em toda a região dos Pampas, enquanto a produtividade da soja estagnou devido à alta inflação e à falta de rotação de culturas necessária para manter os solos saudáveis.

Um plantio mais intenso de milho é necessário para quebrar o vício da Argentina com o dinheiro rápido oferecido pela soja, e para o país atingir sua própria meta de aumentar a produção agrícola total em 60 por cento em cinco anos.

Como Argentina pode chegar lá?

Os pessimistas dizem que necessárias mudanças na política do governo estão sendo adotadas muito lentamente, se é que estão. Os otimistas veem sinais positivos, como a recente mudança no sistema de cotas de exportação de milho do Estado, no qual o total exportável será anunciado de uma só vez, bem antes do plantio em maio.

Quem quer que esteja certo, o fato é que Argentina --cuja área produtiva dos Pampas é maior do que a França-- é um dos países que poderá colaborar para atender a demanda mundial de alimentos, que deve dobrar nas próximas décadas.

Um fornecimento inadequado de importantes produtores, como Argentina, Brasil e Rússia, aumentaria os riscos de segurança alimentar global e dificultaria a situação de países carentes da África.

A Argentina é a terceira exportadora global de soja em grão e a maior fornecedora de farelo de soja, usado para alimentar animais da indústria de carne. O país ainda é líder na exportação de óleo de soja, matéria-prima que também é usada na produção de biodiesel, um mercado crescente.

Mas políticas míopes sobre o planejamento da lavoura e a falta de rotação entre milho e a soja estão nublando o horizonte dos Pampas para os investidores.

"Os rendimentos da soja estão estáveis e os lucros dos fazendeiros estão sendo erodidos pelos custos", disse o cientista-chefe da câmara da indústria de fertilizantes Fertilizar, com sede em Buenos Aires, Martin Diaz-Zorita.

A produtividade de soja na Argentina têm estado estagnada durante uma década em cerca de 2,6 toneladas por hectare, disse ele, enquanto o rendimento do milho subiu cerca de quatro vezes mais. Mas há uma armadilha.

Agricultores recuaram no plantio de milho e do trigo, pois ambos estão sujeitos a cotas de exportação que complicam o planejamento das culturas. Mesmo com a nova política de fixação de montantes de excedentes exportáveis a tempo para o plantio, as cotas podem mudar durante a temporada, dependendo das condições de cultura e da procura interna esperada.

"Se as políticas governamentais continuarem como estão, o negócio de soja continuará sendo estrangulado, juntamente com o milho e o trigo", disse Diaz-Zorita.

Quase 65 por cento das terras agrícolas da Argentina são plantados com soja, enquanto a quantidade ideal seria 50 por cento. As consequências do desequilíbrio incluem o aumento de insetos e ataques de doenças, o que prejudicou o rendimento e aumentou os custos com pesticidas para os produtores, que já têm que lidar com uma inflação alta.

O desequilíbrio deve se agravar na próxima temporada com uma possível safra recorde de milho dos EUA reduzindo os preços e empurrando os agricultores argentinos ainda mais para a soja, para a qual o governo cobra um imposto de 35 por cento sobre as exportações.

MONSANTO OTIMISTA

O vice-presidente para a América Latina da empresa de biotecnologia Monsanto, Pablo Vaquero, disse à Reuters que está otimista de que o governo será forçado a evoluir para um modelo que promova o milho.

Ele destaca a decisão deste ano sobre o novo sistema de cotas de exportação, dando aos agricultores mais tempo para planejar suas lavouras.

A produtividade de milho praticamente dobrou nos últimos dez anos para cerca de 11 toneladas por hectare, enquanto a produção de soja se estabilizou em menos de 3 toneladas por hectare. Mas cada vez que um agricultor argentino planta soja em um campo que teve colheita de milho a produtividade da oleaginosa cresce cerca de 17 por cento.

Então, se o governo espera atingir sua meta de 160 milhões de toneladas de produção agrícola em 2018, em comparação com 100 milhões atualmente, o cultivo de milho precisa aumentar.

Com a safra 2012/13 já sendo colhida, o governo espera uma produção de 51,3 milhões de toneladas de soja e de 25,7 milhões de toneladas de milho.

GERENCIAMENTO DA ECONOMIA

Restrições a exportações na Argentina são destinadas a assegurar preços acessíveis de alimentos domésticos, mantendo uma certa quantidade de milho e trigo no país.

Os futuros da soja, milho e trigo estão em alta até agora este ano.

As restrições também levam os agricultores para o plantio da soja, que é fortemente tributada. As receitas com a exportação da oleaginosa são cada vez mais importantes para a presidente Cristina Kirchner, cuja popularidade está se deteriorando desde que foi reeleita em 2011 com promessas de redistribuição da riqueza para sua base nos subúrbios de Buenos Aires.

Com as reservas do banco central em patamares mínimos em seis anos, o governo precisa de dinheiro para compensar a confiança do investidor abalada por anos de intervenção governamental.

"A visão de curto prazo da maioria dos agricultores tem sido imposta a eles pelas políticas governamentais voltadas para pressionar os seus lucros", disse o economista agrícola Manuel Alvarado Ledesma.

Dilma vai criar agência para dar assistência técnica rural. Catarina Alencastro – O Globo, Economia. 22/04/2013

A presidente se reuniu hoje com ministro do Desenvolvimento e o presidente da Contag

BRASÍLIA - O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, disse nesta quarta-feira que o governo vai criar uma nova agência para dar assistência técnica a produtores rurais, com foco na agricultura familiar. O órgão já estava previsto, mas segundo o ministro agora está em fase final de elaboração. A presidente Dilma Rousseff recebeu

Pepe Vargas e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch.

Broch veio apresentar à presidente a pauta de reivindicações do 19º Grito da Terra. Entre os pedidos, está a ampliação da reforma agrária e investimentos de R$ 42 bilhões para o setor este ano, incluindo crédito rural e políticas como o programa de aquisição de alimentos. O setor também reivindica assentamentos para 100 mil famílias este ano. Na penúltima semana de maio, uma marcha de agricultores familiares virão a Brasília cobrar respostas do governo aos pedidos entregues.

Segundo o ministro, não é possível garantir que as pautas serão atendidas. Ele citou que até março foram contratados R$ 17 bilhões em crédito para o setor e estima que cerca de 200 novos assentamentos serão criados em 2013, o dobro do número criado no ano passado. Ele não quis se comprometer com números de famílias assentadas.

Broch também disse ter aproveitado o encontro com Dilma para defender melhorias para os que trabalham no corte da cana de açúcar. O governo anunciou ontem um pacote de incentivos de R$ 8,4 bilhões para ajudar os produtores de etanol.

- Aproveitando a reunião que a presidenta teve com os empresários do setor sucro-alcooleiro, que querem rediscutir a política do setor, nós queremos discutir como fica a situação dos trabalhadores do setor sucro-alcooleiro, os cortadores de cana, os trabalhadores nas empresas e os trabalhadores nas indústrias - afirmou o presidente da Contag.

O setor quer ainda que Dilma crie o terceiro plano nacional da reforma agrária (o primeiro foi criado por Sarney, e o segundo por Lula), e amplie as proteções sociais dos trabalhadores rurais, com políticas para saúde, educação e previdência.

Auditoria investiga grampo na Vale. Paola de Moura – Valor Econômico, Brasil. 23/04/2013

A Vale abriu auditoria interna, por ordem do presidente do conselho de administração, Dan Conrado, e do diretor-presidente, Murilo Ferreira, para investigar acusações de um ex-empregado. O ex-gerente de inteligência André Almeida fez denúncia ao Ministério Público Federal, relatando que a empresa grampeava ligações e levantava extratos de contas telefônicas de seus executivos, políticos e jornalistas, e infiltrava pessoas para acompanhar ações de movimentos que feriam seus interesses.

Almeida relatou que, a pedido da empresa, pagou pessoas para infiltrarem-se no Movimento dos Sem Terra (MST) e no Movimento Justiça nos Trilhos. Agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também teriam sido contratados para fazer investigações.

Em nota, a atual direção da Vale afirma não compactuar "com este tipo de método e repudia qualquer atuação desta natureza na empresa, assim como não acredita que tais

fatos tenham ocorrido". As denúncias são "absolutamente infundadas e retratam o desespero de um ex-funcionário demitido por justa causa em função de, entre outros motivos, ter usado o cartão de crédito corporativo de forma indevida, incluindo pagamento de despesas em termas".

O ex-gerente diz ter levantado um extrato telefônico de novembro de 2010 da jornalista do Valor encarregada da cobertura da empresa, Vera Saavedra Durão, segundo informou o advogado Ricardo José Régis Ribeiro. Na época, o jornal publicou reportagens apontando que a gestão do então presidente da companhia Roger Agnelli não estava mais agradando aos acionistas majoritários, e que sua saída do cargo era iminente.

Almeida trabalhou na empresa entre 2006 e 2012. Segundo o advogado, algumas vezes avisou a diretores que as investigações clandestinas eram ilegais. "Ele era funcionário da companhia, tinha bom salário e não queria perder o emprego. Por isso, cumpriu as ordens", afirma.

Ribeiro diz que entrará na Justiça Trabalhista com ação contra a companhia, alegando que a legislação proíbe que seja divulgado o motivo da demissão de um funcionário. "Toda decisão por justa causa pode ser revertida. Quando a empresa divulga, impede que o empregado consiga novo emprego", afirma. "Além disso, a Vale está tentando desqualificar a denúncia do meu cliente. São acusações feitas com provas documentais."

Ribeiro explica que Almeida usou o cartão corporativo por engano, porque o pessoal era igual ao corporativo, e que quando foi constatado o problema o dinheiro foi devolvido. Além disso, a demissão não ocorreu logo em seguida. "Usaram um argumento antigo para demiti-lo posteriormente."

A Vale confirma que contratou dois funcionários da Abin, mas diz que não houve irregularidades na contratação. Confirma o monitoramento dos movimentos sociais e alega que o monitoramento é lícito, porque é feito por meio de entrevistas e notícias publicadas pelos integrantes dos grupos.

Ex-consultor jurídico da Vale, Fábio Spina disse que a empresa nunca realizou grampos ou investigou funcionários, movimentos sociais ou jornalistas. Spina é hoje diretor jurídico da AGN , empresa que montou com Agnelli. Diz que havia um departamento de monitoramento dos movimentos sociais para garantir a segurança dos empregados. "Essas denúncias não têm cabimento", afirmou. Procurado, Roger Agnelli, que está no exterior, não respondeu a ligação.

Denúncias de que a Vale estaria grampeando jornalistas chegaram ao Valor em 2010 e em 2006, quando a companhia estudava nova estrutura societária, que se completaria com a compra da suíça Xstrata. Em ambos os casos, a direção da Vale foi questionada pelo Valor e negou tais práticas.

Grupo de mulheres baianas ganha estabilidade com vendas para o PAA e Pnae – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/04/2013

Um antigo ditado popular afirma que a união faz a força. No interior da Bahia, mais especificamente no Território da Cidadania do Sisal, no município de Santaluz, 280 mulheres decidiram seguir o dito para mudar de vida. Há dois anos, fundaram a Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares (Ammtrafas) e se especializaram em produzir alimentos para os mercados de compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), iniciativas do governo federal, articuladas por meio da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

"Nascemos de um movimento de mulheres do município que já vendia os produtos nas feiras, comércios e comunidades da região e que, no decorrer do tempo, sentiu a necessidade de se reunir e criar a associação. Nosso próximo passo é criar a cooperativa. Estamos na fase de registro", adianta a vice tesoureira do empreendimento e também agricultura familiar, Joseane Santos Lopes, 26 anos.

Por estar situada em um território grande, a associação é formada por 17 grupos distintos de produção, que concentram até 30 mulheres em cada um. "As mulheres da associação moram em comunidades diferentes e não teria como todas se encontrarem em um único lugar para produzirem. Com o grupo temos uma quantidade de pessoas trabalhando juntas que conseguem produzir mais. Mas estamos sempre articuladas e duas vezes por mês há um encontro com todas", explica a agricultora.

Produção diversificada

A produção das associadas abrange uma diversidade de itens. Entre eles estão bolos variados, broas de milho, sequilhos, polpas de frutas, hortaliças e artesanatos de sisal – planta muito comum na região e que inspirou o nome do território. A maior parte da matéria-prima usada na produção é semeada e colhida pelas próprias associadas. A compra dos ingredientes só é feita quando a quantia para atender os mercados de compras institucionais supera as frutas e hortaliças produzidas pelas agricultoras ou, ainda, quando a estiagem compromete as plantações.

Com a mão na massa

A rotina das trabalhadoras rurais é acelerada. Joseane conta que as agricultoras se dividem entre os afazeres do lar e da associação. Joseane, por exemplo, cuida das filhas de 6 e 10 anos, de todo o funcionamento de sua propriedade e do cultivo de algumas hortaliças. Quando está na associação, se dedica a fabricar os produtos vendidos, juntamente com as outras mulheres, e também a uma série de atividades administrativas do empreendimento, como articulação dos grupos e a promoção de capacitações, além dos encaminhamentos da tesouraria.

Antes de comercializarem para os programas do governo federal, Joseane conta que as agricultoras vendiam os produtos, frutas e hortaliças, nas feiras e nos mutirões que elas organizavam nas ruas das cidades próximas, onde sofriam com o transporte, as condições do tempo e até com pequenos furtos. Realidade que ela diz ter mudado completamente. "Quando a gente ia para a feira, a gente ia ver se vendia. Hoje, com as vendas para o PAA e Pnae, a gente sabe que é certo. É um dinheiro que a gente sabe que é certo, é garantido que iremos receber", avalia.

Superando barreiras

Ao contar a história da associação, Joseane, que mora em uma propriedade rural de dois hectares, lembra, também, do preconceito e da desconfiança que as mulheres passaram. "Sofremos preconceitos dos homens no começo da associação. Aliás, até hoje sofremos. Eles se incomodam quando veem as mulheres se articulando, porque sabem que, de certa forma, estamos ocupando os espaços que só eles estavam, há algum tempo. É uma luta de muito tempo, por isso é uma realização", reflete.

Os produtos comercializados pela Ammtrafas são distribuídos e consumidos nas escolas da rede pública que ofertam o nível básico da educação, mesmos estabelecimentos de ensino em que estudam boa parte das crianças e adolescentes da região. "A grande maioria dos filhos das mulheres que produzem os alimentos vendidos pela associação estuda nas escolas que recebem nossos produtos. Então, as crianças sabem que aquele alimento foi feito ou plantado pela mãe dele. Isso é muito importante, a gente ver e saber que é reconhecida", orgulha-se Joseane.

Aumento dos conflitos de terra, assassinatos e conflitos pela água são destaque do relatório anual da CPT – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/04/2013

Na tarde de ontem, 22 de abril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou, durante ato no Acampamento Hugo Chávez, ao lado do Incra do DF, em Brasília, a 28ª edição da publicação Conflitos no Campo Brasil 2012.

No ato foram apresentados os dados de conflitos no campo no ano de 2012, que somaram 1.364, os conflitos por terra, 1.067, e os assassinatos, que somaram 36 nesse último ano. Um aumento de 24% em relação ao ano de 2011. Além disso, Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT destacou que desses assassinados, 7 já haviam recebido ameaças de morte. O que demonstra que está se cumprindo as promessas de morte nos conflitos no campo, em detrimento da inoperância do estado nesses casos. Além disso, Canuto destacou a impunidade que persiste em nosso país, e que ficou clara na absolvição do mandante do assassinato do casal de extrativista de Nova Ipixuna (PA), José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em julgamento realizado no início do mês de abril. O casal já havia recebido várias ameaças de morte.

Os conflitos pela água subiram de 68, em 2011, para 79 nesse último ano. A CPT registrou, também, conflitos em tempo de seca em 2012. Ocorreram 36 em seis estados do país.

Além disso, houve um aumento expressivo no número de tentativa de assassinato. Passou de 38, em 2011, para 77 em 2012. Carlos Walter Porto Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) destacou as comunidades tradicionais como foco das ações de violência no campo.

Rosimeire dos Santos, quilombola representante do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, compartilhou a situação atual do quilombo, de tensão e opressão que sofrem por ação da Marinha. Segundo Rosimeire, "perdi pessoas da minha família e outros quilombolas, pois não podíamos ter acesso a saúde. A Marinha nos impedia de ir buscar atendimento". O Quilombo vive um processo de tensão com a Marinha há muitos anos, que não reconhece o direito deles sobre o território que ocupam há séculos.

Mística e intervenção de dom Tomás Balduino lembram os mortos no campo

A mística que abriu o ato de lançamento dos dados dos conflitos lembrou os militantes assassinados em conflitos no campo em todo o Brasil. Dom Tomás, conselheiro permanente da CPT, também destacou a importância da memória desses lutadores e lutadoras, e como a ainda viva esperança daqueles que estão no acampamento Hugo Chávez, anima a luta.

Alexandre Conceição, da direção nacional do MST, chamou a todos, em um abraço coletivo, a garantir a unidade da luta no campo, em prol da libertação da terra e da garantia do direito a terra e territórios.

O ato reuniu os militantes do MST acampados no acampamento Hugo Chávez, representantes da CPT, da Cáritas, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Contag, parlamentares, representante do Greenpeace e da Via Campesina Sul América. Os dados do relatório já estão disponíveis no site da CPT.

Diretor do MDA apresenta experiência brasileira na agricultura familiar em seminário na França – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/04/2013

Como as agriculturas brasileira e francesa se desenvolveram ao longo do século 20 e vêm avançando no cenário atual? Quais os pontos de contato entre as políticas agrícolas dos dois países? Para responder estas e outras questões será promovido, em Paris, capital da França, nesta quarta (24) e quinta-feira (25), o seminário franco-brasileiro Diálogos Contemporâneos Acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França.

O diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA), Roberto Nascimento, vai participar do

seminário e estará na mesa Perspectivas e Cenários para a Agricultura Familiar Francesa e Brasileira no Século XXI, ao lado de pesquisadores como Marc Dufumier, do AgroParisTech; Sergio Leite, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ); e Caio França, do gabinete da Presidência da República do Brasil.

Para Nascimento, o seminário será uma oportunidade de discutir de forma aprofundada experiências de ambos os países. "Apresentarei os eixos da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que será realizada pelo MDA em outubro. Do ponto de vista da construção de novas políticas e da atualização das já existentes, a Conferência vai contribuir para que tenhamos, daqui a duas décadas, um cenário melhor para a agricultura familiar brasileira, com os homens e as mulheres do campo atuando como protagonistas desse projeto nacional de desenvolvimento", destaca.

Reflexão sobre o rural

O objetivo do evento é discutir questões variadas do rural brasileiro e francês, em especial relativas à agricultura familiar, à reforma agrária e à política pública, buscando analisar a situação atual e traçar novas perspectivas para o futuro. O encontro franco-brasileiro visa, também, incentivar parcerias entre instituições dos dois países com o intuito de promover atividades de pesquisa e de cooperação científica.

O seminário Diálogos Contemporâneos Acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França é organizado pelo Laboratório Dinâmicas Sociais e Recomposição dos Espaços, pelo Centro Nacional da Pesquisa Científica e pelo AgroParisTech, que é o Instituto de Paris de Tecnologia para Vida, Alimentação e Ciências Ambientais.

Na coordenação do encontro também estão pesquisadores brasileiros, como Magda Zanoni, do Nead/MDA; Lovois de Andrade Miguel, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS); e Sonia Bergamasco, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Latifúndio mata 24% a mais em 2012, aponta relatório da CPT. Étore Medeiros – Site do MST. 23/04/2013

Do Correio Braziliense

Os assassinatos de trabalhadores rurais cresceram 24% em 2012, em comparação a 2011. Os dados foram publicados ontem pelo relatório Conflitos do campo — Brasil 2012, da Comissão Pastoral da terra (CPT), organismo ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT chamou a atenção para o agravamento da violência na zona rural. Foram 36 mortes e 77 tentativas de assassinatos, em 2012, 102% a mais do que no ano anterior. O levantamento da CPT destaca os casos das

mortes pela disputa por terras nas regiões Norte (17), Nordeste (11), Sudeste (7) e Centro-Oeste (1).

Rondônia lidera a lista de assassinatos no campo, com um total de oito; seguido pelo Pará (6); Rio de Janeiro (4); e, com três mortes, cada, os estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais. "Dos assassinados, 50% eram lideranças em suas comunidades e 20% já tinham sofrido ameaças", revela Antônio Canuto, da Coordenação Nacional da CPT. A entidade entregou à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), em 2011, um dossiê onde chamou atenção para a concretização das ameaças de morte.

"Matar trabalhador sem-terra é igual a matar bicho do mato: fica por isso mesmo. A impunidade alimenta a violência que está por aí", critica Canuto. Entre 1985 e 2012, os 1.645 assassinatos registrados pela CPT foram reunidos em 1.239 processos no Judiciário. Entretanto, apenas 101 dos casos foram julgados (8,1%). E apenas 22 mandantes e 79 executores foram condenados.

No início do mês, o julgamento dos acusados do assassinato do casal de extrativistas Maria do Espírito Santo e José Claudio Ribeiro acabou por condenar dois executores do crimes, Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento, mas inocentou o acusado de ser o mandante, José Rodrigues Moreira. A decisão revoltou a comunidade rural de Nova Ipixuna (PA), onde viviam as vítimas.

Em sua 28ª edição, o relatório mostra que 58,3% das mortes e 84,4% das tentativas de assassinato contabilizados em 2012 ocorreram na Amazônia Legal. "Até 2005, os grupos atingidos pela violência eram os sem terra e os assentados. A partir de 2006, passam a ser as populações tradicionais, como os índios, quilombolas, posseiros e ribeirinhos", analisa Carlos Walter Porto, professor de geografia da Universidade Federal Fluminense. Ao analisar os dados da CPT, o geógrafo chama a atenção para o crescimento da violência durante os recentes governos petistas. "O governo Lula teve os maiores índices de conflito de terra. O governo Dilma aponta novo aumento. Os dados não mentem".

Segundo Porto, o avanço da soja e da cana-de-açúcar sobre áreas de pastagens obrigou os pecuaristas a procurarem novas áreas, e as vítimas deste processo são as comunidades tradicionais. "As terras ocupadas por populações tradicionais são as mais cobiçadas pelo agro e hidro negócios, por serem as mais fáceis de serem tomadas. Embora ocupem os espaços há décadas, não possuem documentos que comprovem a posse e propriedade", explica Dom Tomás Balduino, um dos fundadores da CPT.

Para Balduino, o espírito daqueles que reivindicam o direito à terra é de paz. "O pessoal não quer briga, quer terra para viver e conviver. Do outro lado, do agro e hidro negócios, aliados do governo, acho que o negócio vai se complicar cada vez mais", alerta. Em 2012, 60% das mortes causadas por conflitos foram de membros de comunidades tradicionais, como índios ou quilombolas.

O deputado federal Padre Ton (PT-RO) critica o avanço do agronegócio não só sobre as terras, mas sobre a política nacional. "Essas forças conservadoras crescem nos três

poderes, sobretudo no Legislativo, onde têm 214 deputados. Corremos o risco de vermos mudanças na calada da noite para retirar direitos de trabalhadores. A bancada ruralista pressiona o governo, que é de esquerda, mas que se acovarda."

Embrapa, passado e futuro. Maurício Lopes e Eliseu Alves – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/04/2013

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nasceu como resposta do governo federal a crises de abastecimento de alimentos na metade das décadas de 1960 e 1970, da necessidade de aumentar e diversificar as exportações e de reduzir os preços dos alimentos, que pressionavam salários urbanos. Essas ações foram fundamentais para a política de industrialização brasileira vigente na época.

Políticas anteriores, como investimentos em armazenamento, extensão e crédito rural, não aumentaram a produção agrícola no ritmo da demanda. O ministro da Agricultura na ocasião, Luiz Fernando Cirne Lima, determinou então à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural a criação de um grupo para estudar por que a agricultura não respondia aos estímulos do governo com o incremento da produtividade. O professor José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da equipe do então ministro Antônio Delfim Netto, da Fazenda, liderou a equipe formada, em sua maioria, por recém-egressos dos cursos de doutorado no exterior nas áreas de ciências sociais.

O grupo concluiu pela necessidade de criação de uma instituição de pesquisa agropecuária de âmbito nacional, com flexibilidade para gerir pessoal e orçamento, baseada em pesquisadores de experiência e competência internacionais. A forma jurídica proposta foi de empresa pública de direito privado. Em dezembro de 1972, a Lei n.º 5.851 criou a Embrapa e sua inauguração ocorreu em 26 de abril de 1973, há 40 anos.

A Embrapa organizou-se em centros nacionais especializados e desenvolveu amplo programa de formação de pesquisadores. Trouxe os agricultores para dentro de suas unidades e criou vínculos com a pesquisa do mundo todo. No período de 40 anos, tem-se fundamentado nos mesmos princípios: centrada nos problemas dos agricultores, da agricultura, das exportações e da alimentação do povo brasileiro; com presença nacional, ela investe na qualidade e competência de seus servidores e está presente nos países desenvolvidos por intermédio de laboratórios especializados (Labex), e coopera com países em desenvolvimento das Américas, na África e na Ásia.

A Embrapa, com seus 47 centros de pesquisa, está presente em todas as regiões do Brasil, de norte a sul. Seus 2.427 cientistas, dos quais 1.789 com doutorado e 242 com pós-doutorado, realizam pesquisas nos principais produtos (por exemplo, grãos, pecuária, frutas e hortaliças), em temas estratégicos (por exemplo, biotecnologia, nanotecnologia, agroindústria) e para os principais ecossistemas brasileiros (Semiárido, Amazônia, Cerrados, Pantanal).

Dentre as tecnologias e soluções desenvolvidas pela empresa e suas instituições parceiras, destacam-se: 1) Inovações para a inserção dos Cerrados ao sistema produtivo, hoje representando mais da metade da produção de grãos e significativa participação na produção de carne bovina; 2) a fixação biológica de nitrogênio em soja, representando uma economia em insumos para os agricultores da ordem de US$ 8 bilhões anuais, além dos benefícios ambientais; 3) o desenvolvimento de variedades de culturas, particularmente para regiões tropicais; 4) a disseminação de pastagens melhoradas para a pecuária de leite e de corte; e 5) desenvolvimento e aprovação do feijão transgênico, livre do mosaico dourado.

Desde a criação da Embrapa até hoje, a agricultura brasileira deu enorme salto. Do lado da demanda, o mercado interno cresceu em consequência do aumento da população, da renda *per capita* e dos programas de transferência de renda do governo; o aumento populacional e a elevação da renda *per capita* em âmbito mundial também explicam o espetacular crescimento das exportações de produtos do agronegócio.

Mas o fator unificador que explica o sucesso do agronegócio é a tecnologia. Estudos econométricos da Embrapa, com dados do Censo Agropecuário de 2006, mostraram o domínio da tecnologia em explicar a variação da produção. Naquele ano, a tecnologia explicou 68,1%, o trabalho, 22,3% e a terra, tão somente 9,6% do incremento da produção. A área explorada expandiu-se muito pouco. Isso tem enorme implicação para as políticas de proteção do meio ambiente.

As exportações do agronegócio têm respondido por 40% da totalidade do saldo na balança comercial brasileira. Assim, a tecnologia ajudou o Brasil a abastecer o seu povo a preços estáveis e garantiu elevado saldo da balança comercial. Em 2012 o saldo do agronegócio valeu US$ 79,4 bilhões.

Quanto ao futuro, o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio dependerá, cada vez mais, do uso da ciência e tecnologia, desenvolvida no País ou incorporada do exterior. Estamos no limiar de nova revolução tecnológica em ciências agrárias e afins, destacando-se o potencial da biotecnologia moderna, da nanotecnologia, da bioquímica e de sistemas de informação. Com tecnologias mais eficientes garantiremos o suprimento interno e exportações de alimentos, fibras, agroenergia e produtos florestais, em escala crescente.

Nos próximos anos, a pesquisa agropecuária fortalecerá a incorporação de mais de 3 milhões de pequenos produtores ao mercado, ajudando a aumentar sua renda e seu bem-estar, por meio da tecnologia; o desenvolvimento de produtos numa proposta de prevenção de doenças via alimentação mais saudável; a geração de tecnologias mais apropriadas à agricultura nas Regiões Norte e Nordeste, cujas rendas médias estão bem abaixo das médias nacionais; a ampliação de conhecimentos e tecnologias amigáveis ao meio ambiente; o desenvolvimento de máquinas, equipamentos e sistemas de produção para poupar mão de obra nas atividades agrícolas, cada vez mais escassa e cara.

Desafios não faltam.

** RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E FUNDADOR DA EMBRAPA*

Giro no Congresso Nacional. Dener Giovanini – O Estado de São Paulo, Blogs. 24/04/2013

Embrapa 40 anos

Projeto de lei que permite a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O projeto (PLS 222/2008) prevê também a criação da Embrapa Tec. com foco em inovação. O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, defendeu a aprovação do PLS durante sessão especial no Senado em comemoração aos 40 anos da empresa. Na ocasião foi ressaltada a relevância das pesquisas realizadas pela Embrapa para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. O país disputa hoje com os Estados Unidos a liderança mundial na produção de alimentos.

Serviços Ambientais

Parlamentares discutem a criação de um Sistema Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) com o objetivo de recuperar e conservar o meio ambiente. Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) no Congresso Nacional, a região amazônica ganhará com a nova medida por ter vários atores – comunidades tradicionais e empresários – interessados na preservação do extenso bioma. A proposta prevê a criação de um fundo para financiar os pagamentos e de uma Comissão Nacional para tratar do assunto. O projeto de lei sobre o tema (PL 792/07) já foi aprovado pelas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara.

Etanol

Substitutivo ao Projeto de Lei de autoria do ex-deputado federal João Herrmann (PL 4823/2009) foi rejeitado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados nesta semana. A proposta obriga o governo a dar incentivos à fabricação de carros movidos a álcool e a desestimular o consumo de gasolina e diesel. O relator da comissão, deputado César Halum (PSD-TO), alega que tais medidas restringem a atuação do governo no campo energético, pois o setor está "atrelado a conjunturas internacionais". O parlamentar também diz ser impossível saber se haverá redução na emissão de poluentes com a ampliação da frota de veículos movidos a álcool. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Se não for descartado pelas Comissões de Tributação e Finanças e de Constituição e Justiça, o PL deve ir novamente a plenário. Isso porque houve total divergência entre os pareceres das duas primeiras comissões (CMADS e CME).

Mudanças Climáticas

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realizou ontem uma audiência pública para debater a prevenção de desastres e a preparação do Brasil para a 4ª Plataforma Global. Coordenado pela ONU, o encontro será realizado em Genebra, na Suíça, no mês que vem. Os membros da CMMC debateram, entre outros temas, o Estatuto de Proteção e Defesa Civil (EPDC), aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado. A nova legislação permite que União, estados e municípios deem uma resposta mais imediata às catástrofes naturais, como desabamento de encostas e secas. Porém, para maior eficácia da lei, parlamentares defendem a sua regulamentação.

Ministro apresenta políticas públicas do MDA a novos servidores do Incra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013

Os 310 novos servidores concursados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) participaram, nesta quarta-feira (24), de uma conversa com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. O debate faz parte da Ambientação para Novos Servidores do Instituto que ocorre de 22 a 25 de abril, em Brasília, com o objetivo de integrar e instruir os novos empregados da autarquia.

O ministro apresentou aos funcionários políticas públicas instituídas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e destinou atenção especial ao programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Pepe Vargas destacou a evolução na construção das políticas públicas, mas também pontuou as dificuldades. "Tivemos avanços significativos, mas temos muitos desafios para promover o desenvolvimento rural sustentável. Temos que pensar o desenvolvimento de forma mais ampla, abrangendo todas as dimensões e, inclusive, fora do meio rural", afirmou o ministro.

Pepe Vargas ainda salientou a necessidade de se ampliar o debate em torno da reforma agrária no País. Na análise do ministro, este assunto deve ser debatido por todas as esferas políticas. "Estamos fazendo um grande esforço para que a reforma agrária não seja um tema de discussão apenas entre MDA e Incra. Queremos que o tema reforma agrária seja pauta de toda a Esplanada dos Ministérios", ponderou.

A Ambientação para Novos Servidores do Incra segue até quinta-feira (25). Os participantes vão ter palestras sobre infraestrutura rural, agroecologia, obtenção de terras, estrutura produtiva e estratégias para o semiárido.

Motivação

Carolina Vieira é uma das novas servidoras da instituição. Aprovada para o cargo de contabilidade, ela ingressou no Incra na última segunda-feira (22) e enfatizou a relevância do evento. "É importante porque eu estou conhecendo, de fato, o Incra. O encontro tem me incentivado bastante, pois estamos tendo muito contato com a prática, projetos que eu não conhecia. É muito motivador", adiantou.

O último concurso realizado pelo Incra aprovou 550 novos funcionários. Destes, 144 foram chamados em 2012 e outros 166 este ano, totalizando os 310 presentes no evento. Finalizado o encontro, 70% dos servidores vão exercer suas funções na área de abrangência da Amazônia Legal.

MST ocupa mais um latifúndio improdutivo em Pernambuco. Ramiro Olivier – Site do MST. 24/04/2013

Cerca de 200 famílias do MST ocuparam a fazenda Cajueiro, no município de São Joaquim do Monte (PE), nesta quarta-feira (24). A fazenda, que possui cerca de 2 mil hectares de terras improdutivas, pertence ao latifundiário João Pereira dos Santos.

Segundo um dos acampados da fazenda, Fernando Silva, a situação está tensa. O proprietário já esteve no local e derrubou a bandeira do MST. A polícia já chegou ao local e tenta apaziguar a situação.

João do Confeito e seu império

Pereira dos Santos é o mesmo proprietário que teve sua fazenda desapropriada no dia 15 desse mês pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), a conflituosa fazenda Camaragibe, localizada na região agreste do estado.

Mais conhecido como "João do Confeito", o pernambucano João Pereira dos Santos construiu um grande conglomerado industrial do Brasil. Em 2009, o Grupo João Santos obteve receita de R$ 2,8 bilhões, proveniente de empresas dos setores de cimento, comunicações, agroindústria e celulose. Trata-se de um patrimônio avaliado pelo mercado em cerca de R$ 5 bilhões.

Operação Sonho de Valsa

Em maio de 2009, uma operação conjunta entre o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Secretaria da Fazenda e policiais civil e militar, batizada de Operação Sonho de Valsa, desvendou uma quadrilha que atuava no ramo de distribuição e comercialização de doces, confeitos, bombons e artigos para festas.

João dos Confeitos, um dos líderes da quadrilha, tem mandado de prisão por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

O governo do estado estima que as empresas envolvidas no esquema sejam responsáveis pelo desvio de mais de R$ 44 milhões dos cofres públicos, mediante sonegação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Já o MPPE trabalha com valores que podem chegar a R$ 60 milhões. "Esse fato, por si só, já é motivo suficiente para que todas as suas fazendas sejam desapropriadas para fins de Reforma Agrária", afirma nota divulgada pelo MST em Pernambuco.

57% dos latifúndios estão improdutivos

Há 163 acampamentos organizados pelo MST, com mais de 16 mil famílias acampadas em Pernambuco. Mesmo com tamanho contingente de acampados, entretanto, os dados do Incra demonstram a paralisação da Reforma Agrária no estado, já que em 2012 apenas uma nova área foi desapropriada.

Em 2009, o Incra realizou um estudo sobre a produtividade das fazendas no estado. O resultado final apontou que 57% dos latifúndios cadastrados em Pernambuco eram improdutivos, o que totaliza 411.657 hectares de terras, mais do que suficiente para assentar as famílias que vivem acampadas em todo o estado.

Mais Alimentos será destaque na maior feira agrícola da América Latina – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promove, pelo quarto ano consecutivo, o Feirão Mais Alimentos para a Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola, principal evento do setor agro da América Latina. Segundo os organizadores, a feira que ocorre de 29 de abril e 03 de maio, deverá receber um público de cerca de 152 mil pessoas de 20 países. A 20ª edição do evento, que será realizada em Ribeirão Preto(SP), contará com 790 expositores que apresentarão novidades tecnológicas no setor do agronegócio.

Em dois mil metros quadrados, o estande do MDA vai expor máquinas e implementos de 40 empresas e associações parceiras do programa – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea) e Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers). Elas apresentarão as mais modernas tecnologias disponíveis para propriedades da agricultura familiar.

A feira visa multiplicar a tecnologia no setor de agronegócio e contribuir para tornar o segmento mais produtivo, rentável e sustentável. "A feira é balizadora de tecnologias para a região e para o Brasil", avalia o coordenador do Mais Alimentos, da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, Marco Antônio Viana Leite.

"Vamos credenciar empresas que possam fornecer equipamentos de pesca e aquicultura para o Mais Alimentos, ação que terá participação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)", destaca Marco Antônio. Ele ressalta que outra ação importante durante o evento será a negociação com empresas de armazenamento com o objetivo de ampliar a lista de produtos financiados pelo Programa – atualmente composta por mais de três mil itens.

Nesta edição, a Agrishow ocupará área de 440 mil metros quadrados e terá, entre os quase 800 expositores, fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, ferramentas, associações de classe, centros de pesquisa e universidades, que mostrarão

tecnologias e soluções para pequenas, médias e grandes propriedades rurais, além de instituições financeiras (Banco do Brasil, Santander e Bradesco).

Mais Alimentos Internacional

Uma equipe do MDA vai realizar reuniões com entidades representativas do setor de máquinas para apresentar avanços e desafios do Mais Alimentos Internacional. Também serão apresentadas regras e formas de funcionamento do Programa no âmbito internacional, com detalhamento da portaria de normatização.

No evento, serão realizadas, ainda, reuniões para credenciar novos produtos e novas empresas para participarem do Mais Alimentos Internacional.

Sobre o evento

A Agrishow é realizada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). A expectativa dos organizadores é gerar um volume de negócios em torno de R$ 2,5 bilhões nesta edição – estimativa que inclui agricultores familiares e não familiares.

A feira é realizada no estado de São Paulo, onde há quase R$ 1 bilhão em contratos pelo Mais Alimentos. Mais de R$ 900 milhões foram financiados em São Paulo, atendendo mais de 18 mil agricultores familiares desde 2008, segundo o coordenador Marco Antônio Viana Leite. “São agricultores que já têm acesso a algum tipo de tecnologia e estão ampliando sua capacidade de produção”, diz.

Movimentos denunciam que nova secretaria oficializa grilagem de terras – Site do MST. 24/04/2013

Nesta terça-feira (23), o deputado federal Irajá Abreu (PSD/TO), filho da Senadora Kátia Abreu (PSD), tomou posse da nova pasta criada pelo governo de Tocantins, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária, extinguindo o antigo Instituto de Terras do Tocantins (Itertins).

Movimentos sociais do campo, no entanto, criticam o fato político, ao denunciarem que a criação dessa secretaria pelo governador Siqueira Campos (PSDB) serve apenas para atender os interesses dos latifundiários do estado, e em particular, da senadora Kátia Abreu.

Presente no ato, o Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), tem um convênio com o governo do estado de R$ 7 milhões para regularizar 11 milhões de terras públicas que, segundo as organizações, em sua maioria são terras griladas por grandes fazendeiros.

Além do mais, os movimentos sociais lembram, em nota, o fato da família Abreu ter envolvimento em diversas denuncias de irregularidades fundiárias no estado, como o caso do próprio Irajá Abreu, que já recebeu dois embargos por danos ambientais: um por desmatamento de reserva legal e outro por retirada de Áreas de Preservação Permanente (APP), totalizando 75 hectares de perda de mata nativa.

Outro fato histórico que coloca em suspeita a articulação política, segundo os movimentos sociais, é o histórico da senadora Kátia Abreu na região. Em 1996, o governador Siqueira Campos decretou uma área de 105 mil hectares em Campos Lindos "utilidade pública".

Logo em 1999, alguns fazendeiros foram contemplados com áreas de 1,2 mil hectares, por R$ 8 o hectare, sendo que a lista dos beneficiados tinha sido preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, presidida por Kátia Abreu (PSD-TO), então deputada federal pelo ex-PFL.

O irmão dela, Luiz Alfredo Abreu, conseguiu uma área do mesmo tamanho. Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola, ficou com 1,7 mil hectares. Do outro lado da cerca, ficaram várias famílias expulsas das terras por elas ocupadas e trabalhadas havia 40 anos.

Os movimentos sociais do Tocantins se juntam ao clamor nacional diante de mais uma agressão ao patrimônio público, ao meio ambiente e à reforma agrária.

No dia 4 de junho deste ano de 2013, o Senado Federal aprovou a MP 458/2009, já aprovada com alterações pela Câmara dos Deputados, sancionada pela Presidenta Dilma. É a promoção da "farra da grilagem", como se tem falado com muita propriedade.
Com o subterfúgio de regularização de áreas de posseiros, prevista na Constituição Federal, o governo federal, em 11 de fevereiro baixou a MP 458/2009 propondo a "regularização fundiária" das ocupações de terras públicas da União, na Amazônia Legal, até o limite de 1.500 hectares.

Esta regularização abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas, que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. Desta forma a Medida Provisória 458, agora às vésperas de ser transformada em lei, regulariza posses ilegais.

Essa medida beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária, pois, de acordo com a Constituição, somente 7% da área ocupada por pequenas propriedades de até 100 hectares (55% do total das propriedades) seriam passiveis de regularização.

Os movimentos sociais propuseram que a MP fosse retirada e que, em seu lugar, fosse apresentado um Projeto de Lei para que se pudesse ter tempo para um profundo debate sobre o tema, levando em conta a função social da propriedade da terra. O governo,

entretanto, descartou qualquer discussão com os representantes dos trabalhadores do campo e da floresta.

A oficialização da grilagem da Amazônia está chamando a atenção pela semelhança com o momento histórico da nefasta Lei de Terras de 1850, elaborada pela elite latifundiária do Congresso do Império, sancionada por D. Pedro, privatizando as terras ocupadas.

A lei pavimenta o espaço para a expansão do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, bem ao gosto dos ruralistas. Por isto, não foi sem sentido, a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados de redução de dez para três anos no tempo em que as terras regularizadas não poderiam ser vendidas e a regularização de áreas para quem já possui outras propriedades e para pessoas jurídicas.

Depois dos três anos nada impede que uma mesma pessoa ou empresa adquira novas propriedades, acumulando áreas sem qualquer limite de tamanho. Foi assim que aconteceu com as imensas propriedades que se formaram na Amazônia, algumas com mais de um milhão de hectares, beneficiadas com os projetos da Sudam.

Os movimentos sociais do campo vêm defendendo, há anos, por uma questão de sabedoria e bom senso, um limite para a propriedade da terra em nosso país. Mas o que vemos é exatamente o contrário. Cresce a concentração de terras, enquanto que milhares de famílias continuam acampadas às margens das rodovias à espera de um assentamento que lhes dê dignidade e cidadania.

O governador Siqueira Campos (PSDB) criou mais uma pasta no governo. Desta vez a ideia é contemplar a área da regularização fundiária. Sendo que a pasta será ocupada pelo deputado federal Irajá Abreu (PSD/TO), filho da Senadora Katia Abreu, inimiga dos movimentos sociais do campo.

Kátia Abreu já foi alvo de ação civil do Ministério Público na justiça de Tocantins por descumprir o antigo Código Florestal, desrespeitar povos indígenas e violar a constituição. Seu filho, o deputado Irajá Abreu, é dono da fazenda Aliança, em Aliança dos Tocantins, que recebeu dois embargos por danos ambientais: um por desmatamento de reserva legal e outro por retirada de APP, totalizando 75 hectares de perda de mata nativa.

O histórico da Senadora é conhecido quando o governador Siqueira Campos decretou de "utilidade pública", em 1996, uma área de 105 mil hectares em Campos Lindos. Logo em 1999, uns fazendeiros foram aí contemplados com áreas de 1,2 mil hectares, por R$ 8 o hectare. A lista dos felizardos fora preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, presidida por Kátia Abreu (PSD-TO), então deputada federal pelo ex-PFL.

O irmão dela, Luiz Alfredo Abreu, conseguiu uma área do mesmo tamanho. Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola, ficou com 1,7 mil hectares.

Do outro lado da cerca, ficaram várias famílias expulsas das terras por elas ocupadas e trabalhadas havia 40 anos. Uma descarada grilagem!

Campos Lindos, antes realmente lindos, viraram uma triste monocultura de soja, com total destruição do cerrado para o enriquecimento de uma pequena minoria. No Mapa da Pobreza e Desigualdade divulgado em 2007, o município apareceu como o mais pobre do país. Segundo o IBGE, 84% da população viviam na pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência.

Nós, movimentos sociais do campo no Estado do Tocantins, viemos a público repudiar o que vem acontecendo neste estado, quando o programa deveria regularizar a terras de milhares de pequemos posseiros e comunidades tradicionais e ainda os vários acampamentos com milhares de famílias a beiras das estradas aguardam um pedaço de terra o governo gasta milhões de reais dos recursos públicos para beneficiar os grileiros de terra públicas.

Via Campesina
MST
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Comissão Mista aprova parecer sobre MP dos Portos – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Logística e infraestrutura. 24/04/2013

A Comissão Mista que analisa a Medida Provisória (MP) 595, que propõe um novo marco regulatório para o sistema portuário brasileiro e abre o setor ao capital privado, aprovou nesta quarta-feira (24/4) o parecer do relator da matéria, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), além de quatro emendas apresentadas ao relatório. A votação ocorreu depois de mais de três horas de negociação em reunião na liderança do Governo no Senado, em busca de um entendimento sobre pontos que geravam divergências entre os parlamentares. O texto segue agora para apreciação no plenário da Câmara e depois no Senado, devendo ser votado nas duas Casas até o dia 16 de maio, quando a MP perde seu prazo de validade.

Duas das emendas aprovadas alteram o que havia sido negociado até agora, no âmbito da Comissão, em relação aos contratos para administração dos terminais portuários. Uma delas prorroga por um período semelhante ao tempo que resta de contrato as concessões firmadas antes de 1993. Na prática, se um contrato de gestão de um porto tem mais 10 anos de vigência, poderá ser prorrogado por igual período. O prazo previsto pelo relator era de até cinco anos. Para os contratos firmados após 1993, permanece a prorrogação pelo prazo de cinco anos.

A outra emenda estabelece que os novos contratos de concessão e arrendamento de terminais portuários, feitos a partir da sanção da MP, sejam de 25 anos, prorrogáveis obrigatoriamente por mais 25 anos, o que, na prática, dá um prazo de vigência de 50

anos. Na versão apresentada pelo relator, que manteve o que estava no texto original da MP, a prorrogação por mais 25 anos seria feita a critério do poder público, na condição de concedente.

Por acordo entre os parlamentares, estes dois pontos foram colocados em votação no plenário da Comissão. Entretanto, tanto o relator quanto o presidente da Comissão Mista, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmaram que não há compromisso do Governo em acatá-los. Segundo o senador Eduardo Braga, de 90% a 95% do texto aprovado não deverá ser vetado. As outras duas emendas tinham caráter supressivo e retiram do texto dispositivo que vedava a exclusão de áreas do porto organizado de terrenos arrendados com contratos em vigência (parágrafo segundo do artigo 15). Também foi retirado o item que impedia a prorrogação de contratos de conceição e arrendamento (caput do artigo 62) para empresas punidas em processos administrativos. Ao todo, foram apresentados mais de 1.500 destaques ao texto. Contudo, os parlamentares abriram mão dos destaques para apresentá-los em plenário.

Eficiência - O relatório aprovado hoje revoga a Lei dos Portos (8.630/93) e traz pontos que permitirão maior eficiência ao sistema portuário, ampliando a competitividade do setor produtivo. Um dos dispositivos do novo texto acaba com a discriminação entre cargas próprias e de terceiros, movimentadas nos Terminais de Uso Privativo (TUPs), proposta defendida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Pela legislação, atual, há a exigência de movimentação de carga predominantemente própria nos TUPs.

Ao abrir os portos brasileiros ao capital privado, a MP 595 prevê a construção de novos TUPs, que será feita por chamada pública. A empresa vencedora será aquela que tiver maior eficiência na movimentação de carga, com menor tarifa. A exploração dos portos privados será feita por regime de autorização, enquanto nos portos públicos a operação se dará em regime de concessão e arrendamento.

Ainda em relação aos terminais portuários, o parecer prevê a criação do terminal-indústria. Diferentemente4 dos novos TUPs, esse tipo de terminal será dispensado de chamada pública, mas deverá ser instalado apenas para movimentação de cargas próprias. Outra proposta aprovada no relatório trata da criação do Porto 24 horas, no qual os órgãos públicos que fazem a inspeção e liberação de cargas (Anvisa, Receita Federal, Ministério da Agricultura, etc.) funcionariam em tempo integral, incluindo sábados e domingos. O Porto 24 horas, que contou com o apoio da CNA e de todo o setor produtivo, dará maior agilidade e eficiência ao embarque e desembarque de cargas. Hoje, a maioria destes órgãos funciona de segunda a sexta-feira, de 9h às 17h.

Outro ponto do relatório estabelece que o Governo federal terá a opção de delegar aos Estados e municípios a realização de licitações para operação em portos que hoje são administrados nas esferas estadual e municipal. No caso dos portos administrados pela União, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) será a responsável por elaborar os editais. A Antaq, a partir da sanção da MP, passa a ser vinculada à Secretaria Especial de Portos (SEP) e não mais ao Ministério dos Transportes.

O relatório manteve, ainda, as regras vigentes para o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), instrumento utilizado para a contratação de mão de obra nos portos públicos. Entretanto, a utilização do Ogmo nos novos TUPs, que funcionarão fora dos portos organizados, será facultativa. Ficou estabelecido, também, que os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), responsáveis pela supervisão das atividades nos portos, serão compostos de forma paritária entre trabalhadores e empregadores, com 25% de representantes para cada segmento, e 50% dos integrantes do poder público.

CNA alerta: proibição da queima da palha da cana poderá causar forte desemprego – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cana-de-açúcar. 24/04/2013

A proibição imediata da queima da palha da cana de açúcar e a consequente mecanização das lavouras, conforme adotado por legislação específica no município de Paulínea, em São Paulo, provocaria forte desemprego no Nordeste, parte do Espírito Santo e no norte Fluminense. O alerta é do presidente da Comissão Nacional da Cana de Açúcar, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) , Ênio Fernandes, que acompanhou a audiência pública convocada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (22), para debater a questão com pesquisadores, produtores de cana e acadêmicos.

O ministro Luiz Fux é relator do recurso extraordinário 584.224, apresentado pelo Governo do Estado de São Paulo, questionando lei aprovada pelo município de Paulínea, que proíbe a queima da palha de cana na região. Embora a lei seja municipal, a mesma tem visibilidade nacional e pode afetar os custos de produção desse segmento nas demais regiões do País.

Cumprir acordos – Segundo Ênio Fernandes, a CNA defende o cumprimento do Protocolo Agroambiental assinado pelos produtores com o Governo Federal, em 2002, que estabeleceu metas graduais para o fim das queimadas da palha da cana.

Por esse protocolo o fim das queimadas, nas áreas mecanizáveis, aconteceria até 2021, nos locais onde a declividade do solo fosse inferior a 12%. E, até 2031, nas regiões cujo solo tenha declividade superior a 12%.

Depois, em 2007, foi assinado um adendo a esse documento reduzindo os prazos. As metas fixadas para 2021 foram antecipadas para 2014. E os prazos fixados para 2031 foram antecipados para 2017.

O representante da CNA na audiência pública, Paulo Diniz Junqueira Filho, destacou que as novas áreas de plantio de cana de açúcar, notadamente Goiás e Mato Grosso do Sul, já utilizam em 90% das áreas produtivas a mecanização da colheita, sem a prática das queimadas.

Nessas regiões os terrenos possuem menos de 12% de declividade e permitem a utilização de máquinas sem a ocorrência de problemas técnicos. Ênio Figueiredo lembra que, no caso de Pernambuco, a declividade dos terrenos supera os 12% e impede o uso de máquinas na colheita da cana. Ainda não existe tecnologia disponível para a mecanização da colheita nesse tipo de terreno.

Emprego em risco - A questão não é apenas ambiental, diz o presidente da Comissão da CNA. É preciso ver as consequências sociais. No Nordeste, tradicionalmente e em razão das características do solo, entre 80 e 90% da cana colhida é feita manualmente, sem utilizar a mecanização, com uso intensivo de mão-de-obra.

Uma "máquina elimina de 80 a 100 empregos diretos", alerta ele. São trabalhadores não qualificados que, uma vez demitidos, enfrentariam enormes dificuldades para serem realocados em outras atividades econômicas.

Existe, ainda, outra questão relevante: o custo de aquisição dessas máquinas. Um equipamento desse tipo custa atualmente R$ 900 mil e inviabiliza a produção da cana, especialmente dos pequenos agricultores.

A situação é mais grave especialmente no Nordeste, relata Ênio Fernandes. Houve uma explosão nos preços das máquinas: em 2006, o custo unitário era de R$ 300 mil e, em 2011, subiu para R$ 900 MIL, devido ao desequilíbrio entre oferta e procura, de acordo com os números da CNA.

Governo Dilma vai criar agência para assistência rural em maio. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 24/04/2013

O governo federal se prepara para criar mais um órgão na estrutura federal. O ministro Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) afirmou que em no máximo 40 dias deve ser anunciada a nova agência nacional de assistência técnica e extensão rural.

O projeto está sendo finalizado e será submetido à presidente nos próximos dias, explica o ministro. A ideia de criar uma nova agência foi antecipada pela própria presidente Dilma Rousseff no final do ano passado, durante o lançamento do plano agrícola e pecuário 2012-2013.

Ainda sem nome, a nova agência federal vai trabalhar em conjunto com órgãos estaduais e associações teria como função a disseminação das melhores práticas na agropecuária por meio de protocolos e pacotes tecnológicos, além da especialização de agentes públicos.

Segundo Pepe Vargas, a ideia é criar uma estrutura nacional com função similar às empresas estaduais de assistência rural (Emater).

O ministro destaca que o órgão não vai regular o mercado e não terá atuação semelhante à Embrapa, empresa que, segundo ele, faz pesquisa e não assistência técnica. "Pelo que

está sendo discutido, a Embrapa pode fazer capacitação dos agentes", disse, logo após uma reunião com Dilma e representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

MAIS CRÉDITO

Durante o encontro, a Contag entregou uma lista com 13 propostas, entre elas pedido de assentamento de 100 mil famílias sem terra e pacote de R$ 42 bilhões em créditos para o Plano Safra da agricultura familiar, assistência técnica e auxílio para aquisição de tecnologia rural.

Os itens serão discutidos pelo governo e, em maio, a Contag promete voltar à Brasília para ouvir quais propostas serão tiradas do papel pela presidente Dilma.

O ministro disse que o governo estuda antecipar o anúncio do Plano Safra 2013-2014 e admite que o montante deverá ser maior que os R$ 18 bilhões autorizados no ano passado. Segundo ele, a presidente prometeu aumentar o valor dos créditos se o volume contratado fosse alto.

"Com certeza vem mais", disse Pepe Vargas, contabilizando R$ 17 bilhões contratados em 2012.

REFORMA AGRÁRIA

O governo se prepara também para acelerar o número de assentamentos rurais. Pepe Vargas disse que é possível dobrar o número de novas áreas ainda este ano.

O governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

Segundo o ministro, no ano passado 117 novos assentamentos foram criados. "Temos um problema: temos 234 processos paralisados no Judiciário", lamentou Vargas, dizendo ainda que o governo tem R$ 500 milhões para benfeitorias aguardando o Judiciário emitir posse de imóveis para assentar.

Está agendada uma reunião com Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, para tentar agilizar as decisões de desapropriações de terra paradas na Justiça.

CMN adia reunião sobre preços mínimos do café – O Globo, Economia. 25/04/2013

O Conselho Monetário Nacional (CMN) adiou para a próxima segunda-feira a reunião na qual deverá ser estabelecido os novos preços mínimos do café no país. O encontro estava inicialmente marcado para hoje.

A elevação do preço mínimo da saca, hoje em R$ 261, é uma reivindicação antiga de cafeicultores e entidades do segmento do país. O preço não sofre reajuste desde 2009.

No caso do café arábica, o preço desejado é de R$ 340 por saca; no do robusta, o aumento desejado e proposto é dos atuais R$ 156,57 para R$ 180.

Hoje, a senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu, e o diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e presidente das Comissões de Café da entidade mineira e da CNA, Breno Mesquita, participaram de reunião no Ministério da Fazenda. Ao término do encontro, disseram que o segmento havia concordado em apoiar o valor levantado pela Conab para o arábica, segundo eles de R$ 336,13. "Menos do que isso, não aceitaremos", afirmou.

O Ministério da Agricultura, porém, se mantém irredutível no pedido de R$ 340. Segundo uma fonte envolvida nas negociações, o ministério apoia o cálculo da Conab de R$ 336,13 como média ponderada, mas defende que seja arredondado para R$ 340.

Agricultores do PAA lançam livro de receitas com produtos caiçaras em Itanhaém (SP) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/04/2013

Publicação mostra como preparar 40 pratos da culinária local, feitas a partir de 15 alimentos cultivados e vendidos por produtores rurais. Lançamento será nesta sexta-feira (26)

Brasília, 25 – Brigadeiro de banana, creme de coquinho de pupunha, doce de chuchu e até suco de mandioca com leite condensado. Essas são algumas das receitas produzidas e vendidas por 12 famílias de agricultores de Itanhaém (SP). Elas foram reunidas numa publicação especial, que será lançada nesta sexta-feira (26), durante as comemorações de aniversário do município. O livro Feiras Gourmet traz receitas baseadas em produtos da agricultura familiar, cultivados e comercializados por famílias atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município.

“Unimos nessa publicação a criatividade e o resgate da cultura caiçara por meio da culinária”, resume a gestora dos programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional de Itanhaém, Luciana Melo. Com tiragem de 3 mil exemplares, a edição reúne 40 receitas já conhecidas e apreciadas pelo público que frequenta a feira do produtor aos sábados. “Queremos agora atrair outros públicos, como turistas e pessoas que não costumam frequentar a feira. Nosso objetivo é buscar a sustentabilidade desse evento semanal.” A publicação terá também versão eletrônica, que poderá ser acessada no site da prefeitura.

Segundo a coordenadora-geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ana Luíza Müller, o livro é importante não apenas por divulgar os produtos da agricultura familiar local, mas também para as entidades que recebem esses produtos por meio do PAA. “Elas ganham

novas opções de preparo dos alimentos e podem elaborar cardápios diversificados e gostosos com a ajuda do livro", diz. O programa, destaca, abre espaço para a criatividade e projetos como o de Itanhaém. "O livro é um exemplo das experiências inovadoras que o desenho do programa permite."

Vinagrete e brigadeiro – Entre as receitas campeãs de vendas na feira e que agora estão no livro, há o brigadeiro de banana e o vinagrete de palmito de pupunha. A produtora Katia Untem, 32 anos, é a autora do vinagrete que atrai muitos clientes à sua banca na feira do produtor. "Vendo pastel de palmito de pupunha, e o vinagrete sai de graça para quem compra. Mas ele é tão gostoso, que já virou o chamariz da banca e tenho recebido encomendas do vinagrete para eventos, churrascos e almoços de família." Ela e o marido vendem produtos para o PAA e o PNAE há três anos.

Além do palmito e do coquinho de pupunha, o livro traz receitas com outros 13 produtos da agricultura familiar de Itanhaém. No município, o PAA e o PNAE compram e distribuem alimentos produzidos por 130 famílias locais e por outras 250 de cidades vizinhas. Por ano, elas fornecem ao PAA 543 toneladas de alimentos e mais 40 toneladas para a merenda escolar, por meio do PNAE.

O lançamento do livro será nesta sexta-feira (26), às 17h, no Paço Municipal. Antes do evento, às 14h, haverá um encontro técnico com agricultores e profissionais de da área de educação de Itanhaém e de municípios vizinhos, com a participação de um representante do MDS.

Luciana Melo conta que o grupo de produtores já estuda a elaboração de outra edição do livro, com novas receitas caiçaras, para o próximo ano. O plano, acrescenta, é incluir também receitas com pescados. Neste ano, o município está construindo uma nova sede do Banco de Alimentos, que terá uma unidade de beneficiamento de pescado.

Agora a bola está com a Veracel – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/04/2013

No dia 18 de abril passado, os trabalhadores e trabalhadoras da Veracel Celulose (Fibria-Stora Enso) se reuniram em Assembleia, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis (STTR), para votar a aprovação, ou não, da nova proposta apresentada pela transnacional nas reuniões de negociação, realizadas entre represented da companhia e dos trabalhadores nos dias 12 e 13 de abril, próximo passado, no anseio de assinar um novo convênio coletivo para o período.

Em diálogo com A Rel, Ailton Queiroz, presidente do STTR de Eunápolis, informou que "a proposta foi aprovada pela maioria dos trabalhadores com a condição de que fosse anexado à mesma o prêmio por produtividade, a ser pago retroativamente a 1º de novembro, data base da categoria, e não a partir de junho conforme propõe a Veracel", explicou.

A nova proposta inclui um aumento de 14,4 por cento no salário básico dos operadores de colheitadeiras mecânicas e a incorporação do abono por produtividade que será de 23 por cento.

Também receberão melhorias as cláusulas sociais, como será o caso da cesta básica, com um aumento de um pouco mais de 11 por cento e o auxílio escolar que aumentará mais de 12 por cento, entre outros benefícios.

"Enviamos o resultado da votação da assembleia na sexta-feira passada (19), e acreditamos que nesta semana a empresa terá uma resposta", assinalou Queiroz.

Como a diferença que se discute é mínima, o dirigente acredita que chegarão a um acordo com a Veracel. "Estamos esperando que a companhia se manifeste e que a resposta à nossa proposta seja positiva.

Na Assembleia da quinta-feira passada (18) -continuou- decidimos também mantermo-nos firmes com relação à exigência da retroatividade do prêmio por produtividade. Se a Veracel não aceitar esta cláusula, não hesitaremos em retomar as medidas de força", enfatizou.

Em meados de março de 2013, os trabalhadores do viveiro de eucaliptos e os operadores de colheitadeiras mecânicas da Veracel Celulose SA se declararam em greve, paralisando totalmente as atividades da empresa.

O motivo foi estarem em desacordo com a postura da companhia durante o processo de negociação. A Veracel se negava a negociar apesar de os trabalhadores terem rejeitado, por unanimidade, a proposta apresentada pela empresa.

Após várias ações, entre elas a intervenção da Rel-UITA, a transnacional aceitou retomar as negociações que levaram a uma nova e aprimorada proposta, a qual está sendo analisada.

Mais de três mil famílias catarinenses serão beneficiadas com assistência técnica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013

Cooperativas de agricultura familiar de Santa Catarina vão ter acesso a técnicas para desenvolverem suas administrações e gerarem mais renda. O programa Ater Mais Gestão, uma modalidade de assistência técnica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) direcionada a pessoas jurídicas, será implantado no oeste do estado, beneficiando 32 cooperativas e mais de três mil famílias.

O objetivo da ação é facilitar o acesso dos empreendimentos da agricultura familiar aos mercados por meio da qualificação de gerenciamento de seus projetos. A delegacia do MDA no estado vai se reunir nesta sexta-feira (26) com a Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina) e com a Adeop (Agência de

Desenvolvimento do Oeste do Paraná) para alinhas as ações de apoio do ministério à iniciativa.

"Com essas duas reuniões, nós pretendemos desencadear um processo de aproximação entre os atores que vão realizar o trabalho, de forma que as cooperativas se sintam bem e conheçam o conjunto das propostas do Programa", adianta o delegado do ministério em Santa Catarina, Jurandi Teodoro.

A Adeop será a responsável pela assistência técnica (Ater). A empresa vai auxiliar empreendimentos da agricultura familiar na análise dos fluxos de caixa, no desempenho econômico, no bom gerenciamento de logística e na regularização fiscal das cooperativas. Na opinião de Jurandi, a ação vai possibilitar aumento de renda e manutenção das famílias no campo. "As cooperativas vão poder inserir seus produtos no mercado com maior qualidade, de acordo com a necessidade do mercado. Se tivermos as cooperativas preparadas do ponto de vista gerencial, essas famílias vão poder apostar em seus projetos de vida no espaço rural", pondera o delegado.

A assistência técnica vai ser oferecida apenas às cooperativas que possuem DAP Jurídica (Declaração e Aptidão ao Pronaf) e vai facilitar o acesso às políticas públicas de compras do governo, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae). "Nós temos o mercado de compras governamentais que não é totalmente atendido, remunera bem e contribui para bons hábitos alimentares para crianças e jovens. São valores importantes para essas cooperativas que têm a oportunidade de participar, a partir de uma maior organização deles", conclui Jurandi.

Aumento da renda

Uma das cooperativas beneficiadas pela iniciativa é a Cooperpomares, situada em Monte Castelo. O empreendimento começou em 2004, quando um grupo de agricultores familiares acreditou que a plantação de maçãs seria uma boa alternativa ao fumo, que era predominante na região.

Atualmente, 135 produtores comercializam mais de duas mil toneladas da fruta por ano para todo o Brasil. De acordo com o presidente da Cooperpomares, Dênis Grein, esse número vai aumentar com o auxílio do programa Ater Mais Gestão. "Vai ajudar muito, porque é uma atividade nova para a região e estamos começando a dominar agora. Queremos, a partir da Ater, melhorar a produção, vender mais e aumentar a renda", observa Grein.

Denis ainda salienta que essa não é a primeira vez que recebe ajuda para gerenciar melhor a cooperativa. "Ano passado, nós participamos de um curso de gestão administrativa para pequenas cooperativas, em Florianópolis. Tudo que vem para nos orientar é bem vindo", destaca.

Incra e CUT iniciam parceria para comercialização de produtos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013

A Superintendência Regional do Incra em São Paulo e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assinaram nesta quinta-feira (25) protocolo de intenções com o objetivo de fortalecer a comercialização direta entre os assentados da reforma agrária e os sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais. A formalização da parceria ocorreu durante o Seminário Sindical Internacional, promovido pela CUT no SESC Belenzinho, que contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e do presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes.

Wellington Diniz Monteiro, superintendente regional do Incra, conta que a proposta surgiu no Fórum Estadual pela Reforma Agrária, que reúne entidades sindicais e movimentos sociais. "A ideia é ampliar o consumo dos produtos da agricultura familiar, o que é importante para a soberania alimentar e para o desenvolvimento sustentável", explicou. Teonílio Monteiro da Costa, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, comemorou a iniciativa e disse que já existe um acordo com o restaurante de uma grande montadora de automóveis para compra de alimentos da reforma agrária.

O protocolo de intenções prevê troca de informações entre Incra e CUT sobre oferta de produtos dos assentamentos rurais e sobre a demanda por alimentos das entidades filiadas à central sindical. Também prevê o apoio técnico do Incra no planejamento das ações de comercialização direta entre os assentamentos rurais e sindicatos.

Seminário

Durante debate sobre o tema "Reforma Agrária, Justiça Social e Soberania Alimentar", o ministro Pepe Vargas disse que os assentamentos rurais devem se tornar comunidades autônomas econômica e socialmente. "Estamos integrando outros ministérios na política de reforma agrária. O Ministério das Minas e Energia com o programa Luz para Todos; o Ministério da Integração Nacional com o programa Água para Todos; o Ministério das Cidades com o Minha Casa, Minha Vida. E estamos integrando também as famílias assentadas e acampadas no CadÚnico do Governo Federal, para que elas possam ter direito ao Bolsa Família, ao Brasil Carinhoso e outras políticas públicas", explicou.

Plano Brasil Sem Miséria integra políticas públicas no Alto Solimões – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013

Debater e aprimorar a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar amazonense. Este é o objetivo do Encontro Territorial de Qualificação de Políticas e Programas Voltados para Agricultura Familiar, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Associação para o Desenvolvimento Agro Sustentável do Alto Solimões (Agrosol), a partir desta quinta-feira (25), às 8h30. O

evento, que será realizado até sábado (27), ocorre no Centro de Formação Frei Ciro Aprigio, no município de Tabatinga (AM).

Composto por nove municípios, o Território Mesorregião Alto Solimões pertence ao sudeste do estado e tem mais de 40% da população vivendo em áreas rurais. “A ideia do seminário é discutir como serão implementadas ações do Plano Brasil Sem Miséria nos municípios da região do Alto Solimões. O Plano terá o desafio de integrar políticas do MDA, Incra, PAC 2 e Pronatec, além de garantir a inclusão de famílias nos programas com acompanhamento de assistência técnica articulada com a comercialização via mercado institucional”, explica o subdelegado federal do MDA no Amazonas, Cloves Pereira, que participa de uma mesa redonda específica sobre o Brasil Sem Miséria, a partir das 14h de quinta-feira.

Presenças confirmadas

Participam do evento mais de 60 representantes da região, com destaque para mulheres e povos indígenas. Plano Safra, qualidade de vida nos assentamentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), bem como programas de compras institucionais, estão entre os principais temas abordados nas mesas redondas do Encontro. Ao final do evento, será firmada uma agenda de trabalho para a execução das políticas com a assinatura do Pacto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Mesorregião do Alto Solimões.

Para o delegado federal do MDA no Amazonas, Arivan Reis, o Brasil Sem Miséria vai proporcionar uma experiência extraordinária para agricultores familiares da região. “Vamos garantir que às políticas de Ater sejam somadas às políticas de comercialização, recuperação de ramais e vicinais, regularização fundiária e muito mais", afirma.

Produção mundial de milho deve crescer 10% em 13/14—IGC. Nigel Hunt – O Globo, Economia. 25/04/2013

LONDRES, 25 Abr (Reuters) - O Conselho Internacional de Grãos (IGC) informou nesta quinta-feira que a produção mundial de milho deve subir em 10 por cento na temporada de 2013/14 para um recorde de 939 milhões de toneladas, restaurando os estoques para níveis acima da média.

A produção mundial de trigo foi vista em uma alta mais modesta de cerca de 4 por cento, para 680 milhões de toneladas, disse o IGC em seu relatório mensal.

"Os estoques finais (de milho) devem ficar bastante apertados no final de 2012/13, mas devem aumentar bastante, subindo para níveis acima da média em 2013/14", disse o IGC.

Segundo o conselho, os estoques globais de milho devem subir em 27 milhões de toneladas, para 143 milhões até o final da temporada 2013/14, enquanto que os estoques de trigo devem subir em 2 milhões de toneladas, para 181 milhões.

O Departamento de Agricultura norte-americano previu que o plantio de milho no maior produtor mundial da commodity subiria neste ano para seu maior nível desde 1936.

O IGC disse que a alta na produção mundial de trigo em 2013/14 era liderada por ganhos na União Europeia e na região da ex-União Soviética.

Incra faz parceria com sindicatos para a comercialização de produtos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/04/2013

A Superintendência Regional do Incra em São Paulo e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assinaram, nessa quinta-feira (25), um protocolo de intenções com o objetivo de fortalecer a comercialização direta entre os assentados da reforma agrária e os sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais.

A formalização da parceria ocorreu durante o Seminário Sindical Internacional, promovido pela CUT no Sesc Belenzinho, que contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e do presidente do Incra, Carlos Guedes.

O protocolo de intenções prevê troca de informações entre o Incra – autarquia ligada ao MDA – e a CUT sobre a oferta de produtos dos assentamentos rurais e a demanda por alimentos das entidades filiadas à central sindical. Também assinala o apoio técnico do Incra no planejamento das ações de comercialização direta entre os assentamentos rurais e sindicatos.

O superintendente regional da autarquia, Wellington Diniz Monteiro, conta que a proposta surgiu no Fórum Estadual pela Reforma Agrária, que reúne entidades sindicais e movimentos sociais. "A ideia é ampliar o consumo dos produtos da agricultura familiar, o que é importante para a soberania alimentar e para o desenvolvimento sustentável", explicou.

Teonílio Monteiro da Costa, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, comemorou a iniciativa e disse que já existe um acordo com o restaurante de uma grande montadora de automóveis para a compra de alimentos da reforma agrária.

Seminário

Durante debate sobre o tema Reforma Agrária, Justiça Social e Soberania Alimentar, o ministro Pepe Vargas disse que os assentamentos rurais devem se tornar comunidades autônomas econômica e socialmente. "Estamos integrando outros ministérios na política de reforma agrária. O Ministério das Minas e Energia, com o programa Luz para Todos; o Ministério da Integração Nacional, com o programa Água para Todos; e o Ministério das Cidades, com o Minha Casa, Minha Vida. E estamos integrando, também, as

famílias assentadas e acampadas no CadÚnico do Governo Federal, para que elas possam ter direito ao Bolsa Família, ao Brasil Carinhoso e a outras políticas públicas", explicou Pepe.

O ex-ministro de Agricultura do Chile no governo de Salvador Allende (1970-1973), Jacques Chonchol, destacou que é necessária uma nova reforma agrária que prestigie elementos que auxiliam no avanço do modelo atual. "É preciso um novo conceito de reforma agrária que se adapte ao século 21 e, sobretudo, à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental. É importante revalorizar a reforma agrária buscando a multifuncionalidade da terra", observou.

Segundo ele, é preciso pensar ainda no rejuvenescimento do campo. "Parte importante do campesinato tem mais de 65 anos, por isso é necessário rejuvenescer. O meio rural enfrenta mudanças aceleradas com a intensificação do capital na agricultura, crescimento do trabalho assalariado e precarização do trabalho", ressaltou.

PE: Assentamento Edmilson Araújo completa um ano e se destaca na produção de frutas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2013

Neste sábado (27/04), o assentamento Edmilson de Araújo, no município de Lagoa Grande, sertão pernambucano, comemorará o primeiro ano de existência e luta. As festividades começam às 15h com a solenidade de abertura, na qual estarão presentes o superintendente do Incra, Vitor Hugo da Paixão Melo; os chefes da Divisão de Desenvolvimento de Assentamento, Douglas Gomes e Joaquim Rocha; o prefeito de Lagoa Grande, Dhonikson do Nascimento Amorim; e demais secretários municipais. Às 17h30 será iniciada uma missa e às 18h30, uma festa com o trio sanfoneiro.

O assentamento tem 490 hectares, dos quais 75 são irrigados, beneficiando 30 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Atualmente, há produção significativa de uva, maracujá, melancia, melão, feijão e pimentão, com rendimento médio de R$ 800 mensais por família. Pensando na ampliação da produção, os assentados vão investir, juntos, os créditos Apoio Inicial (R$ 3,2 mil), que já está na conta da associação; Fomento e Adicional Fomento (R$ 3,2 mil cada) e Estiagem (R$ 12 mil) na ampliação da exploração de uva Itálica melhorada. Esses valores de crédito são por unidade familiar. O objetivo é que cada família possa cultivar meio hectare. Outro projeto em andamento no Edmilson de Araújo é o manejo da Caatinga para a criação de animais de pequeno porte.

Histórico

O processo de conquista do PA Edmilson Araújo aconteceu de forma emblemática com uma luta que foi iniciada em 2008 e encerrada em abril de 2012 com a imissão do Incra na posse da área. Para o chefe adjunto da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de

Assentamento, Joaquim Rocha, o assentamento segue o modelo de reforma agrária. "A linha que trabalhamos é a de inclusão social com desenvolvimento sustentável, destaca.

Minha Casa, Minha Vida Rural é apresentado pelo Incra na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/04/2013

Representantes de movimentos sociais, instituições financeiras e do Governo da Bahia estão reunidos nesta sexta-feira (27), no auditório do Incra em Salvador, para conhecer e debater as regras do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Minha Casa, Minha Vida.

O seminário foi aberto nesta manhã pelo superintendente da autarquia, Luiz Gugé, com a presença do coordenador de infraestrutura da Diretoria de Desenvolvimento do Incra em Brasília, Sérgio Rezende.

Gugé destacou que o Minha Casa, Minha Vida será um grande passo para o desenvolvimento das áreas do Incra na Bahia. "Temos uma esperança muito grande em operacionalizar logo esta ação para garantir moradia digna aos nossos trabalhadores rurais", disse. Já Sérgio Rezende explicou que o objetivo do encontro está sendo divulgar a nova ação federal para construção de residências no campo e "estabelecer pactos entre o Incra, movimentos sociais, instituições financeiras e governo estadual para execução do Minha Casa, Minha Vida em assentamentos baianos". Ele afirmou que a proposta lançada no seminário é estabelecer, até o final do dia, prioridades para que o Incra elabore um cronograma para celebrar os primeiros contratos.

Sobre o Programa

O Programa Minha Casa, Minha Vida Rural beneficiará, a partir deste ano, os agricultores familiares assentados em áreas de reforma agrária de todo o País. A inclusão das famílias assentadas vai ampliar os recursos destinados à construção e à reforma de habitações e tornará mais ágil o acesso às moradias. A extensão do programa aos beneficiários da reforma agrária foi estabelecida pela Portaria Interministerial nº 78, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro deste ano.

Será concedido subsídio no valor de R$ 30.500,00 para construção de habitações ou R$ 18.400,00 para reforma e ampliação de moradias. As famílias beneficiadas pagarão somente 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais, sem juros e sem atualização monetária, com vencimento da primeira parcela um ano após assinatura do contrato. (*)

Responsabilidades

Os projetos habitacionais podem ser organizados pelo poder público, cooperativas, associações e sindicatos, que serão responsáveis pela execução das obras e mobilização das famílias selecionadas. As entidades financiadoras serão o Banco do Brasil e a Caixa

Econômica Federal, que serão responsáveis pela análise, aprovação e liberação de recursos.

O Incra orientará as famílias assentadas sobre as regras de acesso ao programa, providenciará documentos para a elaboração dos projetos habitacionais, além de contribuir com apoio técnico e monitoramento das obras. O acesso dos assentados também será facilitado, já que o órgão comprovará o enquadramento das famílias nas regras do programa.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 78, os assentados incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural não terão acesso aos créditos concedidos atualmente pelo Incra para construção e reforma de moradias, cujos valores são respectivamente R$ 25 mil e R$ 8 mil.

A nova regra estabelece ainda que os assentados que já receberam o crédito concedido pelo Instituto para aquisição ou recuperação de materiais de construção poderão participar do novo programa somente na modalidade reforma.

Fazendeiro é condenado a cinco anos por trabalho escravo – Site do MST. 26/04/2013

Do MPT do Pará

A Justiça Federal em Marabá, no sudeste do Pará, condenou o proprietário rural Vivaldo Rosa Marinho a cinco anos e quatro meses de reclusão por ter submetido trabalhadores a condições semelhantes às da escravidão.

Segundo a denúncia, apresentada pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), em 2009 o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho e Emprego, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal, encontrou onze trabalhadores em condições subumanas na fazenda "Novo Prazer", que fica em Marabá e é propriedade de Marinho.

Os trabalhadores foram encontrados em condições precárias de moradia e trabalho, principalmente em relação à saúde e segurança. As instalações sanitárias, quando existiam, encontravam-se em condições deploráveis.

Verificou-se ainda condições inadequadas para a conservação e o preparo dos alimentos, bem como ausência de água tratada para consumo, que era retirada de um córrego ou poço. Alguns trabalhadores não chegaram nem a receber salário pelo trabalho prestado.

Na decisão, o juiz federal João César Otoni de Matos estabeleceu o regime semi-aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade. Pelo MPF/PA atuaram no caso os procuradores da República Tiago Modesto Rabelo e Luana Vargas Macedo. A decisão

foi publicada no Diário Oficial Eletrônico da Justiça Federal na Primeira Região no último dia 11.

Conab compra mais 20 mil t de milho para atender municípios da Sudene. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/04/2013

Em continuidade ao atendimento dos produtores rurais que sofrem com a escassez do grão no Nordeste, em razão da forte estiagem na Região, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou hoje (26) a compra de mais 20 mil t de milho a granel. O grão deverá ser entregue no Terminal Portuário Cotegipe, Bahia, entre os dias 27/05 a 4/06.

Esta foi a segunda tentativa para a realização da operação pela Companhia com base no modelo definido na Medida Provisória Nº 610, de 2 de abril de 2013, expedida pela presidenta Dilma Rousseff.

A expectativa da Conab era adquirir 103 mil t do produto nesta segunda operação. Para isso, a companhia ampliou o prazo para a entrega do produto nos portos e manteve o preço de compra utilizado no leilão passado. Novo leilão foi marcado para o dia 6 de maio, para a compra de 83 mil toneladas de milho a granel para entrega no mês de junho em armazéns portuários dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os preços de compra só serão definidos dois dias antes do leilão.

Por meio da MP 610, a Conab fica autorizada a doar o milho adquirido aos governos estaduais, para que o grão seja vendido a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Esses produtores devem estar localizados em Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.Ainda de acordo com a Medida Provisória, a venda do grão será feita pelo Governo do Estado onde se localiza o município atendido e o produto será entregue no porto de destino designado pelo governo estadual que recebeu a doação.

Conab negocia 100% da oferta para frete de milho para o NE. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/04/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) conseguiu contratar 100% dos lotes ofertados para a remoção de 11.317 toneladas de milho a granel dos armazéns do Centro-Oeste, para serem transportados aos municípios atingidos pela seca na região Nordeste. Os quatro lotes ofertados foram negociados por R$ 3,890 milhões. Este valor é 26,2% abaixo dos R$ 5,273 milhões que eram previstos na abertura da operação. O maior deságio percebido foi na comercialização do lote 3, com a variação de 28,9%. O lote 2 apresentou a menor variação de preço, 13,2 %.

A origem e o destino do produto, com base em cada lote, são respectivamente as seguintes: lote 1 – 3 mil t de milho de Sorriso (MT) para Manaus (AM); Lote 2 – 430 t de Sorriso (MT) para Ananindeua (PA), 320 mil t de Primavera do Leste (MT) também para Ananindeua (PA) e 500 mil t de Sorriso (MT) para Rio Branco (AC); Lote 3 – 5.567 t de Pedra Preta (MT) para Natal (RN); e Lote 4 – 1,5 mil t de Chapadão do Céu (GO) para Jaguaribe (CE).

MP investigará espionagem da Vale sobre movimentos sociais. Wilson Tosta e Mônica Giaretti – Site do MST. 26/04/2013

Do Estado de S. Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) abriu procedimento sigiloso para investigar denúncia de supostas atividades de espionagem - inclusive grampos telefônicos e infiltração em movimentos sociais - feita contra a Vale por seu ex-gerente de Inteligência André Almeida. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, confirmou ontem, a abertura de auditoria interna para apurar as acusações do ex-funcionário.
Almeida fez a denúncia - referente à gestão de Roger Agnelli na presidência da companhia -por escrito à Procuradoria da República. O procurador Carlos Aguiar informou ontem, por meio de assessores, que busca "elementos para confirmar a credibilidade das informações", que incluem a violação do sigilo telefônico de uma jornalista.

De acordo com o advogado Ricardo José Régis Ribeiro, representante e porta-voz de Almeida, os arapongas obtiveram ilegalmente um extrato telefônico de uma repórter especializada no acompanhamento da Vale para saber quem vazava informações internas para a imprensa. O ex-gerente também relatou que o então chefe da área de Comunicação da empresa teve o seu telefone grampeado, assim como "pessoas estratégicas" de fora da companhia.

O presidente da Vale revelou que a área de segurança da empresa passou por uma reestruturação logo que ele assumiu o comando da companhia, há cerca de dois anos. "Fizemos uma reavaliação completa. Inclusive a área de que fazia parte o senhor André Almeida não existe mais", disse.

E apesar de ressaltar que prefere esperar a conclusão da auditoria interna para esclarecer "a verdade dos fatos", Ferreira destacou que o ex-funcionário foi demitido por justa causa há cerca de um ano por "largo uso" do cartão corporativo para despesas pessoais.

O advogado Ricardo Ribeiro disse que o cartão foi usado por engano, por ser da mesma bandeira que o cartão pessoal de Almeida, que teria devolvido o dinheiro à companhia. O advogado lembrou que a lei proíbe a divulgação do motivo de demissão (imotivada ou por justa causa) e prometeu que o ex-gerente processará a Vale no campo trabalhista.

Ainda de acordo com Ribeiro, Almeida disse que até políticos teriam sido investigados por espiões da Vale que, segundo o ex-gerente, contratou dois agentes da Agência

Brasileira de Inteligência (Abin), agência sucessora do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), outra possível ilegalidade.

"A maioria dos integrantes deste setor de segurança é de ex-membros do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) e NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva)", disse o advogado. Ele explicou que o ex-gerente serviu no CPOR e é oficial temporário (ou seja, por estar então em curso superior, prestou serviço militar como oficial e deu baixa nessa condição), tendo sido recrutado dessa forma para trabalhar com espionagem.

Almeida trabalhou oito anos para a empresa: dois para uma terceirizada e seis diretamente para a Vale. O ex-gerente, segundo o advogado, também apresentou ao MPF os nomes de empresas que seriam terceirizadas pela Vale para serviços ilegais de arapongagem. Uma teria infiltrado informantes no Movimento dos sem terra e na organização Justiça nos Trilhos, que afetariam interesses da mineradora.

Almeida também relatou visitas feitas à empresa pelo ex-mi-nistro-chefe da Casa Civil José Dirceu e pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, embora não tenha informado os motivos da presença dos visitantes, condenados ano passado no processo do mensalão.

"Temos de esperar a auditoria concluir as análises", disse ontem Murilo Ferreira, em entrevista por teleconferência; Ele esclareceu que o trabalho da auditoria responde diretamente ao presidente do conselho de administração da empresa e não à diretoria executiva. "Aguardo o resultado da auditoria para tirarmos todas as conclusões sobre o caso", disse.

Nova diretoria da CONTAG reafirma compromisso de lutar por mais conquistas para a categoria – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/04/2013

A nova diretoria da CONTAG, eleita para a gestão 2013-2017, foi empossada na noite de 26 de abril, em solenidade realizada na sede da Confederação, em Brasília. Todos reafirmaram o compromisso de continuar a luta por mais conquistas e por melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de todo o país.

Logo no início da cerimônia, a diretoria que encerra o mandato foi homenageada pelo trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos. Eles receberam uma mandala de presente, que é um símbolo universal, que representa equilíbrio e é uma arte do fazer coletivo.

Em seguida, houve a composição do palco com os 38 membros da nova diretoria para a gestão 2013-2017. E o secretário regional da UITA, Gerardo Iglesias, declarou empossada a diretoria da CONTAG. Depois desse momento, os novos diretores e diretoras leram juntos o termo de compromisso. Todos(as) se comprometeram a

desempenhar o cargo defendendo entidades sindicais éticas, democráticas, autônomas, participativas, classistas e de luta, dentre outras práticas e princípios importantes que visam fortalecer o MSTTR e valorizar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de todo o país. "Nos comprometemos com as lutas da categoria trabalhadora rural e com a construção de um país justo, democrático e solidário", disseram os novos(as) diretores(as) em um dos momentos do termo de compromisso.

Alessandra Lunas, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, iniciou sua fala destacando os 50 anos da Confederação. "A CONTAG é hoje uma referência na representação de trabalhadores(as) devido a sua seriedade e suas conquistas. A nossa base grita por reforma agrária e o avanço do agronegócio é o que mais incomoda os trabalhadores(as)." A dirigente destacou a luta pela igualdade de gênero no campo, mas também com um olhar diferenciado para o que pensa as mulheres, a juventude e todos os públicos representados pela CONTAG. "Ao olhar para a juventude, temos que ter sensibilidade para pensar em qual a sucessão rural que queremos." Alessandra homenageou ainda todas as dirigentes mulheres presentes na solenidade. "É com essa força das mulheres dirigentes que continuaremos fazendo a diferença. Vamos colocar em prática o diferencial, como o que aconteceu no congresso com a aprovação da paridade."

Omar Gabril Principe, da Federação Agrária Argentina, que está representando a COPROFAM, falou do grande orgulho de representar a COPROFAM e a Federação Agrária Argentina e de poder homenagear a CONTAG por esta posse e pelo ano do seu cinqüentenário. "O grande desafio dessa nova diretoria é trabalhar uma agricultura com agricultores(as) e ter uma agricultura em favor dos pequenos. Somos capazes de produzir os alimentos que chegam às mesas de todos e fazemos da melhor maneira. Temos o desafio de lutar pela democratização da terra em toda a América Latina."

Gerardo Iglesias, secretário regional da UITA, afirmou que a CONTAG é uma das organizações que sabe por que caminha e onde quer chegar. "Essas pegadas já duram 50 anos e a CONTAG caminha com uma vocação transformadora. Agora, esse não é um caminho solitário, pois muitos caminham juntos e muitos dão a própria vida nesta luta. Nunca se esqueçam que a CONTAG é o caminho e caminho de luta."

Adilson Araújo, que representou Wagner Gomes, presidente da CTB, destacou em seu discurso as principais reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, como a reforma agrária. "O governo brasileiro tem que priorizar a reforma agrária. Também temos o grande desafio com a batalha eleitoral de 2014. Os sindicatos nunca influenciaram tanto o voto como nos últimos tempos. Temos que eleger uma grande representação do campo. O desejo da CTB é prestar a justa e correta solidariedade para ver o Brasil fazer as transformações dentro da expectativa de desenvolver a nossa nação."

Carmen Foro, vice-presidente da CUT, reforçou que continuará na luta e comemorou a aprovação da paridade. "Agora, não basta ser mulher. Temos que fazer um processo

onde cada mulher que assuma venha para fazer a transformação, porque a desigualdade ainda está presente." A dirigente também disse que é preciso construir uma 5ª Marcha das Margaridas de parar o país. "Quero reafirmar, em nome da CUT, que a CONTAG cumpre um papel importante no desenvolvimento do país. Este compromisso se estende a todas as federações. Enquanto estiver uma bandeira da CONTAG em acampamento, a CUT estará junta e isso se estende a todas as lutas. Daremos todo o apoio para que a luta da classe trabalhadora rural seja cada vez mais forte."

Ney Zavask, da coordenação do MST, lembrou o importante momento vivenciado no ano passado com a realização do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. "Apesar de as pesquisas apontarem que apenas 20% da população brasileira vive no campo, temos mais de 200 parlamentares representando o campo, o agronegócio. Isso mostra que a terra ainda é um dos centros de poder no país. Vamos estar firmes conjuntamente construindo uma nova sociedade para que as pessoas vivam cada vez melhor no campo e produzindo alimentos saudáveis.

Waldyr Stumpf Junior, diretor executivo da Embrapa, que representou o presidente da Embrapa, afirmou que a Embrapa é uma parceira da agricultura familiar no Brasil, que é fundamental para a soberania e segurança alimentar. "Já temos várias ações em parceria com as FETAGs e a CONTAG chega aos seus 50 anos com trabalhos importantes para o campo brasileiro".

Em seguida, Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), lembrou dos últimos dois encontros da CONTAG com a presidenta Dilma - 11º Congresso e na entrega da pauta do Grito Terra Brasil na quarta-feira (24). "Nos últimos dez anos obtivemos muitos avanços, como o Pronaf, o PAA, o PNCF e a obtenção de terras. Os Governos Lula e Dilma não têm receio dos movimentos sociais. Estarmos aqui é um reconhecimento aos 50 anos, à nova diretoria e, principalmente, à importância do trabalho desenvolvido pela CONTAG."

Por fim, Alberto Broch, presidente reeleito da CONTAG, fez um resgate da trajetória da CONTAG nesses 50 anos. "A nossa Confederação sempre foi protagonista na luta por melhores condições de vida e trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país. Temos que zelar para que a entidade complete 100 anos com mais luta e compromisso com a categoria." O dirigente lembrou de avanços importantes ao longo desse tempo, como a democracia interna ao eleger as diretorias da CONTAG e das FETAGs, a aprovação da paridade de gênero e a implementação das regionais da CONTAG. "Temos a consciência de que precisamos fazer muito mais. Com o movimento fortalecido enfrentaremos grandes desafios. O caminho que nos espera é muito árduo e duro. Para contrapor a esse modelo perverso, construímos o nosso PADRSS, que nos dá a direção para a construção de políticas públicas para que os nossos trabalhadores possam produzir, comercializar e viver com dignidade no campo."

Broch destacou ainda que é fundamental fortalecer o Grito da Terra Brasil, construir a

5ª Marcha das Margaridas, o 3º Festival Nacional da Juventude, continuar a discussão sobre a sucessão rural, realizar a 2ª Mobilização Nacional dos Assalariados(as) Rurais, ampliar e melhorar as políticas de proteção social, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, precisamos construir uma política ambiental que vai além do Código Florestal, e dentro dela estar o pagamento pela prestação dos serviços ambientais, e implementar da Política Nacional de ATER. "A reforma agrária é urgente e necessária. Será uma frustração para a nova diretoria se a reforma agrária não avançar. Temos que melhorar e desenvolver os assentamentos existentes. É possível ter um país mais justo."

O dirigente também destacou em seu discurso a situação vivenciada na região semiárida com a maior seca dos últimos 50 anos. "Precisamos de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido. Precisamos rever o nosso enquadramento sindical, pois não podemos conviver com uma representação arcaica no campo. Vamos construir uma relação muito ativa com as nossas duas centrais, a CUT e CTB, e viver fraternamente com as duas." O presidente reeleito encerrou: "Que Deus abençoe essa nova diretoria para que possamos corresponder à expectativa de todos(as) vocês."

A cerimônia foi encerrada com o momento de assinatura do livro de posse da nova diretoria e da foto oficial.

PARTICIPANTES – A posse também contou com a presença de dirigentes sindicais, de trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, dos ex-presidentes da CONTAG José Francisco e Francisco Urbano, dos coordenadores regionais da CONTAG, do presidente do INCRA, Carlos Guedes, dos secretários do MDA (Secretaria Executiva, SAF, SRA, SDT), de representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, do INSS, de dirigentes da CUT e de várias organizações sociais parceiras e de órgãos governamentais.

Frete do milho sobe 20% entre fevereiro e março, diz estudo – O Globo, Economia. 26/04/2013

O transporte de milho subiu até 20% em março, na comparação com o mês anterior, devido a necessidade dos produtores em escoar o grão para dar espaço nos silos à soja, diz estudo divulgado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-LOG), da Universidade de São Paulo (USP).

Conforme a pesquisa, 13% das rotas analisadas tiveram incremento de preço na faixa de 15% a 20% e, em 25% dos trajetos houve acréscimo entre 0,1% e 5%.

"O cenário que pressionou o preço do transporte rodoviário para o milho incluiu a necessidade de escoar o cereal colhido na safrinha 2011/12 e na safra 2012/13, a fim de liberar espaços nos silos e armazéns para a estocagem da soja; forte demanda doméstica

pelo produto, originada no consumo dos setores de avicultura e suinocultura; e aumento das exportações", diz o documento.

Sobre a soja, a faixa de maior inflação no mercado de fretes nacional concentrou-se em 20% das rotas analisadas pelo Esalq-LOG, que tiveram preços reajustados entre 0,1% e 5% e, 9% dos transportadores aumentaram a cobrança entre 5% e 10%.

"A demanda por transporte da própria colheita da soja pulverizou a frota e resultou na escassez de veículos. As condições das rodovias e dos acessos aos terminais portuários também foram fatores limitantes na precificação do frete", diz o estudo.

Tanto para o milho como para a soja, a expectativa é que novos reajustes aconteçam. O cenário que pressionará os preços do frete engloba o avanço da colheita, a lei 12.619, que regulariza o trabalho dos caminhoneiros, e o aumento do valor do combustível.

Ministro agenda reuniões para debater reivindicações do Grito da Terra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou, na sexta-feira (26) da cerimônia de posse da nova diretoria da Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag). Durante seu discurso, o ministro parabenizou a confederação por seus 50 anos, completos em 2013, e reafirmou o compromisso do Governo Federal com os trabalhadores rurais.

“A nossa presença aqui é um reconhecimento, não só dos 50 anos da história da Contag, não só à diretoria, mas um reconhecimento da importância dos movimentos sociais para que possamos construir mais avanços na agricultura familiar”, salientou o ministro.

Antes da solenidade, o presidente reeleito da Contag, Alberto Broch, entregou ao ministro a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil (GTB), manifestação anual do movimento social. Pepe Vargas recebeu o documento e agendou reuniões para a próxima semana, para tratar do tema. O objetivo é trabalhar nas reivindicações o mais rápido possível. “Quero, já na segunda-feira (29), marcar um encontro para começarmos a dialogar sobre a pauta agrária, que dá um pouco mais de trabalho. Mais para o fim da semana, tocamos os outros assuntos”, disse o ministro.

Pepe ressaltou que os debates sobre a pauta devem ocorrer antes do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, que será apresentado no fim de maio. “Nós queremos ter alguns marcos importantes no Plano Safra deste ano. A Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é um deles. As medidas de combate aos efeitos da seca são outros, e o tema agrário também. Vamos trabalhar nessa pauta com rapidez e competência”, assegurou.

Nova diretoria

A nova diretoria da Contag é composta por 38 lideranças rurais e foi eleita em oito de março deste ano, durante o 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Alberto Broch foi reeleito e possui mandato até 2017.

Além de Pepe Vargas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi representado por todo o seu secretariado e pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

Um sequestro estatístico. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior. 28/04/2013

O que é rural e o que é urbano no Brasil? Um grupo pesquisadores universitários está estudando o assunto e acredita que a população rural brasileira seja pelo menos o dobro da estimada pelo IBGE, de 30 milhões de pessoas. Na raiz do problema está um decreto de 1938 do governo Getúlio Vargas, que define o que é urbano no país.

É uma figura pouco usual para definir uma questão de ordem no Brasil: o que é rural e o que é urbano? Um grupo coordenado pela professora Tânia Bacelar (UFPE) e mais 15 pesquisadores pretende destravar esse nó, num projeto financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. O IBGE aponta a população rural brasileira com 15,64%, quase 30 milhões de habitantes, segundo o censo de 2010. Os pesquisadores como Tânia Bacelar acham que pode ser o dobro. Na raiz do problema um decreto de 1938, governo Getúlio Vargas, que define como urbano o perímetro definido pelos prefeitos locais. No Brasil cerca de quatro mil cidades têm até 20 mil habitantes. Somos 84,36% de brasileiros urbanos, ou há algo errado nessa história?

O país conta com 5.505 municípios com seus distritos e vilas. O Brasil é o país com o maior número de cidades do mundo. Lembro quando costumava viajar pela Belém-Brasília, em direção ao Tocantins, e passava pelos limites urbanos de municípios localizados nos confins da pátria. A imagem era repetida: uma igreja pequena, uma delegacia e o prédio da prefeitura. Fácil de entender no estado, que na época, a família no poder comandava a administração pública como se fosse uma capitania hereditária. Cada município tem direito ao fundo de participação e de muitas verbas federais. Então, quanto mais, maior a verba.

Empregos desapareceram

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 o Brasil teve um enorme fluxo de migrantes, na maior parte em direção ao sudeste. Foram 27 milhões de pessoas que migraram do rural para o urbano. Os motivos são variados, desde a modernização e industrialização do país, a situação econômica, com falta de empregos na zona rural, o avanço da agricultura mecanizada e da monocultura e os atrativos culturais das metrópoles. Na década de 1990, mais para o final, o fluxo interrompeu e começou a decair. Ou seja, começou a crescer a população de centenas de municípios considerados rurais, e

também começou a inverter o fluxo de migrantes, deixando as metrópoles do sudeste e voltando ao estado de origem.

É preciso entender que entre 1985 e 2006 cerca de sete milhões de empregos desapareceram na zona rural. A queda, arredondada, foi de 23 milhões para 16 milhões de empregos. Também no mesmo período as propriedades com até 10 hectares, que são maioria no Brasil, perderam cerca de dois milhões de hectares. E os donos foram expulsos para o urbano. Mesmo assim elas envolvem um número acima de quatro milhões de unidades e, além de garantir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, ainda ocupam milhões de pessoas.

Acabar com o modelo

Portanto, a discussão sobre rural ou urbano não é uma questão teórica. Porque por trás disso tem o agronegócio e a agricultura industrial movida pela química, e do outro lado, a agroecologia e a agricultura familiar, que muito mais do que um modo de produção é um modo de vida, de convívio social e um modelo cultural, que ajuda a manter o pouco que resta de ambiente natural em algumas áreas do Brasil, principalmente na região sul. A Universidade de Essex, na Inglaterra, diz que existem cerca de 1,4 milhão de agricultores que seguem os princípios da agroecologia no mundo, os pesquisadores dessa instituição acompanham mais de 200 projetos, corresponde a 30 milhões de hectares. Eles não têm dúvida de dizer que o problema do êxodo rural está no avanço do agronegócio, que desestimula a produção da agricultura familiar e implica na perda da cultura camponesa e dos povos das comunidades tradicionais. No mundo cerca de 1,8 bilhão de pessoas habitam florestas e matas, regiões áridas, encostas íngremes ou terras inadequadas para produção de alimentos.

O ponto central é esse: a quem interessa acabar com a agricultura familiar e camponesa? Se depender das estatísticas, como diz o economista Ignacy Sachs, o Brasil em poucas décadas se tornaria totalmente urbano. Uma discussão que também foi levantada desde a década passada pelo pesquisador José Eli da Veiga. O plano de realizar esse delírio deve ser dos capitalistas de Wall Street e os clones brasileiros com base na experiência estadunidense – aponta a população rural agrícola em apenas 1%. O problema é que o índice da população não agrícola, ou seja, mora na zona rural, mas vive da economia urbana, se mantém em 20%. Uma das discussões que os pesquisadores do projeto bancado pelo MDA deverão definir. Afinal os setores de serviço e industrial das cidades do interior fazem parte do rural. Segundo Tânia Bacelar, a ideia é definir as cidades em faixas demográficas, geográficas e diferenciar nos seis biomas brasileiros definidos – Amazônia, Pantanal, Pampa, Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado.

No campo os homens e os velhos

Porém, existem outras perspectivas desse mesmo problema. A população brasileira está envelhecendo rapidamente. Em 2025, o Brasil será o sexto país com maior número de idosos na faixa dos 60 anos – serão cerca de 32 milhões. Uma parte deles vive no campo. A migração, que começou a cair no final da década de 1990, tornou-se seletiva.

As mulheres mais jovens são maioria, na verdade, desde a década de 1980 os demógrafos já registraram este aumento. No caso do Rio Grande do Sul migraram 22% mais de mulheres do que de homens. Porto Alegre é a capital que, desde a década de 1950, conta com maior número de mulheres em relação aos homens.

Dois pesquisadores José Carlos Froehlich e Cassiane da Costa Rauber, do curso de pós-graduação em extensão rural da Universidade de Santa Maria fizeram um trabalho sobre o êxodo seletivo na região central do estado, envolve 28 municípios. Na faixa dos 25 aos 59 anos, 25 municípios apresentaram predomínio de populações masculinas, evidenciando um processo de masculinização acentuado:

"O êxodo seletivo intenso ocorre há mais de uma década e se desenha como tendência futura. A masculinização que se desenvolve silenciosamente pode comprometer o tecido social dos territórios rurais, tão importante para a região. Com a emigração jovem agrava-se o processo de envelhecimento populacional. O celibato entre os rapazes rurais já se desenha na região", registraram os pesquisadores.

Em Santa Catarina este tema já rendeu um documentário "Celibato no Campo", de Ilka Goldschmidt e Cassemiro Vitorino. O estado tem para cada grupo de 100 mulheres, 122 homens. Na Europa, conforme um relatório do Parlamento Europeu do início dos anos 2000, o número de agricultores com menos de 35 anos se reduzirá a zero em 2020. O sul da Europa, principalmente Portugal e Espanha, registram os índices mais altos de envelhecimento da população rural. O Japão já tem mais de 30% da população na faixa dos 60 anos.

Quem vai produzir a comida?

É uma encrenca a mais na época da modernização digital, da globalização, dos mercados onipotentes e da mídia desinformada e totalmente urbana. Além disso, os organismos internacionais, como a FAO, costumam bater na tecla do aumento da produção de alimentos até 2050, deveria crescer de 2,3 bilhões de toneladas para mais de três bilhões, um aumento de 50%. Mas não aborda a questão de quem vai produzir esta comida. Será o agronegócio químico e transgênico, com seus equipamentos cada vez mais sofisticados? Ou vai sobrar espaço para as comunidades familiares, os grupos tradicionais, as cooperativas de assentados – no RS são 327 assentamentos, em 91 municípios e mais de 13 mil famílias-, ou os faxinais do Paraná, um sistema antigo implantado pelos ucranianos no final dos anos 1800 e que ainda tenta sobreviver.

Faxinal é um sistema que mistura a plantação de erva-mate com as araucárias e que se traduz numa produção menor, mas mais diversificada. Em 1997, uma lei estadual definiu o perfil dos faxinais – atualmente são 44, mas em 1994 eram 121, sendo que 19 estão na região de Prudentópolis, numa extensão de 13.870 hectares. Na década de 1970 o Paraná foi o estado que mais contribuiu para a migração no Brasil, saíram 2,5 milhões de pessoas da zona rural, muitas delas em direção ao Centro-oeste, e agora, indo para a Amazônia. Como diz uma moradora de outra área no sul do Brasil, na região do rio Ibirapuitã, município de Alegrete:

"Às vezes as pessoas dizem: que buraco. Mas eu adoro esse buraco."

O depoimento consta de outro trabalho da Universidade de Santa Maria (extensão rural) sobre o esvaziamento do pampa gaúcho. A moradora mora a 70 km da sede do município, ou seja, a cidade. Os filhos precisam sair de casa para cursar o ensino médio que não tem na região e não há transporte público. A passagem custa R$15. Os jovens querem estudar, querem evoluir, como em qualquer outro lugar do mundo. As atividades na região se concentram na pecuária de corte ou soja. Não é nem o emprego urbano que atrai, porque estas cidades continuam registrando êxodo.

Trabalho em comunidade

É uma situação diferente da agricultura familiar colonial, de tradição europeia. Segundo dados do IBGE de 2006, o RS conta com 378 mil estabelecimentos agrícolas familiares que ocupavam 992 mil pessoas – segundo o censo de 2010, 1,6 milhão de pessoas residem em 515 mil domicílios rurais permanentes. Eles passaram a industrializar os seus produtos, como o caso da agroindústria das famílias Lazzareti e Picolotto, da comunidade linha Savaris, 7 km do município de Constantina, norte do RS. Eles desistiram de plantar milho e depender das cotações de commodities. Resolveram ampliar uma área de cana-de-açúcar com variedades específicas. Passaram a produzir açúcar mascavo, melado, schmier (geleia), além de cachaça e licores em 14 hectares. São sete famílias que dividem tudo e ainda trouxeram os filhos de volta, que trabalhavam na cidade como assalariados.

Ainda são responsáveis pelo controle, recolhimento e entrega de 320 cestas básicas destinadas as famílias carentes do município, através do Programa Fome Zero. O selo "Vita Colônia", da COOPERAC, a agroindústria da comunidade, é um dos modelos que viabiliza economicamente a agricultura familiar e camponesa e mantém viva a chama de um modelo de vida que teima em não desaparecer. E que pretende entrar nas estatísticas como integrante do desenvolvimento social e econômico desse país.

MPF processa 19 pessoas por venda ilegal de lotes em MS – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2013

A Justiça acatou a denúncia do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS) contra 19 pessoas que são acusadas de fazer parte de uma organização criminosa que cobrava propina para autorizar a ocupação ou regularizar a comercialização de lotes da reforma agrária em Corumbá e Ladário, na fronteira com a Bolívia. A partir de agora, os acusados são réus em ação penal por formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e falsidade ideológica.

Segundo do MPF/MS, a investigação comprovou a venda de lotes nos Assentamentos Taquaral, Tamarineiro II-Sul, Paiolzinho e São Gabriel. Os lotes chegavam a custar R$ 60 mil e a propina, R$ 6 mil. O MPF descobriu que comerciantes e empresários locais

estão entre os beneficiados das negociações ilícitas feitas entre o assentado que queria desistir do lote e o terceiro interessado em sua aquisição.

Os procuradores explicam que "as transações entre ocupantes e interessados em lotes tornou-se a regra nos assentamentos situados na fronteira, avalizadas por meio de documentos fraudulentos elaborados pelos sindicatos de trabalhadores rurais e pelas associações de assentados, e regularizadas por servidores do Incra. "Alguns acusados possuíam vários lotes, obtidos com o mesmo esquema", diz o MPF/MS.

A investigação descobriu que, na maioria das vezes, os servidores do Incra exigiam a concordância do sindicato e das lideranças dos assentamentos, que cobram para fornecer documentos e declarações de autorização. Segundo o MPF/MS, os processos eram formalizados na unidade do Incra em Corumbá, "para dar aparência de legalidade à ocupação do lote, por meio de documentos falsos que atestavam que pessoas sem perfil de beneficiário e que não estavam inscritas no Programa Nacional de Reforma Agrária, possuíam os requisitos para receber os lotes".

Investimentos do Pronera no Amazonas proporcionam educação a 5,3 mil alunos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) comemora 15 anos com resultados significativos no estado do Amazonas. O programa se expandiu pelo estado e hoje funciona em 16 municípios onde estão situados 27 assentamentos, com participação de 5.396 alunos e investimentos de R$ 5,2 milhões.

O Pronera oferece cursos que englobam desde a educação de base (alfabetização e ensinos fundamental e médio) a cursos de nível superior e especialização, voltados para as atividades do campo. A capacitação ocorre em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Atualmente o programa atende a assentados dos municípios amazonenses de Autazes, Canutama, Carauari, Careiro, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Tefé.

Distâncias

Chegar às comunidades rurais desses municípios e cobrir as distâncias são desafios consideráveis dada a extensão do estado. O acesso é difícil e as distâncias são longas. Para a superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA) – no Amazonas, Maria do Socorro Feitosa, "os desafios são grandes, porém o resultado é a promoção de interação entre o saber natural dos assentados junto às suas experiências e a qualificação profissional que chega por meio do Pronera".

História

Instituído pelo governo federal em 1998, o Pronera chegou ao Amazonas em 2001/2002, em um projeto piloto entre a Superintendência Regional do Incra e a Ufam. No primeiro ano foram alfabetizados 680 assentados de cinco municípios (Manaus, Presidente Figueiredo, Careiro, Rio Preto da Eva e Itacoatiara).

Em 2008, o programa formou a primeira turma de nível superior no estado. Foram 85 alunos oriundos dos assentamentos de reforma agrária dos municípios de Manaus e Parintins que foram diplomados pela Universidade do Amazonas no Curso Normal Superior, com as cerimônias de colação de grau realizadas em Parintins e Manaus.

Prefeitos do Rio de Janeiro conhecem ações do Incra e do MDA – Site do Instituto Nacional de Colonização e Refoma Agrária (INCRA). 29/04/2013

O superintendente do Incra no Estado, Gustavo Souto de Noronha, e o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Rio de Janeiro, José Octávio Fernandes, participaram na última sexta-feira (26) do Encontro Estadual com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado no Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado.

Eles esclareceram dúvidas dos prefeitos sobre as formas de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que permite ao agricultor familiar acessar o crédito rural. Os gestores municipais também procuraram se informar a respeito da entrega das retroescavadeiras, disponibilizadas na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para reestruturar as estradas vicinais utilizadas pelos agricultores familiares.

O superintendente do Incra informou aos prefeitos sobre a implantação das Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs), por meio das quais os agricultores podem ter acesso às informações sobre situação cadastral de imóveis rurais e emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Disse ainda sobre a possibilidade de firmar acordos de cooperação técnica entre o Instituto e as prefeituras. “Esse encontro representa uma boa oportunidade de otimizar a articulação institucional com os municípios. Saímos com diversas reuniões agendadas, o que foi bastante positivo”, afirmou Gustavo Noronha.

Presenças

Além dos representantes do Incra e do MDA, participaram do Encontro os ministros das Relações Institucionais, Ideli Salvatti; da Saúde, Alexandre Padilha; da Integração Nacional, Fernando Bezerra; da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella; além do governador do estado, Sérgio Cabral Filho, e do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

O objetivo do encontro foi dar continuidade às informações repassadas sobre as principais políticas públicas do Governo Federal, apresentadas anteriormente no Encontro Nacional, realizado em Brasília no início do ano.

Produtores do MS e PR pedem respeito à produção – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Fundiários. 29/04/2013

Vestidos de branco, cerca de três mil produtores rurais de Mato Grosso do Sul e do Paraná se concentraram no Jockey Club de Campo Grande na manhã desta segunda-feira (29), durante passagem da presidente da república Dilma Russef à capital. Vindos de todos os municípios sul-mato-grossenses e também do interior paranaense, os produtores protestaram pedindo o fim das demarcações de terras e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No total, 284 automóveis e 32 ônibus trouxeram os produtores até a Capital, sendo que alguns deles foram detidos na entrada da cidade pela Polícia Rodoviária Federal e depois liberados. Na solenidade de entrega de 300 ônibus escolares, motivo da vinda da presidenta, os produtores se fizeram notar pedindo em coro "demarcação não" e "respeito à produção".

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, entregou um documento em mãos à presidente – tal como já feito anteriormente – com informações sobre o impacto econômico da criação de novas áreas indígenas pretendidas pela Funai e pedindo intervenção do Governo Federal para garantir a paz no campo.

Ministro defende criação de políticas que atendam todo o setor agrícola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013

A implementação de políticas públicas específicas para o setor agrícola foi defendida pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, na abertura oficial da 20ª edição da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow), nesta segunda-feira (29). Considerado o maior evento do setor agrícola da América Latina, o evento segue até o dia 3 de maio, no município de Ribeirão Preto (SP).

"O objetivo é construir políticas públicas que atendam toda a cadeia produtiva da agricultura familiar e industrial. O grande desafio é levar tecnologias para toda a agricultura", disse Pepe Vargas ao apresentar o Feirão Mais Alimentos para a Agrishow. Promovida pelo MDA pelo quarto ano seguido, a iniciativa apresenta aos visitantes tecnologias que podem beneficiar o setor de agronegócio.

A exposição dos equipamentos é feita no próprio estande MDA. No espaço de dois mil metros quadrados, é possível conhecer máquinas e implementos de 40 empresas e associações parceiras do programa, que incluem a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea) e Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers).

Para o presidente da Abimaq, Luiz Aubert Neto, as condições oferecidas pelo Pronaf Mais Alimentos estimularam o crescimento do setor agrícola. "A política de juros baixos é fundamental para o setor de máquinas agrícolas, que estava mal. Os juros baixos implementados pelo Governo Federal, por meio do MDA, impulsionaram esse setor. Só tenho elogios e agradecimentos ao MDA", enfatizou.

A Agrishow deste ano deve movimentar cerca de R$ 2,5 bilhões. São 790 expositores, distribuídos na área de 440 mil metros quadrados do evento.

Mais Alimentos Internacional

Uma equipe do MDA vai realizar reuniões com entidades representativas do setor de máquinas para apresentar avanços e desafios do Mais Alimentos Internacional. Também serão apresentadas regras e formas de funcionamento do Programa, com detalhamento da portaria de normatização.

No evento, serão realizadas, ainda, reuniões para credenciar novos produtos e novas empresas para participarem do Mais Alimentos Internacional.

PF prende secretários do Meio Ambiente do RS e de Porto Alegre – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 29/04/2013

Servidores públicos, consultores ambientais e empresários são suspeitos em esquema de concessão ilegal de licenças

A Polícia Federal prendeu na madrugada desta segunda-feria 29 os secretários do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Carlos Fernando Niedersberg, e de Porto Alegre, Luiz Fernando Záchia, durante a Operação Concutare. A operação deflagrada pela PF nesta segunda tem o objetivo de desmantelar um esquema de concessão ilegal de licenças ambientais e autorizações minerais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Até o momento, 16 pessoas suspeitas de integrar o esquema formado por servidores públicos, consultores ambientais e empresários, que atuam em órgãos públicos, foram detidas. Ao todo, 29 mandados de busca e apreensão e de prisão temporária estão sendo cumpridos em oito municípios do Rio Grande do Sul e na capital de Santa Catarina. Os municípios envolvidos na investigação são Porto Alegre, Taquara, Canoas, Pelotas, Caxias do Sul, Caçapava do Sul, Santa Cruz do Sul, São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul, e Florianópolis (SC).

Em entrevista coletiva nesta segunda 29, o superintendente regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, Sandro Luciano Caron de Moraes, quis deixar claro que as investigações não são direcionadas a órgãos públicos, mas a alguns grupos servidores.

Além das Secretarias de Meio Ambiente (SEMA), também foram cumpridos mandados na Fundação Estadual de Proteção Ambiental e no Departamento Nacional de Produção Mineral. A polícia diz que os investigados podem ser indiciados por corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, crimes ambientais e lavagem de dinheiro.

A SEMA do Rio Grande do Sul foi procurada pela reportagem e não disse não possuir nenhum posicionado sobre a questão até o momento.

Seca está entre os temas centrais do Grito da Terra Pernambuco 2013 - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/04/2013

Cerca de 5 mil agricultores e agricultoras familiares que estão sofrendo com as consequências da seca no semiárido e com a ausência de investimentos na diversificação produtiva na Zona da Mata deverão estar no Recife, nesta terça-feira (30), para o Grito da Terra Pernambuco 2013 (GTPE). A mobilização, que é organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), objetiva cobrar do Estado respostas para a pauta com 56 itens entregue, no último dia 15, ao governador Eduardo Campos.

A concentração do Grito será em frente à Fetape, na rua Gervásio Pires, a partir das 12h. De lá, os participantes seguirão, pela Conde da Boa Vista, até a rua da Aurora, em frente da Assembleia Legislativa, local em que o Governo se comprometeu a dar respostas para as 14 questões centrais da pauta. Os demais itens do documento, de acordo com informações repassadas à Federação, durante uma reunião com secretários de Estado, serão tratados na primeira quinzena de maio, numa agenda entre o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e diferentes secretarias.

A pauta do "Grito" foi construída pelo MSTTR, juntamente com outros movimentos e organizações da sociedade civil que atuam no campo. Entre as reivindicações estão, a criação da Secretaria de Agricultura Familiar do Estado (hoje ela é uma secretaria executiva); a implementação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido; a criação e implementação de um Plano de Reestruturação Produtiva para a Zona da Mata; a ampliação de carros-pipas e do volume de alimentos para os animais, de forma a atender todas as comunidades rurais do Semiárido; e a manutenção do Programa Chapéu de Palha Estiagem para agricultores (as) familiares dos municípios que decretaram Estado de Emergência, durante todo o período de seca.

Para fortalecer o Grito da Terra Pernambuco e aproveitando o fato de que a mobilização acontecerá na véspera do Dia do Trabalhador, o Movimento Sindical Urbano, puxado pela CUT, também deve participar da caminhada, envolvendo profissionais de instituições públicas e privadas.

Justiça bloqueia bens de ex-chefe do Incra em SP. Fausto Macedo – O Estado de São Paulo, Política. 30/04/2013

O juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho, titular da 1.ª Vara Federal em Bauru (SP) decretou o bloqueio dos imóveis, veículos automotores e de ativos financeiros do ex-superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Raimundo Pires Silva, de um servidor do instituto e de um funcionário da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e Região (Cocafi). Todos estão sob suspeita da prática de atos de improbidade administrativa.

Acusação do Ministério Público Federal (MPF) aponta prejuízo estimado em R$ 5,45 milhões por supostas irregularidades na comercialização de madeira (920 mil pés de eucalipto de floresta exótica) extraída do Projeto de Assentamento Rural Fazenda Maracy, no município de Agudos (SP).

As investigações do Ministério Público Federal revelam que a alienação da madeira foi feita com valor muito inferior ao praticado de mercado e que houve fraude na emissão de notas fiscais e incorreção e insuficiência da aplicação dos valores arrecadados.

A Procuradoria da República destacou para as "condutas nitidamente ímprobas que geraram prejuízos de gigantesca monta ao erário, condutas essas praticadas em desacordo com os cargos de agentes públicos desempenhados pelos corréus".

Para o juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, ao menos nessa etapa do caso, estão "evidenciados sinais da aparência do bom direito". Por isso, cautelarmente, ele entendeu o bloqueio de bens e valores "necessário para reparação de condutas que geraram prejuízo ao erário".

Roberto Lemos avalia que certamente há o risco e a possibilidade "de os réus dilapidarem seus patrimônios e, ao final, a União ver frustrada a possibilidade de recomposição dos prejuízos sofridos".

BRF vê inflação preocupante e mercado retraído. Alda do Amaral Rocha e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 30/04/2013

SÃO PAULO - Apesar dos resultados positivos da BRF no primeiro trimestre deste ano, o presidente-executivo da companhia, José Antonio do Prado Fay, reconheceu hoje que a inflação preocupa e disse que “o mercado tem dificuldades para absorver volumes”.

Ele fez a declaração durante encontro com analistas para apresentar detalhes do balanço da BRF. Ontem, a empresa informou que teve uma receita líquida de R$ 7,2 bilhões no período, 13,8% acima de igual intervalo do ano passado. Além disso, a BRF obteve um lucro líquido de R$ 358,5 milhões, 134% maior que nos três primeiros meses de 2013. Segundo a empresa, todos os segmentos de negócio contribuíram para os resultados.

“Temos alguma atenção com volumes. Estamos preocupados porque o mercado tem dificuldades de absorver volumes”, afirmou Fay, ao lado de Abilio Diniz, novo presidente do conselho de administração da BRF. O executivo acrescentou que “existe sensibilidade do consumidor na questão de preço” e que “a inflação dos alimentos está grande e duradoura”.

Além do mercado mais difícil para os bens de consumo, outra questão está na lista de preocupações da BRF: o comportamento dos custos. De acordo com Fay, os grãos usados na ração animal (basicamente, farelo de soja e milho) não recuaram da maneira como a empresa esperava no primeiro trimestre. “Tínhamos uma visão de que os grãos deveriam ceder no primeiro trimestre, o que não aconteceu. Fizemos um grande esforço de preço e promoção para passar essa barreira”, afirmou Fay.

Ainda que a tendência seja de queda para os preços dos grãos, como milho e soja, o custo médio de aquisição não deve ser tão diferente do verificado no ano passado, disse o vice-presidente de finanças da empresa, Leopoldo Saboya. A previsão da companhia é que o recuo das cotações comece a repercutir nos custos a partir do segundo semestre.

Diante desse cenário ainda incerto, Fay disse que as perspectivas da empresa para o ano de 2013 são “positivas, mas cautelosas”, uma vez que a “inflação está batendo no consumidor”.

Para enfrentar esse consumidor mais reticente, a BRF será mais “intensa” em marketing nos próximos meses para tentar ampliar o volume de vendas, disse a jornalistas, logo após o encontro com analistas. “Temos alavancas poderosas. Além da marca, vamos continuar a aumentar o nosso número de clientes. Hoje temos 190 mil. Nossa estratégia é ampliar essa base”, afirmou.

Ele disse que, apesar de a inflação de alimentos ter afetado as vendas, os consumidores não deixaram de comprar nenhuma categoria de produto da BRF. Contudo, reduziram os volumes comprados. “Quando a pessoa passa a ser consumidor de uma categoria, a tendência é manter esse consumo”. Questionado se a experiência do empresário Abilio Diniz na venda de bens de consumo poderia ser útil num momento de demanda retraída, Fay disse que “é claro que o conhecimento dele na distribuição faz diferença”.

Abilio Diniz, que saiu antes do fim da reunião com os analistas para participar da apresentação de resultados do Grupo Pão de Açúcar, disse que as oportunidades no mercado interno para a BRF são grandes. “Ainda podemos crescer, mesmo sem aquisições, com crescimento orgânico”.

Mas reafirmou seu plano de internacionalizar ainda mais a BRF. “Sendo o Brasil o celeiro do mundo, a vocação da BRF é abastecer o mundo”, defendeu. Ele acrescentou que a internacionalização da BRF é “inevitável” e que quando uma companhia se internacionaliza, fica mais ágil e se beneficia no mercado interno. Sobre futuros investimentos, Abilio disse que todos levarão em conta o retorno para os acionistas. ”Não vamos tirar o olho do retorno para o acionista”.

Pepe Vargas marca reunião para conversar sobre pauta de reivindicações da Fetraf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2013

Em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, recebeu a pauta de reivindicações da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetraf). A entrega do documento marca o início da IX Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, manifestação do movimento social. Participaram também da cerimônia o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves.

Pepe Vargas, após receber a pauta, lembrou que o atual governo sempre ouviu os movimentos sociais na construção de políticas para a agricultura familiar e desta vez não será diferente. "Esse ano completamos 10 anos de Plano Safra da Agricultura Familiar e, nesse período, nós sempre sentamos e conversamos com os movimentos sociais para desenvolver a agricultura familiar", afirmou.

O ministro agendou com os representantes da Fetraf encontros para debater e trabalhar na pauta antes do lançamento do Plano Safra deste ano, marcado para ocorrer no fim de maio. "Nessas duas semanas, proponho que façamos duas reuniões de trabalho: uma sobre política agrícola e outra sobre agrária. Nesses encontros, nós também vamos definir os diálogos que teremos ao longo do ano", ressaltou.

A coordenadora-geral da Fetraf, Elisângela Araújo, disse confiar na comitiva do governo federal que vai debater a pauta e garante que a Federação pode ajudar na construção de um rural cada vez mais sustentável. "Nossa pauta colabora muito com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar nacional."

As principais reivindicações do movimento social são: seis meses de licença maternidade, manutenção de mulheres e jovens no campo e melhorias no crédito fundiário. Além de Pepe Vargas, os ministros Gilberto Carvalho e Garibaldi Alves também agendaram reuniões de trabalho com o movimento social para as próximas semanas.

Produção de café em assentamento na Bahia deve chegar a oito mil sacas este ano – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2013

Localizado em Porto Seguro, extremo sul da Bahia, o assentamento Chico Mendes II vive a época da colheita cafeeira. Mesmo com a estiagem severa, os agricultores esperam atingir oito mil sacas de 60 quilos do grão. Em 2012, foram colhidas 10 mil sacas do produto tipo conilon in natura. A expectativa das 35 famílias produtoras de café é de crescimento. Em 2014, esperam uma safra de 14 mil sacos do produto in natura.

O presidente da associação do assentamento Chico Mendes II, Antônio Martins Souza, explica que esse aumento para o próximo ano se dará porque novos cafezais entrarão em produção nos 120 hectares dedicados à cultura. Para ele, os bons resultados são devido à organização das famílias e à aplicação correta dos créditos.

O engenheiro agrônomo da Assessoria Técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Tony Fagundes, informa que foram iniciados os estudos para a elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), que poderá resolver diferenças entre as famílias que optaram pelo cultivo de café e as que adotaram outras culturas.

Leite e mamão

Criado em 2001, o Chico Mendes II possui 65 famílias numa área de 858,2 hectares. Desse total, são potencialmente agricultáveis 328,4 hectares, divididos entre culturas variadas, como o mamão, que é cultivado em 51,5 hectares. Na última safra, a produção do fruto chegou a 60 toneladas.

O presidente da associação informa que outra fonte de renda é a produção leiteira das 400 cabeças de gado, que fornecem uma média diária de 400 litros de leite. O valor do litro varia de R$ 0,65 a R$ 0,98. Segundo ele, a população do assentamento quase não necessita de adquirir alimentos fora. "Cultivamos hortaliças, grãos, verduras e criamos galinha e porco para o consumo interno", exemplifica.

Melhorias

Outro reforço na renda das famílias chegou por meio de uma fecularia, obtida por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), do governo da Bahia. Nela, há produção de farinha, goma e ração com beneficiamento da mandioca.

Ministro Pepe Vargas recebe pauta com reivindicações da Fetraf – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

Em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, recebeu a pauta de reivindicações da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetraf). A entrega do documento marca o início da IX Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, manifestação do movimento social. Participaram também da cerimônia o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves.

Pepe Vargas, após receber a pauta, lembrou que o atual governo sempre ouviu os movimentos sociais na construção de políticas para a agricultura familiar e desta vez não será diferente. “Esse ano completamos 10 anos de Plano Safra da Agricultura

Familiar e, nesse período, nós sempre sentamos e conversamos com os movimentos sociais para desenvolver a agricultura familiar", afirmou.

O ministro agendou com os representantes da Fetraf encontros para debater e trabalhar na pauta antes do lançamento do Plano Safra deste ano, marcado para ocorrer no fim de maio. "Nessas duas semanas, proponho que façamos duas reuniões de trabalho: uma sobre política agrícola e outra sobre agrária. Nesses encontros, nós também vamos definir os diálogos que teremos ao longo do ano", ressaltou.

A coordenadora-geral da Fetraf, Elisângela Araújo, disse confiar na comitiva do governo federal que vai debater a pauta e garante que a Federação pode ajudar na construção de um rural cada vez mais sustentável. "Nossa pauta colabora muito com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar nacional."

As principais reivindicações do movimento social são: seis meses de licença maternidade, manutenção de mulheres e jovens no campo e melhorias no crédito fundiário. Além de Pepe Vargas, os ministros Gilberto Carvalho e Garibaldi Alves também agendaram reuniões de trabalho com o movimento social para as próximas semanas.

Incra, Conaq, Seppir e Secretaria-Geral da Presidência realizam seminário sobre Convenção 169 da OIT – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em São Paulo (Incra/SP), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) realizam nos dias 3 e 4 de maio, em Registro, o "Seminário sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)".

A atividade irá reunir os representantes das 48 comunidades quilombolas de São Paulo, organizações da sociedade civil, prefeituras e órgãos do governo, com o objetivo de debater os dispositivos desta Convenção e de apresentar propostas para a regulamentação da consulta prévia, um mecanismo importante previsto pela Convenção 169 para assegurar a participação das comunidades nas decisões que afetam sua vida.

A cerimônia de abertura contará com a presença do superintendente regional do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro, que destacará a relevância da consulta prévia para decisões técnicas e administrativas que afetam direitos dos povos tradicionais e a importância das políticas públicas para essas comunidades.

Convenção 169 da OIT

Adotada internacionalmente em 1989, a Convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002. Trata-se do único instrumento jurídico internacional de caráter

vinculante a tratar especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais, o que inclui as comunidades quilombolas.

Em decorrência da Convenção 169, o Decreto 6.040 de 2007 criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como princípio o respeito e valorização da identidade de Povos e Comunidades Tradicionais. O Incra integra o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) formalizado em 2012, que vem atuando para promover a regulamentação da consulta prévia.

Incra prepara Edital para contratar relatórios antropológicos no Maranhão – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

Fazer ajustes finais no Edital que será lançado pelo Incra no Maranhão para contratar relatórios antropológicos para 20 comunidades quilombolas no estado foi o principal objetivo da reunião, que aconteceu na segunda-feira (29), entre o Incra e representantes do Movimento Quilombola da Baixada ocidental Maranhense (Moquibom) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O edital de licitação – que deverá ser lançado na primeira quinzena do mês de junho próximo – é da modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global por lote.

A reunião pautou-se na definição das Comunidades quilombolas a serem atendidas pelo edital. De acordo com o representante da CPT, padre Inaldo Serejo, seriam necessárias algumas alterações na relação das comunidades enviadas inicialmente. Os ajustes foram feitos conforme solicitações do Movimento e em acordo com o superintendente do Incra/MA, José Inácio Rodrigues.

Para o superintendente, esse pregão eletrônico foi um compromisso firmado com o Movimento para atender reivindicações dos quilombolas. "Essa contratação vai acelerar o processo de regularização de várias comunidades que se encontram em situação de conflitos agrários", afirmou.

O Edital

Segundo a minuta do Edital de licitação, os serviços a serem contratados estão inicialmente divididos em seis lotes, num total de 20 territórios quilombolas, localizados em 13 municípios maranhenses, entre eles: Serrano do Maranhão, Codó, Peri-Mirim, Pirapemas, Santa Helena, Bequimão.

Os relatórios poderão ser executados por empresas, fundações, organizações não-governamentais ou por outras pessoas jurídicas que se habilitem para a realização dos relatórios, informou o chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário do Incra/MA, Jovenilson Araújo.

O cadastramento das empresas para elaboração dos relatórios dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

O Relatório antropológico é um dos passos mais importantes para a regularização do território de Comunidades quilombolas. Para o padre Inaldo Serejo, o Relatório traz segurança, garantia para as comunidades permanecerem em suas terras.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa